

PLAAC - ARRÁBIDA

PLANOS LOCAIS DE ADAPTAÇÃO
ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS



SESIMBRA

AVALIAÇÃO DE IMPACTES E DE
VULNERABILIDADES CLIMÁTICAS
ATUAIS E FUTURAS

Operador programa: Promotor:



Título	Avaliação de impactes e de vulnerabilidades climáticas atuais e futuras no concelho de Sesimbra
Financiado por:	EEA Grants
Operador do Programa:	Secretaria-Geral do Ambiente do Ministério do Ambiente e Ação Climática
Promotor:	ENA – Agência de Energia e Ambiente da Arrábida
Consórcio	Câmara Municipal de Palmela Câmara Municipal de Sesimbra Câmara Municipal de Setúbal IGOT – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território NOVA School of Science and Technology FCT NOVA
Data	Setembro de 2022

Equipa Técnica

Coordenação Geral	Cristina Daniel, ENA
Coordenação Técnica	Fábio Santos Cardona, ENA
Gestão e Comunicação	Isabel Rodriguez, ENA
CM Palmela	Rui Farinha Teresa A. Santos Bruno Pereira Marques Gizela Mota
CM Sesimbra	Marta Franco Sofia Lucas Catarina Carvalho
CM Setúbal	Cristina Coelho Alexandre Freire Rute de Sousa Vieira Vasco Raminhas Silva Ana Catarina Mateus
IGOT	José Luís Zêzere Eusébio Reis Ricardo Garcia Sérgio Oliveira Susana Pereira Pedro Santos Ana Rita Morais
FCT NOVA	José Carlos Ferreira Lia Vasconcelos Cláudio Duarte Catarina Jóia Santos Francisco Nunes Libreiro Ana Cruz

Índice

1	Caracterização dos impactos das alterações climáticas e análise da sensibilidade.....	1
1.1	Identificação dos Impactos Climáticos Atuais.....	1
1.2	Análise da sensibilidade dos eventos climáticos.....	3
1.2.1	Tempo quente e seco.....	4
1.2.2	Escassez de precipitação.....	5
1.2.3	Agitação marítima.....	7
1.2.4	Vento forte.....	8
1.2.5	Precipitação intensa.....	9
2	Capacidade adaptativa	11
2.1	Capacidade adaptativa institucional	12
2.2	Capacidade adaptativa instrumental.....	15
2.3	Indicadores de capacidade adaptativa	20
2.3.1	Agricultura e florestas	22
2.3.2	Pescas e aquacultura	25
2.3.3	Natureza e biodiversidade.....	26
2.3.4	Economia	27
2.3.5	Energia.....	31
2.3.6	Recursos hídricos	32
2.3.7	Saúde humana	34
2.3.8	Segurança de pessoas e bens.....	37
2.3.9	Transportes e comunicações	39
2.3.10	Zonas costeiras e mar.....	39
2.3.11	Síntese	41
3	Perigos climáticos atuais	43
3.1	Metodologia.....	45
3.1.1	Introdução	45

3.1.2	Incêndios rurais/florestais.....	46
3.1.3	Erosão hídrica do solo	47
3.1.4	Instabilidade de vertentes	48
3.1.5	Inundações fluviais	49
3.1.6	Inundações e galgamentos costeiros	50
3.1.7	Erosão costeira e recuo de arribas.....	51
3.1.8	Calor excessivo	51
3.1.9	Secas	51
3.1.10	Tempestades de vento.....	52
3.2	Perigos climáticos atuais	52
3.2.1	Incêndios rurais/florestais.....	52
3.2.2	Erosão hídrica do solo	53
3.2.3	Instabilidade de vertentes	54
3.2.4	Inundações fluviais	55
3.2.5	Inundações e galgamentos costeiros	57
3.2.6	Erosão costeira e recuo de arribas.....	58
3.2.7	Calor excessivo	58
3.2.8	Secas	59
3.2.9	Tempestades de vento.....	60
4	Exposição a perigos climáticos	63
4.1	Metodologia.....	63
4.2	Exposição a perigos climáticos atuais	64
4.2.1	Incêndios rurais/florestais.....	64
4.2.2	Instabilidade de vertentes	65
4.2.3	Inundações fluviais	68
4.2.4	Inundações e/ou galgamentos costeiros.....	70
4.2.5	Erosão costeira e recuo de arribas.....	72
4.2.6	Síntese	73
5	Perigos climáticos futuros	75
5.1	Metodologia.....	75

5.1.1	Introdução	75
5.1.2	Incêndios rurais/florestais.....	75
5.1.3	Erosão hídrica do solo	77
5.1.4	Instabilidade de vertentes	79
5.1.5	Inundações fluviais	82
5.1.6	Inundações e galgamentos costeiros	83
5.1.7	Erosão costeira e recuo de arribas.....	84
5.1.8	Calor excessivo	85
5.1.9	Secas	86
5.1.10	Tempestades de vento.....	86
5.2	Perigos climáticos futuros.....	86
5.2.1	Incêndios rurais/florestais.....	87
5.2.2	Erosão hídrica do solo	90
5.3	Instabilidade de vertentes.....	93
5.3.1	Inundações fluviais	95
5.3.2	Inundações estuarinas.....	96
5.3.3	Inundações e galgamentos costeiros	100
5.3.4	Erosão costeira e recuo de arribas.....	102
5.3.5	Calor excessivo	104
5.3.6	Secas	107
5.3.7	Tempestades de vento.....	110
5.4	Síntese.....	111
6	Riscos climáticos atuais e futuros	114
6.1	Introdução	114
6.2	Metodologia.....	114
6.2.1	Avaliação da exposição atual e futura	114
6.2.2	Avaliação da Vulnerabilidade Social.....	115
6.2.3	Análise do Risco Atual e Futuro	118
6.3	Exposição a perigos climáticos futuros.....	120
6.3.1	Incêndios rurais/florestais.....	120

6.3.2	Instabilidade de vertentes	124
6.3.3	Inundações por cheias rápidas.....	125
6.3.4	Inundações e galgamentos costeiros	127
6.3.5	Erosão costeira e recuo de arribas.....	131
6.3.6	Síntese	134
6.4	Avaliação da vulnerabilidade social.....	135
6.5	Análise do risco atual e futuro	138
7	Territórios em risco prioritários.....	150
7.1	Introdução	150
7.2	Metodologia.....	150
7.3	Territórios em risco prioritários	154
7.3.1	TRP1.....	160
7.3.2	TRP2.....	160
7.3.3	TRP3.....	161
7.3.4	TRP4.....	161
8	Análise da perceção de risco pelas partes interessadas	164
8.1	Introdução	164
8.2	Metodologia.....	164
8.3	Resultados do mapeamento participado de riscos climáticos	165
8.3.1	Incêndios florestais/rurais.....	178
8.3.2	Erosão hídrica do solo	179
8.3.3	Instabilidade de vertentes	179
8.3.4	Inundações fluviais	179
8.3.5	Calor excessivo	180
8.3.6	Secas	181
8.3.7	Tempestades de vento.....	181
8.3.8	Inundações e galgamentos costeiros	181
8.3.9	Erosão costeira e recuo de arribas.....	182
8.4	Considerações finais	182

9 Referências bibliográficas.....	184
ANEXOS	188
ANEXO I. Entidades relevantes para a adaptação climática segundo os setores ENAAC 2020	190
Agricultura e Florestas	190
Pesca e Aquacultura.....	192
Natureza e Biodiversidade	193
Economia	195
Energia.....	198
Recursos Hídricos	199
Saúde Humana.....	200
Segurança de Pessoas e Bens	201
Transportes e Comunicações	203
Zonas Costeiras e Mar.....	204
Património Cultural	206
ANEXO II. Fichas de análise da capacidade adaptativa instrumental	208

Índice de Figuras

Figura 1.1 – Consequências do evento climático vento forte no município de Sesimbra (2000-2020).	8
Figura 1.2. Distribuição mensal dos eventos de precipitação intensa no município de Sesimbra (2000-2020).....	9
Figura 1.3. Consequências dos processos de cheias e inundações e de instabilidade de vertentes no município de Sesimbra (2000-2020).	9
Figura 2.1 – Gráfico com a proporção da natureza das entidades relevantes para a adaptação climática.	13
Figura 2.2 – Gráfico com a proporção da escala de atuação das entidades relevantes para a adaptação climática.	14
Figura 2.3 – Gráfico com o número e natureza das entidades relevantes para a adaptação climática por setor ENAAC.	14
Figura 2.4 – Gráfico com a proporção de instrumentos que incluem estudos de caracterização climática, por tipo de instrumento.	17
Figura 2.5 – Gráfico com a proporção de instrumentos que incluem estudos de cenarização climática, por tipo de instrumento.	18
Figura 2.6 – Gráfico com a proporção de instrumentos que incluem cartografia de risco, por tipo de instrumento.	18
Figura 2.7 – Gráfico com a proporção de instrumentos que analisam perigos climáticos, por tipo de perigo.	19
Figura 2.8 – Gráfico com a proporção do tipo de opções de adaptação analisadas nos Instrumentos de Gestão Territorial.	20
Figura 2.9 – Gráfico com a proporção de produtores agrícolas singulares com escolaridade de nível secundário ou superior no ano de 2019.	22
Figura 2.10 – VAB por empresa com atividade económica nas áreas da agricultura, produção animal, caça, silvicultura e exploração florestal no ano de 2018.	23
Figura 2.11 – Gráfico com o valor da produção total médio por hectare de superfície agrícola utilizada no ano de 2019.	24
Figura 2.12 – Gráfico com o VAB por empresa com atividade económica nas áreas da pesca e aquacultura no ano de 2013.	25
Figura 2.13 – Gráfico com as despesas em proteção da biodiversidade e paisagem dos municípios por 1000 habitantes.	26
Figura 2.14 – Gráfico com a proporção de superfície das áreas protegidas.	27
Figura 2.15 – Gráfico com o valor acrescentado bruto por empresas do setor do alojamento e restauração em 2020.	28
Figura 2.16 – Gráfico com o valor acrescentado bruto por empresas do setor da construção em 2020.	29
Figura 2.17 – Gráfico com o valor acrescentado bruto por empresas do setor do comércio por grosso e a retalho em 2020.	29
Figura 2.18 – Gráfico com o rendimento médio por quarto nos estabelecimentos de alojamento turístico em 2020.	30
Figura 2.19 – Gráfico com o índice da capacidade adaptativa de Setúbal.	32
Figura 2.20 – Gráfico com índice de conhecimento infraestrutural de abastecimento de água em 2020.	33
Figura 2.21 – Gráfico com a garantia de disponibilidade hídrica subterrânea média anual por unidade de área.	34
Figura 2.22 – Gráfico com os médicos por 1000 habitantes por local de residência no ano de 2020.	35
Figura 2.23 – Gráfico com enfermeiros (as) por 1000 habitantes por local de trabalho em 2020.	36

Figura 2.24 – Gráfico com a proporção de alojamentos equipados com ar condicionado por localização geográfica em 2021.....	37
Figura 2.25 – Gráfico com o número de bombeiros por 1000 habitantes (2020).....	38
Figura 2.26 – Gráfico com os investimentos programados e executados em proteção costeira num prazo de 20 anos, entre 2010 e 2030.....	40
Figura 3.1 – Curva de predição do modelo de suscetibilidade aos incêndios rurais/florestais na área do PLAAC Arrábida.....	47
Figura 3.2 – Suscetibilidade atual a incêndios rurais/florestais no município de Sesimbra.....	53
Figura 3.3 – Suscetibilidade atual a erosão hídrica do solo no município de Sesimbra.....	54
Figura 3.4 – Suscetibilidade atual a instabilidade de vertentes no município de Sesimbra.....	55
Figura 3.5 – Suscetibilidade atual a cheias rápidas no município de Sesimbra.....	56
Figura 3.6 – Suscetibilidade atual a inundações e galgamentos costeiros no município de Sesimbra.....	57
Figura 3.7 – Suscetibilidade atual a erosão costeira e recuo de arribas no município de Sesimbra.....	58
Figura 3.8 – Suscetibilidade atual a calor excessivo no município de Sesimbra.....	59
Figura 3.9 – Suscetibilidade atual a secas no município de Sesimbra.....	60
Figura 3.10 – Suscetibilidade atual a tempestades de vento no município de Sesimbra.....	61
Figura 4.1 – Elementos expostos em áreas suscetíveis a incêndios rurais/florestais no município de Sesimbra.....	65
Figura 4.2 – Edifícios residenciais e vias expostos em áreas suscetíveis a instabilidade de vertentes no município de Sesimbra.....	67
Figura 4.3 – Equipamentos expostos em áreas suscetíveis a instabilidade de vertentes no município de Sesimbra.....	68
Figura 4.4 – Edifícios residenciais e vias expostos em áreas suscetíveis a inundações por cheia rápida no município de Sesimbra.....	70
Figura 4.5 – Elementos expostos em áreas suscetíveis a inundações e/ou galgamento costeiro no município de Sesimbra.....	71
Figura 4.6 – Elementos expostos em áreas suscetíveis a erosão costeira e recuo de arribas no município de Sesimbra.....	73
Figura 5.1 – Curva de predição do modelo de suscetibilidade aos incêndios rurais/florestais na área do PLAAC Arrábida. As linhas a vermelho definem as 5 classes de suscetibilidade identificadas.....	77
Figura 5.2 – Curva de predição do modelo de suscetibilidade a movimentos de massa em vertentes na área do PLAAC Arrábida. As linhas a vermelho definem as 7 classes de suscetibilidade identificadas.....	81
Figura 5.3 – Perigosidade atual a incêndios rurais/florestais no município de Setúbal.....	88
Figura 5.4 – Perigosidade futura (RCP 4.5) a incêndios rurais/florestais no município de Setúbal.....	89
Figura 5.5 – Perigosidade futura (RCP 8.5) a incêndios rurais/florestais no município de Setúbal.....	90
Figura 5.6 – Suscetibilidade atual a erosão hídrica do solo no município de Setúbal.....	91
Figura 5.7 – Suscetibilidade futura (RCP 4.5) a erosão hídrica do solo no município de Setúbal.....	92
Figura 5.8 – Suscetibilidade futura (RCP 8.5) a erosão hídrica do solo no município de Setúbal.....	93
Figura 5.9 – Suscetibilidade atual e futura a instabilidade de vertentes no município de Setúbal.....	94
Figura 5.10 – Suscetibilidade atual e futura a inundações por cheias rápidas no município de Setúbal.....	96
Figura 5.11 – Suscetibilidade atual a inundações estuarina no município de Setúbal.....	97
Figura 5.12 – Suscetibilidade futura a inundações estuarina no município de Setúbal (cenário RCP 4.5).....	98
Figura 5.13 – Suscetibilidade futura a inundações estuarina no município de Setúbal (cenário RCP 8.5).....	98
Figura 5.14 – Pormenor da suscetibilidade atual e futura a inundações estuarina na cidade de Setúbal.....	99

Figura 5.15 – Suscetibilidade atual a inundações e galgamentos costeiros no município de Setúbal.	101
Figura 5.16 – Suscetibilidade futura a inundações e galgamentos costeiros no município de Setúbal (cenário RCP 4.5).	101
Figura 5.17 – Suscetibilidade futura a inundações e galgamentos costeiros no município de Setúbal (cenário RCP 8.5).	102
Figura 5.18 – Suscetibilidade atual a erosão costeira e recuo de arribas no município de Setúbal.	103
Figura 5.19 – Suscetibilidade futura a erosão costeira e recuo de arribas no município de Setúbal (RCP 4.5 e RCP 8.5).	104
Figura 5.20 – Suscetibilidade atual a calor excessivo no município de Setúbal.	105
Figura 5.21 – Suscetibilidade futura (RCP 4.5) a calor excessivo no município de Setúbal.	106
Figura 5.22 – Suscetibilidade futura (RCP 8.5) a calor excessivo no município de Setúbal.	107
Figura 5.23 – Suscetibilidade atual a secas no município de Setúbal.	108
Figura 5.24 – Suscetibilidade futura (RCP 4.5) a secas no município de Setúbal.	109
Figura 5.25 – Suscetibilidade futura (RCP 8.5) a secas no município de Setúbal.	110
Figura 5.26 – Suscetibilidade atual e futura a tempestades de vento no município de Setúbal.	111
Figura 6.1 – Elementos expostos em áreas suscetíveis atualmente a incêndios rurais/florestais no município de Sesimbra.	121
Figura 6.2 – Elementos expostos em áreas suscetíveis futuramente a incêndios rurais/florestais no município de Sesimbra (cenário RCP 4.5).	122
Figura 6.3 – Elementos expostos em áreas suscetíveis futuramente a incêndios rurais/florestais no município de Sesimbra (cenário RCP 8.5).	123
Figura 6.4 – Elementos expostos em áreas suscetíveis a instabilidade de vertentes no município de Sesimbra.	125
Figura 6.5 – Elementos expostos em áreas suscetíveis a inundações por cheias rápidas no município de Sesimbra.	126
Figura 6.6 – Elementos expostos em áreas suscetíveis atualmente a inundações e/ou galgamento costeiro no município de Sesimbra.	128
Figura 6.7 – Elementos expostos em áreas suscetíveis futuramente a inundações e/ou galgamento costeiro no município de Sesimbra (RCP 4.5).	129
Figura 6.8 – Elementos expostos em áreas suscetíveis futuramente a inundações e/ou galgamento costeiro no município de Sesimbra (RCP 8.5).	130
Figura 6.9 – Elementos expostos em áreas suscetíveis atualmente a erosão costeira e recuo de arribas no município de Sesimbra.	132
Figura 6.10 – Elementos expostos em áreas suscetíveis futuramente a erosão costeira e recuo de arribas no município de Sesimbra (RCP 4.5 e RCP 8.5).	133
Figura 6.11 – Vulnerabilidade social (criticidade) no município de Sesimbra, ao nível da secção estatística. ..	138
Figura 6.12 – Vulnerabilidade social (criticidade) no município de Sesimbra reclassificada.	140
Figura 6.13 – Suscetibilidade multiperigo atual no município de Sesimbra ao nível da secção estatística.	141
Figura 6.14 – Suscetibilidade multiperigo futura (RCP 4.5) no município de Sesimbra ao nível da secção estatística.	142
Figura 6.15 – Suscetibilidade multiperigo futura (RCP 8.5) no município de Sesimbra ao nível da secção estatística.	143
Figura 6.16 – Exposição multiperigo atual no município de Sesimbra ao nível da secção estatística.	144

Figura 6.17 – Exposição multiperigo futura (RCP 4.5) no município de Sesimbra ao nível da secção estatística.	145
Figura 6.18 – Exposição multiperigo futura (RCP 8.5) no município de Sesimbra ao nível da secção estatística.	146
Figura 6.19 – Risco multiperigo atual no município de Sesimbra ao nível da secção estatística.	147
Figura 6.20 – Risco multiperigo futuro (RCP 4.5) no município de Sesimbra ao nível da secção estatística.	148
Figura 6.21 – Risco multiperigo futuro (RCP 8.5) no município de Sesimbra ao nível da secção estatística.	149
Figura 7.1 – Risco multiperigo no município de Setúbal, ao nível da secção estatística.	152
Figura 7.2 – Risco multiperigo futuro (RCP 4.5) no município de Sesimbra ao nível da secção estatística.	153
Figura 7.3 – Risco multiperigo futuro (RCP 8.5) no município de Sesimbra ao nível da secção estatística.	154
Figura 7.4 – Territórios em risco prioritários TRP1, TRP2, TRP3 e TRP4 no município de Sesimbra.	156
Figura 7.5 – Risco multiperigo e respetivos forçadores nos territórios em risco prioritários (TRP) no município de Sesimbra, na atualidade e no futuro (RCP 4.5 e RCP 8.5).	157
Figura 7.6 – Suscetibilidade multiperigo (fração de área perigosa) nos territórios em risco prioritários (TRP) no município de Sesimbra, na atualidade e no futuro (RCP 4.5 e RCP 8.5).	158
Figura 7.7 – Exposição multiperigo (número de pessoas expostas) nos territórios em risco prioritários (TRP) no município de Sesimbra, na atualidade e no futuro (RCP 4.5 e RCP 8.5).	159
Figura 8.1 – Workshop#1, Sesimbra, Incêndios florestais/rurais.	166
Figura 8.2 – Workshop#1, Sesimbra, Erosão hídrica do solo	167
Figura 8.3 – Workshop#1, Sesimbra, Instabilidade de vertentes	168
Figura 8.4 – Workshop#1, Sesimbra, Inundações fluviais	169
Figura 8.5 – Workshop#1, Sesimbra, Calor excessivo	170
Figura 8.6 – Workshop#1, Sesimbra, Secas.	171
Figura 8.7 – Workshop#1, Sesimbra, Tempestades de vento.	172
Figura 8.8 – Workshop#1, Sesimbra, Inundações e galgamentos costeiros.	173
Figura 8.9 – Workshop#1, Sesimbra, Erosão costeira e recuo de arribas	174
Figura 8.10 – Workshop#2, Sesimbra, Grupo 1	175
Figura 8.11 – Workshop#2, Sesimbra, Grupo 2	176
Figura 8.12 – Workshop#2, Sesimbra, Grupo 3	177
Figura 8.13 – Workshop#2, Sesimbra, Grupo 4.	178

Índice de Tabelas

Tabela 1.1 – Número de eventos climáticos com impactos e respetivos processos perigosos registados na base de dados PIC no município de Sesimbra (2000-2020).	2
Tabela 1.2. Distribuição anual dos eventos climáticos com impactos no município de Sesimbra (2000-2020).....	2
Tabela 1.3. Distribuição anual dos processos perigosos desencadeados por eventos climáticos no município de Sesimbra (2000-2020).....	3
Tabela 1.4 – Sensibilidade dos setores estratégicos aos eventos climáticos e processos perigosos associados (2000 – 2020).....	4
Tabela 2.1 – Fatores determinantes da capacidade adaptativa.....	11
Tabela 2.2 – Tipo e âmbito territorial dos instrumentos de adaptação relevantes para o concelho de Sesimbra..	16
Tabela 2.3 – Indicadores de base territorial representativos dos setores ENAAC incluídos na análise da capacidade adaptativa	20
Tabela 2.4 – Índice de capacidade adaptativa para o indicador “proporção de produtores agrícolas singulares com escolaridade de nível secundário ou superior (2019)”.....	23
Tabela 2.5 – Índice de capacidade adaptativa para o indicador “VAB por empresa com atividade económica nas áreas da agricultura, produção animal, caça, silvicultura e exploração florestal (2018)”.....	24
Tabela 2.6 – Índice de capacidade adaptativa para o indicador “valor da produção total médio por hectare de superfície agrícola utilizada (2018)”.....	24
Tabela 2.7 – Índice de capacidade adaptativa para o indicador “VAB por empresa com atividade económica nas áreas pesca e aquacultura (2013)”.....	25
Tabela 2.8 – Índice de capacidade de adaptação para o indicador “despesas em proteção da biodiversidade e paisagem dos municípios por 1000 habitantes (2020)”.....	26
Tabela 2.9 – Índice de capacidade de adaptação para o indicador “proporção de superfície de áreas protegidas” em 2020.....	27
Tabela 2.10 – Índice de capacidade adaptativa do indicador “VAB por empresas do setor do alojamento e restauração (2020)”.....	28
Tabela 2.11 – Índice de capacidade adaptativa do indicador “VAB por empresas do setor da construção (2020)”.....	29
Tabela 2.12 – Índice de capacidade adaptativa do indicador “VAB por empresas do setor do comércio por grosso e a retalho (2020)”.....	30
Tabela 2.13 – Índice de capacidade adaptativa do indicador “Rendimento médio por quarto nos estabelecimentos de alojamento turístico (2020)”.....	30
Tabela 2.14 – Índice de capacidade adaptativa do indicador “Índice de conhecimento infraestrutural de abastecimento de água”.....	33
Tabela 2.15 – Índice de capacidade adaptativa do indicador “Garantia da disponibilidade hídrica subterrânea média anual”.....	34
Tabela 2.16 – Índice de capacidade adaptativa do indicador “Médicos (as) por 1000 habitantes por local de residência (2020)”.....	35
Tabela 2.17 – Índice de capacidade adaptativa para o indicador “Enfermeiras(os) por 1000 habitantes por local de trabalho (2020)”.....	36
Tabela 2.18 – Índice de capacidade adaptativa para o indicador “Proporção de alojamentos com ar condicionado (2021)”.....	37

Tabela 2.19 – Índice de capacidade adaptativa para o indicador “Número de bombeiros por 1000 habitantes (2020)”.....	38
Tabela 2.20 – Indicador de capacidade adaptativa para o setor transportes e comunicações – troços de vias rodoviárias em risco (km) no ano de 2022.....	39
Tabela 2.21 – Indicador de capacidade adaptativa para o setor transportes e comunicações – proporção de troços de vias rodoviárias em risco no ano de 2022.....	39
Tabela 2.22 – Índice de capacidade adaptativa do indicador Investimentos programados e executados em proteção costeira num prazo de 20 anos (entre 2010 e 2030).	40
Tabela 2.23 – Índice de capacidade adaptativa do concelho de Sesimbra por setor (AML=100).	41
Tabela 3.1 – Métodos utilizados na análise e cartografia de perigos climáticos.	45
Tabela 3.2. Definição das classes de suscetibilidade a tempestades de vento.	52
Tabela 3.3 – Áreas de suscetibilidade atual a incêndios rurais/florestais nas freguesias do município de Sesimbra.	53
Tabela 3.4. Áreas de suscetibilidade atual a erosão hídrica do solo nas freguesias do município de Sesimbra... ..	54
Tabela 3.5. Áreas de suscetibilidade atual a instabilidade de vertentes nas freguesias do município de Sesimbra.	55
Tabela 3.6. Áreas de suscetibilidade atual a cheias rápidas nas freguesias do município de Sesimbra.	56
Tabela 3.7. Áreas de suscetibilidade atual a tempestades de vento nas freguesias do município de Sesimbra... ..	61
Tabela 4.1 – Tipologia de vias e respetiva extensão no município de Sesimbra.....	63
Tabela 4.2. Equipamentos estratégicos, vitais e sensíveis do município de Sesimbra.....	63
Tabela 4.3 – Síntese dos elementos expostos aos perigos climáticos no município de Sesimbra.....	74
Tabela 5.1 – Classificação da suscetibilidade de erosão potencial do solo.	79
Tabela 5.2. Probabilidade de incêndio rural/florestal (por célula de 625 m2 em 30 anos).	87
Tabela 5.3. Classes de perigosidade de incêndio rural/florestal, estabelecidas em função da probabilidade de arder.	87
Tabela 5.4. Áreas com perigosidade elevada, muito elevada e/ou extrema aos incêndios rurais/florestais, expressa em % da superfície das freguesias do município de Setúbal.....	90
Tabela 5.5. Áreas com suscetibilidade elevada e/ou muito elevada à erosão hídrica do solo, expressa em % da superfície das freguesias do município de Setúbal.	93
Tabela 5.6. Probabilidade de ocorrência de movimentos de massa em vertentes (por célula de 100 m2 em 30 anos).	94
Tabela 5.7. Áreas suscetíveis à instabilidade de vertentes (classes I, II, III e IV), expressas em % da superfície das freguesias do município de Setúbal.....	95
Tabela 5.8. Áreas suscetíveis a inundações por cheias rápidas nas freguesias do município de Setúbal.	96
Tabela 5.9. Áreas suscetíveis a inundações estuarinas (em ha) nas freguesias do município de Setúbal.	99
Tabela 5.10. Áreas com suscetibilidade elevada, muito elevada e/ou extrema ao calor excessivo, expressa em % da superfície das freguesias do município de Setúbal.....	107
Tabela 5.11. Áreas de suscetibilidade atual e futura a tempestades de vento nas freguesias do município de Setúbal.....	111
Tabela 6.1 – Tipologia de vias e respetiva extensão no município de Sesimbra.....	114
Tabela 6.2 - Equipamentos estratégicos, vitais e/ou sensíveis do município de Sesimbra.....	115
Tabela 6.3 – Lista de variáveis inicialmente consideradas para a avaliação da criticidade na Área Metropolitana de Lisboa, a que pertence o município de Sesimbra.....	116

Tabela 6.4 - Síntese dos elementos expostos atualmente aos perigos climáticos no município de Sesimbra....	134
Tabela 6.5 - Síntese dos elementos expostos futuramente aos perigos climáticos no município de Sesimbra (RCP 4.5).....	134
Tabela 6.6 - Síntese dos elementos expostos futuramente aos perigos climáticos no município de Sesimbra (RCP 8.5).....	135
Tabela 6.7 – Lista de variáveis utilizadas inicial e iterativamente na ACP e indicação das variáveis retidas no modelo final de criticidade, na Área Metropolitana de Lisboa, a que pertence o município de Sesimbra.	135
Tabela 6.8 – Matriz de componentes rodada para a criticidade, identificando as principais componentes, sua cardinalidade e % de variância explicada, e as respetivas variáveis explicativas.	136
Tabela 7.1 – Territórios em risco prioritários (TRP) no município de Sesimbra.....	155
Tabela 7.2 – Scores das componentes principais (FAC) nos territórios em risco prioritários (TRP) identificados no município de Sesimbra.	155

Acrónimos

A: Autoestrada

AC: Alterações climáticas

ACP: Análise de Componentes Principais

AML: Área Metropolitana de Lisboa

APA: Agência Portuguesa do Ambiente

BGE: Base de Georeferenciação de Edifícios

BGRI: Base Geográfica de Referenciação de Informação

CENSE: Center for Environmental and Sustainability Research

COS: Carta de Uso e Ocupação do Solo

EM: Estrada Municipal

EN: Estrada Nacional

ENA: Agência de Energia e Ambiente da Arrábida

ENAAC 2020: Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas

ERSAR: Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos

FCT-NOVA: NOVA School of Science and Technology | FCT-NOVA

GNR: Guarda Nacional Republicana

ha: Hectare

hab: Habitante

IC: Itinerário Complementar

IGOT-UL: Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa

IGT: Instrumentos de Gestão Territorial

INE: Instituto Nacional de Estatística

IPMA: Instituto Português do Mar e da Atmosfera

IPS: Instituto Politécnico de Setúbal

IRM: Índice de Risco Multiperigo

IVPE: Indicador de Vulnerabilidade à Pobreza Energética

km: Quilómetro

n/a: Não aplicável

ONG: Organização Não Governamental

PDM: Plano Diretor Municipal

PGRI: Planos de Gestão do Risco de Inundação

PIDFCI: Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

PLAAC: Plano Local de Adaptação às Alterações Climáticas

PLAAC-Arrábida: Plano Local de Adaptação às Alterações Climáticas

PMAAC: Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas

PMAAC-AML: Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas da Área Metropolitana de Lisboa

PMOT: Plano Municipal de Ordenamento do Território

PNA: Parque Natural da Arrábida

POC: Programa da Orla Costeira

PROF-LVT: Programa Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo

RCP: Representative Concentration Pathway

SIARL: Sistema de Administração do Recurso Litoral

TRP: Territórios em Risco Prioritários

UF: União de Freguesias

UT: Unidade Territorial

VAB: Valor acrescentado bruto

ZAC: Zonas Ameaçadas por Cheias

1 Caracterização dos impactos das alterações climáticas e análise da sensibilidade

1.1 Identificação dos Impactos Climáticos Atuais

Para a avaliação dos impactos atuais do clima no município de Sesimbra procedeu-se a um levantamento sistemático de informação sobre os resultados dos eventos climáticos extremos que afetaram o município no período 2000-2020. Este levantamento foi realizado pelos serviços técnicos do município, através de pesquisa em relatórios e em registos internos dos serviços municipais, em particular do serviço municipal de proteção civil, nos arquivos municipais, em artigos da imprensa local, regional e nacional publicados *online*, e em relatórios do Centro Distrital de Operações de Socorro e corporações de bombeiros.

A informação disponibilizada pelos serviços técnicos do município não reporta impactos resultantes de ondas de calor e secas, que são processos perigosos mais extensivos no território e não exigem uma resposta imediata dos serviços de proteção civil e emergência, mas induzem impactos nas populações, recursos e atividades económicas. A equipa do IGOT-ULisboa realizou uma pesquisa bibliográfica de artigos científicos e de relatórios do IPMA para a identificação dos eventos climáticos de tempo quente e seco e de escassez de precipitação, que afetaram o município de Sesimbra no período 2000-2020 e se traduziram em ondas de calor e episódios mais ou menos prolongados de seca.

A informação recolhida foi sistematizada pela equipa do IGOT-ULisboa numa base de dados designada Perfil de Impactes Climáticos (PIC), que compilou todas as informações sobre eventos meteorológicos extremos com impactes no município. O PIC foi desenvolvido tendo por base a ferramenta 'Local Climate Impact Profile', um dos recursos disponibilizados pelo *Adaptation Wizard* do UKCIP e adaptada à realidade portuguesa no âmbito do projeto ClimAdaPT.Local. No essencial, esta base de dados reúne a seguinte informação:

- Identificação dos eventos climáticos mais relevantes para o município no período 2000-2020 e dos processos perigosos desencadeados por esses eventos;
- Consequências para o território (tipo de consequências, locais afetados e a sua evolução temporal).

Os eventos climáticos foram responsáveis pelo desencadeamento de processos perigosos geradores de impactos numa data específica. No município de Sesimbra, foi registada a ocorrência de 6 tipos de eventos climáticos. Os eventos climáticos de **tempo quente e seco** foram geradores de ondas de calor e incêndios rurais/florestais, enquanto a **escassez de precipitação** foi responsável pela seca meteorológica. Os eventos climáticos de **agitação marítima** foram responsáveis pela ocorrência dos processos perigosos de galgamento e erosão em arribas. Os eventos climáticos de **vento forte** estiveram associados ao vento forte/tornado e os eventos de

precipitação intensa desencadearam cheias/inundações e instabilidade de vertentes. Um último tipo de evento climático identificado combina a **precipitação intensa com o vento forte**.

No município de Sesimbra foram registados 78 eventos climáticos com impactos nas duas últimas décadas, com destaque para 37 eventos de vento forte e 13 eventos de escassez de precipitação. A tabela 1.1 sintetiza o tipo de evento climático e os respetivos processos perigosos registados no município de Sesimbra entre 2000 e 2020.

Tabela 1.1 – Número de eventos climáticos com impactos e respetivos processos perigosos registados na base de dados PIC no município de Sesimbra (2000-2020).

Fonte dos dados: CM Sesimbra, 2021; IPMA.

Tipo de evento climático	Nº de eventos climáticos com impactos	Processos perigosos	Nº de processos perigosos com impactos
Tempo quente e seco	6	Onda de calor	3
		Incêndio rural/florestal	3
Escassez de precipitação	13	Seca meteorológica	13
Agitação marítima	9	Galgamentos	6
		Erosão de arribas	3
Vento forte	37	Vento forte/tornado	37
Precipitação intensa	11	Cheias/inundações	6
		Instabilidade de vertentes	5
Precipitação intensa + vento forte	2	Cheias/inundações e vento forte	2

Em seguida, analisou-se a distribuição anual dos eventos climáticos (tabela 1.2). O ano de 2018 destaca-se com o maior número de eventos climáticos geradores de impactos. O evento climático mais frequente em termos anuais é a escassez da precipitação (13 anos com registos), seguido pelos eventos de vento forte (9 anos com registos). Os dados mostram que o maior número de registos de vento forte e precipitação intensa causadores de impactos verificaram-se no período 2008-2020.

Tabela 1.2. Distribuição anual dos eventos climáticos com impactos no município de Sesimbra (2000-2020)

Fonte dos dados: CM Sesimbra, 2021; IPMA.

Tipo de evento climático	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
Tempo quente e seco																						
Escassez de precipitação																						
Agitação marítima																						
Vento forte																						
Precipitação intensa																						

A distribuição anual dos processos perigosos também foi analisada (tabela 1.3), destacando-se o ano de 2018 com o registo mais elevado de processos perigosos geradores de impactos (5). O processo perigoso da seca meteorológica foi registado em 13 anos, em alguns casos em anos consecutivos, o que tende a agravar as consequências, como aconteceu por exemplo de 2014 a 2018. O vento forte/tornado também é identificado como um processo perigoso causadores de impactos, sobretudo a partir de 2009.

Tabela 1.3. Distribuição anual dos processos perigosos desencadeados por eventos climáticos no município de Sesimbra (2000-2020)

Fonte dos dados: CM Sesimbra, 2021; IPMA.

Processos perigosos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Onda de calor																					
Incêndio rural/florestal																					
Seca meteorológica																					
Galgamentos costeiros																					
Erosão de arribas																					
Vento forte/tornado																					
Cheias/inundações																					
Instabilidade de vertentes																					

1.2 Análise da sensibilidade dos eventos climáticos

A sensibilidade climática é definida como "o grau em que um sistema é afetado, quer negativamente ou beneficemente, por estímulos relacionados com o clima" (PMAAC, 2018). O efeito pode ser direto (por exemplo, mudança no rendimento das culturas em resposta a uma alteração na temperatura) ou indireto (por exemplo, danos causados por um aumento na frequência de inundações costeiras devido à subida do nível do mar).

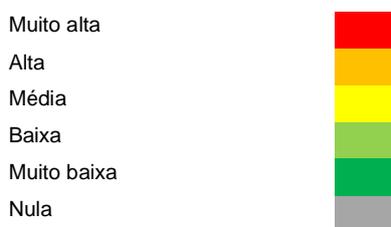
Contudo, nem todos os elementos expostos ao clima (pessoas, edifícios, redes de infraestruturas, culturas agroflorestais, valores ambientais ou culturais) são sensíveis a todos os estímulos climáticos. Por outro lado, o mesmo estímulo pode afetar o sistema/elementos expostos de forma diferente consoante as características do território.

A avaliação da sensibilidade aos estímulos climáticos foi realizada tendo por base análise bibliográfica, nas relações de causalidade existentes entre os eventos climáticos e processos perigosos desencadeados por estes, identificando-se a sensibilidade potencial dos setores estratégicos identificados no PMAAC (2018): agricultura e florestas, biodiversidade e paisagem, economia, energia e recursos energéticos, recursos hídricos, saúde humana, segurança de pessoas e bens, transportes e comunicações e zonas costeiras e mar (tabela 1.4).

Tabela 1.4 – Sensibilidade dos setores estratégicos aos eventos climáticos e processos perigosos associados (2000 – 2020).

Tipo de evento climático	Processos perigosos	Setores estratégicos								
		Agricultura e Florestas	Biodiversidade e paisagem	Economia	Energia e segurança energética	Recursos hídricos	Saúde humana	Segurança de pessoas e bens	Transportes e comunicações	Zonas costeiras e mar
Tempo quente e seco	Onda de calor	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Verde	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Verde
	Incêndio rural/florestal	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Verde	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Verde
Escassez de precipitação	Seca meteorológica	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Verde	Verde	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Verde
Agitação marítima	Galgamentos/erosão costeira	Verde	Amarelo	Amarelo	Verde	Verde	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Verde
Vento forte	Vento forte/tornado	Amarelo	Verde	Amarelo	Amarelo	Verde	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Verde
Precipitação intensa	Cheias/inundações	Verde	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Verde
	Instabilidade de vertentes	Verde	Verde	Amarelo	Amarelo	Verde	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Verde

Sensibilidade climática do setor estratégico



1.2.1 Tempo quente e seco

Em relação ao tempo quente seco, registaram-se 6 eventos no período 2000-2020. Os eventos de tempo quente e seco originam ondas de calor e incêndios rurais/florestais.

No período em análise, foram sentidas 3 ondas de calor no município de Sesimbra: 2006 (julho); 2013 (julho) e 2018 (agosto), cuja duração variou entre 6 e 7 dias (Silva *et al.*, 2014; Sousa *et al.*, 2019). Os setores estratégicos mais sensíveis aos impactos das ondas de calor são os setores da saúde humana, energia e segurança energética e segurança de pessoas e bens (tabela 1.4), apresentando uma sensibilidade alta.

O setor estratégico da saúde humana é particularmente sensível aos impactos diretos de fenómenos meteorológicos extremos, nomeadamente os efeitos na mortalidade e morbilidade associados às ondas de calor. Os principais impactes das ondas de calor fazem-se sentir no aumento da morbilidade e mortalidade, em especial na população mais vulnerável como os idosos. No município identificou-se uma tendência de agravamento do envelhecimento da população e do índice de dependência de idosos. Contudo, o número de óbitos associado às ondas de calor no município de Sesimbra não está quantificado. As necessidades de apoio aos segmentos da população mais vulnerável em situação de onda de calor justificam a sensibilidade alta no setor da segurança de pessoas e de bens.

No setor estratégico da energia, o tempo quente e seco afeta a procura de energia, nomeadamente para arrefecimento, nos períodos de onda de calor, nos edifícios com menor qualidade térmica, podendo também afetar a eficiência de alguns processos industriais. No município de Sesimbra, o consumo de energia elétrica é dominado pelo setor doméstico, verificando-se uma reduzida correlação entre os consumos de energia elétrica do setor

doméstico com a temperatura ambiente. No entanto, o município tem cerca de 49 % do parque habitacional com fraca qualidade térmica, apenas 17 % dos alojamentos têm ar condicionado e 21 % da população tem menos de 4 anos ou mais de 65 anos, sendo assim mais sensível aos efeitos do clima.

Os incêndios rurais/florestais ocorreram sempre nos meses mais quentes (julho e agosto) nos anos de 2000, 2004 e 2017. Destaca-se o incêndio de 2004, que atingiu o Parque Natural da Arrábida. Os setores estratégicos mais sensíveis aos impactos dos incêndios rurais/florestais são os setores da agricultura e florestas, biodiversidade e paisagem e segurança de pessoas e bens, todos com uma sensibilidade alta (tabela 1.4).

No setor estratégico da agricultura e florestas, no que concerne à área florestal, encontram-se manchas significativas de pinheiro bravo (7.276 hectares) e pinheiro manso (1.964 hectares), nomeadamente na zona norte do concelho, a nascente e norte da Lagoa de Albufeira.

No setor estratégico da biodiversidade e paisagem, o município apresenta uma elevada sensibilidade a mudanças ambientais por comportar um conjunto de flora e vegetação reliquial, endémica, ou em limite de distribuição (turfeiras, matos acidófilos, matos de Euphorbia pedroi, zimbrais e sobreirais), localizados no Sítio Arrábida/Espichel, na Zona de Proteção Especial de Sesimbra, no Sítio Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira, na Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica, no Parque Natural da Arrábida, na Zona de Proteção Especial (ZPE) Lagoa Pequena e integra o Sítio Ramsar Lagoa de Albufeira.

Os sobrais e montados de sobreiro estão a deixar lugar aos matos baixos do sobosque acidófilo, sobretudo devido ao fogo e também a mudanças de práticas culturais, que têm conduzido à destruição do sistema radicular periférico do sobreiro (fundamental na absorção de nutrientes e água) (Dinis et al., 2011).

No setor estratégico de segurança de pessoas e bens, os incêndios rurais/florestais constituem uma ameaça séria na área correspondente ao Parque Natural da Arrábida. A sensibilidade aos incêndios tem expressão em duas freguesias do município: Sesimbra (Castelo) e Sesimbra (Santiago) e colocam diretamente em risco uma população estimada em 170 pessoas e 65 edifícios.

1.2.2 Escassez de precipitação

O evento climático de escassez de precipitação verificou-se em 13 dos 21 anos em análise, constituindo uma situação cada vez mais sistémica. A escassez de precipitação materializa-se em períodos de seca mais ou menos severa. A seca 2004 a 2006 foi a seca com maior extensão territorial em Portugal continental (100 % do território afetado) e a mais intensa nas décadas anteriores, tendo em conta os meses consecutivos em seca severa e extrema (<https://www.ipma.pt/pt/oclima/observatorio.secas/pdsi/apresentacao/evolu.historica/>). Na última década, os episódios de seca significativos que afetaram o município de Sesimbra ocorreram com muita frequência, tendo estado ausentes apenas em 3 anos.

Os setores estratégicos mais sensíveis aos impactos das secas são os setores da agricultura e florestas, biodiversidade e paisagem e recursos hídricos, com uma sensibilidade alta (tabela 1.4).

Em termos agrícolas, as principais ocupações estão relacionadas com culturas temporárias de sequeiro e regadio (1035 hectares) - com destaque para os hortícolas e milho - e sistemas culturais e parcelares complexos (700 hectares). Estes últimos dizem respeito a múltiplas pequenas parcelas/blocos de agricultura familiar, compostas/os por uma ocupação de geometria e temporalidade muito variáveis com culturas permanentes – sobretudo árvores de fruto – e temporárias – sobretudo hortícolas como brássicas, batata, tubérculos e tomate -, muitas vezes ligadas

a um regime de agricultura a tempo parcial. Estas áreas agrícolas encontram-se condicionadas pelas secas meteorológicas, com potenciais impactes negativos nas culturas de regadio, vinhas e pomares. Os espaços agrícolas localizam-se, maioritariamente, na zona sul do concelho, a poente e nascente da vila de Sesimbra - nas localidades de Azoia e Aldeia Nova.

No setor estratégico da biodiversidade e paisagem, as secas, em conjunto com o aumento da temperatura e recorrência de incêndios, têm tido como consequência uma maior facilidade de penetração de fogos no interior das matas, ou pelo menos na sua periferia. A tendência para as secas se prolongarem mais nas depressões e fundos de vale tenderá a traduzir-se em efeitos mais severos sobre a biodiversidade.

Nas áreas de areias encontram-se as raríssimas áreas de solos turfosos (turfeiras sublitorais) com vegetação reliquial, cuja manutenção está dependente da presença quase constante de água no solo durante todo o ano, proveniente dos lençóis freáticos que se constituem na base das dunas. Da mesma forma, as raríssimas manchas de matos acidófilos (de carácter reliquial), de ótimo temperado são extremamente sensíveis devido à sua baixa resiliência, em função da sua descontextualização climática. Os zimbrais de *Juniperus navicularis* são particularmente sensíveis a uma descida do nível freático subsuperficial, principalmente em toda a área arenosa, onde as perfurações de pequena profundidade que exploram a água destes aquíferos subsuperficiais e as explorações agrícolas aumentam a eutrofização das águas.

O sobreiro apresenta atualmente uma tendência para diminuição da área ocupada em todo o concelho (a mortalidade tem sido elevada em períodos de seca prolongada), não tendo possibilidade de migração pois não tem habitat acidófilo de maior humidade onde possa refugiar-se, já que a serra da Arrábida é calcária. Por outro lado, estudos recentes provam que tanto o excesso de água como a sua falta reduzem substancialmente a vitalidade da árvore, o que a torna suscetível à ação da *Phytophthora cinnamomi* (Camilo-Alves *et al.* 2013), que conduz à morte da árvore em caso de secas sucessivas. Também as mudanças de práticas culturais associadas aos montados de sobreiro têm conduzido à destruição do sistema radicular periférico do sobreiro, diminuindo drasticamente a vitalidade da árvore (fundamental na absorção de nutrientes e água) (Dinis *et al.*, 2011), contribuindo para um aumento da sensibilidade às secas. Se observarmos o que tem sucedido nas últimas décadas, há uma clara ligação entre secas prolongadas e a morte elevada dos sobreiros.

No setor estratégico dos recursos hídricos, o município dispõe de importantes reservas de recursos hídricos subterrâneos, associadas a um dos aquíferos mais importantes de Portugal, o aquífero Tejo/Sado – Margem Esquerda. Com escassos recursos hídricos superficiais, os recursos subterrâneos assumem primordial relevância na região, assegurando a totalidade do abastecimento doméstico e sustentando ainda a maioria dos usos agrícolas e industriais. A laguna designada como Lagoa de Albufeira apresenta grande sensibilidade à diminuição dos aportes de água doce da Ribeira da Apostiça, em função das alterações da ocupação e uso do solo das últimas décadas.

Os aquíferos de grande dimensão são considerados pouco sensíveis a eventos climáticos extremos de seca, mas são afetados de forma significativa pelas alterações das médias dos parâmetros climáticos de precipitação e temperatura (cf. Novo *et al.*, 2018). Ou seja, atendendo à sua elevada dimensão, só uma tendência prolongada (30 anos ou mais) de redução da precipitação média poderá afetar a disponibilidade global dos aquíferos e conduzir a um rebaixamento do nível piezométrico (5 a 10 metros para as condições atuais de exploração dos aquíferos). A temperatura afeta a evaporação e evapotranspiração e os processos relacionados com as recargas hídricas, mas apenas uma tendência prolongada de alteração da temperatura terá expressão para o aquífero, quando conjugada com a referida redução prolongada da precipitação.

Do ponto de vista do utilizador que recorra à camada superficial do aquífero, uma seca prolongada pode ter relevância. Um pequeno rebaixamento do nível piezométrico de um grande aquífero em períodos de seca (inferior a 5 metros) pode não ser significativo em termos das suas disponibilidades hídricas interanuais, mas pode ter impacto na redução ou mesmo secagem de aquíferos pouco profundos, inviabilizando temporariamente as captações da zona mais superficial do aquífero. No geral estes impactos são temporários, pelo que os aquíferos recuperam de forma mais ou menos rápida, consoante os quantitativos da precipitação após a seca e o nível de exploração local.

1.2.3 Agitação marítima

O evento climático da agitação marítima foi registado em 9 situações no período 2000-2020, 6 das quais correspondem a galgamentos oceânicos e as restantes a erosão de arribas.

Os setores estratégicos mais sensíveis à agitação marítima são as zonas costeiras com uma sensibilidade muito alta, seguido pela segurança de pessoas e bens com uma sensibilidade alta (tabela 1.4).

A zona costeira do município de Sesimbra é muito diversificada. Apresenta uma ocupação urbana de baixa densidade, com exceção da vila de Sesimbra e do aglomerado da Lagoa de Albufeira. No sector Oeste, a costa está exposta a uma agitação marítima intensa e de elevada energia com areais, dunas, arriba fóssil e arribas vivas, interrompidas por uma importante laguna costeira. O sector a Sul (flanco sul da plataforma do cabo a Oeste e da Serra da Arrábida a Este), é caracterizado por um litoral rochoso com vertentes muito inclinadas, que se encontra sob o efeito de abrigo proporcionado pelo Cabo Espichel, o que proporciona uma agitação marítima fraca de baixa energia incidente durante quase todo o ano, com exceção dos temporais de Sudoeste. Esta costa de litoral alcantilado, tem poucas praias de areia, que se acumulam em pequenas enseadas, de difícil acesso ou com acessos, como é o caso da praia da vila de Sesimbra.

As características geomorfológicas e a ocupação antrópica da zona costeira oceânica e lagunar, determinam uma elevada sensibilidade aos vários fenómenos hidrodinâmicos extremos, nomeadamente quando ocorre a coexistência entre o nível de maré elevado com tempestade e sobrelevação de origem meteorológica, resultando em fenómenos de erosão, galgamento e inundações. Os episódios de vento e precipitação intensa e concentrada no tempo agravam os fenómenos descritos anteriormente. Destacam-se assim, a sensibilidade das áreas baixas e arenosas, áreas planas, enseadas, lagoas e fundos de vale a jusante das ribeiras aos fenómenos de inundações e galgamentos, especialmente se associados a eventos meteorológicos extremos. Estas tem vindo a sofrer fenómenos de erosão, com emagrecimento de praias (litoral Oeste ou na Vila de Sesimbra), destruição de infraestruturas e inundações devido à forte agitação marítima e erosão em arribas.

Os fenómenos meteorológicos extremos, associados aos ventos fortes e a marés violentas aceleram a erosão das arribas litorais, quer nas suas cristas, com a queda de blocos, quer na sua base com processos de sapamento. Os galgamentos costeiros podem também provocar erosão de areais, com danos nas estruturas e perturbação nas atividades na vila de Sesimbra. A freguesia de Sesimbra (Castelo) tem áreas sensíveis a erosão de litoral rochoso (erosão em arribas) e a freguesia de Sesimbra (Santiago) apresenta sensibilidade a galgamentos costeiros, causando danos em edifícios e em estruturas (pavimentos, arruamentos).

No setor estratégico da biodiversidade e paisagem destaca-se a elevada sensibilidade dos sistemas de duna cinzenta (dunas fixas) e duna verde de Zimbro das areias (*Juniperus turbinata*), ambos habitats prioritários da Rede Natura 2000 (Alfa 2004). A sensibilidade destes habitats é superior aos habitats que colonizam a praia alta e duna

branca pois estas (embora expostas ao recuo da linha de costa) são dominadas por vegetação herbácea que responde de forma eficaz às taxas de recuo, colonizando rapidamente territórios dunares mais interiores, ao contrário que sucede com as formações arbustivas das dunas cinzenta e verde cuja resposta é muitíssimo mais lenta por motivo de serem arbustos de crescimento lento (Martins et al. 2013, 2014a, 2014b).

Os matos de *Euphorbia pedroi*, planta que só existe no concelho de Sesimbra, têm apresentado uma resiliência elevada, que é ajudada pela posição topográfica que ocupam. A sensibilidade advém da sua pequena área de distribuição, que pode por si só colocar a espécie à beira da extinção (Capelo e Costa, 2002). Os fenómenos de instabilidade de vertentes nas rechãs, onde esta espécie se encontra, tornam a espécie sensível a este tipo de fenómeno, por vezes associado a chuvas concentradas ou tempestades com ondulação forte.

1.2.4 Vento forte

Os eventos climáticos de vento forte são, por vezes, acompanhados por precipitação intensa. No período 2000-2020 registaram-se 37 eventos (32 dos quais nos últimos 2 anos). A queda de árvores e interrupção de vias corresponde a 75,6 % das consequências reportadas neste tipo de evento climático. No entanto, também provocaram danos em edifícios, viaturas e estruturas e infraestruturas, por queda e/ou projeção de objetos mobilizados pelo vento (figura 1.1).

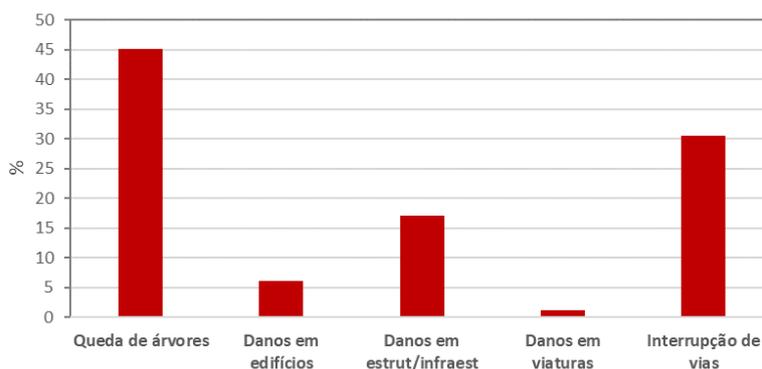


Figura 1.1 – Consequências do evento climático vento forte no município de Sesimbra (2000-2020).
Fonte dos dados: CM Sesimbra, 2021.

Os setores estratégicos mais sensíveis ao vento forte são a segurança de pessoas e bens; transportes e comunicações e zonas costeiras e mar, com uma sensibilidade alta (tabela 1.4).

No setor estratégico da segurança de pessoas e bens a sua sensibilidade aos ventos fortes é alta devido à queda e arrastamento de estruturas, com potencial para gerar danos nas populações e equipamentos. Tipicamente, a velocidade do vento é mais elevada com o aumento da altitude, mas também ao longo da zona litoral, o que justifica a alta sensibilidade para o setor estratégico das zonas costeiras e mar.

No setor estratégico dos transportes e comunicações a sensibilidade aos ventos fortes assume-se também como alta pela possibilidade de queda de estruturas e ramos de árvores nas vias rodoviárias, causando perturbações na circulação de pessoas e mercadorias.

1.2.5 Precipitação intensa

Os eventos climáticos de precipitação intensa são, por vezes, acompanhados por vento forte. No período 2000-2020 registaram-se 11 eventos concentrados nos últimos 13 anos, constringidos nos meses de outubro a abril, estando ausentes no período estival. A maior parte dos eventos ocorreu no mês de fevereiro (42 %).

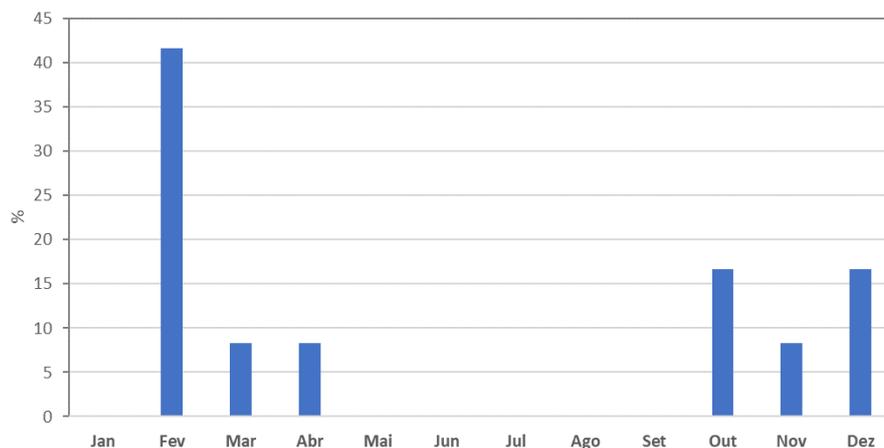


Figura 1.2. Distribuição mensal dos eventos de precipitação intensa no município de Sesimbra (2000-2020).
Fonte dos dados: CM Sesimbra, 2021.

Os eventos de precipitação intensa originaram cheias e inundações e instabilidade de vertentes, com consequências no município de Sesimbra (figura 1.3). Entre 2000 e 2020, a interrupção de vias foi a consequência mais habitual, quer das cheias e inundações (53,7 %), quer da instabilidade de vertentes (75 %). Os danos em estruturas e infraestruturas correspondem a 7,7 % e 25 %, respetivamente para cheias e inundações e instabilidade de vertentes. Os danos em edifícios e em viaturas foram observados apenas em casos de cheia e inundação (figura 1.3).

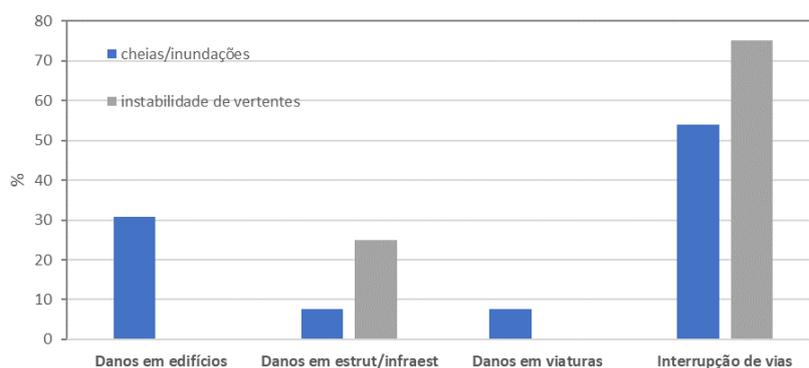


Figura 1.3. Consequências dos processos de cheias e inundações e de instabilidade de vertentes no município de Sesimbra (2000-2020).
Fonte dos dados: CM Sesimbra, 2021.

No caso das cheias e inundações, os setores estratégicos mais sensíveis são a economia, segurança de pessoas e bens; transportes e comunicações e zonas costeiras e mar, com uma sensibilidade média (tabela 1.4).

No setor estratégico da economia, a localização das atividades comerciais e de serviços em meio urbano e de zonas comerciais e de espaços empresariais em áreas sensíveis a cheias rápidas e inundações constituem as situações mais problemáticas associadas às alterações climáticas no subsetor do comércio e serviços. A localização de atividades de comércio, nos pisos térreos de edifícios com diferentes utilizações – sobretudo habitação – e de atividades de serviços ocorre no centro de Sesimbra e também em algumas aglomerações urbanas, como Quinta do Conde, Lagoa de Albufeira, Alfirim, Zambujal e Cotovia. Sinalizam-se também vários espaços constituídos por parcelas autónomas, ocupados predominantemente por atividades comerciais de pequena e média dimensão.

No setor estratégico da segurança de pessoas e bens, as cheias progressivas e as inundações costeiras e erosão de litoral arenoso têm uma expressão moderada no município. A sensibilidade às cheias rápidas é residual e tem expressão somente na freguesia de Sesimbra (Castelo), onde se estimam 5 pessoas e 5 edifícios afetados. Os galgamentos oceânicos são mais expressivos na praia de Sesimbra, provocando frequentemente danos estruturais.

No setor estratégico dos transportes e comunicações, a sensibilidade a cheias rápidas situa-se na rede rodoviária na zona da Lagoa de Albufeira (EN377 junto à Herdade da Apostiça até ao centro de interpretação da Lagoa pequena), Rua do Vale, na zona de Aiana de Baixo a Rua da Queimada, na EN378 existe um troço em risco de cheias. Na povoação da Lagoa de Albufeira, também existem algumas vias da rede rodoviária comprometidas. Na povoação de Alfirim, destaca-se uma zona de cheia rápida de um curso de água que vai desaguar na praia do Meco, Rua da Amieira, Rua da Arreira, Rua dos Curvais, Rua do Meco, Estrada da ponte Concelho e que coloca algumas vias da rede viária em risco.

No setor estratégico das zonas costeiras e mar, destacam-se as áreas baixas e arenosas, áreas planas, enseadas, laguna e fundos de vale a jusante das ribeiras, que são mais sensíveis aos fenómenos de sobrelevação do nível do mar de origem meteorológica (*storm surge*) e forte agitação marítima. Estes processos têm levado à rápida sobrecarga da capacidade dos sistemas de drenagem, provocando inundações urbanas, por vezes de elevada magnitude.

No caso da instabilidade de vertentes, os setores estratégicos mais sensíveis são a segurança de pessoas e bens; transportes e comunicações e zonas costeiras e mar, com uma sensibilidade alta (tabela 1.4). No setor estratégico da segurança de pessoas e bens, os movimentos de massa em vertentes têm uma expressão relevante apenas em duas freguesias: Sesimbra (Castelo) e Sesimbra (Santiago), afetando uma população estimada em 132 pessoas e 90 edifícios. Os setores costeiros com arribas e sistema praia-arriba, apresentam evidências de processos de instabilidade de vertentes que se depositam sob a forma de cones de dejeção ou de amontoados de blocos no sopé da arriba.

2 CAPACIDADE ADAPTATIVA

Este capítulo apresenta a análise da capacidade adaptativa no concelho de Sesimbra. A adaptação, no contexto das alterações climáticas, tem várias definições na literatura científica, mas todas se focam nos ajustamentos de um sistema aos impactos das alterações climáticas com o objetivo de diminuir a vulnerabilidade aos mesmos, designadamente:

- Ajustamentos no comportamento e nas características de um sistema que fazem aumentar a sua capacidade de lidar com o *stress* externo (Brooks, 2003);
- Ajustamento nos sistemas eco-socio-económicos em resposta a estímulos climáticos atuais ou futuros, aos seus efeitos ou impactos (Smit, Burton, Klein, & Wandel, 2000);
- Ajustamentos em grupos individuais e comportamentos institucionais para reduzir a vulnerabilidade da sociedade às AC (Pielke Jr, 1998);
- São processos, ações ou resultados num sistema (família, comunidade, grupo, setor, região, país) para que o sistema possa lidar melhor, gerir ou ajustar-se a alguma condição, *stress*, perigo, risco ou oportunidade (Smit & Wandel, 2006).

Segundo o PMAAC (AML, 2018), “capacidade adaptativa consiste na aptidão que um sistema, instituição, Homem ou outros organismos têm para se ajustar aos diferentes impactes potenciais das alterações climáticas, tirando partido das oportunidades ou respondendo às consequências que daí resultam. Resulta de uma conjugação de fatores que determinam a aptidão que um sistema tem para definir e implementar medidas de adaptação relativamente aos impactos climáticos atuais e futuros”. Quanto maior a capacidade adaptativa de um sistema, menor a sua vulnerabilidade e, conseqüentemente, menor o risco.

Na tabela 2.1 pode-se observar um conjunto de fatores que afetam a capacidade de adaptação de um território. Estes fatores são determinantes para que a estratégia de adaptação tenha sucesso.

Tabela 2.1 – Fatores determinantes da capacidade adaptativa.

Fonte: adaptado de Smit, B; Pilifosova, O. *Adaptation to climate change in the context of sustainable development and equity*. Em: AML (2018).

Recursos económicos	Ativos económicos, recursos de capital, meios financeiros e riqueza
Tecnologia	Recursos tecnológicos possibilitam opções de adaptação
Informação e capacitação	Pessoal capacitado, informado e treinado aumenta a capacidade adaptativa, enquanto o acesso à informação pode levar a uma adaptação mais adequada e atempada
Infraestruturas	Maior variedade de infraestruturas aumenta a capacidade adaptativa
Instituições	A existência e o bom funcionamento das instituições possibilitam a adaptação e ajudam a reduzir os impactes dos riscos climáticos
Equidade	A distribuição equitativa dos recursos contribui para a capacidade adaptativa

Outro fator que aumenta a capacidade de adaptação de um território é o nível de integração das medidas de adaptação nos instrumentos de planeamento e gestão territorial com influência nesse território. A existência destes

instrumentos, de instituições com capacidade para promover a adaptação climática planeada e da quantidade e qualidade da informação disponível sobre o clima e sobre os riscos atuais e futuros, assim como o nível de capacitação das instituições relativamente a esta problemática, são indicadores da capacidade de adaptação de um território aos impactos das alterações climáticas.

A análise da capacidade adaptativa realizada neste relatório focar-se-á na:

- i. Capacidade adaptativa institucional¹ atual do concelho de Sesimbra, em que se caracteriza o ecossistema institucional nacional, regional e municipal relevante para o desenvolvimento e implementação das políticas de adaptação do PLAAC-Sesimbra;
- ii. Capacidade adaptativa instrumental, em que se caracterizam os instrumentos de planeamento com relevância para a adaptação climática e para a operacionalização do PLAAC-Sesimbra;
- iii. Capacidade adaptativa setorial, em que se caracteriza a capacidade adaptativa dos setores da ENAAC compilando e analisando os respetivos indicadores de capacitação.

2.1 Capacidade adaptativa institucional

A capacidade adaptativa de um território está estritamente relacionada com capacidade que as entidades desse território têm para cooperar na elaboração e implementação de estratégias e medidas de adaptação. Um território com entidades cooperativas, que sejam capazes de contribuir de forma decisiva, tanto no presente como no futuro, para a adaptação climática, será um território com maior capacidade adaptativa e que responderá de forma mais eficaz aos impactos as alterações climáticas.

A abordagem metodológica seguida para a análise da capacidade adaptativa institucional foi a abordagem preconizada pelo PMAAC-AML (AML, 2018), mas para o âmbito municipal, i.e., baseia-se na identificação e sistematização das instituições baseadas no território municipal passíveis de contribuírem atual e futuramente de forma decisiva para a adaptação climática do concelho de Sesimbra, nomeadamente para o desenvolvimento e operacionalização do PLAAC-Sesimbra, considerando os seguintes critérios de seleção:

- Relevância estratégica para o Município de Sesimbra;
- Relevância setorial no quadro de cada um dos setores da ENAAC 2020. Foram consideradas as entidades públicas com competências na definição de abordagens adaptativas setoriais no território municipal, e as entidades privadas representativas dos setores de atividade económica e grandes agendes económicos de cada setor;
- Relevância da sua atuação em termos de investigação, desenvolvimento, monitorização e sensibilização para as questões relacionadas com as alterações climáticas e a respetiva adaptação.

As entidades identificadas pelo Município de Sesimbra como relevantes para o desenvolvimento e operacionalização do PLAAC-Sesimbra e que participaram e têm participado nos respetivos Workshops foram igualmente selecionadas.

Após a identificação das instituições relevantes para a adaptação climática local, estas foram classificadas e selecionadas segundo:

- A natureza (pública ou privada)

¹ Considera-se, como ecossistema institucional, o conjunto de entidades públicas e privadas com capacidade para promover e implementar a adaptação planeada às alterações climáticas à escala metropolitana e municipal.

- A escala de atuação em termos de importância para a adaptação climática (nacional, supramunicipal, municipal ou local);
- Os setores de ENAAC em que intervêm.

Assim, foram identificadas 270 entidades relevantes para a adaptação climática no concelho de Sesimbra. O que, em primeira análise, indica que Sesimbra tem um número muito elevado de entidades determinantes para o desenvolvimento estratégico e operacional do PLAAC-Sesimbra. No **ANEXO I** pode-se observar a distribuição das entidades por cada setor ENAAC, segundo a natureza (privada ou pública) e segundo a escala de atuação (nacional, supramunicipal, municipal ou local).

Em termos da sua natureza, foram identificadas 188 entidades privadas (70%) e 82 entidades públicas (30%). As entidades públicas incluem as entidades da administração central e da administração desconcentrada do Estado, as instituições de ensino e do sistema científico e tecnológico, inovação e desenvolvimento, entidades do sistema nacional de proteção civil e agências públicas. Das entidades privadas, destacam-se as grandes empresas dos setores da agricultura e florestas, indústria e comércio e terceiro setor, organizações não-governamentais, empresas de distribuição e produção de energia e instituições do ensino superior.

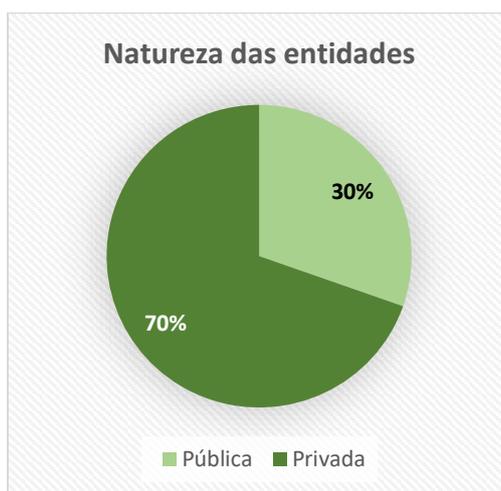


Figura 2.1 – Gráfico com a proporção da natureza das entidades relevantes para a adaptação climática.

Quanto à sua escala de atuação, as entidades identificadas são, na sua maioria, de intervenção nacional. Foram identificadas 111 entidades de atuação nacional (41%), 76 entidades de atuação supramunicipal (28%), 28 entidades de atuação municipal (11%) e 55 entidades de atuação local (20%) (figura 2.2).

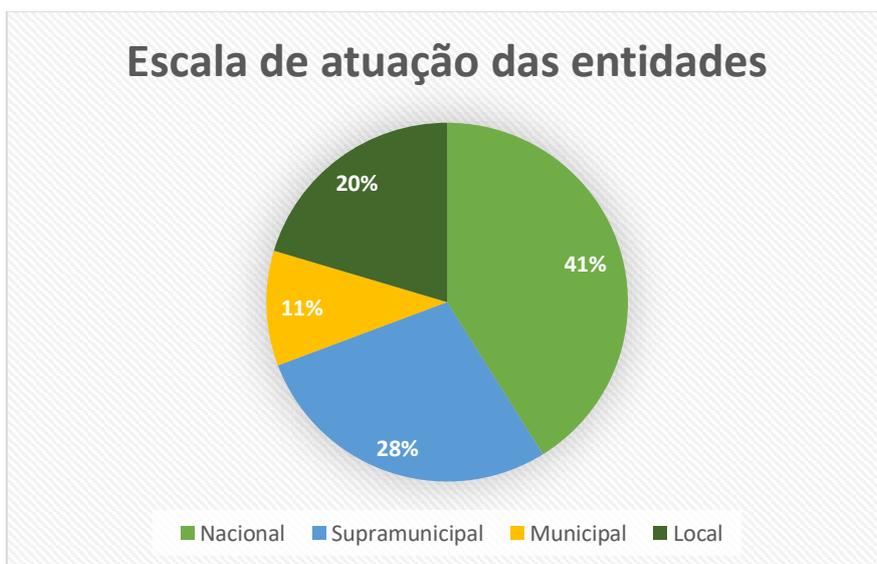


Figura 2.2 – Gráfico com a proporção da escala de atuação das entidades relevantes para a adaptação climática.

Em relação à representatividade setorial, os três setores mais representativos são a Economia (com 105 entidades), Natureza e Biodiversidade (com 59 entidades) e Agricultura e Florestas (com 45 entidades). Os três setores menos representativos são Pescas e Aquicultura (com 16 entidades), Recursos Hídricos (20 entidades) e Saúde Humana (24 entidades). Na figura 2.3 pode-se observar a distribuição dos setores.

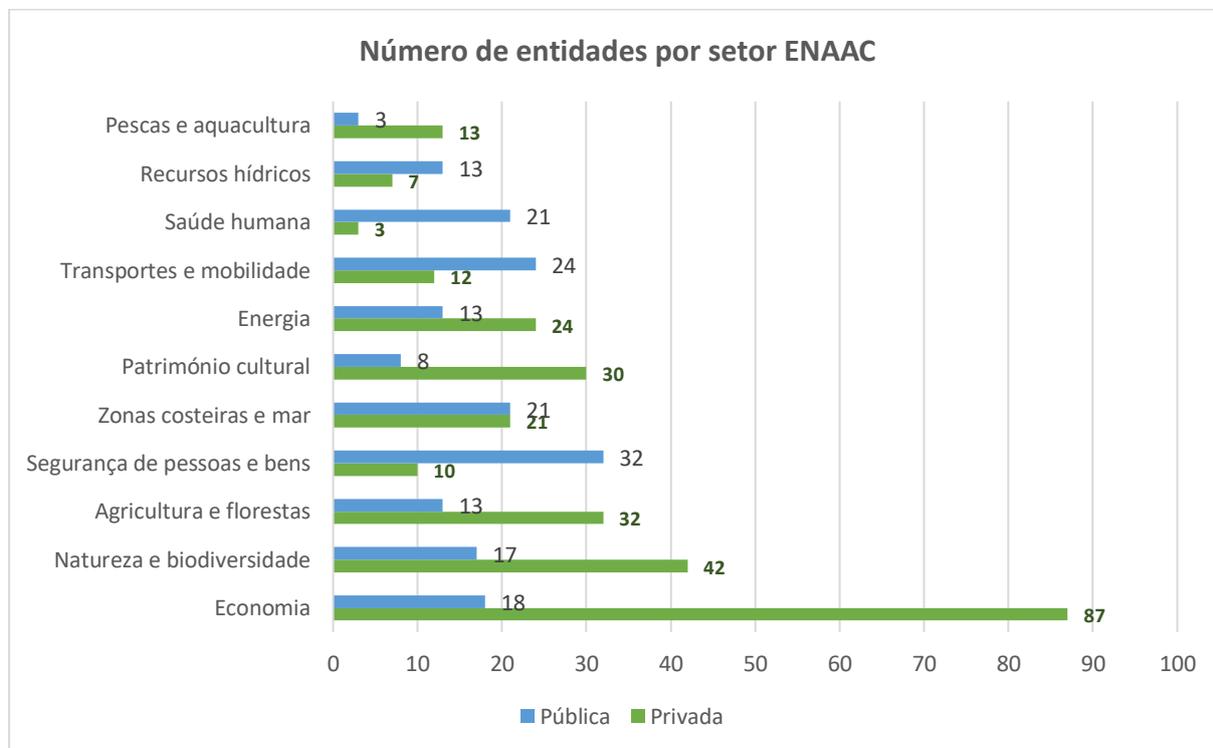


Figura 2.3 – Gráfico com o número e natureza das entidades relevantes para a adaptação climática por setor ENAAC.

O concelho de Sesimbra tem um número significativo de entidades determinantes para a elaboração de estratégias e de ações de adaptação climática. Todos os setores estão representados por entidades públicas e privadas, com recursos, competências e capacidades adequadas para a adaptação climática no concelho.

2.2 Capacidade adaptativa instrumental

Para avaliar a capacidade adaptativa instrumental do concelho de Sesimbra, procedeu-se à identificação e análise de instrumentos de planeamento em vigor, revisão ou elaboração, com influência no território municipal, relevantes para a adaptação climática planeada e para a operacionalização do PLAAC-Sesimbra.

Os instrumentos analisados englobam os de responsabilidade da administração central e local passíveis de incluir estratégias, medidas e/ou ações de adaptação e que, em alguns casos, tenham em consideração cenários climáticos e perigos atuais e/ou futuros.

De referir que os instrumentos relevantes identificados para a adaptação climática local foram tidos em consideração na elaboração do presente PLAAC para a definição da estratégia e das medidas de adaptação a incluir no Plano.

Os instrumentos identificados foram alvos de uma análise com o objetivo de avaliar e classificar de acordo com:

- Situação (em vigor, em revisão ou em elaboração);
- Âmbito territorial (nacional, região hidrográfica, regional, orla costeira, Rede Natura, estuário, área protegida, concelho, cidade, zona industrial, local);
- Âmbito setorial (considerando os setores ENAAC);
- Perigos climáticos analisados ou tidos em consideração (considerando os perigos analisados no presente PLAAC-Sesimbra);
- Interação com outros instrumentos;
- Contributo potencial para a adaptação climática em termos de:
 - Diagnóstico de riscos climáticos
 - Caracterização climática
 - Cenários climáticos
 - Cartografia de risco
 - Opções de adaptação estrutural
 - Infraestruturas cinzentas
 - Infraestruturas verdes
 - Opções de adaptação não estrutural
 - Integração
 - Capacitação
 - Governação
 - Monitorização

Para avaliar o contributo potencial que os instrumentos têm para a adaptação climática em Sesimbra, designadamente através das opções de adaptação, classificaram-se as mesmas através das categorias de:

- Opções estruturais, que correspondem a intervenções infraestruturais cinzentas ou verdes com o objetivo de tornar as infraestruturas melhor preparadas para lidar com os perigos climáticos. As infraestruturas cinzentas correspondem a intervenções físicas ou de engenharia pesada, como por exemplo esporões

costeiros, barragens, estações de tratamento de água, entre outras. As infraestruturas verdes correspondem a intervenções realizadas através de soluções naturais, tais como coberturas verdes, parques verdes urbanos, bacias de retenção, entre outras.

- Opções não estruturais, que correspondem ao desenho e implementação de políticas, estratégias e processos. Podem ser classificadas como opções de:
 - Integração – em que se integram medidas de adaptação em estratégias, planos, programas, regulamentos e estudos;
 - Capacitação e sensibilização – em que são desenvolvidas ações com o objetivo de aumentar a capacidade de resposta e a perceção de risco das comunidades locais, ou seja incrementar a consciencialização para as consequências das alterações climáticas;
 - Governação – em que existem mecanismos e soluções institucionais com o objetivo de possibilitar e facilitar a articulação entre os vários atores;
 - Monitorização, em que são desenvolvidas ações de acompanhamento sistemático da evolução climática, dos impactos das alterações climáticas, da capacidade de resposta e do seguimento do instrumento.

Desta forma, foram identificados 34 instrumentos com influência no território municipal de Sesimbra e classificados segundo o tipo de instrumento e âmbito territorial (tabela 2.2). No ANEXO II pode-se observar as fichas da análise da capacidade adaptativa instrumental com a classificação e análise dos instrumentos de gestão e ordenamento do território.

Tabela 2.2 – Tipo e âmbito territorial dos instrumentos de adaptação relevantes para o concelho de Sesimbra.

Tipo	N.º	Âmbito territorial	Nº	Instrumento	Nº
Programa Nacional	1	Nacional	1	Programa Nacional de Política e Ordenamento do Território	1
Programa Regional	1	Regional	1	Plano Regional de Ordenamento do Território	1
Programa Setorial	23	Nacional	15	Programa Setorial	15
		Orla Costeira	1	Programa Setorial	1
		Rede Natura	2	Programa Setorial	2
		Região Hidrográfica	4	Plano de Gestão da Região Hidrográfica	2
				Plano de Gestão de Risco de Inundação	2
Regional	1	Plano Regional de Ordenamento Florestal	1		
Programa Especial	5	Área Protegida	2	Plano de Ordenamento de Paisagem Protegida	1
				Plano de Ordenamento de Parque Natural	1
		Orla Costeira	3	Plano de Ordenamento de Orla Costeira	1
				Programa de Orla Costeira	2
PMOT	1	Concelho	1	Plano Diretor Municipal	1
PMAAC	1	Regional	1	Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas	1
Plano de Emergência	1	Concelho	1	Plano de Emergência	1

Tipo	N.º	Âmbito territorial	Nº	Instrumento	Nº
PIDFCI	1	Regional	1	Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios	1
TOTAL					34

Da análise realizada aos instrumentos de gestão, verificou-se que apenas 36% destes incluem estudos de caracterização climática. Desta análise, destacam-se pela positiva o PMAAC-AML que apresenta uma análise aprofundada e direcionada para o território em análise (concelho de Sesimbra). Pela negativa destacam-se os vários programas setoriais e especiais de âmbito regional que não apresentam estudos de caracterização climática, nomeadamente o PROF-LVT, os planos e programas de orla costeira e o PDM de Sesimbra. O PDM de Sesimbra está em processo de revisão e com certeza que terá uma caracterização climática do território. Na figura 2.4 pode-se observar o gráfico com a proporção de instrumentos que incluem estudos de caracterização climática, por tipo de instrumento.

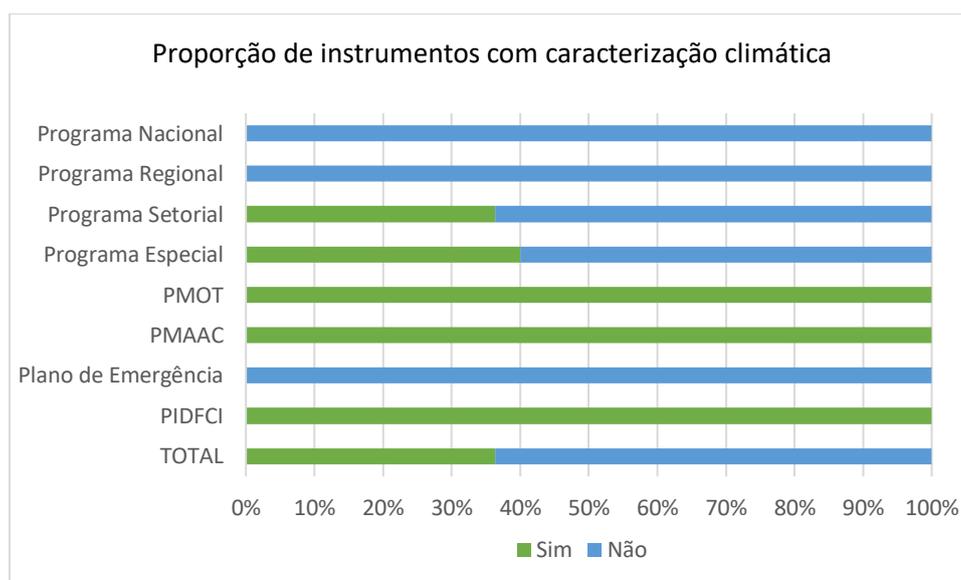


Figura 2.4 – Gráfico com a proporção de instrumentos que incluem estudos de caracterização climática, por tipo de instrumento.

Em relação à presença de estudos de caracterização climática nos instrumentos de gestão, apenas 36% dos mesmos têm a respetiva análise. Esta situação é justificada pela pouca disponibilidade de estudos de caracterização climática, principalmente de âmbito local. Contudo, são vários os programas setoriais que apresentam esta análise, principalmente os elaborados ultimamente dada a disponibilidade mais recente destes estudos. Destaca-se pela positiva, mais uma vez, o PMAAC-AML que apresenta cenários climáticos locais. Na figura 2.5 pode-se verificar o gráfico com a proporção de instrumentos que incluem estudos de caracterização climática, por tipo de instrumento.

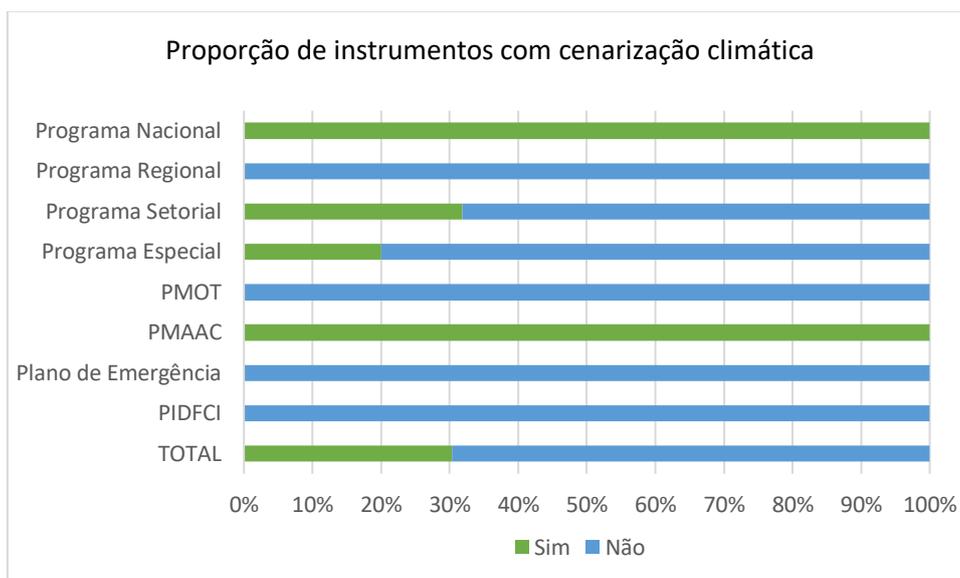


Figura 2.5 – Gráfico com a proporção de instrumentos que incluem estudos de cenarização climática, por tipo de instrumento.

A proporção de instrumentos com cartografia de risco é de 36% (figura 2.6). É de destacar a presença de cartografia de risco em praticamente todos os tipos de instrumentos.

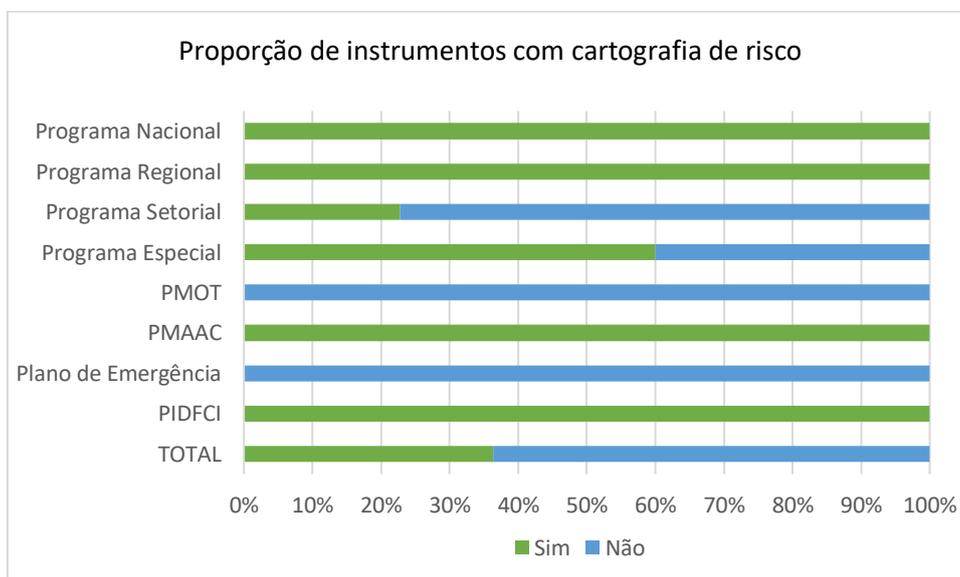


Figura 2.6 – Gráfico com a proporção de instrumentos que incluem cartografia de risco, por tipo de instrumento.

Na figura 2.7 pode-se observar a proporção de instrumentos que analisam perigos climáticos, por tipo de perigo. Tal com se pode verificar, os perigos climáticos mais analisados são os incêndios florestais, seguidos pelas cheias

e inundações e secas. Os perigos menos analisados são as tempestades de vento seguidos pelas instabilidades de vertentes, intrusão salina e erosão e recuo de arribas.

Os instrumentos do tipo setoriais, especiais, regionais, de evacuação e da defesa da floresta contra incêndios, são instrumentos mais focados em determinados perigos climáticos e determinados setores e, portanto, analisam menos perigos climáticos que os restantes instrumentos (Programa Nacional, PMAAC e plano de emergência), que analisam o território de uma forma mais transversal e, portanto, analisam mais perigos climáticos.

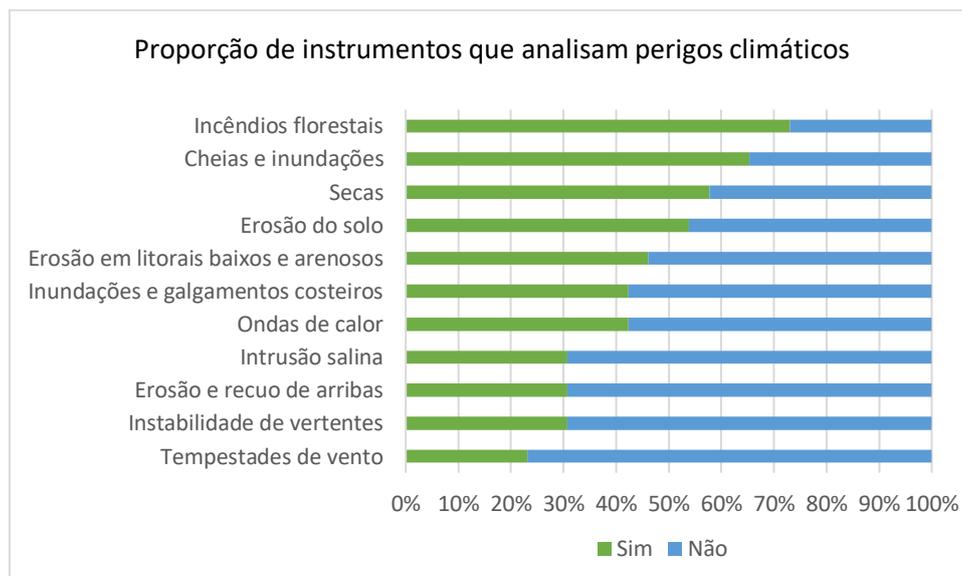


Figura 2.7 – Gráfico com a proporção de instrumentos que analisam perigos climáticos, por tipo de perigo.

Em relação ao contributo potencial que os instrumentos têm para a adaptação climática verifica-se que estes indicam ou analisam de forma muito expressiva as várias opções de adaptação (figura 2.8).

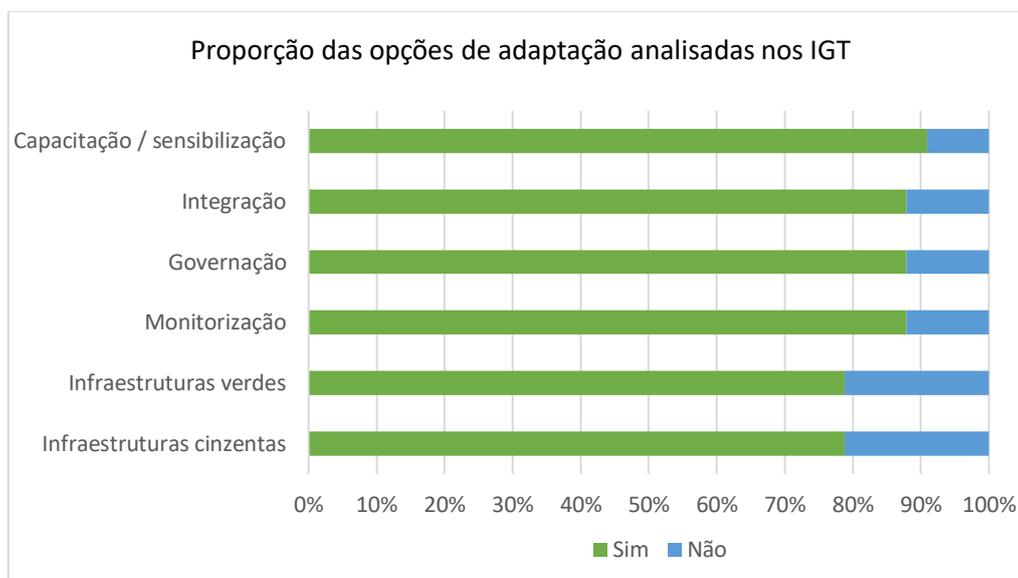


Figura 2.8 – Gráfico com a proporção do tipo de opções de adaptação analisadas nos Instrumentos de Gestão Territorial.

2.3 Indicadores de capacidade adaptativa

Com o objetivo de analisar e avaliar a capacidade adaptativa do concelho de Sesimbra, segundo os setores ENAAC, foram compilados e analisados indicadores de base territorial que representam este fator determinante do risco climático.

Os indicadores apresentados foram desenvolvidos com os dados mais recentes disponíveis à data da realização do presente relatório. Dada a escassez de informação estatística consistente à escala das freguesias para uma grande parte dos indicadores relevantes para a avaliação da capacidade adaptativa, determinou-se que nestes casos se utilizaria a escala concelhia.

Durante a análise dos indicadores de capacitação e para facilitar a sua avaliação, apresentaram-se os indicadores referentes à média dos municípios da AML e de Portugal, apresentou-se o índice de capacidade adaptativa como sendo a relação entre a capacidade adaptativa de Sesimbra e a capacidade média da região ($AML=100$) e os índices foram apresentados em escalas de cor para facilitar a sua interpretação. Desta forma é possível comparar os indicadores com a realidade nacional e regional e avaliar o seu desempenho. O índice médio da capacidade adaptativa por setor foi calculado através da média dos índices de capacidade adaptativa dos respetivos indicadores.

Os indicadores representativos dos setores ENAAC incluídos na análise da capacidade adaptativa podem ser observados na tabela 2.3.

Tabela 2.3 – Indicadores de base territorial representativos dos setores ENAAC incluídos na análise da capacidade adaptativa.

Sector ENAAC	Indicador	Unidade	Fonte	Nível geográfico
Agricultura e florestas	Proporção de produtores agrícolas singulares com escolaridade de nível secundário ou superior	%	INE	Município / Freguesia

Setor ENAAC	Indicador	Unidade	Fonte	Nível geográfico
Agricultura e florestas	VAB por empresa com atividade económica nas áreas silvicultura e exploração florestal	€	INE	Município
Agricultura e florestas	Valor da produção padrão total médio por hectare de superfície agrícola utilizada.	€/ ha	INE	Município / Freguesia
Pescas e aquacultura	VAB das empresas com atividade económica nas áreas da pesca e aquacultura	€	INE	Município
Natureza e biodiversidade	Despesas dos municípios por 1000 habitantes em proteção da biodiversidade e paisagem	€/hab	INE	Município
Economia	Valor acrescentado bruto por empresas com atividade industrial transformadora	€	INE	Município
Economia	Valor acrescentado bruto por empresas do setor da construção	€	INE	Município
Economia	Valor acrescentado bruto por empresas do setor do comércio por grosso e a retalho ou do setor da reparação de veículos automóveis e motociclos	€	INE	Município
Economia	Rendimento médio por quarto nos estabelecimentos de alojamento turístico	€	INE	Município
Energia	Índice da capacidade de adaptação energética	n/a	INE, Gouveia, Palma, & Simoes (2019)	Município / Freguesia
Recursos hídricos	Índice de conhecimento infraestrutural de abastecimento de água	n/a	ERSAR	Município
Saúde humana	Número de médicos (as) por 1000 habitantes por local de residência	N.º	INE	Município
Saúde humana	Número de enfermeiros (as) por 1000 habitantes por local de trabalho	N.º	INE	Município
Saúde humana	Proporção de alojamentos com ar condicionado	%	INE	Município / Freguesia
Segurança de pessoas e bens / Natureza e Biodiversidade	Número de bombeiros por 1000 habitantes	N.º	INE	Município
Transportes e comunicação	Troços de via rodoviária "em risco"	km	PLAAC-Sesimbra	Município
Transportes e comunicação	Proporção de troços de via rodoviária "em risco"	%	PLAAC-Sesimbra	Município
Zonas costeiras e mar	Investimentos programados e executados em proteção costeira num período de 20 anos	Milhões de euros	SIARL / APA	Município

2.3.1 Agricultura e florestas

Para avaliar a capacidade adaptativa do setor da agricultura e florestas, selecionaram-se três indicadores de capacitação:

- Proporção de produtores agrícolas singulares com escolaridade de nível secundário ou superior;
- VAB por empresa com atividade económica nas áreas silvicultura e exploração florestal;
- Valor da produção padrão total médio por hectare de superfície agrícola utilizada.

Estes três indicadores foram selecionados para análise da capacidade de adaptação no setor da agricultura e florestas, pois considerou-se que a riqueza gerada sectorialmente, num dado concelho, poderá ser facilitadora da capacidade de adaptação das empresas aí instaladas, e que o nível de habitações dos produtores agrícolas singulares estará correlacionado com a capacidade para dinamizar e adotar o processo de adaptação climática na sua atividade.

O indicador “proporção de produtores agrícolas singulares com escolaridade de nível secundário ou superior” por unidade administrativa pode ser observado no gráfico da figura 2.9. O concelho de Sesimbra tem 23% dos produtores agrícolas com escolaridade de nível secundário ou superior, uma percentagem superior quando comparada com a proporção média no país e na região da AML. Este valor deve-se principalmente à freguesia de Santiago que apresenta uma proporção extremamente elevada de 67% (INE, 2021e). Todas as freguesias apresentam proporções superiores à média nacional e regional, com exceção da freguesia da Quinta do Conde que não tem qualquer agricultor com escolaridade de nível secundário ou superior. Na tabela 2.4 pode-se observar o valor do índice de capacidade adaptativa no concelho de Sesimbra e respetivas freguesias.

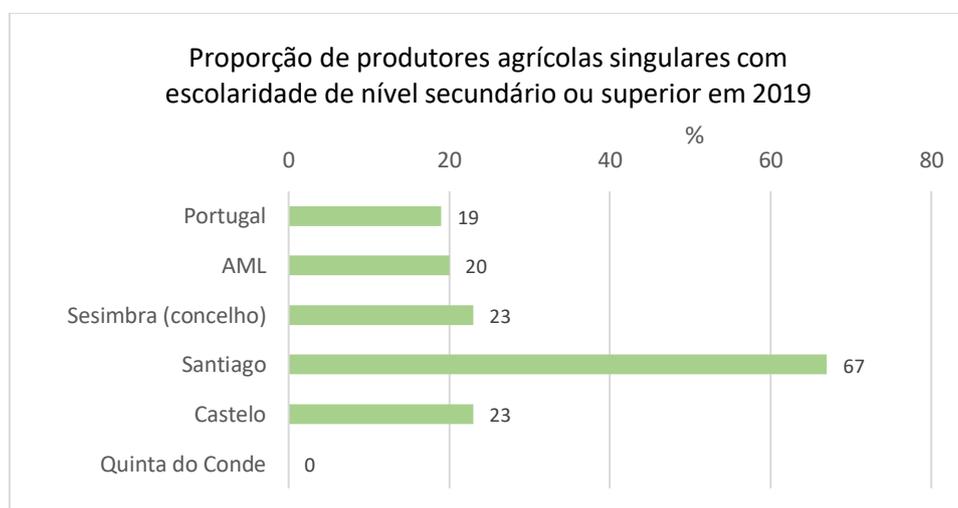


Figura 2.9 – Gráfico com a proporção de produtores agrícolas singulares com escolaridade de nível secundário ou superior no ano de 2019.
Fonte: INE (2021e).

Tabela 2.4 – Índice de capacidade adaptativa para o indicador “proporção de produtores agrícolas singulares com escolaridade de nível secundário ou superior (2019)”.

Proporção de produtores agrícolas singulares com escolaridade de nível secundário ou superior (2019)	
Localização	Índice de Capacidade Adaptativa
AML	100
Sesimbra (concelho)	115
Santiago	335
Castelo	115
Quinta do Conde	0

Em relação ao indicador “VAB por empresa com atividade económica nas áreas da silvicultura e exploração florestal”, o concelho tem este indicador extremamente inferior, quando comparado com a região da AML. No gráfico da figura 2.10 pode observar-se o indicador por unidade administrativa e na tabela 2.5 o respetivo índice de capacidade adaptativa, tendo como referência a média dos concelhos da AML. Os dados do valor acrescentado bruto das empresas com atividade económica nas áreas da agricultura, produção animal, caça, silvicultura e exploração florestal para o concelho de Sesimbra só estão disponíveis até 2018, sendo que a partir desse ano os dados são confidenciais.

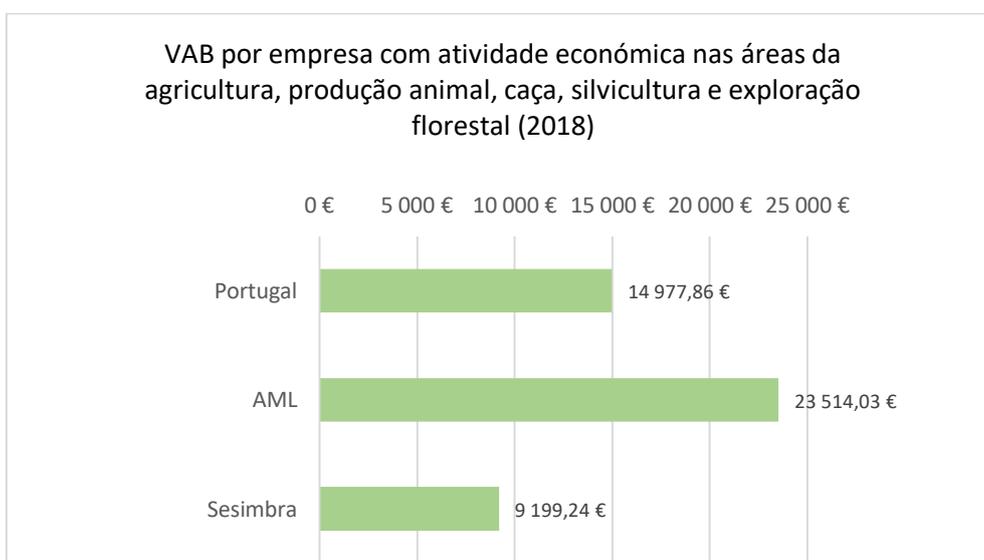


Figura 2.10 – VAB por empresa com atividade económica nas áreas da agricultura, produção animal, caça, silvicultura e exploração florestal no ano de 2018.
Fonte: INE (2020a, 2021f).

Tabela 2.5 – Índice de capacidade adaptativa para o indicador “VAB por empresa com atividade económica nas áreas da agricultura, produção animal, caça, silvicultura e exploração florestal (2018)”.

VAB por empresa com atividade económica nas áreas da agricultura, produção animal, caça, silvicultura e exploração florestal (2018)	
Localização	Índice de Capacidade Adaptativa
AML	100
Sesimbra	39

O indicador “valor da produção padrão total médio por hectare de superfície agrícola utilizada” pode ser observado na figura 2.11 e na tabela 2.6 pode-se observar o respetivo índice de capacidade adaptativa. Verifica-se que o concelho tem o VAB superior à média nacional, mas inferior à média regional. Contudo deve-se destacar pela positiva a freguesia da Quinta do Conde que apresenta um VAB extremamente superior à média nacional e regional e, pela negativa, a freguesia de Santiago que apresenta um VAB bastante inferior à média regional.

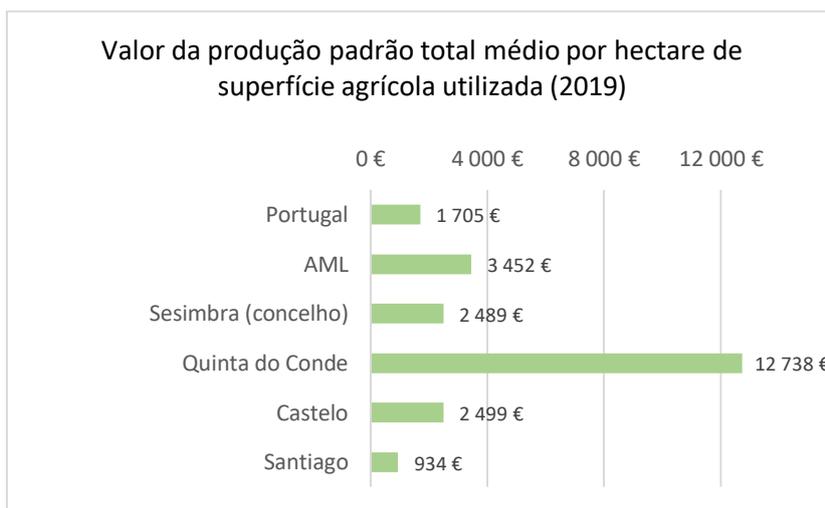


Figura 2.11 – Gráfico com o valor da produção total médio por hectare de superfície agrícola utilizada no ano de 2019. Fonte: INE (2022c).

Tabela 2.6 – Índice de capacidade adaptativa para o indicador “valor da produção total médio por hectare de superfície agrícola utilizada (2018)”.

Valor da produção padrão total médio por hectare de superfície agrícola utilizada (€/ ha) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Decenal (1)	
Localização	Índice da Capacidade Adaptativa
AML	100
Sesimbra (concelho)	72
Quinta do Conde	369
Castelo	72
Santiago	27

A capacidade adaptativa do setor agricultura e florestas para o concelho de Setúbal é reduzido comparando com a sua região da AML, apresentando um índice de capacidade adaptativa médio de 75. Somente no indicador de capacidade adaptativa referente à de produtores agrícolas singulares com escolaridade de nível secundário ou superior é que o valor do concelho é superior ao valor da região da AML.

2.3.2 Pescas e aquacultura

Para avaliar a capacidade adaptativa do setor pescas e aquacultura, selecionou-se o indicador “VAB das empresas com atividade económica nas áreas da pesca e aquacultura”. A seleção deste indicador deve-se ao facto de se considerar que a riqueza gerada sectorialmente, num dado concelho, poderá ser facilitadora da capacidade de adaptação das empresas aí instaladas.

Os valores do indicador podem ser observados na figura 2.12 e o índice de capacidade adaptativa pode ser observado na tabela 2.7. Verifica-se que Sesimbra tem um VAB das empresas no setor da pesca e aquacultura superior à média nacional e regional.

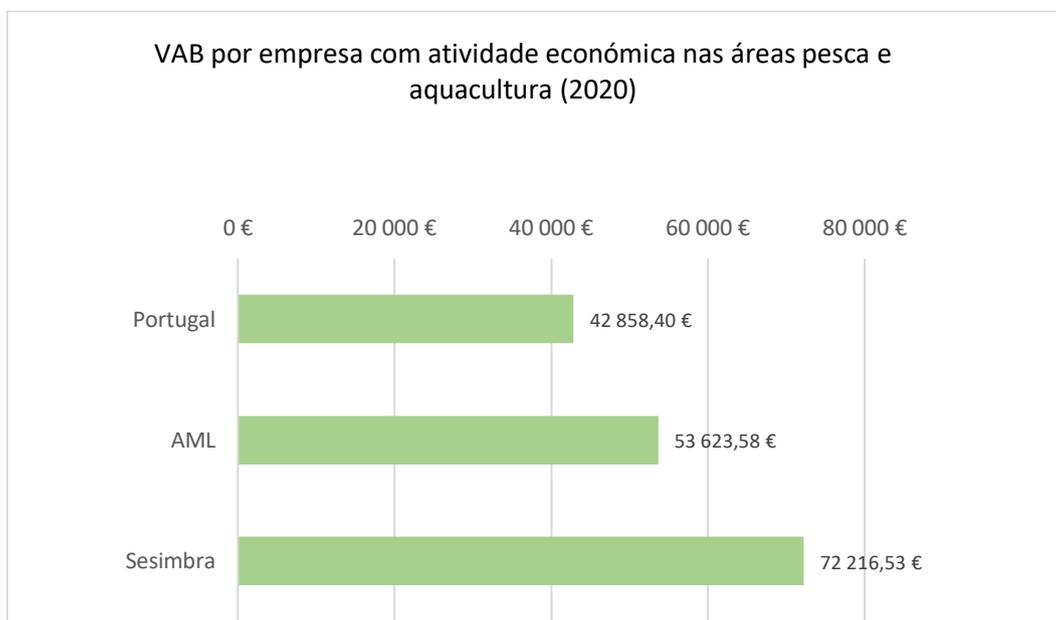


Figura 2.12 – Gráfico com o VAB por empresa com atividade económica nas áreas da pesca e aquacultura no ano de 2013.

Fonte dos dados: INE (2020a, 2021f).

Tabela 2.7 – Índice de capacidade adaptativa para o indicador “VAB por empresa com atividade económica nas áreas pesca e aquacultura (2013)”.

VAB por empresa com atividade económica nas áreas pesca e aquacultura (2020)	
Localização	Índice de Capacidade Adaptativa
AML	100
Sesimbra	135

2.3.3 Natureza e biodiversidade

Para avaliar a capacidade adaptativa do setor da natureza e biodiversidade selecionaram-se os indicadores “despesas dos municípios por 1000 habitantes em proteção da biodiversidade e paisagem” e “proporção de superfície das áreas protegidas”. A seleção destes indicadores deve-se ao facto de se considerar que as despesas e investimentos realizados pelos municípios em atividades de conservação da natureza poderão ser facilitadoras da capacidade de adaptação desse setor, assim como que, quanto maior a área territorial classificada como área protegida maior a superfície condicionada e sujeita a regulamentos específicos e, portanto, maior a sua proteção e capacidade de adaptação.

A distribuição dos valores do indicador “despesas dos municípios por 1000 habitantes em proteção da biodiversidade e paisagem” pode ser observada no gráfico da figura 2.13 e o respetivo índice de capacitação na tabela 2.8. Conforme se pode observar na figura, o município de Sesimbra apresentou uma despesa de cerca de 17 mil euros por 1000 habitantes em proteção da biodiversidade e paisagem (INE, 2021b), um valor inferior à média dos municípios da AML e do país. Tendo como referência o país e a região em que Setúbal se insere, pode-se afirmar que o indicador de capacidade adaptativa para este indicador é reduzido apresentando um valor de 72 (tabela 2.8).

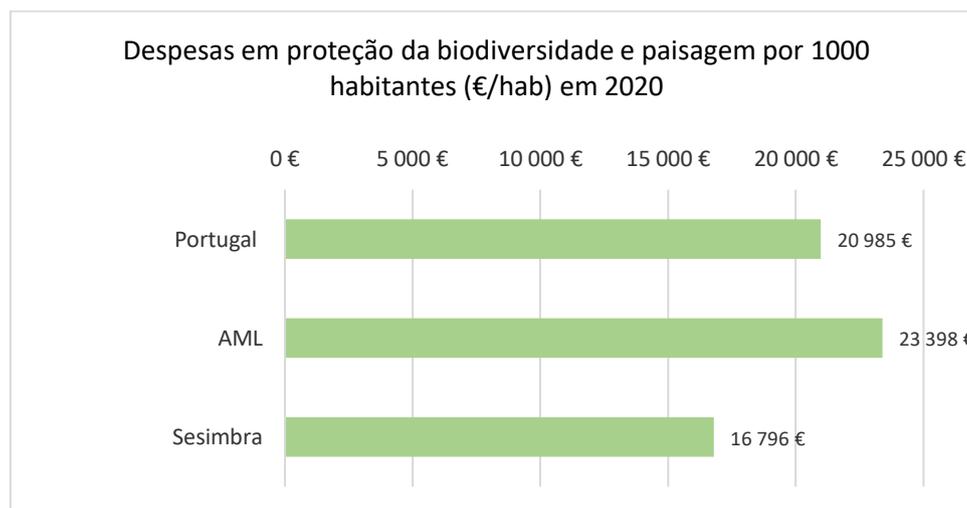


Figura 2.13 – Gráfico com as despesas em proteção da biodiversidade e paisagem dos municípios por 1000 habitantes. Fonte: INE (2021b).

Tabela 2.8 – Índice de capacidade de adaptação para o indicador “despesas em proteção da biodiversidade e paisagem dos municípios por 1000 habitantes (2020)”.

Despesas em proteção da biodiversidade e paisagem dos municípios por 1000 habitantes	
Localização	Índice de Capacidade de Adaptação
AML	100
Sesimbra	72

A distribuição dos valores do indicador “proporção de superfície das áreas protegidas” pode ser observada na figura 2.14 e o respetivo índice de capacidade de adaptação na tabela 2.9. O município de Sesimbra tem cerca de

23% da superfície do concelho classificada como área protegida, um valor consideravelmente superior à média da AML e ao restante país. O índice de capacidade de adaptação para este indicador é extremamente positivo quando comparado com os municípios da AML.

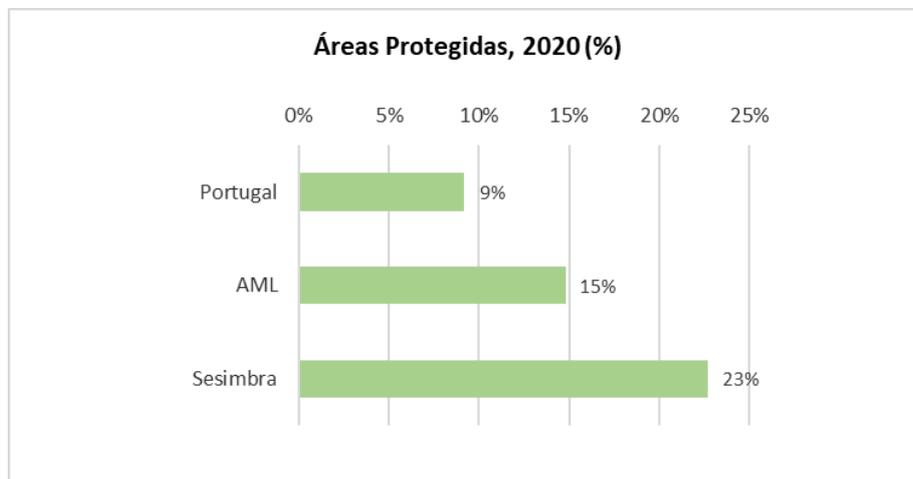


Figura 2.14 – Gráfico com a proporção de superfície das áreas protegidas.
Fonte: INE (2021g).

Tabela 2.9 – Índice de capacidade de adaptação para o indicador “proporção de superfície de áreas protegidas” em 2020.

Proporção de superfície de áreas protegidas	
Localização	Índice de Capacidade de Adaptação
AML	100
Sesimbra	153

A capacidade adaptativa do setor da natureza e biodiversidade para o concelho de Sesimbra é moderada quando comparada com a sua região da AML, apresentando um índice de capacidade adaptativa médio de 113.

2.3.4 Economia

Para avaliar a capacidade adaptativa do setor da economia em Sesimbra, foram compilados e analisados indicadores que representem a mesma, designadamente:

- Valor acrescentado bruto por empresas com atividade no alojamento, restauração e similares;
- Valor acrescentado bruto por empresas do setor da construção;
- Valor acrescentado bruto por empresas do setor do comércio por grosso e a retalho;
- Rendimento médio por quarto nos estabelecimentos de alojamento turístico².

A seleção destes indicadores para a análise da capacidade adaptativa teve em consideração o fator determinante da capacidade adaptativa, os recursos económicos (tabela 2.1), ou seja, considera-se que a riqueza produzida no setor é facilitadora da capacidade de adaptação do mesmo. Foram selecionados os setores do alojamento e

² Alojamento turístico: alojamento local com 10 ou mais camas

restauração, construção e comércio por grosso e a retalho, pois são os setores que mais contribuem economicamente para o concelho de Sesimbra. O setor do turismo foi igualmente selecionado dada a sua importância estratégica para Sesimbra e para a região da AML.

No gráfico da figura 2.15 pode-se observar o indicador “VAB por empresas do setor do alojamento e restauração” em 2020 e na tabela 2.10 o respetivo índice de capacidade adaptativa. Verifica-se que o concelho de Sesimbra apresenta um VAB por empresas no setor do alojamento e restauração de cerca de 29 mil de euros, um valor sensivelmente superior à média nacional, mas inferior à média regional. Segundo este indicador, pode-se afirmar que Sesimbra tem capacidade adaptativa reduzida no setor do alojamento e restauração apresentando um índice de capacidade adaptativa de 74.

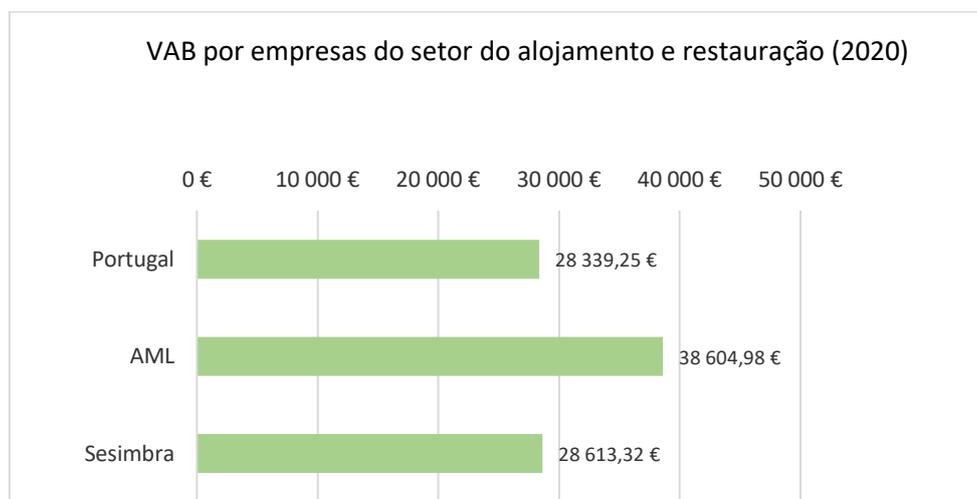


Figura 2.15 – Gráfico com o valor acrescentado bruto por empresas do setor do alojamento e restauração em 2020. Fonte: INE (2022a, 2022c).

Tabela 2.10 – Índice de capacidade adaptativa do indicador “VAB por empresas do setor do alojamento e restauração (2020)”.

VAB por empresas do setor alojamento e restauração (2020)	
Localização	Índice de Capacidade Adaptativa
AML	100
Sesimbra	74

No gráfico da figura 2.16 pode-se observar o indicador “VAB por empresas do setor da construção” e na tabela 2.11 o respetivo índice de capacidade adaptativa. Verifica-se que o concelho de Sesimbra apresenta um VAB por empresa inferior à média nacional e regional (INE, 2022a, 2022c), apresentando um indicador de capacidade adaptativa reduzido com o valor de 53.

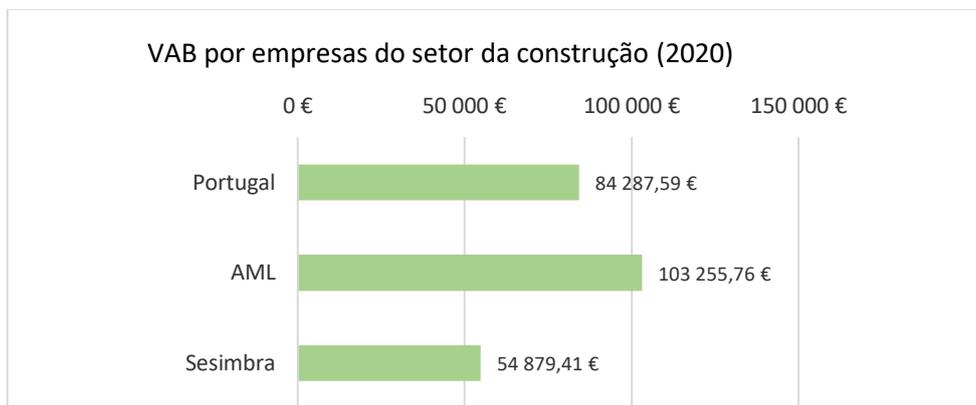


Figura 2.16 – Gráfico com o valor acrescentado bruto por empresas do setor da construção em 2020.
Fonte: INE (2022a, 2022c).

Tabela 2.11 – Índice de capacidade adaptativa do indicador “VAB por empresas do setor da construção (2020)”.

VAB por empresas do setor da construção (2020)	
Localização	Índice de Capacidade Adaptativa
AML	100
Sesimbra	53

Em relação ao setor do comércio por grosso e a retalho, o concelho de Sesimbra apresenta um indicador extremamente inferior à média dos concelhos da AML e do país (INE, 2022a, 2022c), tal como se pode verificar no gráfico da figura 2.17 e na tabela 2.12. Pode-se afirmar que este setor em Sesimbra tem uma capacidade adaptativa muito reduzida com o valor de 22.

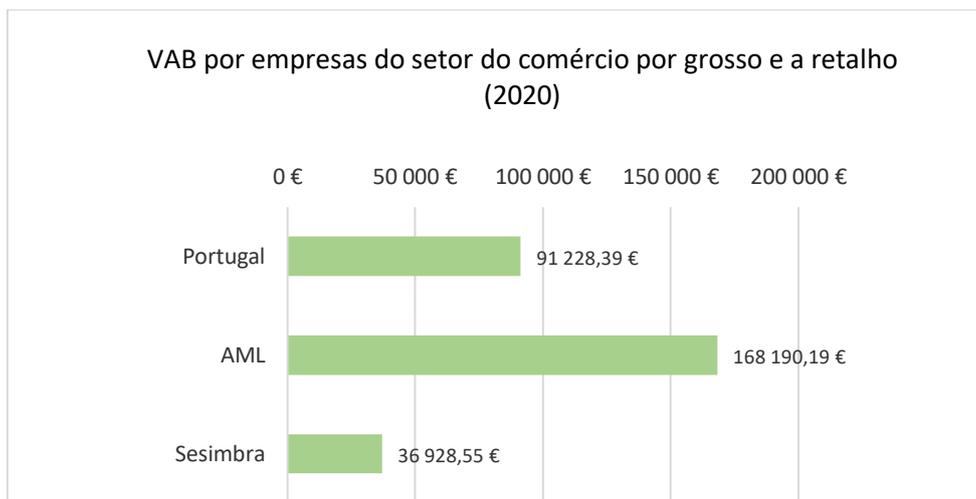


Figura 2.17 – Gráfico com o valor acrescentado bruto por empresas do setor do comércio por grosso e a retalho em 2020.
Fonte: INE (2022a, 2022c).

Tabela 2.12 – Índice de capacidade adaptativa do indicador “VAB por empresas do setor do comércio por grosso e a retalho (2020)”

VAB por empresas do setor do comércio por grosso e a retalho	
Localização	Índice de Capacidade Adaptativa
AML	100
Sesimbra	22

No gráfico da figura 2.18 pode-se observar o indicador de capacitação para o setor do turismo e na tabela 2.13 o respetivo índice de capacidade adaptativa. Conforme se pode verificar, o concelho de Sesimbra tem valores superiores à média dos concelhos da AML e do país (INE, 2022b), podendo-se afirmar que para este indicador o setor tem uma capacidade adaptativa elevado com o valor de 124 (AML=100).

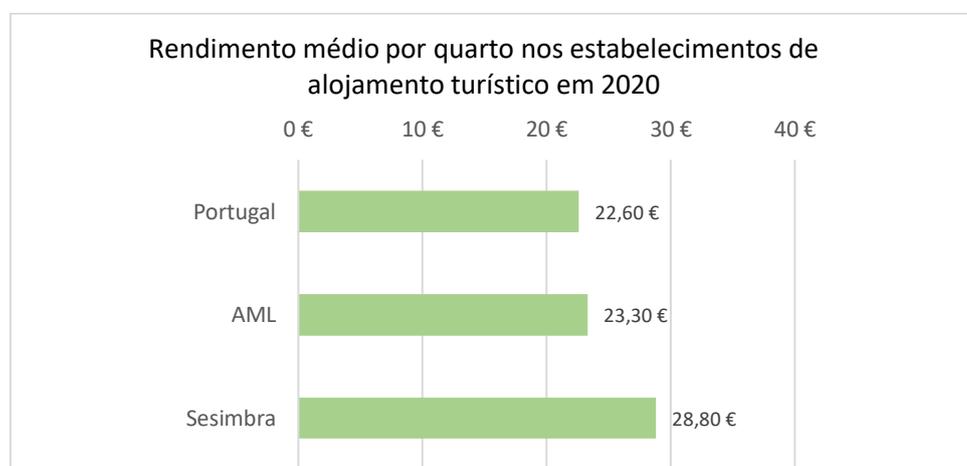


Figura 2.18 – Gráfico com o rendimento médio por quarto nos estabelecimentos de alojamento turístico em 2020. Fonte: INE (2022b)

Tabela 2.13 – Índice de capacidade adaptativa do indicador “Rendimento médio por quarto nos estabelecimentos de alojamento turístico (2020)”.

Rendimento médio por quarto nos estabelecimentos de alojamento turístico (2020)	
Localização	Índice de Capacidade Adaptativa
AML	100
Sesimbra	124

A capacidade adaptativa do setor da economia para o concelho de Sesimbra é inferior à média da região da AML, apresentando um índice de capacidade adaptativa reduzido com o valor de 68.

2.3.5 Energia

Para avaliar a capacidade adaptativa do setor da energia selecionou-se, como indicador, o índice da capacidade de adaptação energética que inclui as seguintes sete variáveis socioeconómicas obtidas na base de dados do INE: salário médio *per capita* (INE, 2021); população residente com 4 anos ou menos, população residente com mais de 65 anos, população com ensino superior completo, taxa de desemprego, alojamentos detidos pelo residente e estado de conservação dos edifícios, obtidos no INE (INE, 2011) (Gouveia et al., 2019). As variáveis selecionadas e os fundamentos que suportam a sua seleção são os seguintes:

- **População residente com idades iguais ou inferiores a 4 anos de idade:** a seleção desta faixa etária deve-se ao facto de se assumir que a população residente com esta faixa etária é mais vulnerável ao desconforto térmico e com menor capacidade de adaptação;
- **População residente com idades superiores a 65 anos de idade:** a seleção desta faixa etária deve-se ao facto de se assumir que a população com esta faixa etária é mais vulnerável ao desconforto térmico e com menor capacidade de adaptação;
- **Salário médio *per capita*:** esta variável corresponde à capacidade financeira que a população residente tem para implementar medidas de melhoramento do conforto térmico;
- **População com ensino superior completo:** esta variável foi selecionada dada a assunção de que um cidadão com o grau universitário está potencialmente mais alerta e terá mais acesso a informação e mais conhecimento sobre medidas de eficiência energética, incluindo oportunidades de financiamento, incentivos sociais, e outras ações de apoio para a remodelação habitacional, aquisição e instalação de tecnologia para aquecimento ou arrefecimento;
- **Taxa de desemprego:** esta variável foi selecionada, pois assume-se que geralmente os cidadãos desempregados têm maiores dificuldades financeiras e menos motivação para implementar medidas de alívio da pobreza energética;
- **Alojamento detido pelo residente:** esta variável representa a proporção de residentes que são proprietários do imóvel onde residem. Nesta variável é assumido que os inquilinos têm potencialmente mais dificuldade em implementar muitas das medidas de adaptação, uma vez que necessitam da autorização do senhorio;
- **Estado de conservação das residências:** nesta variável, assume-se que uma habitação num edifício degradado exigirá investimentos financeiros significativos para reparar, remodelar e adquirir tecnologia que garanta o conforto térmico interior.

A seleção deste indicador deve-se ao facto de se considerar que as variáveis socioeconómicas incluídas refletem a capacidade da população em implementar medidas para evitar o desconforto térmico. Este indicador e o cálculo do *gap* do desconforto térmico são as duas componentes do cálculo do indicador de vulnerabilidade à pobreza energética (IVPE) desenvolvido e publicado em artigo científico por Gouveia, Palma, & Simoes (2019). A metodologia detalhada para a obtenção deste indicador pode ser observada no respetivo artigo. Os valores do indicador foram obtidos do relatório elaborado pelo João P. Gouveia e Pedro Palma do CENSE da FCT NOVA em novembro de 2021 no contexto do projeto “Ponto de Transição”.

De referir que o indicador varia no intervalo de 1 (mínimo) a 20 (máximo). Considera-se que uma localização com um indicador de capacidade adaptativa entre 1 a 5 apresenta uma capacidade adaptativa baixa; entre 5 a 10, corresponde a uma capacidade adaptativa moderada; entre 10 e 15, uma capacidade adaptativa elevada; e entre 15 a 20, corresponde a uma capacidade adaptativa muito elevada.

No gráfico da figura 2.19 pode-se observar o índice de capacidade de adaptação energética. Conforme se pode verificar, o concelho de Sesimbra apresenta um índice de capacidade de adaptação energética de 13,6, representando uma capacidade de adaptação energética elevada. As freguesias da Quinta do Conde e de Santiago apresentam igualmente capacidade de adaptação energética elevada, com valores de 13,6 e 12,6, respetivamente. A freguesia do Castelo tem uma capacidade adaptativa energética muito elevada com o valor de 15,2.

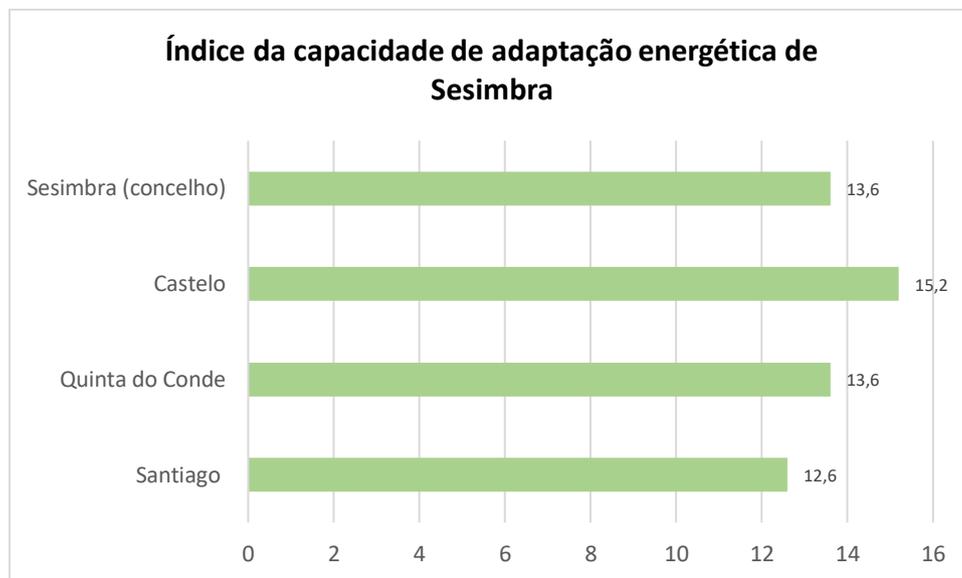


Figura 2.19 – Gráfico com o índice da capacidade adaptativa de Setúbal.
Fonte dos dados: Gouveia et al. (2019).

2.3.6 Recursos hídricos

Para avaliar a capacidade adaptativa do setor dos recursos hídricos, selecionaram-se os indicadores “índice de conhecimento infraestrutural (ICI) de abastecimento de água” e “garantia de disponibilidade de água das massas de água subterrâneas”.

O indicador “índice de conhecimento infraestrutural (ICI) traduz o grau de conhecimento das entidades gestoras sobre as infraestruturas de abastecimento de água em baixa, sendo que quanto maior o índice ([0-200]), maior é a capacidade de adaptação do município. O município é a entidade gestora de água. Este indicador foi obtido do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (ERSAR, 2022).

A distribuição dos valores deste indicador pode ser observado no gráfico da figura 2.20 e o respetivo índice de capacitação na tabela 2.14. Conforme se pode observar na figura, o município de Sesimbra apresenta um índice de conhecimento infraestrutural sensivelmente superior à média nacional, mas inferior à média regional da AML.

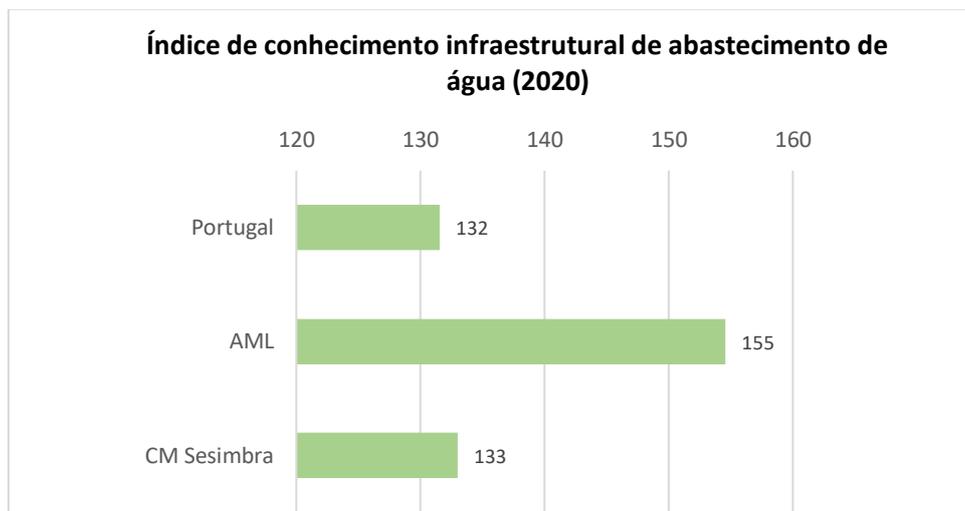


Figura 2.20 – Gráfico com índice de conhecimento infraestrutural de abastecimento de água em 2020. Fonte dos dados: ERSAR (2022).

Tabela 2.14 – Índice de capacidade adaptativa do indicador “Índice de conhecimento infraestrutural de abastecimento de água”

Índice de conhecimento infraestrutural de abastecimento de água (2020)	
Localização	Índice de Capacidade Adaptativa
AML	100
Sesimbra	86

O indicador “garantia da disponibilidade de água das massas de água subterrâneas” em Sesimbra indica a capacidade de adaptação dos setores socioeconómicos dependentes desses recursos hídricos, através do reforço e/ou diversificação das respetivas origens de água. A capacidade de adaptação é apresentada como sendo a relação entre a capacidade de adaptação do município de Sesimbra e a capacidade média da respetiva região hidrográfica (RH5 – Tejo e Ribeiras do Oeste e RH6 – Sado e Mira) (AML, 2019).

A disponibilidade hídrica subterrânea é o volume de água que uma massa de água subterrânea pode fornecer anualmente em condições naturais. Este volume está associado à recarga direta por precipitação, apesar de poder ocorrer outras origens de recarga, como por exemplo as trocas de água com outras massas de água e processos de drenagem. A disponibilidade hídrica aqui apresentada aproxima-se dos valores associados ao regime natural, uma vez que não se conhece a influência da recarga induzida (APA, 2016).

As captações realizadas no concelho de Sesimbra localizam-se na Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5) e na Região Hidrográfica do Sado e Mira (RH6).

As captações na RH5 localizam-se nas massas de água subterrânea Bacia do Tejo-Sado / Margem Esquerda e Orla Ocidental Indiferenciada da Bacia do Tejo. O aquífero Tejo-Sado é o maior sistema aquífero nacional. As captações na RH6 localizam-se na Orla Ocidental Indiferenciada da Bacia do Sado.

A disponibilidade hídrica subterrânea anual para a RH5 é de 3499,13 hm³/ano e para as respetivas bacias que alimentam Sesimbra, Bacia do Tejo-Sado / Margem Esquerda e Orla Ocidental Indiferenciada da Bacia do Tejo,

são respetivamente 1005,91 hm³/ano e 87,64 hm³/ano. A disponibilidade hídrica subterrânea anual para a RH6 é de 564,31 hm³/ano e para Sesimbra (Orla Ocidental Indiferenciada da Bacia do Sado) é de 20,41 hm³/ano (APA, 2016b).

A disponibilidade hídrica subterrânea média por unidade de área na RH5 e RH6 e em Sesimbra pode ser observada na Figura 2.21. O índice de capacidade adaptativa, associado à garantia da disponibilidade hídrica subterrânea média pode ser observado na tabela 2.15. Conforme se pode verificar, Sesimbra apresenta mais garantias de disponibilidade hídrica que a média regional, que já é o sistema aquífero que mais disponibilidade de água apresenta a nível nacional, apresentando, por isso, uma capacidade adaptativa muito elevada.

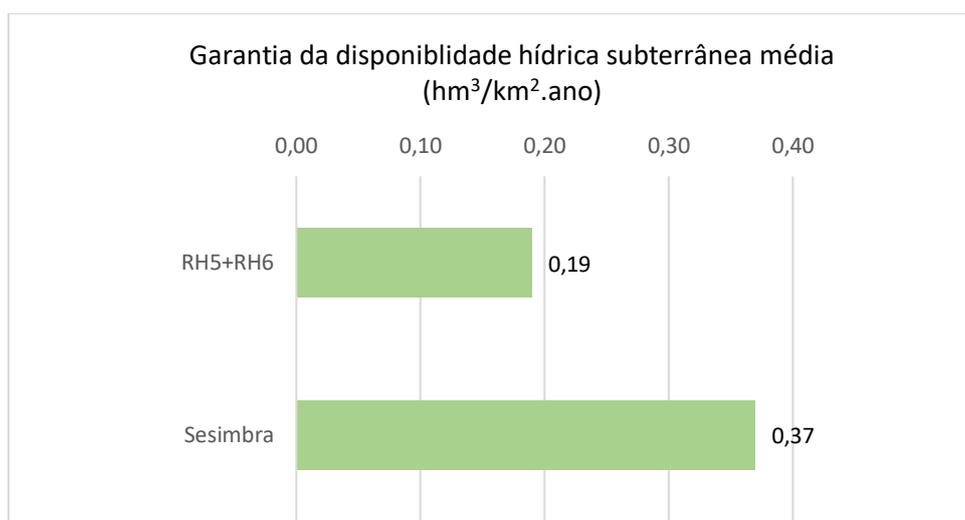


Figura 2.21 – Gráfico com a garantia de disponibilidade hídrica subterrânea média anual por unidade de área.
Fonte dos dados: APA (2016).

Tabela 2.15 – Índice de capacidade adaptativa do indicador “Garantia da disponibilidade hídrica subterrânea média anual”.
Fonte dos dados: APA (2016).

Garantia da disponibilidade hídrica subterrânea média	
Localização	Índice de Capacidade Adaptativa
RH5+RH6	100
Sesimbra	195

2.3.7 Saúde humana

Para avaliar a capacidade adaptativa do setor saúde humana em Sesimbra, foram compilados e analisados os seguintes indicadores:

- Número de médicos (as) por 1000 habitantes por local de residência;
- Número de enfermeiros (as) por 1000 habitantes por local de trabalho;
- Proporção de alojamentos com ar condicionado.

A seleção destes indicadores teve em consideração fatores determinantes da capacidade adaptativa, tal como os recursos tecnológicos e humanos. A capacidade adaptativa está igualmente associada ao acompanhamento de proximidade, monitorização do estado de saúde da população e promoção da saúde pública local. Quanto mais recursos humanos capacitados para o cuidado da saúde, tais como médicos e enfermeiros, maior a capacidade de adaptação e maior a capacidade de resposta aos perigos climáticos.

A capacidade adaptativa da população aos impactes na saúde causados por fenómenos extremos de calor está relacionada com a existência de medidas de autoproteção em ambiente interior, através, por exemplo, de climatização das habitações. A seleção do indicador que indica a proporção de alojamentos com ar condicionado deve-se à assunção de que este tipo de tecnologia aumenta a capacidade de resposta da população ao calor excessivo, um dos principais perigos climáticos para esta região.

No gráfico da figura 2.22 pode-se observar o indicador “número de médicos por 1000 habitantes” em 2020 e na tabela 2.16 o respetivo índice. Pode-se verificar que o concelho de Sesimbra tem um valor muito inferior à média nacional e à média da região da AML indicando uma capacidade adaptativa muito reduzida com o valor de 29 (AML = 100).

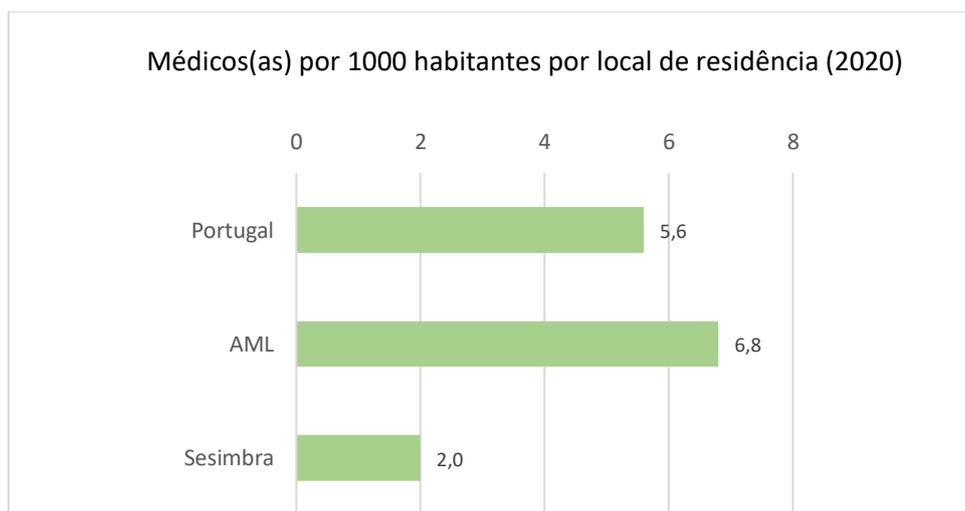


Figura 2.22 – Gráfico com os médicos por 1000 habitantes por local de residência no ano de 2020. Fonte: INE (2021d).

Tabela 2.16 – Índice de capacidade adaptativa do indicador “Médicos (as) por 1000 habitantes por local de residência (2020)”.

Médicos(as) por 1000 habitantes por local de residência (2020)	
Localização	Índice de Capacidade Adaptativa
AML	100
Sesimbra	29

O gráfico com o indicador “enfermeiros por 1000 habitantes por local de trabalho” pode ser observado na figura 2.23. Pode-se verificar que Sesimbra tem números muito reduzidos quando comparado com a média nacional e regional, apresentando por isso um índice de capacidade adaptativa muito reduzido com o valor de 35 (AML=100).

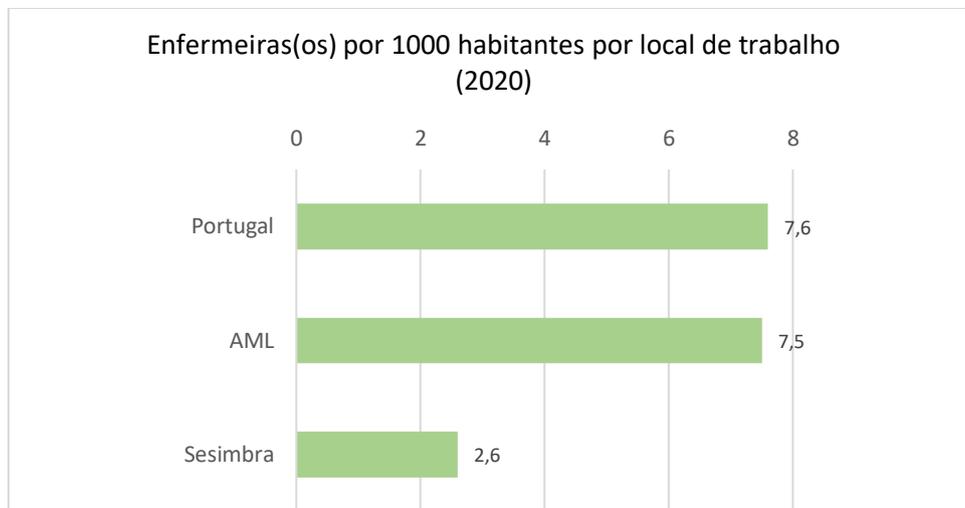


Figura 2.23 – Gráfico com enfermeiros (as) por 1000 habitantes por local de trabalho em 2020.
Fonte: INE (2021c).

Tabela 2.17 – Índice de capacidade adaptativa para o indicador “Enfermeiras(os) por 1000 habitantes por local de trabalho (2020)”.

Enfermeiras(os) por 1000 habitantes por local de trabalho (2020)	
Localização	Índice de Capacidade Adaptativa
AML	100
Sesimbra	35

O gráfico com o indicador “proporção de alojamentos equipados com ar condicionado” pode ser observado na figura 2.24 e o respetivo índice de capacidade adaptativa pode ser observado na tabela 2.18. Pode-se verificar que o concelho de Sesimbra tem uma proporção de alojamentos com ar condicionado de cerca de 25%, superior à média nacional e à média regional. A freguesia com maior proporção de alojamentos com ar condicionado é a de Quinta do Conde, enquanto a freguesia com menor proporção é a de Santiago, com uma proporção inferior à média nacional e regional.

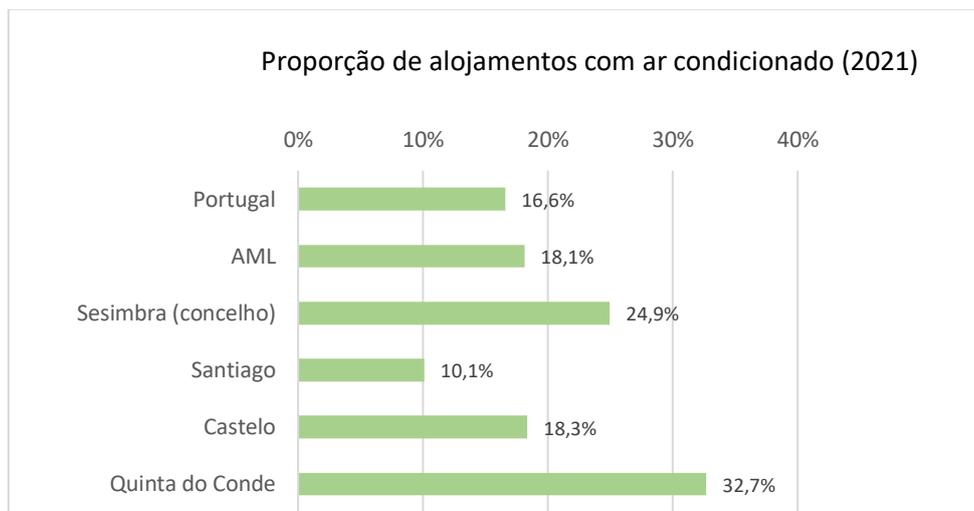


Figura 2.24 – Gráfico com a proporção de alojamentos equipados com ar condicionado por localização geográfica em 2021.

Fonte dos dados: INE (2021a).

Tabela 2.18 – Índice de capacidade adaptativa para o indicador “Proporção de alojamentos com ar condicionado (2021)”.

Proporção de alojamentos com ar condicionado (2021)	
Localização	Índice de Capacidade Adaptativa
AML	100
Sesimbra (concelho)	138
Santiago	56
Castelo	101
Quinta do Conde	180

Os indicadores de capacidade de adaptação do setor da saúde no concelho de Sesimbra são muito inferiores à média regional e nacional, com exceção para o indicador relacionado com a proporção de alojamentos com ar condicionado. O setor da saúde em Setúbal apresenta um índice de capacidade adaptativa reduzido de 67 (AML=100).

2.3.8 Segurança de pessoas e bens

Para avaliar a capacidade adaptativa do setor segurança de pessoas e bens em Sesimbra, consideraram-se os indicadores “número de bombeiros por 1000 habitantes” e “número de bombeiros por 1000 habitantes sensíveis”. A capacidade de adaptação é proporcional à existência de meios de socorro, pois a resposta às ocorrências relacionadas com os impactos climáticos depende da intervenção dos meios de socorro. O número de bombeiros existente é um indicador da capacidade de adaptação, pois são habitualmente os primeiros intervenientes e os mais ativos na resposta a situações de risco e catástrofe.

Como indicador de capacidade de adaptação, selecionou-se apenas o indicador “número de bombeiros por 1000 habitantes”, pois o método de valoração do índice de capacidade de adaptação supõe a comparação com a restante região e este indicador é o único que é comparável com a média regional, uma vez que não temos dados

do número de população sensível para a região. Considera-se como população sensível, os habitantes residentes em áreas em perigo dos impactos das alterações climáticas identificados no âmbito do presente Plano.

Em 2020, existiam **33 bombeiros por 1000 habitantes sensíveis**. Apesar de não se poder comparar com a região da AML, pois não temos acesso aos dados de população em perigo, é possível comparar com os restantes municípios do Território Arrábida, do qual fizeram parte do projeto PLAAC-Arrábida que deu origem aos Planos de Adaptação Climática Local. Comparando com Palmela (169 bombeiros por 1000 habitantes sensíveis) e Setúbal (33 bombeiros por 1000 habitantes sensíveis), Sesimbra apresenta um número de bombeiros intermédio, com mais do dobro de bombeiros por habitante sensível que Setúbal, mas ainda muito inferior ao número de bombeiros por população sensível de Palmela.

No gráfico da figura 2.25 pode-se observar o indicador “número de bombeiros por 1000 habitantes” e na tabela 2.19 pode-se observar o respetivo índice de capacidade adaptativa. Verifica-se que o concelho de Sesimbra tem menos bombeiros por habitantes que a média nacional e regional e, por isso, tem uma menor capacidade de adaptação e de resposta aos perigos climáticos em função deste indicador. A capacidade de adaptação é reduzida, apresentando um valor de 89 (AML=100).

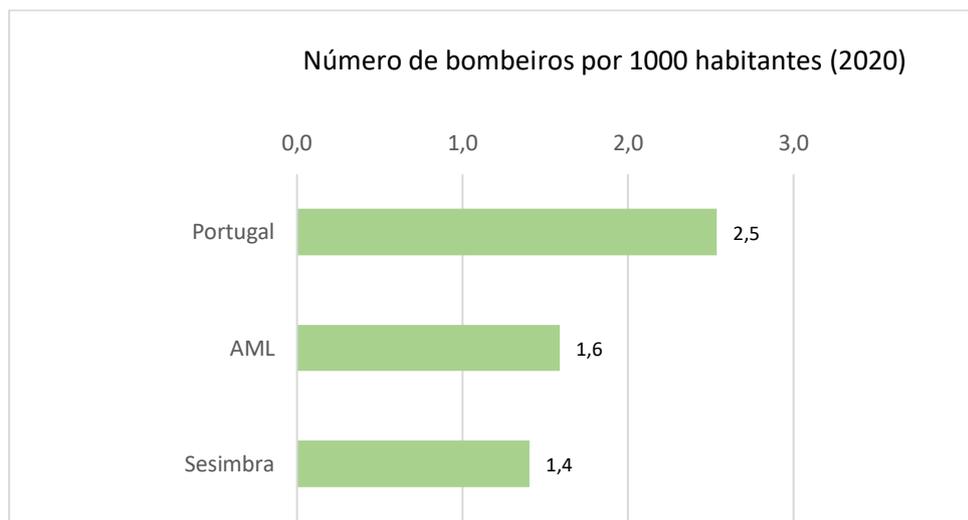


Figura 2.25 – Gráfico com o número de bombeiros por 1000 habitantes (2020).
Fonte: INE & PORDATA (2021).

Tabela 2.19 – Índice de capacidade adaptativa para o indicador “Número de bombeiros por 1000 habitantes (2020)”.

Número de bombeiros por 1000 habitantes (2020)	
Localização	Índice de Capacidade Adaptativa
AML	100
Sesimbra	89

2.3.9 Transportes e comunicações

Para avaliar a capacidade adaptativa do setor “transportes e comunicação” consideraram-se os indicadores «troços de via rodoviária “em risco”» e «proporção de troços de via rodoviária “em risco”». Estes indicadores foram considerados para a análise, pois considerou-se que quanto maior a dimensão e proporção de vias rodoviárias em risco, menor a capacidade adaptativa de responder aos eventos climáticos perigosos que poderão prejudicar o funcionamento das vias rodoviárias, designadamente incêndios rurais e florestais, instabilidades de vertentes, inundações fluviais, inundações e galgamentos costeiros e erosão e recuo de arribas.

Os dados deste indicador foram obtidos na avaliação da exposição a perigos climáticos desenvolvida no PLAAC-Sesimbra. Nesse exercício, obtiveram-se as vias rodoviárias a partir do *Open Street Map* e foi efetuada a interseção destas vias com as áreas perigosas correspondentes aos incêndios rurais/florestais, instabilidade de vertentes, inundações fluviais, inundações e galgamentos costeiros e erosão costeira e recuo de arribas. As áreas perigosas foram identificadas igualmente no âmbito do presente plano PLAAC-Sesimbra.

Neste setor, o índice de capacidade adaptativa não foi desenvolvido com os princípios metodológicos adotados para os restantes, i.e., não se apresentou o índice de capacidade adaptativa como sendo a relação entre a capacidade adaptativa de Sesimbra e a capacidade média da região (AML=100), pois não se teve acesso à capacidade média da região, ou seja, aos troços de vias rodoviárias em perigo na AML.

Neste setor, considerou-se como índice de capacidade adaptativa a proporção de troços de vias rodoviárias em perigo (tabela 2.21). O indicador “troços de vias rodoviárias em risco (km) no ano de 2022 pode ser observado na tabela 2.20.

Tabela 2.20 – Indicador de capacidade adaptativa para o setor transportes e comunicações – troços de vias rodoviárias em risco (km) no ano de 2022.

Localização	Troços de vias rodoviárias em risco (km) (2022)
Sesimbra	38,41

Tabela 2.21 – Indicador de capacidade adaptativa para o setor transportes e comunicações – proporção de troços de vias rodoviárias em risco no ano de 2022

Proporção de troços de vias rodoviárias em risco (%) (2022)	
Localização	Índice de capacidade adaptativa
Sesimbra	59,8

2.3.10 Zonas costeiras e mar

Para avaliar a capacidade adaptativa do setor “zonas costeiras e mar”, considerou-se o indicador de capacitação “investimentos programados e executados em proteção costeira num período de 20 anos (entre 2010 e 2030)”. Este indicador foi selecionado para análise, pois considerou-se que o investimento realizado em defesa costeira, num dado concelho, poderá ser facilitador da capacidade de adaptação desse território.

Os valores dos investimentos programados e executados foram obtidos do Plano de Ação Litoral XXI (APA, 2017). Neste plano estão identificadas e priorizadas as intervenções a desenvolver a partir de uma visão que considera as especificidades geográficas de cada trecho do litoral e que atende aos processos globais que decorrem das alterações climáticas.

Ao longo da análise realizada neste relatório aos indicadores de capacidade adaptativa, apresentaram-se os indicadores referentes à média dos municípios da AML e de Portugal e apresentou-se o índice de capacidade adaptativa como sendo a relação entre a capacidade adaptativa de Sesimbra e a capacidade média da região (AML=100). Contudo, no Plano de Ação Litoral XXI da APA (2017) os valores de investimentos estão divididos pelas unidades territoriais das administrações de região hidrográfica (Norte, Centro, Tejo e Oeste, Alentejo e Algarve), sendo que neste setor se apresentará o índice de capacidade adaptativa como sendo a relação entre a capacidade de Sesimbra e a capacidade média da região Tejo e Oeste (Tejo e Oeste = 100) e apresentar-se-á a média dos investimentos realizados e programados dos municípios da região Tejo e Oeste.

De referir igualmente que no plano são apresentados vários investimentos que abrangem mais que um município, em que não são apresentados os investimentos por município, mas o investimento global. Nestes casos, assumiu-se que os investimentos globais seriam repartidos equitativamente pelos municípios envolvidos.

O investimento programado e executado em proteção costeira no concelho de Sesimbra entre 2010 e 2030 é de 3 441 666,67 euros (figura 2.26), um valor bastante inferior ao realizado em média por município da região Tejo e Oeste (APA, 2017). O índice de capacidade adaptativa do setor zonas costeiras e mar em Sesimbra é muito reduzido apresentando o valor de 41 (Tejo e Oeste=100) (tabela 2.22).

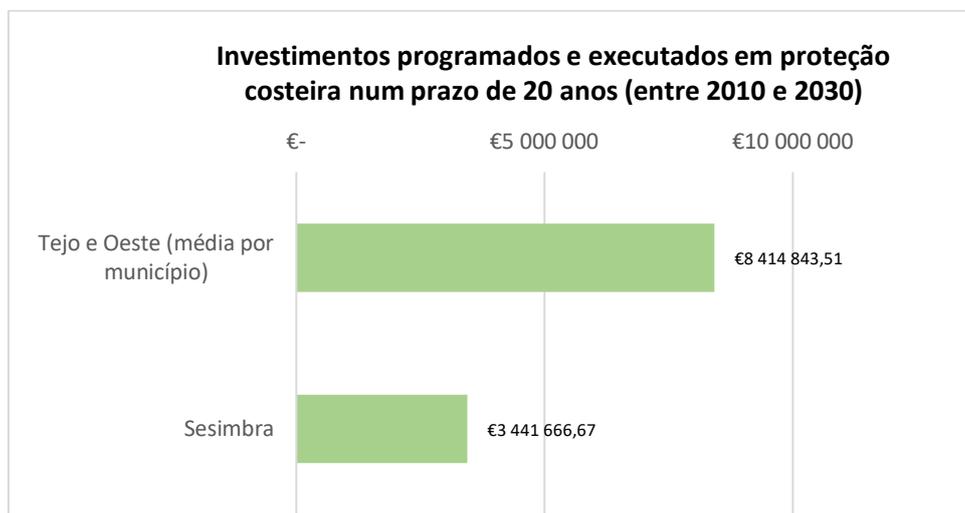


Figura 2.26 – Gráfico com os investimentos programados e executados em proteção costeira num prazo de 20 anos, entre 2010 e 2030.

Tabela 2.22 – Índice de capacidade adaptativa do indicador Investimentos programados e executados em proteção costeira num prazo de 20 anos (entre 2010 e 2030).

Investimentos programados e executados em proteção costeira num prazo de 20 anos (entre 2010 e 2030)	
Localização	Índice de Capacidade Adaptativa

Tejo e Oeste (média por município)	100
Sesimbra	41

2.3.11 Síntese

Os índices de capacidade adaptativa por setor podem ser observados na tabela 2.23. Os únicos setores com capacidade adaptativa positiva são os setores da pesca e aquacultura e da energia.

O índice de capacidade adaptativa geral do concelho de Setúbal, ou seja, a média dos índices de capacidade adaptativa por setor, com exceção do setor da energia que tem uma valoração diferente dos demais, é negativo apresentando um valor de 79 (AML=100).

Tabela 2.23 – Índice de capacidade adaptativa do concelho de Sesimbra por setor (AML=100).

Setor	Índice de Capacidade Adaptativa
Pescas e aquacultura	135
Segurança de pessoas e bens	89
Recursos hídricos	86
Agricultura e florestas	75
Natureza e biodiversidade	72
Economia	68
Saúde humana	67
Zonas costeiras e mar	41
Transportes e comunicações ³	60
Energia ⁴	13,6

³ O indicador selecionado para avaliar a capacidade adaptativa do setor dos transportes e comunicações não é comparável com a região, uma vez que não se teve acesso aos respetivos dados.

⁴ Para avaliar a capacidade adaptativa do setor da energia selecionou-se, como indicador, o índice da capacidade de adaptação energética de Gouveia, Palma, & Simoes (2019). Este indicador é valorizado entre 0 e 20 valores.

Operador programa: Promotor:



Parceiros:



3 PERIGOS CLIMÁTICOS ATUAIS

Os perigos climáticos com incidência no concelho de Sesimbra foram analisados e cartografados. Os resultados obtidos podem ser sintetizados em função do forçador que determina cada um dos perigos considerados: subida do nível do mar; temperatura; precipitação; e vento.

SUBIDA DO NÍVEL DO MAR

A subida do nível do mar condiciona diretamente 3 perigos climáticos com incidência no concelho de Setúbal: inundações estuarinas; inundações e galgamentos costeiros; e erosão costeira e recuo de arribas.

TEMPERATURA

O aumento da temperatura condiciona diretamente 2 perigos climáticos relevantes no concelho de Seúbal: calor excessivo; e incêndios rurais/florestais.

PRECIPITAÇÃO

A precipitação (ou a sua ausência) condiciona diretamente 4 perigos climáticos relevantes no concelho de Setúbal: inundações fluviais; erosão hídrica do solo; instabilidade de vertentes; e seca meteorológica.

VENTO

O vento condiciona o processo perigoso tempestades de vento.

Incêndios rurais/florestais

Correspondem a fogos não controlados em florestas, matas e outros espaços com abundante vegetação (matos, áreas de incultos e áreas agrícolas). São habituais nas áreas de clima mediterrânico, particularmente em dias quentes e secos, sobretudo quando se associa também o vento forte. Podem ser o resultado de causas naturais (trovoadas secas), mas, em regra, são devidos a negligência humana.

Instabilidade de vertentes

Contempla um conjunto movimentos de massa em vertentes, que são processos gravíticos em que o centro de gravidade do material afetado se desloca para o exterior e para jusante, na vertente. Estes movimentos estão classificados de acordo com o tipo de mecanismos de deslocação e incluem os desabamentos (quedas), tombamentos (balançamentos), deslizamentos (escorregamentos), escoadas (fluxos), expansões laterais e movimentos complexos. A maior parte dos movimentos de massa em vertentes é desencadeada pela precipitação, razão que justifica a sua consideração enquanto perigo climático.

Inundações fluviais

As inundações são um fenómeno hidrológico extremo, de frequência variável, natural ou induzido pela ação humana, que consiste na submersão de terrenos usualmente emersos. As inundações fluviais resultam das cheias (transbordo de um curso de água relativamente ao seu leito ordinário), que podem ser rápidas ou lentas. No Território Arrábida ocorrem cheias rápidas, desencadeadas por precipitações intensas durante várias horas ou

minutos. Nas áreas urbanas, as consequências das cheias rápidas são agravadas pela sobrecarga dos sistemas de drenagem artificiais.

Inundações e galgamentos costeiros

Inundação da faixa terrestre adjacente à linha de costa decorrente de tempestades marinhas. Corresponde às áreas que (i) são atingidas pelo espraio das ondas de tempestade, (ii) são inundadas pelas águas do mar durante temporais, e (iii) constituem elementos morfológicos naturais e estruturas existentes na orla costeira que são galgadas pela água do mar. Afetam praias, dunas costeiras, barreiras detriticas (restingas, barreiras soldadas e ilhas-barreira), tómbolos, sapais, faixa terrestre de proteção costeira, águas de transição e respetivos leitos e faixas de proteção, bem como estruturas e infraestruturas existentes na orla costeira.

Erosão costeira e recuo de arribas

A erosão costeira nas áreas de litoral rochoso, com arribas ativas, materializa-se no desenvolvimento de sapais na base das arribas, que levam à instabilização da parte superior da arriba por falta de sustentação. Deste modo, as arribas instabilizam-se e são afetadas essencialmente por movimentos de massa em vertentes de tipo desabamento (queda), tombamento (balançamento) e deslizamento (escorregamento).

Calor excessivo

Uma onda de calor corresponde a um período de tempo de pelo menos 6 dias em que a temperatura máxima diária é superior em 5°C ao valor médio das temperaturas máximas do período de referência. Estas situações podem ocorrer também fora do período quente do ano, não se traduzindo, nessas circunstâncias, em desconforto acentuado sobre as pessoas. Por esta razão, a variável climática utilizada no PLAAC-Setúbal para caracterizar o calor excessivo corresponde ao número de dias com temperatura máxima $\geq 35^{\circ}\text{C}$. As situações de calor excessivo são relativamente comuns no clima português de tipo mediterrânico, sobretudo no verão, quando associadas a circulações anticiclónicas de Sul e de Este.

Seca

A seca (meteorológica) consiste num período de tempo seco anormal, suficientemente longo, devido à ausência ou escassez de precipitação, a qual causa um sério desequilíbrio hidrológico. Este desequilíbrio manifesta-se na considerável diminuição das reservas hídricas, como a redução significativa do caudal dos rios, do nível das albufeiras e lagos e da drástica diminuição da quantidade de água no solo e nos aquíferos (seca hidrológica).

A seca meteorológica é a medida do desvio da precipitação em relação ao valor normal e caracteriza-se pela falta de água induzida pelo desequilíbrio entre a precipitação e a evapotranspiração. A seca hidrológica está normalmente desfasada da seca meteorológica, dado que é necessário um período maior para que as deficiências na precipitação se manifestem nas diversas componentes do sistema hidrológico.

Tempestades de vento

São acontecimentos meteorológicos de grau severo ou adverso, marcados por ventos fortes e com rajadas muito fortes. Frequentemente, estes eventos são acompanhados por trovoadas e precipitação forte, geralmente de chuva ou granizo. As tempestades de vento podem associar-se a fenómenos climáticos de grande escala que se fazem sentir em vastas áreas do território.

Erosão hídrica do solo

Destacamento e transporte de partículas minerais e orgânicas do solo por ação do escoamento da água nas vertentes. A perda excessiva de solo por ação do escoamento superficial põe em causa o equilíbrio dos processos de formação e erosão do solo, e a consequente produtividade dos ecossistemas, bem como o funcionamento regular do ciclo hidrológico.

3.1 Metodologia

3.1.1 Introdução

A análise e cartografia de perigos climáticos atuais foi concretizada para um conjunto de processos físicos com incidência relevante no território municipal e cuja ocorrência é influenciada por parâmetros climáticos. A avaliação da incidência espacial dos perigos climáticos foi sustentada pela aplicação de métodos técnico-científicos reconhecidos, ajustados a uma análise à escala municipal e aos dados disponíveis, tendo sido realizada separadamente para cada tipo de processo (tabela 3.1).

Tabela 3.1 – Métodos utilizados na análise e cartografia de perigos climáticos.

Processo Perigoso	Método de avaliação
Incêndios rurais/florestais	Método estatístico: <i>Likelihood Ratio</i>
Erosão hídrica do solo	Equação Universal de Perda de Solo (erosão potencial)
Instabilidade de vertentes	Método estatístico: Valor Informativo
Inundações fluviais	Modelação hidro-geomorfológica + PGRI + ZAC municipais
Inundações e galgamentos costeiros	Trabalhos promovidos pela APA que sustentaram os POC
Erosão costeira e recuo de arribas	Trabalhos promovidos pela APA que sustentaram os POC
Calor excessivo	Modelação espacial dos dias muito quentes
Secas	Índice SPI (<i>Standardized Precipitation Index</i>)
Tempestades de vento	Modelação <i>WAsP Eng</i>

Como regra, a cartografia dos perigos climáticos atuais foi efetuada a partir da delimitação direta das áreas afetadas pelos processos perigosos considerados ou com recurso a métodos indiretos de zonamento, isto é, métodos quantitativos ou semi-quantitativos que se baseiam na análise das causas dos processos perigosos.

Para cada perigo climático foram identificadas as áreas mais críticas afetadas pelo processo. Nos casos dos incêndios rurais/florestais, da erosão hídrica do solo e da instabilidade de vertentes, as áreas mais críticas foram definidas como os espaços onde as classes de suscetibilidade elevada e/ou muito elevada se localizam. Refira-se que a megaclasse “territórios artificializados”, obtida a partir da Carta de Uso e Ocupação do Solo de 2018 (COS 2018), foi excluída da análise da erosão hídrica dos solos uma vez que nessas áreas o solo se encontra selado, logo, insuscetível de ser erodido superficialmente. A megaclasse “territórios artificializados” foi igualmente excluída da análise dos incêndios rurais/florestais, juntamente com as megaclasses “zonas húmidas” e “corpos de água”,

seguindo a metodologia preconizada no Guia para os Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (ICNF, 2012). Para os fenómenos relacionados com a hidrografia e as zonas costeiras, as áreas críticas foram definidas como as que podem ser diretamente afetadas por cheias, inundações estuarinas, galgamentos oceânicos e erosão e recuo de arribas. Para os processos que resultam diretamente das condições climáticas, como o calor excessivo, as secas e as tempestades de vento, foram definidas diferentes classes de suscetibilidade de ocorrência, de acordo com escalas de valores dos parâmetros climáticos que os definem.

3.1.2 Incêndios rurais/florestais

A suscetibilidade aos incêndios rurais/florestais foi avaliada com recurso a um método estatístico bivariado de base Bayesiana: o *Likelihood Ratio* (LR), aplicado à totalidade do território de Portugal continental, utilizando como fatores condicionantes o declive, altitude e uso e ocupação do solo, e como variável dependente as áreas ardidas no período 1975-2018 (Oliveira et al., 2021).

O cálculo do LR para cada variável (classe x do fator de predisposição y) é efetuado com recurso à equação (1):

$$Lri = \frac{Si/S}{Ni/N} \quad (1)$$

onde:

Lri – *Likelihood Ratio* da variável i (classe x do fator de predisposição y);

Si – número de unidades de terreno com área ardida e presença da variável i ;

Ni – número de unidades de terreno com a presença da variável i ;

S – número total de unidades de terreno com área ardida;

N – número total de unidades de terreno da área de estudo.

A avaliação da suscetibilidade para cada unidade de terreno (célula com 25 m), obtém-se através do somatório dos Lri de cada fator de predisposição presente na unidade de terreno, utilizando a equação (2):

$$Lrj = \sum_{i=0}^n Xij Lri \quad (2)$$

onde:

Lrj – *Likelihood Ratio* total na unidade de terreno j (célula);

n – número de variáveis;

Xij - 1 se a classe da variável está presente na unidade de terreno j (célula); 0 se a classe da variável não está presente.

A Erro! A origem da referência não foi encontrada. representa a curva de predição do modelo de suscetibilidade, construída a partir do cruzamento dos resultados da aplicação da equação (2) na área do PLAAC Arrábida com as

áreas ardidas neste território no período 1975-2018, que totalizam 5169 ha. A figura 3.1 representa igualmente 5 classes de suscetibilidade definidas pelas quebras de declive na curva de predição, onde a Classe I corresponde à suscetibilidade mais elevada e a classe V corresponde à suscetibilidade mais baixa. Para efeitos de identificação das áreas atualmente sujeitas ao perigo de incêndio rural/florestal considerou-se a Classe I.

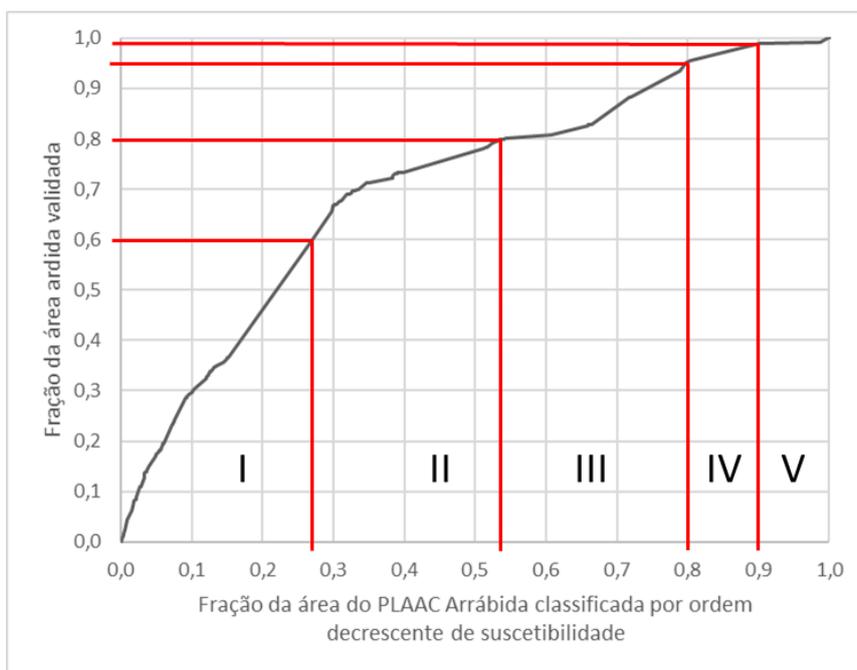


Figura 3.1 – Curva de predição do modelo de suscetibilidade aos incêndios rurais/florestais na área do PLAAC Arrábida. As linhas a vermelho definem as 5 classes de suscetibilidade identificadas.

3.1.3 Erosão hídrica do solo

A suscetibilidade à erosão hídrica do solo foi avaliada com recurso à Equação Universal de Perda do Solo (EUPS). Assim, a metodologia adotada expressa a erosão potencial do solo (A), em ton/ha/ano, obtida através da equação (3):

$$A = R \cdot K \cdot LS \quad (3)$$

onde:

R — Fator de erosividade da precipitação, baseado na informação fornecida pelo *European Soil Data Centre (ESDAC)*, *Joint Research Centre*, em unidades SI ($\text{MJ mm ha}^{-1} \text{h}^{-1} \text{ano}^{-1}$);

K — Fator da erodibilidade dos solos, baseado na Carta dos Solos de Portugal (1:25 000), SROA / CNROA / IEADR / IHERA / IDRHa / DGADR ($\text{t h ha MJ}^{-1} \text{ha}^{-1} \text{ano}^{-1}$);

LS — Fator topográfico, adimensional, derivado do modelo digital de terreno suportado na Carta Militar de Portugal (1:25 000), Instituto Geográfico do Exército.

Fator R - Erosividade da precipitação

O Fator R foi suportado na informação disponibilizada pelo ESDAC/JRC, cartografia *Rainfall erosivity in Europe, Joint Research Center*, cuja resolução original é de 500 m (Panagos et al., 2012, 2015). Contudo, para que a informação se ajuste à resolução de 10 m utilizada durante este processo, e para colmatação de algum valor em falta, após a conversão da matriz para pontos, foi efetuado sobre estes um procedimento de adaptação com interpolação com base no método IDW (*Inverse Distance Weighted*).

Fator K - Erodibilidade do solo

A erodibilidade do solo foi suportada na Carta dos Solos de Portugal e nos valores do fator K indicados por Pimenta (1999). Assim, com base naquela Carta, foi classificado o valor de erodibilidade (valores SI) para cada um dos tipos de solo existentes.

Uma vez que, na cartografia de base, é frequente a ocorrência de mais do que um tipo de solo em cada unidade cartográfica, o valor de erodibilidade final associado a cada uma dessas unidades resulta do cálculo da média aritmética ponderada de K, com base na frequência relativa dos solos presentes nessa unidade.

Fator Topográfico LS – comprimento e inclinação da vertente

O fator LS (adimensional) exprime a importância conjugada do comprimento da vertente (L) e do seu declive (S), aferidos à geometria normalizada dos talhões experimentais (L = 22,5 m; S = 9 %), resultando do seu produto.

A cartografia final das áreas sujeitas ao perigo atual de erosão hídrica do solo contempla as áreas que apresentam perda de solo potencial superior a 25 ton/ha/ano (classes de suscetibilidade elevada e muito elevada), excluindo locais onde a presença de solo não é significativa, tais como: territórios artificializados, praias, dunas e areias, zonas húmidas (e.g. sapais, zona entre marés) e corpos de água.

Uma vez que é reconhecida a falta de atualidade da cartografia de solos disponível, o resultado cartográfico obtido por modelação foi cruzado com a cartografia COS 2018, tendo sido reclassificadas como territórios artificializados todas as áreas que correspondem a zonas urbanizadas e impermeabilizadas artificialmente (e.g. com betão ou asfalto), onde o solo potencialmente erodível foi selado por intervenção antrópica.

3.1.4 Instabilidade de vertentes

A suscetibilidade à ocorrência de movimentos de massa em vertentes foi avaliada com recurso a um método estatístico bivariado de base Bayesiana: o Valor Informativo (VI), utilizando como fatores condicionantes o declive, a exposição das vertentes, a geologia, a curvatura das vertentes (perfil transversal), o uso e ocupação do solo, o índice de posição topográfica e o índice topográfico de humidade. Como variável dependente utilizou-se um inventário de movimentos de massa em vertentes que conta com 4047 ocorrências identificadas em 19 municípios da região de Lisboa e Vale do Tejo, incluindo Sesimbra, Setúbal e Palmela.

Os movimentos de massa em vertentes foram cruzados com os fatores de predisposição da instabilidade de vertentes classificados e o peso das classes de cada fator foi estabelecido com recurso à primeira equação do método do Valor Informativo (Zêzere, 2002) (equação 4):

$$Ii = \ln \frac{Si/Ni}{S/N} \quad (4)$$

onde:

Ii – Valor Informativo da variável i ;

Si - número de unidades de terreno (célula com 10 m) com movimentos de massa em vertentes e com a presença da variável Xi (classe de fator condicionante y);

Ni - número de unidades de terreno com a presença da variável Xi ;

S - número total de unidades de terreno com movimentos de massa em vertentes;

N - número total de unidades de terreno da área de estudo.

O VI total de uma unidade de terreno j (célula com 10 m) é determinado pela segunda equação do Método do Valor Informativo (Zêzere, 2002) (equação 5):

$$Ij = \sum_{i=1}^m X_{ji} Ii \quad (5)$$

Onde:

Ij – Valor Informativo total na unidade de terreno j (célula);

n – número de variáveis;

X_{ij} - 1 se a classe da variável está presente na unidade de terreno j (célula); 0 se a classe da variável não está presente.

O modelo de suscetibilidade à ocorrência de movimentos de massa em vertentes foi validado com recurso a curva de sucesso e computação da Área Abaixo da Curva (AAC = 0,92).

O mapa de suscetibilidade à ocorrência de movimentos de massa em vertentes contempla 5 classes (muito elevada, elevada, moderada, reduzida e muito reduzida), definidas com base na percentagem de área deslizada acumulada: 50 %, 70 %, 90 %, 95 %, 100 %, respetivamente.

Para efeitos de delimitação das áreas atualmente suscetíveis à instabilidade de vertentes foram seleccionadas e agregadas as classes de suscetibilidade elevada e muito elevada, que, em conjunto, validam 70 % do inventário de movimentos de massa em vertentes.

3.1.5 Inundações fluviais

A avaliação da suscetibilidade a cheias teve em consideração a documentação disponível a partir de trabalhos anteriores, nomeadamente: (i) as zonas ameaçadas pelas cheias delimitadas no âmbito do Quadro Regional da

Reserva Ecológica Nacional da AML; (ii) as zonas inundáveis definidas nos Planos de Gestão dos Riscos de Inundações, disponibilizadas pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA); e (iii) as zonas ameaçadas pelas cheias traçadas ao nível municipal, no âmbito da delimitação da Reserva Ecológica Nacional. Foram ainda identificadas lagoas e albufeiras como corpos de água permanente.

Os processos de inundação com impacto no território de Sesimbra contemplam exclusivamente situações decorrentes de cheia rápida, que ocorrem em bacias hidrográficas de pequena e média dimensão.

A identificação das linhas de água com maior propensão para a geração de cheias foi realizada com recurso ao método descrito em Reis (2011), bem como em diversa literatura científica nacional e internacional. Segundo o modelo adotado, as variáveis condicionantes descritivas da área de drenagem acumulada, do declive e da permeabilidade relativa são recolhidas em estrutura matricial para a totalidade das bacias drenantes, inclusivamente quando se estendem para além dos limites do município de Sesimbra. Seguidamente, por Análise Multicritério e segundo um processo iterativo – que inclui a sua validação no terreno e por evidências históricas –, é aferida a ponderação a utilizar no modelo final de suscetibilidade dos cursos de água para a ocorrência de cheias. Para estes cursos de água assim identificados, no pormenor, a delimitação das áreas inundáveis por cheias considerou a área contígua às margens dos cursos de água que se estende até à linha alcançada pela cheia máxima, interpretada através de critérios geomorfológicos, apoiados em informação topográfica, pedológica e interpretação de ortofotomapas digitais.

3.1.6 Inundações e galgamentos costeiros

A caracterização e delimitação das zonas costeiras sujeitas a inundação e galgamento usam como referência os trabalhos promovidos pela APA que sustentaram os Programas de Orla Costeira de Alcobça – Cabo Espichel e Espichel – Odeceixe.

A avaliação e cartografia da perigosidade associada à erosão costeira e ao galgamento oceânico foram efetuadas para a APA, por uma equipa da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, para os horizontes temporais de 2050 e 2100 (Silva et al., 2013a, 2013b). Nesta avaliação foram incluídos os efeitos associados às alterações climáticas, nomeadamente no que diz respeito à subida do nível médio do mar. Foi ainda considerado o potencial de recuo “instantâneo” do perfil de uma praia (e da linha de costa) quando atuado por um temporal extremo, com períodos de retorno diferentes; e ainda a evolução futura da linha de costa associada a tendência de longo termo, com base na evolução observada nos últimos 50 anos. Deste modo, as zonas de perigo consideradas são faixas que se estendem desde a linha de costa em direção a terra, cuja largura é determinada pela soma das seguintes componentes: evolução da linha de costa, recuo por subida do nível médio do mar, recuo por tempestade e galgamento/inundação oceânica.

Refira-se que nas praias limitadas por uma arriba ou estrutura, independentemente do cenário considerado, a evolução do limite terrestre foi considerada nula e os impactes dos processos não foram considerados no trabalho original (Silva et al., 2013a, 2013b). Nestes casos foi utilizada como referência uma cota de inundação de 8 metros acima do nível médio do mar, tomando em consideração a variação do nível médio do mar, a preamar máxima astronómica, a sobrelevação do nível do mar de origem meteorológica (*storm surge*) máxima registada e o espraio das ondas, valor que se aproxima dos calculados para o litoral do município de Sintra por Marques et al. (2009) e para o litoral do município de Cascais por Taborda et al. (2010).

3.1.7 Erosão costeira e recuo de arribas

A caracterização e delimitação das zonas de instabilidade e recuo de arribas usam como referência os trabalhos promovidos pela APA que sustentaram os Programas de Orla Costeira de Alcobça – Cabo Espichel e Espichel – Odeceixe.

A avaliação da perigosidade das zonas com litoral de arriba foi efetuada para a APA por uma equipa da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, cujo trabalho e resultados estão sistematizados em Penacho et al. (2013a, 2013b) e Marques et al. (2013). O trabalho foi sustentado por um inventário sistemático de instabilidades, entre a Nazaré e o Cabo Espichel. Foram utilizadas técnicas de fotointerpretação aplicadas a duas séries de referência de fotografias aéreas verticais, incluindo um dos voos mais antigos existentes que cobrem o troço litoral em estudo (final dos anos 40) e outro realizado em 2010. Foram ainda utilizadas séries de fotografias de idade intermédia disponíveis para a caracterização da distribuição temporal das instabilidades em arribas (Penacho et al., 2013a).

Do estudo sistemático da totalidade dos troços de arriba da área referida (Nazaré – Cabo Espichel) resultou a identificação de 1049 movimentos de massa em vertentes ou grupos de movimentos que não puderam ser individualizados por falta de resolução temporal das coberturas aéreas disponíveis (Penacho et al., 2013a).

Na área entre o Cabo Espichel e Setúbal foram ainda inventariados 86 movimentos de massa em vertentes dos tipos desabamento e deslizamento, com base na interpretação de ortofotomapas digitais e trabalho de campo extensivo.

No estudo original foram delimitadas faixas de risco adjacentes à crista da arriba e faixas de proteção adicional. As faixas de risco adjacentes à crista das arribas foram definidas tendo em conta, em cada sector de arribas com comportamento razoavelmente homogéneo em termos de instabilidade, a dimensão máxima dos movimentos inventariados em estudos comparativos de fotografias aéreas antigas (1947 ou 1958) com as mais recentes disponíveis à época da elaboração dos estudos para os POC (voo INAG de 1996), mas também as características geomorfológicas e geológicas das arribas que condicionam a ocorrência de instabilidades.

A avaliação da perigosidade considerou a extensão da faixa de risco adjacente à crista das arribas, proposta por Marques et al. (2013), na sequência da avaliação efetuada à adequabilidade das referidas faixas no POOC original. Adicionalmente, foram consideradas as áreas de instabilidade potencial associadas às arribas e sinalizadas nos novos Programas de Orla Costeira.

3.1.8 Calor excessivo

Para a caracterização das situações de calor excessivo, considerou-se a distribuição espacial dos dias muito quentes (com temperatura máxima $\geq 35^{\circ}\text{C}$) obtidos por modelação para o período de referência de 1970-2000, a partir de dados disponíveis no Portal do Clima (<http://portaldoclima.pt/pt/>).

Determinaram-se duas classes de suscetibilidade, baixa e moderada, correspondendo a valores médios anuais de 2 a 5 dias, e de 5 a 10 dias, respetivamente.

3.1.9 Secas

Seguindo as recomendações da Organização Meteorológica Mundial, a identificação e caracterização dos eventos de seca meteorológica foi feita através da aplicação do índice SPI (*Standardized Precipitation Index*), que permite analisar a sua frequência e intensidade. A suscetibilidade à ocorrência de seca foi determinada a partir da variação dos valores de SPI obtidos para cada Unidade Morfo-Climática no período simulado de 1971-2000. Os valores

obtidos variam entre -0,05 e -0,19 e configuram uma única classe de suscetibilidade qualificada como suscetibilidade moderada.

3.1.10 Tempestades de vento

Na área de estudo ocorrem frequentemente tempestades de vento dos quadrantes sudoeste e noroeste. Para a caracterização das tempestades de vento extremas foram escolhidas duas situações típicas que ocorreram entre 1974 e 2014, a partir dos períodos de retorno das intensidades médias máximas do vento a 10 m do solo, observadas na estação meteorológica de Lisboa/Portela. As simulações do vento foram efetuadas com o *software* WAsP Engineering 4.0 de acordo com as seguintes condições de partida: a) Direção predominante do vento: 340° (Noroeste); intensidade máxima horária do vento: 17,9 m/s. b) Direção predominante do vento: 220° (Sudoeste); intensidade máxima horária do vento: 17,7 m/s. Os resultados das simulações foram cruzados em ambiente SIG, resultando as classes de suscetibilidade descritas na tabela 3.2.

Tabela 3.2. Definição das classes de suscetibilidade a tempestades de vento.

		Noroeste - 340° (m/s)		
		> 22	18 – 22	< 18
Sudoeste 220° (m/s)	> 22	Elevada	Elevada	Moderada
	18 – 22	Elevada	Moderada	Reduzida
	< 18	Moderada	Reduzida	Reduzida

Fonte: PMAAC-AML (2018)

3.2 Perigos climáticos atuais

3.2.1 Incêndios rurais/florestais

A figura 3.2 ilustra a distribuição do perigo atual de incêndio rural/florestal no município de Sesimbra, que corresponde à classe de suscetibilidade mais elevada (Classe I) definida na figura 3.1. A área perigosa abrange 52 km², destacando-se a freguesia do Castelo que inclui 95,7% da área total perigosa. O perigo de incêndio rural/florestal é muito mais reduzido nas outras freguesias do município de Sesimbra (tabela 3.3), embora tenha uma expressão assinalável na parte oriental da freguesia de Santiago.

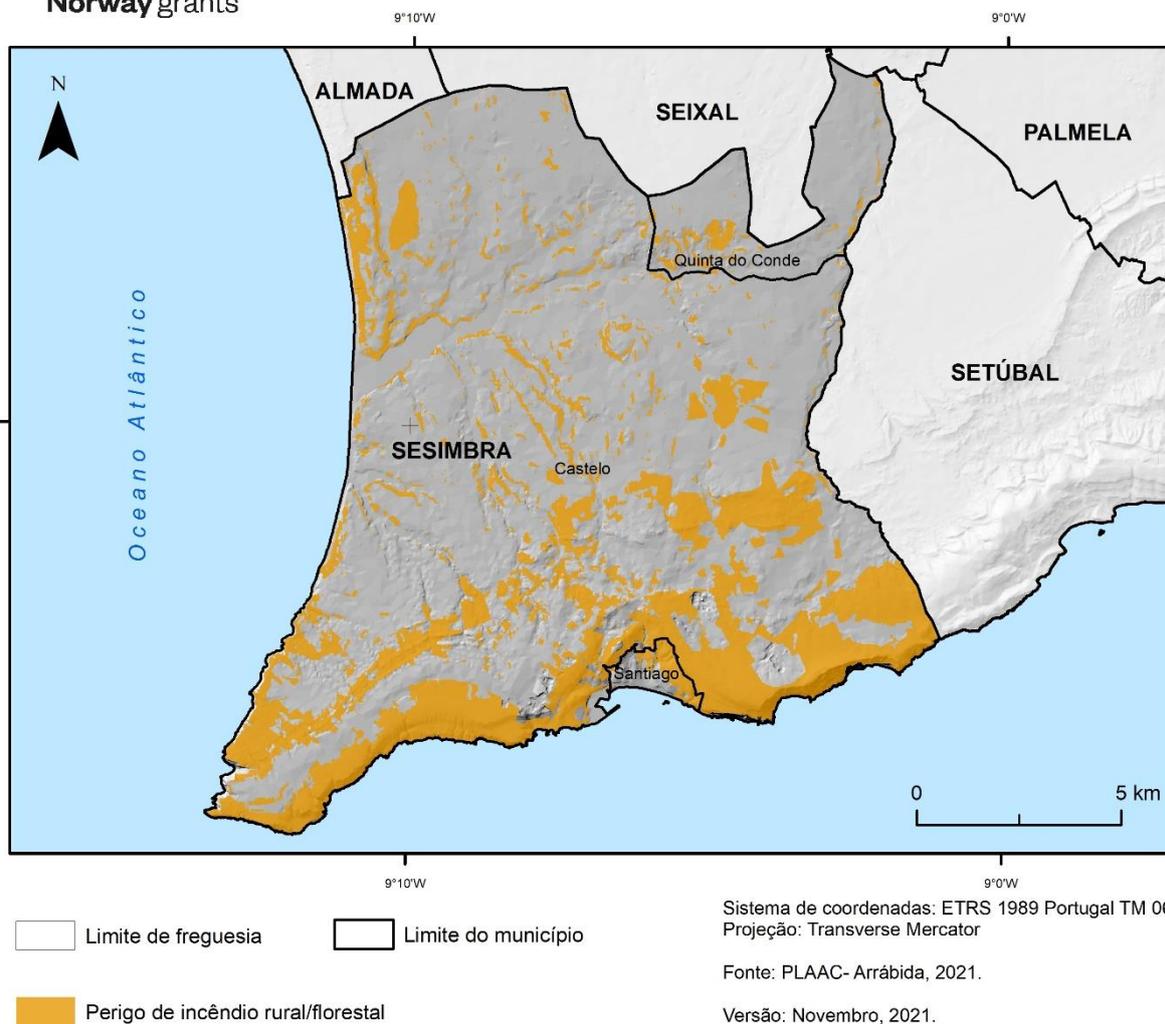


Figura 3.2 – Suscetibilidade atual a incêndios rurais/florestais no município de Sesimbra.
 Fonte: PLAAC Arrábida.

Tabela 3.3 – Áreas de suscetibilidade atual a incêndios rurais/florestais nas freguesias do município de Sesimbra.

Freguesia	Área (km ²)	%
Quinta do Conde	1,3	2,4
Castelo	49,7	95,7
Santiago	1,0	1,9
Total do município	52,0	100,0

3.2.2 Erosão hídrica do solo

A Figura 3.3 ilustra a distribuição do perigo de erosão hídrica do solo no município de Sesimbra, obtido pela junção das classes de suscetibilidade elevada e muito elevada, isto é, que apresentam uma perda de solo potencial

superior a 25 ton/ha/ano. A área perigosa ocupa 11,1 % da área total do município, destacando-se a freguesia do Castelo que inclui 94,6% da área total perigosa e é simultaneamente a freguesia com maior área (179 km²). Em termos relativos e absolutos, a erosão hídrica do solo atual é menos preocupante nas freguesias da Quinta do Conde e Santiago (tabela 3.4).

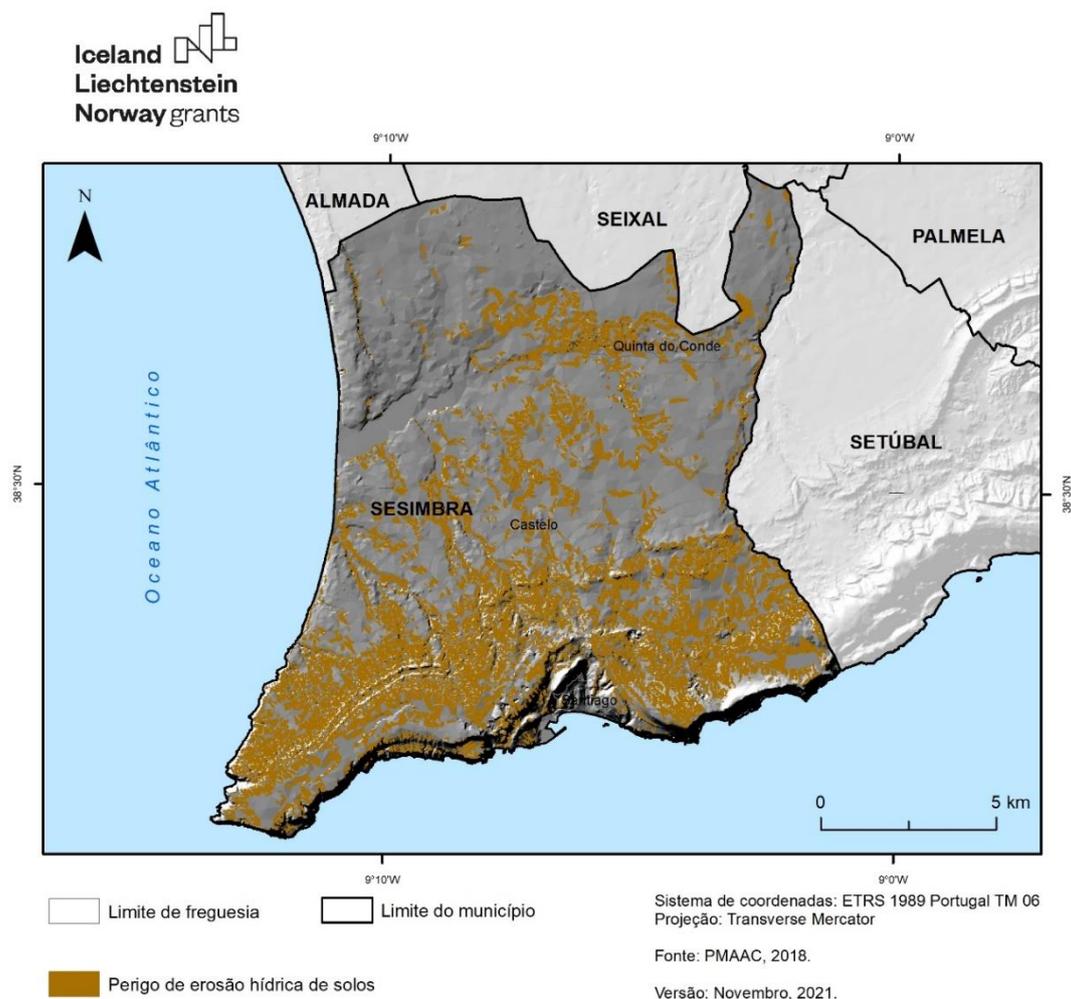


Figura 3.3 – Suscetibilidade atual a erosão hídrica do solo no município de Sesimbra.
Fonte: PLAAC Arrábida.

Tabela 3.4. Áreas de suscetibilidade atual a erosão hídrica do solo nas freguesias do município de Sesimbra.

Freguesia	Área (km ²)	%
Quinta do Conde	1,1	5,1
Castelo	20,6	94,6
Santiago	0,1	0,3
Total do município	21,8	100

3.2.3 Instabilidade de vertentes

As áreas sujeitas atualmente a maior perigo de instabilidade de vertentes ocupam 9,8% do território do município de Sesimbra, concentrando-se na parte sul do município (figura 3.4). A freguesia do Castelo inclui 94,1% das áreas

suscetíveis a instabilidade de vertentes. Na freguesia de Santiago o perigo de instabilidade de vertentes é relevante, tendo em conta a dimensão reduzida da freguesia. Na Quinta do Conde o perigo atual de instabilidade de vertentes é inexistente (tabela 3.5).

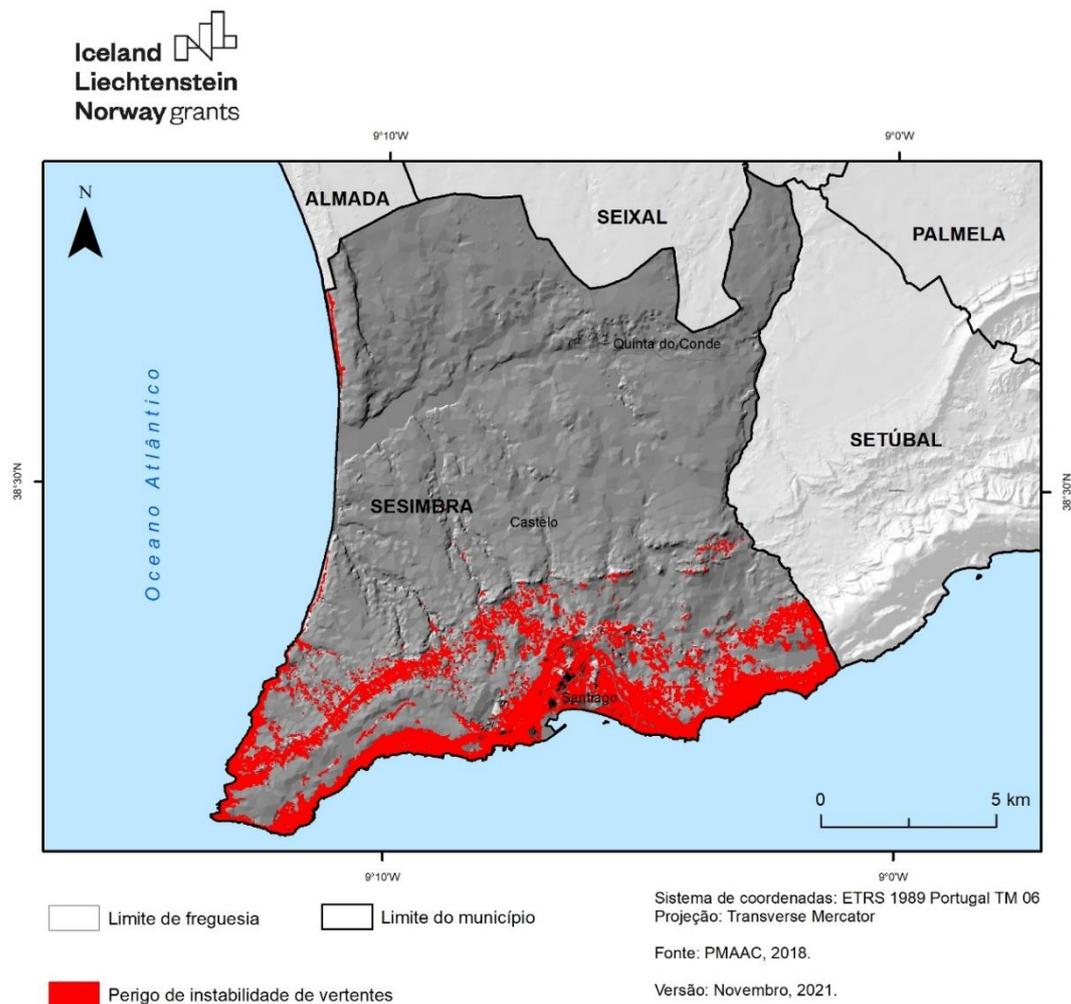


Figura 3.4 – Suscetibilidade atual a instabilidade de vertentes no município de Sesimbra.
Fonte: PLAAC Arrábida.

Tabela 3.5. Áreas de suscetibilidade atual a instabilidade de vertentes nas freguesias do município de Sesimbra.

Freguesia	Área (km ²)	%
Quinta do Conde	0,0	0,0
Castelo	18,0	94,1
Santiago	1,1	5,9
Total do município	19,1	100

3.2.4 Inundações fluviais

O município de Sesimbra está sujeito atualmente aos perigos de cheia rápida, com destaque para as bacias hidrográficas da Ribeira da Apostiça, Ribeira da Pateira e Vala Real. As áreas suscetíveis a cheias rápidas ocupam

3,7% da área total do município, que se encontram principalmente nas freguesias do Castelo e Quinta do Conde (tabela 3.6, figura 3.5).

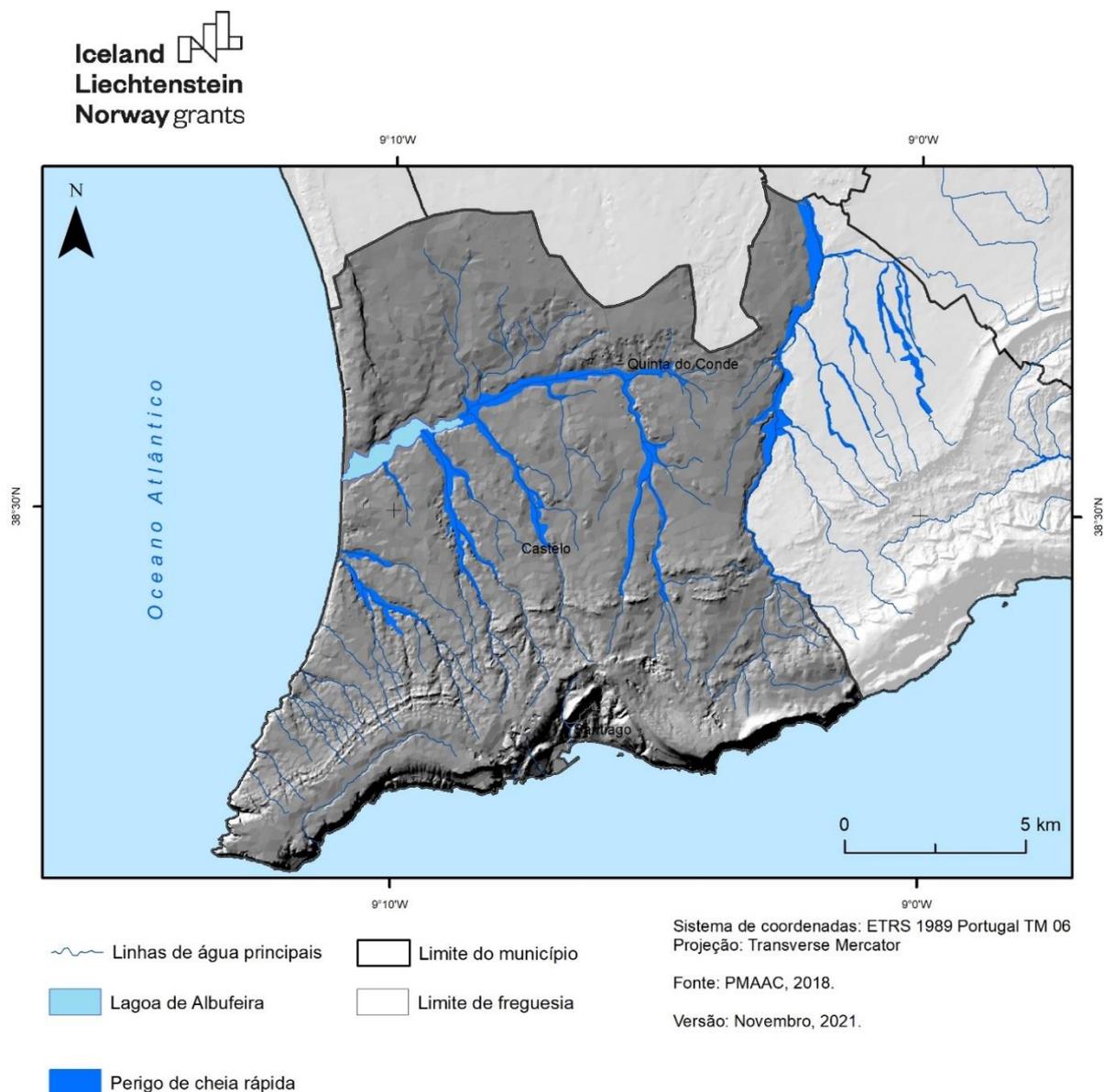


Figura 3.5 – Suscetibilidade atual a cheias rápidas no município de Sesimbra.
Fonte: PLAAC Arrábida.

Tabela 3.6. Áreas de suscetibilidade atual a cheias rápidas nas freguesias do município de Sesimbra.

Freguesia	Cheias rápidas	
	Área (km ²)	%
Quinta do Conde	1,2	16,3
Castelo	6,1	83,7
Santiago	0,0	0,0
Total do município	7,3	100

3.2.5 Inundações e galgamentos costeiros

As inundações e galgamentos costeiros afetam apenas uma estreita faixa do município de Sesimbra (92,2 ha, correspondentes a 0,5 % da área total do município), localizada nos setores de praia do litoral ocidental e na freguesia de Santiago nas Praias da Vila de Sesimbra e Praia da Califórnia (figura 3.6).

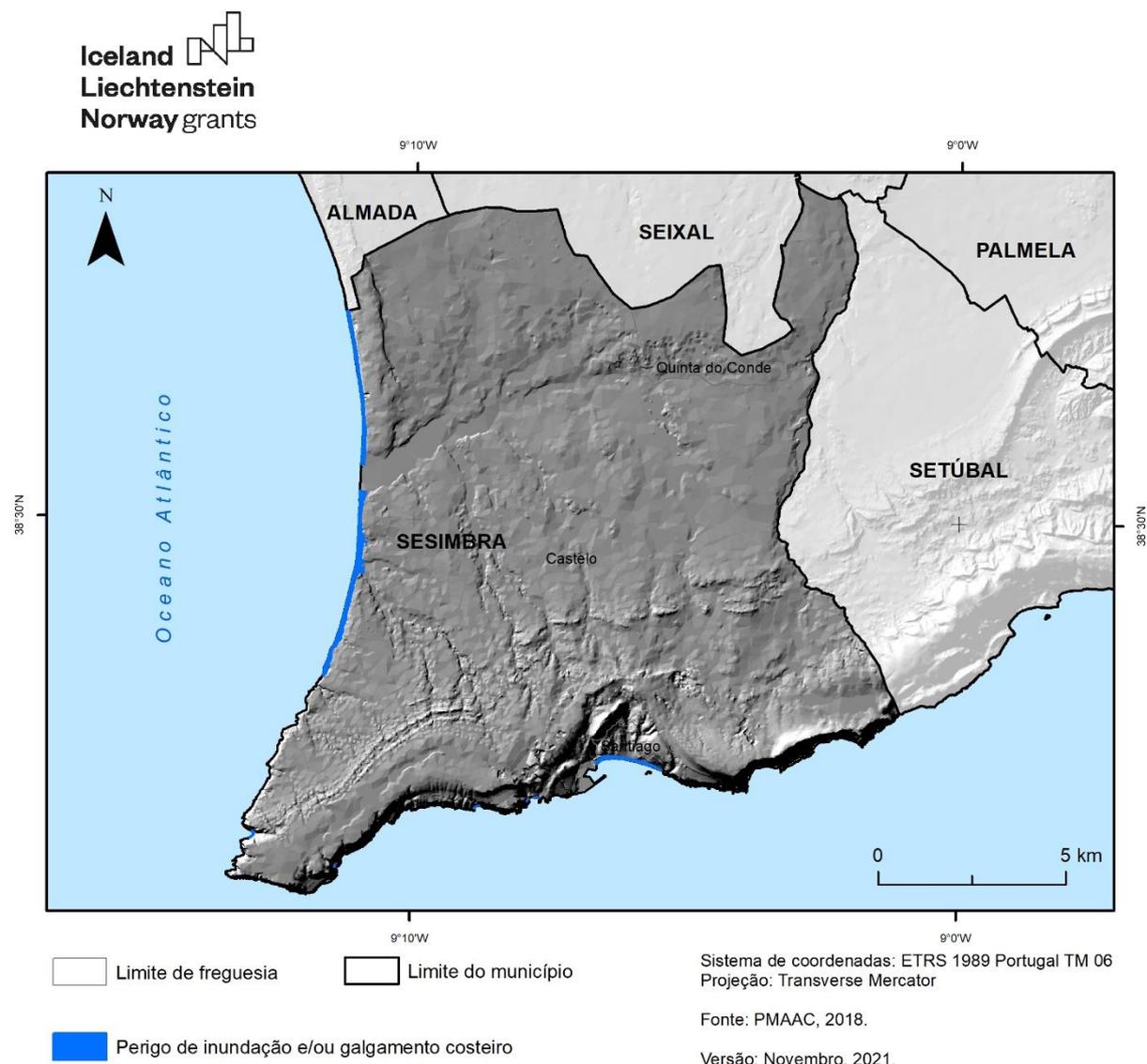


Figura 3.6 – Suscetibilidade atual a inundações e galgamentos costeiros no município de Sesimbra.
Fonte: PLAAC Arrábida.

3.2.6 Erosão costeira e recuo de arribas

A erosão costeira e o recuo de arribas afetam duas faixas litorais do município de Sesimbra (462 ha, correspondentes a 2,4% da área total do município), localizada nos setores de litoral de arriba na Serra da Arrábida, e no sector meridional da arriba fóssil da Costa da Caparica (figura 3.7).

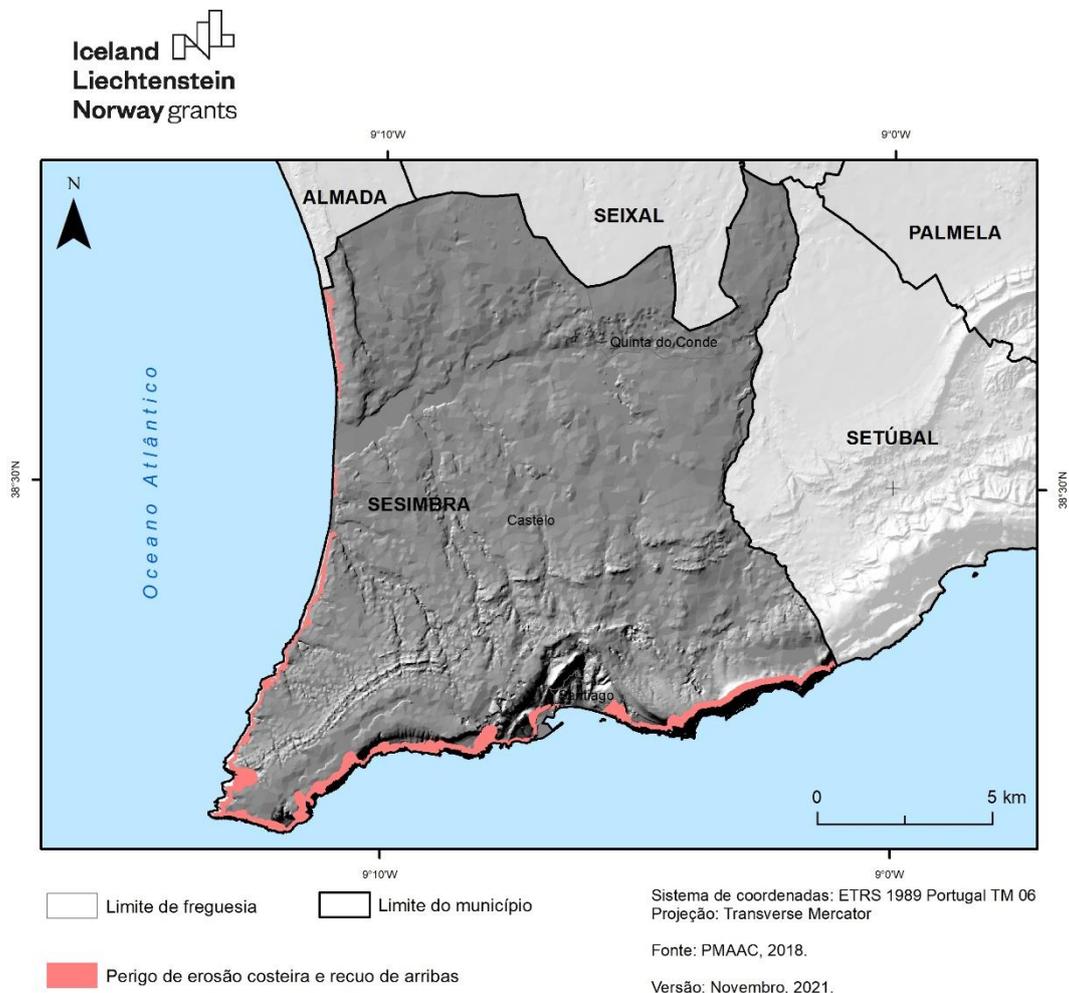


Figura 3.7 – Suscetibilidade atual a erosão costeira e recuo de arribas no município de Sesimbra.
Fonte: PLAAC Arrábida.

3.2.7 Calor excessivo

A suscetibilidade atual ao calor excessivo foi avaliada a partir do número de dias com temperatura máxima igual ou superior a 35°C e engloba apenas a classe de suscetibilidade baixa (2 a 5 dias) (figura 3.8) no município de Sesimbra.

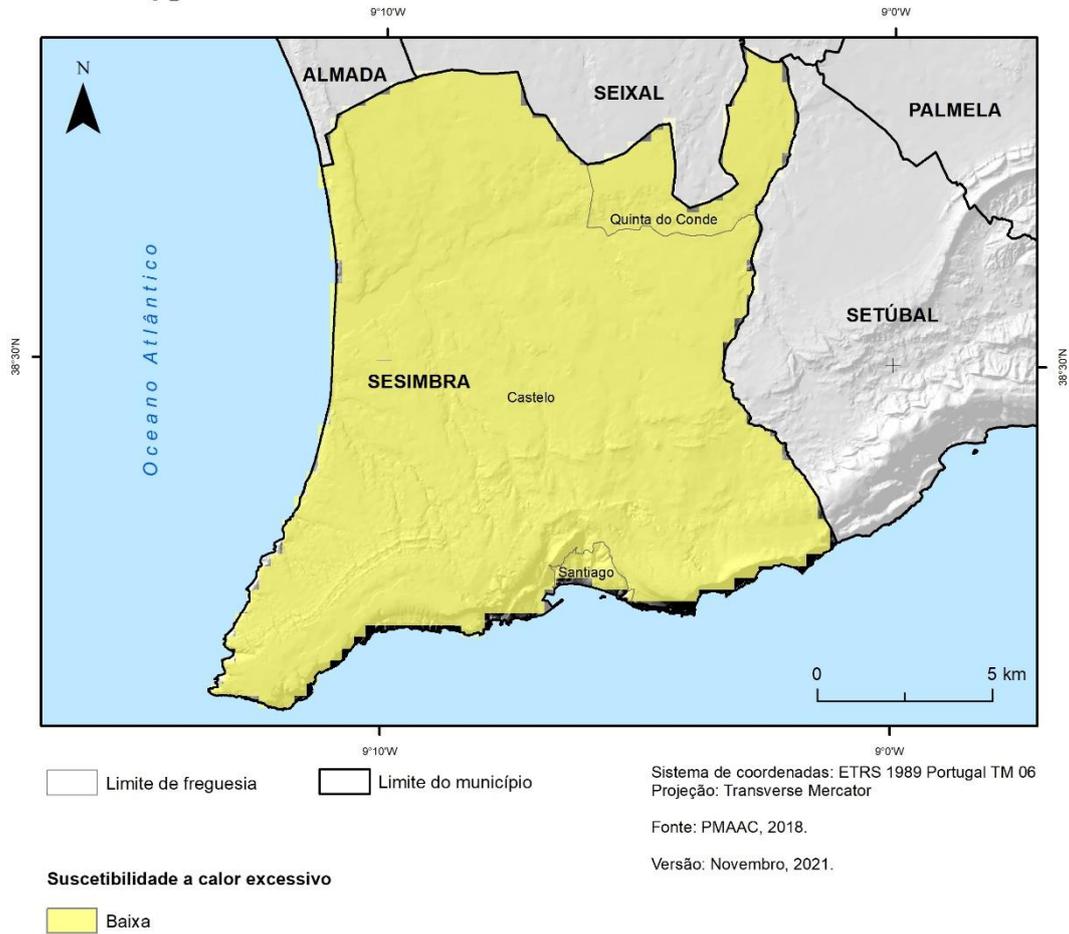


Figura 3.8 – Suscetibilidade atual a calor excessivo no município de Sesimbra.
Fonte: PLAAC Arrábida.

3.2.8 Secas

No município de Sesimbra encontra-se apenas uma classe de suscetibilidade atual a secas (moderada) em todas as freguesias (figura 3.9). Este resultado está em linha com os resultados obtidos pelo PIC (Perfil de Impactos Climáticos), onde foram identificadas situações de seca em 13 dos últimos 20 anos.

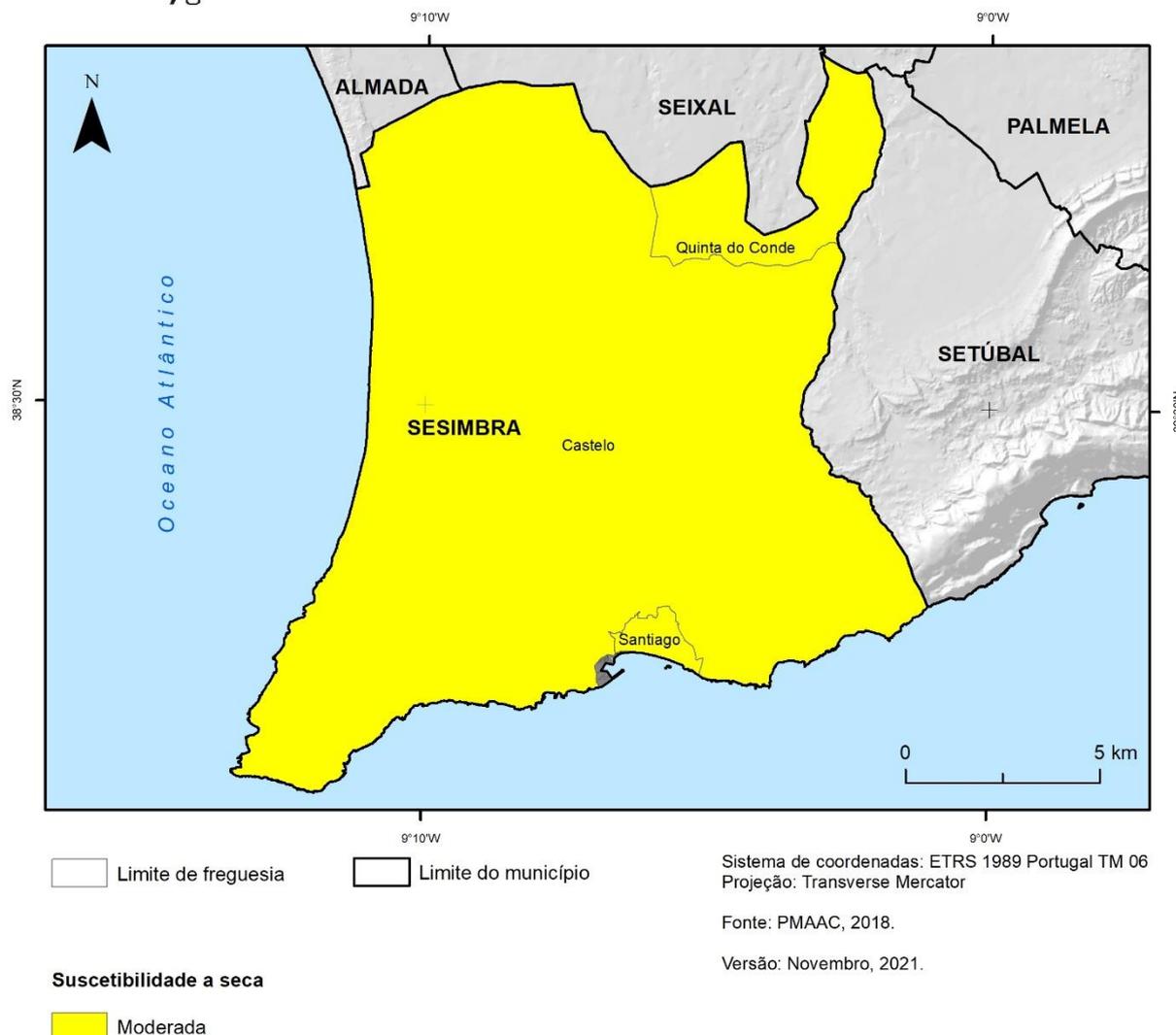


Figura 3.9 – Suscetibilidade atual a secas no município de Sesimbra.
 Fonte: PLAAC Arrábida.

3.2.9 Tempestades de vento

A figura 3.10 ilustra a distribuição de três classes de suscetibilidade atual a tempestades de vento no município de Sesimbra. As classes de suscetibilidade moderada e elevada ocupam 11,4% e 13%, respetivamente da área total do município (tabela 3.7). A classe de suscetibilidade elevada ocorre predominantemente nas áreas mais elevadas da Serra da Arrábida, nomeadamente na serra do Risco, na plataforma do Cabo Espichel e ao longo da costa Ocidental do município.

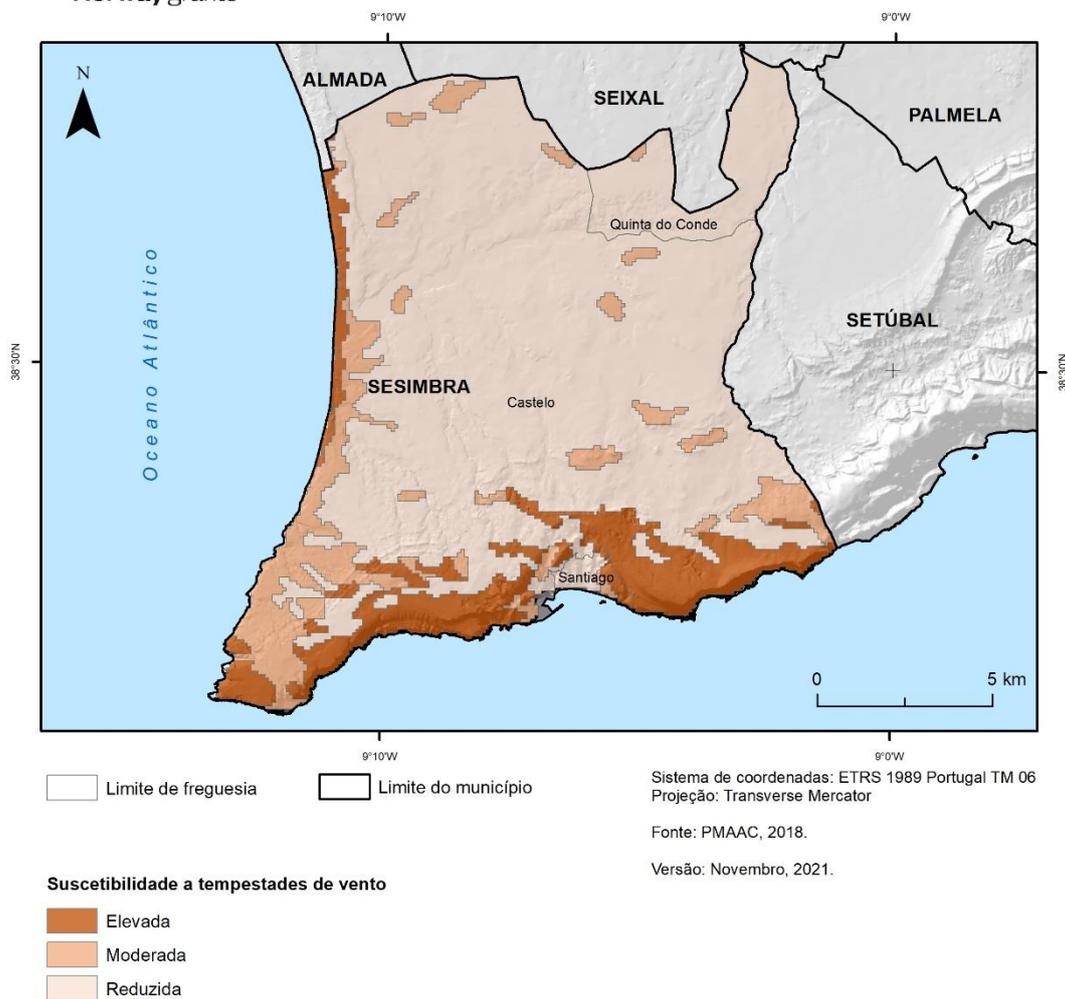


Figura 3.10 – Suscetibilidade atual a tempestades de vento no município de Sesimbra.
Fonte: PLAAC Arrábida.

Tabela 3.7. Áreas de suscetibilidade atual a tempestades de vento nas freguesias do município de Sesimbra.

Freguesia	Reduzida		Moderada		Elevada	
	Área (km ²)	%	Área (km ²)	%	Área (km ²)	%
Quinta do Conde	14,2	9,7	0,2	0,7	0,0	0,0
Castelo	131,0	89,5	21,6	98,3	24,7	97,7
Santiago	1,1	0,8	0,2	1,0	0,6	2,3
Total do município	146	100	22	100	25	100

Operador programa: Promotor:



Parceiros:



4 EXPOSIÇÃO A PERIGOS CLIMÁTICOS

4.1 Metodologia

O presente capítulo tem como objetivo definir o conjunto de procedimentos metodológicos e apresenta os resultados da inventariação dos elementos expostos no município de Sesimbra, face a cinco tipos de perigos naturais ligados direta ou indiretamente ao clima: incêndios rurais/florestais; instabilidade de vertentes; inundações fluviais; inundações e galgamentos costeiros; e erosão costeira e recuo de arribas.

A avaliação da exposição aos perigos climáticos no município de Sesimbra foi efetuada para: vias rodoviárias; edifícios residenciais; população residente; e equipamentos estratégicos, vitais e/ou sensíveis.

As vias rodoviárias foram obtidas e classificadas a partir do *Open Street Map* e foram reclassificadas em 4 classes: autoestradas e vias rápidas; rede rodoviária primária; rede rodoviária secundária; e rede rodoviária terciária.

No total existem 156 km de vias na área de estudo, com a distribuição por tipologia de vias que está sistematizada na tabela 4.1

Tabela 4.1 – Tipologia de vias e respetiva extensão no município de Sesimbra.

Tipo de via	km	%
Autoestradas e vias rápidas	6,2	4,0
Rede rodoviária primária	57,6	37,0
Rede rodoviária secundária	45,9	29,5
Rede rodoviária terciária	46,0	29,5
Total	155,8	100,0

Os edifícios, representados geometricamente pelo seu centroide, foram obtidos a partir da Base de Georeferenciação de Edifícios (BGE) do Instituto Nacional de Estatística (INE) e cartografados sempre que no edifício exista total ou parcialmente a função residencial. A população residente por edifício foi estimada por cruzamento dissimétrico entre a BGE e a BGRI dos Censos 2011 (Garcia et al., 2016).

A BGE assinala 20 737 edifícios residenciais no município de Sesimbra. A população residente total ultrapassava 50 mil pessoas, de acordo com os Censos 2011⁵.

A distribuição dos equipamentos estratégicos, vitais e/ou sensíveis foi fornecida pela Câmara Municipal de Sesimbra. Estes equipamentos foram classificados em 7 categorias, em função dos serviços a que estão associados: administração; proteção civil e segurança; saúde; educação; serviço social; cultura; e turismo.

A tabela 4.2 sistematiza os equipamentos estratégicos, vitais e/ou sensíveis existentes no município de Sesimbra.

Tabela 4.2. Equipamentos estratégicos, vitais e sensíveis do município de Sesimbra.

Equipamentos estratégicos, vitais e sensíveis	Número
Equipamentos de administração	17
Equipamentos de proteção civil e segurança	6
Equipamentos de saúde	11
Equipamentos de educação	41
Equipamentos sociais	39
Equipamentos culturais	13

⁵ De acordo com os resultados provisórios dos Censos 2021, a população residente no município de Sesimbra aumentou para 52 394 indivíduos, mas os dados ainda não estão disponíveis à BGRI.

Equipamentos turísticos	11
Total	138

A avaliação da exposição foi efetuada por interseção dos elementos anteriormente referidos (vias, edifícios, população residente e equipamentos estratégicos, vitais e/ou sensíveis) com as áreas perigosas correspondentes aos incêndios rurais/florestais, instabilidade de vertentes, inundações fluviais, inundações e galgamentos costeiros e erosão costeira e recuo de arribas.

Pelas características específicas dos processos perigosos em causa, assim como pela sua interação com a utilização do território, não se justifica a análise da exposição aos restantes perigos climáticos considerados (erosão hídrica do solo, calor excessivo, secas e tempestades de vento).

4.2 Exposição a perigos climáticos atuais

4.2.1 Incêndios rurais/florestais

As áreas mais suscetíveis atualmente a incêndios rurais/florestais abrangem 52 km² no município de Sesimbra, sendo particularmente expressivas nas manchas de pinhal localizadas a Norte e em redor da Lagoa de Albufeira e ao longo de toda a faixa costeira a sul, desde o limite com o município de Setúbal até ao Cabo Espichel, prolongando-se para Norte até à proximidade da Aldeia do Meco.

A figura 4.1 representa os edifícios residenciais e as vias rodoviárias expostas ao perigo de incêndio rural/florestal. Foram identificados 151 edifícios residenciais expostos, a que correspondem 205 alojamentos e uma população estimada de 327 indivíduos. Estes edifícios localizam-se predominantemente na parte sul do município, nas freguesias de Santiago e do Castelo. Adicionalmente, foram identificados 2 equipamentos estratégicos, vitais e/ou sensíveis nas áreas mais suscetíveis atualmente a este tipo de perigo, nomeadamente o Lar Costa Azul e o Núcleo do Museu Municipal "Moagem de Sampaio".

Os troços de vias rodoviárias em perigo de incêndio rural/florestal totalizam 24,2 km, correspondentes a troços da rede primária (6,5 km), secundária (7,4 km) e terciária (10,4 km).

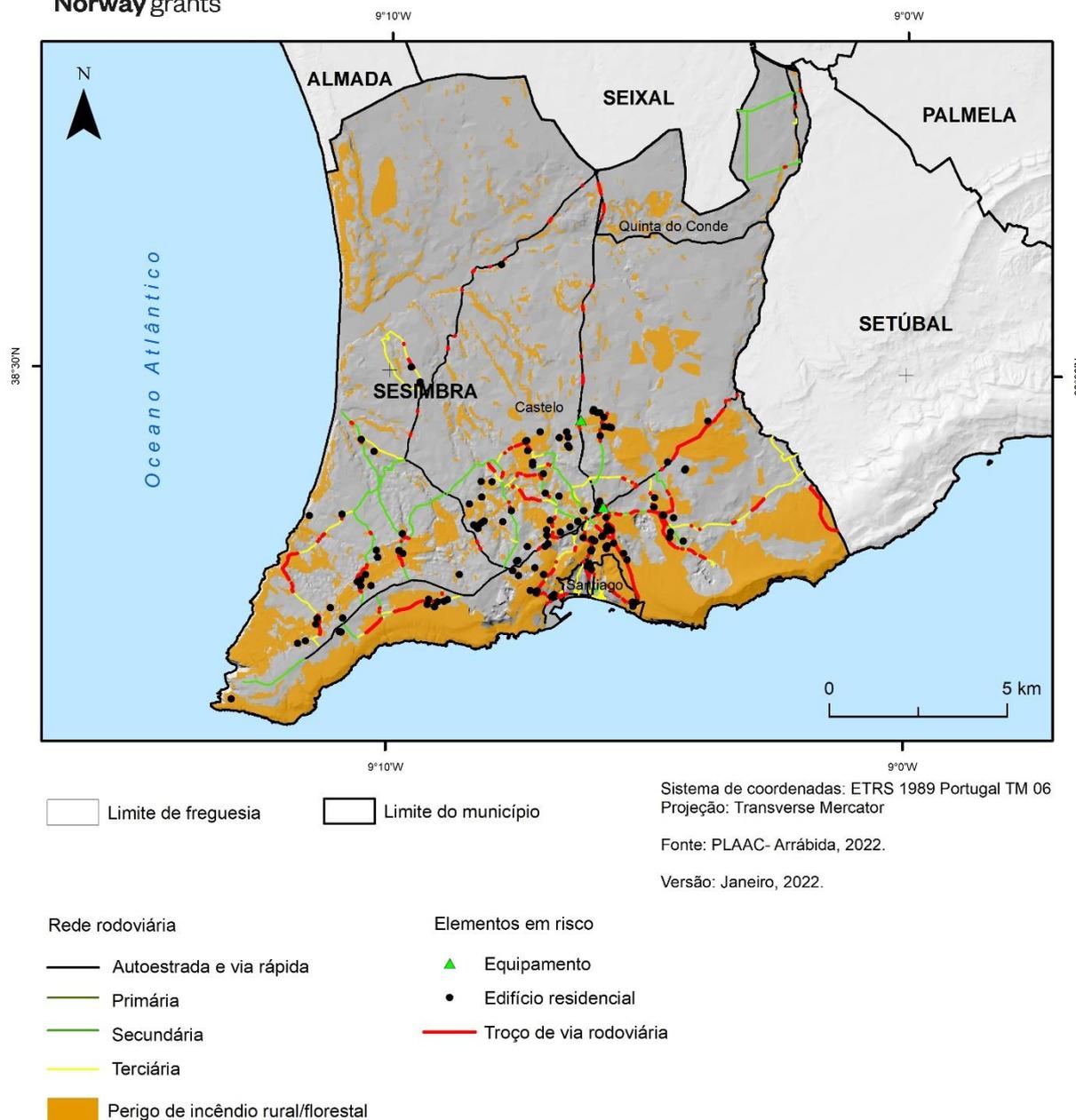


Figura 4.1 – Elementos expostos em áreas suscetíveis a incêndios rurais/florestais no município de Sesimbra.
Fonte: PLAAC Arrábida.

4.2.2 Instabilidade de vertentes

As áreas mais suscetíveis atualmente a instabilidade de vertentes abrangem 19,1 km² no município de Sesimbra, com destaque para os setores de arriba mais declivosos localizados entre o Cabo Espichel e a Aldeia do Meco, os setores mais declivosos da Azóia, Zambujal de Baixo, Pedreiras e Terras do Risco., e no setor sul do município ao

longo de uma faixa de vai desde o Cabo Espichel, Serra da Azóia, Serra dos Pinheirinhos, vertentes em redor do Castelo de Sesimbra, até às arribas entre a Praia da Califórnia e o Fojo.

Os edifícios residenciais e as vias rodoviárias expostos atualmente ao perigo de instabilidade de vertentes estão representados na figura 4.2. Foram identificados 603 edifícios residenciais expostos, a que correspondem 2725 alojamentos e uma população estimada de 1777 indivíduos. Estes edifícios localizam-se sobretudo no centro da vila de Sesimbra, nos lugares de Castelo, Zambujal e Azóia.

Os troços de vias rodoviárias em perigo de instabilidade de vertentes totalizam 11,1 km e correspondem, essencialmente, a troços das redes viárias primária, secundária e terciária (4,4 km, 2,7 km e 4,1 km, respetivamente). Destacam-se pequenos setores da EN378 e da EM 569, por onde se faz o acesso rodoviário à vila de Sesimbra e nas estradas municipais EM 522, 523, 525, 561, 568 e 585. Não existem autoestradas ou vias rápidas ameaçadas por este tipo de perigo no município de Sesimbra.

Adicionalmente, identificaram-se 7 equipamentos estratégicos, vitais e/ou sensíveis expostos ao perigo de instabilidade de vertentes (figura 4.3), com destaque para equipamentos turísticos (Sesimbra Hotel & SPA, SANA Sesimbra Excellence Concept Hotel e OceanSesimbra), equipamentos ligado à proteção civil (Proteção Civil de Sesimbra e Bombeiros Voluntários de Sesimbra), equipamento de administração (Arquivo Municipal) e equipamento social (Centro de Convívio da Fonte Nova).

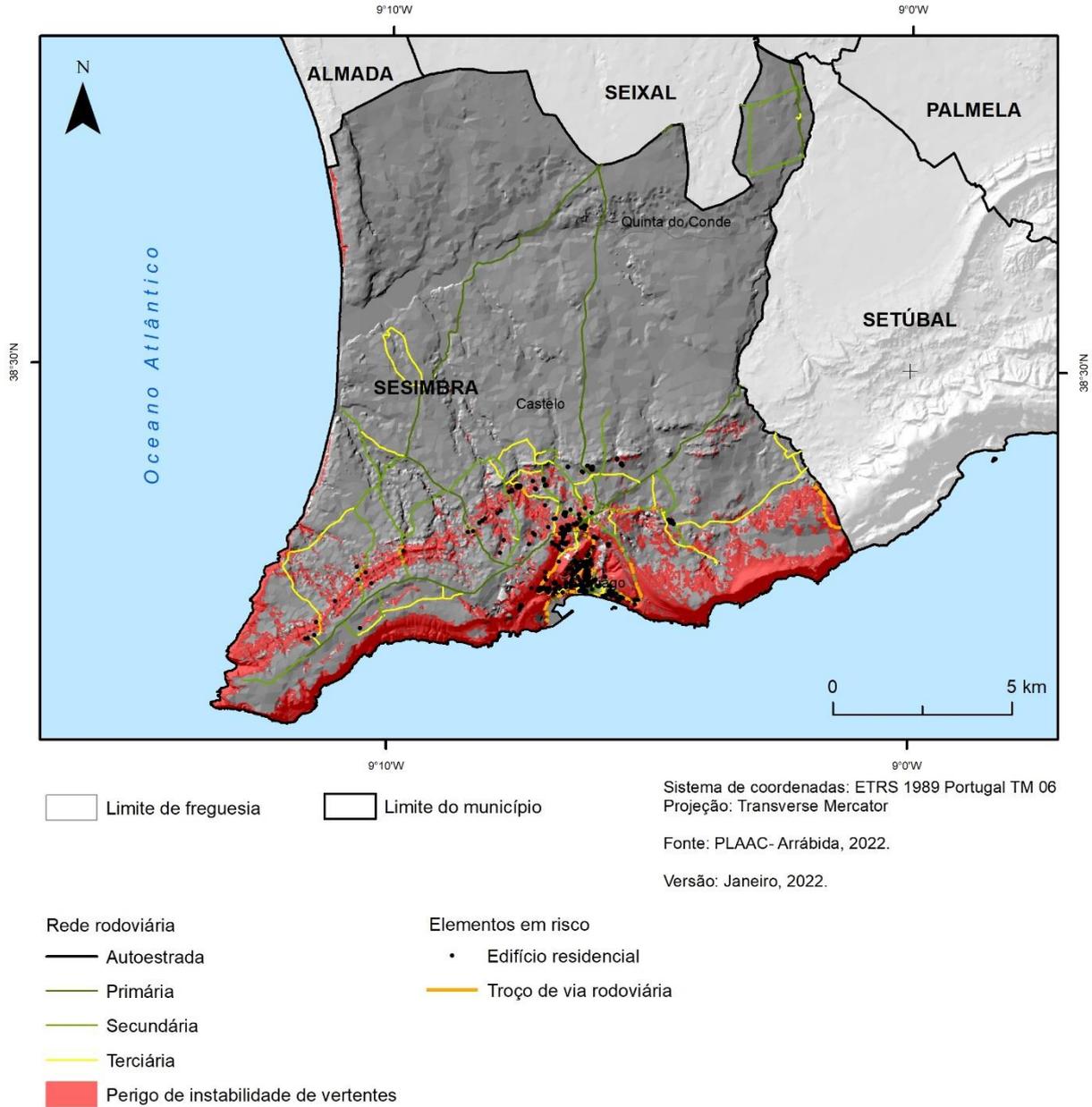


Figura 4.2 – Edifícios residenciais e vias expostos em áreas suscetíveis a instabilidade de vertentes no município de Sesimbra.
 Fonte: PLAAC Arrábida.

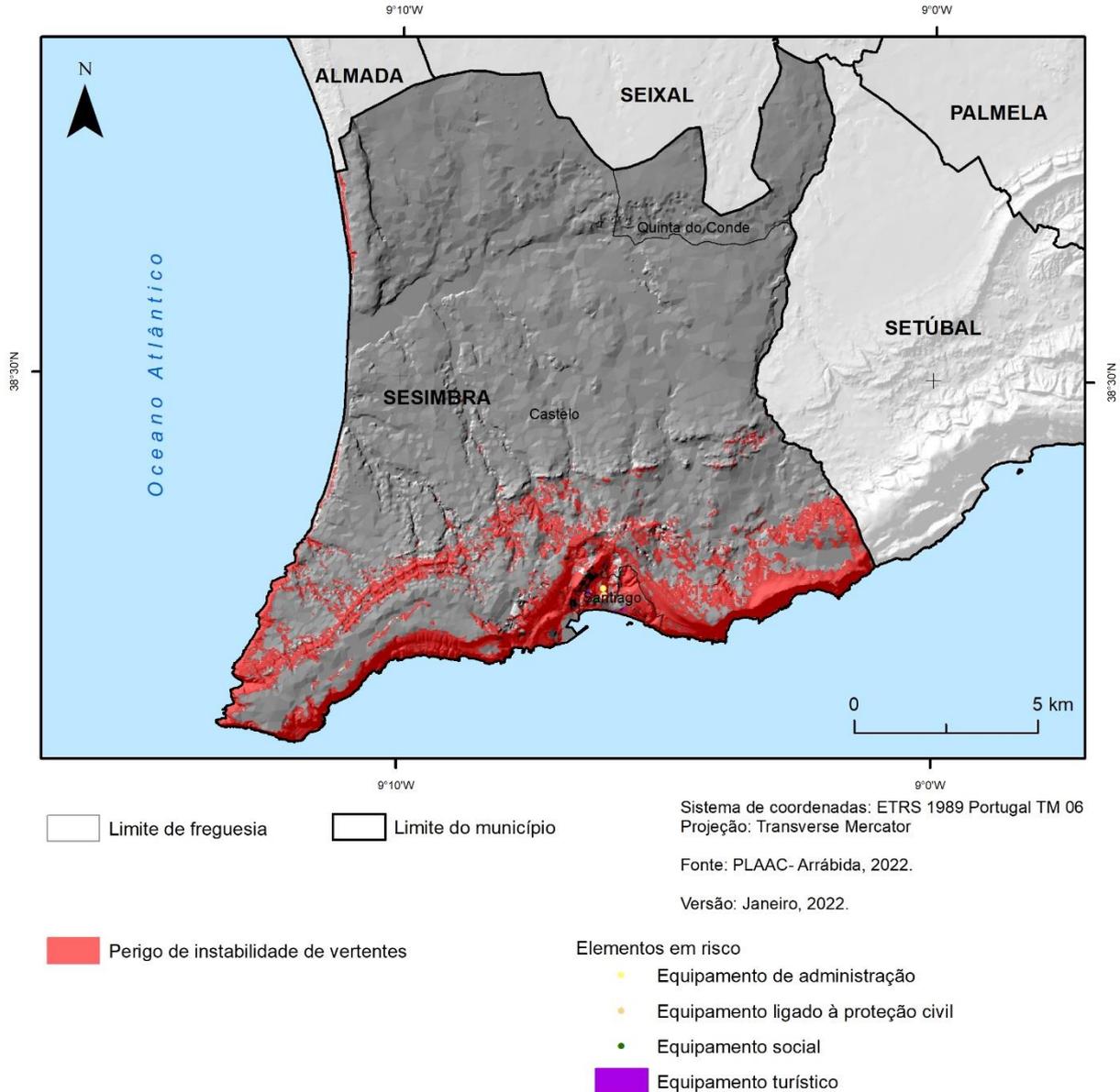


Figura 4.3 – Equipamentos expostos em áreas suscetíveis a instabilidade de vertentes no município de Sesimbra.
Fonte: PLAAC Arrábida.

4.2.3 Inundações fluviais

As áreas suscetíveis atualmente a inundação por cheias rápidas abrangem 7,3 km² no município de Sesimbra, com destaque para a ribeira da Apostiça e os seus principais afluentes (ribeira de Sachola, ribeira de Aiana, ribeira da Ferraria, ribeira da Pateira, ribeira do Vale Bom); Vala Real; ribeira da Laje; e ribeira do Vale da Amieira.

Os edifícios residenciais e os troços de vias rodoviárias expostas ao perigo de inundação por cheia rápida estão representados na figura 4.4.

Foram identificados 5 edifícios residenciais localizados em Zonas Ameaçadas por Cheias Rápidas na Ribeira de Sachola na Lagoa de Albufeira, que correspondem a 5 alojamentos e uma população estimada de 5 residentes. Não existem equipamentos estratégicos, vitais e/ou sensíveis nas áreas mais suscetíveis atualmente a este tipo de perigo.

Os troços de vias rodoviárias em perigo de inundação por cheia rápida (figura 4.4) totalizam 2,1 km e correspondem essencialmente a rede viária primária (1,5 km). As redes viárias secundária e terciária suscetíveis a inundação por cheia rápida totalizam apenas 297 m e 277 m de extensão, respetivamente. As autoestradas/vias rápidas não estão expostas ao perigo de cheia rápida.

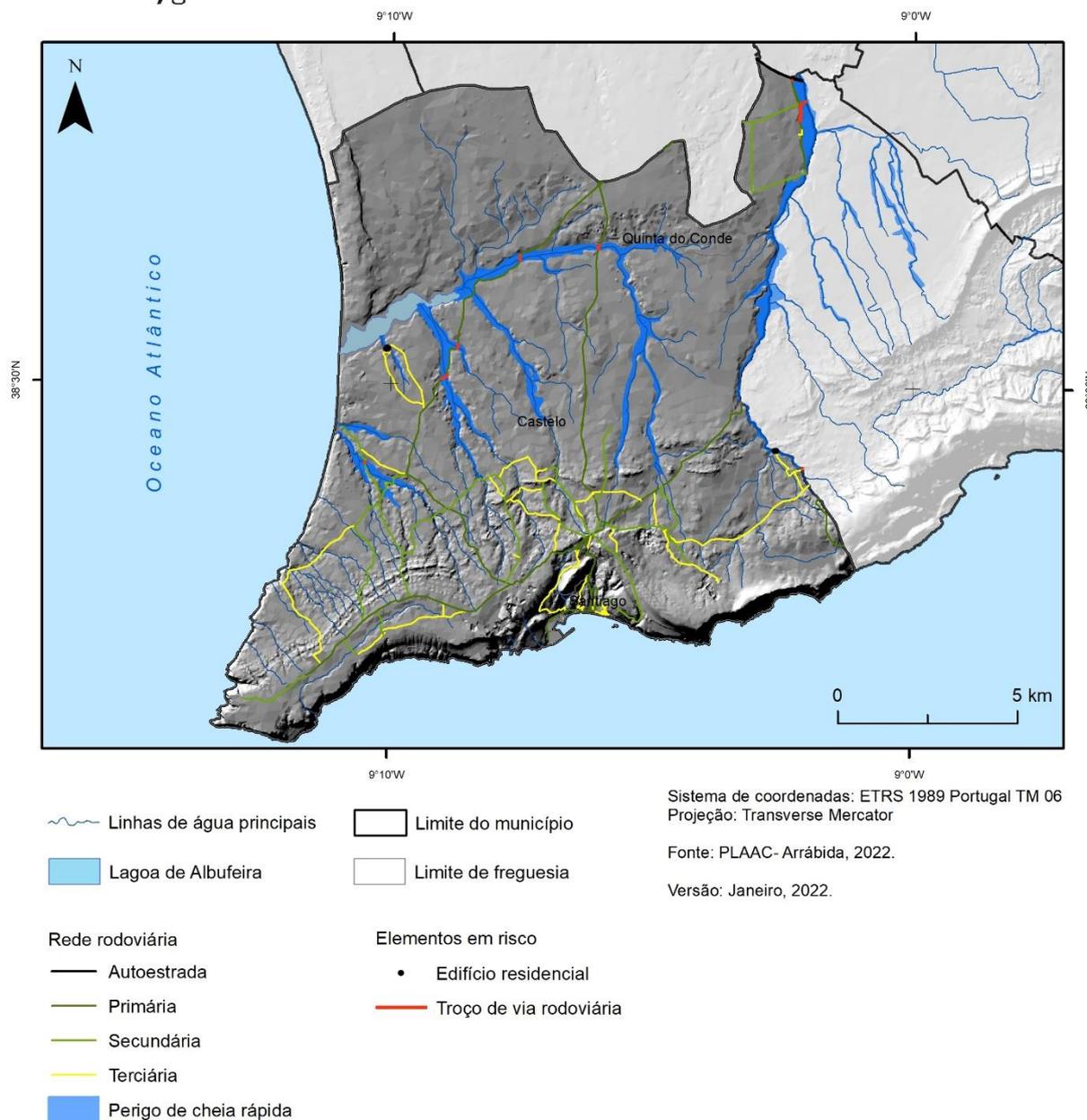


Figura 4.4 – Edifícios residenciais e vias expostos em áreas suscetíveis a inundações por cheia rápida no município de Sesimbra.

Fonte: PLAAC Arrábida.

4.2.4 Inundações e/ou galgamentos costeiros

As áreas atualmente suscetíveis a inundações e galgamentos costeiros estendem-se por uma área de 0,92 km² e abrangem todas as praias de costa baixa arenosa do município de Sesimbra.

Neste município não foram identificados edifícios residenciais e equipamentos vitais, estratégicos e/ou sensíveis atualmente expostos a inundação e/ou galgamento costeiro.

As vias rodoviárias expostas ao perigo de inundação e/ou galgamento costeiro estão representadas na figura 4.5 e totalizam um valor residual de 16 m, correspondendo essencialmente a rede viária primária (10 m na Avenida dos Náufragos) e a rede viária secundária (6 m na Avenida 25 de Abril), ambos na freguesia de Santiago.

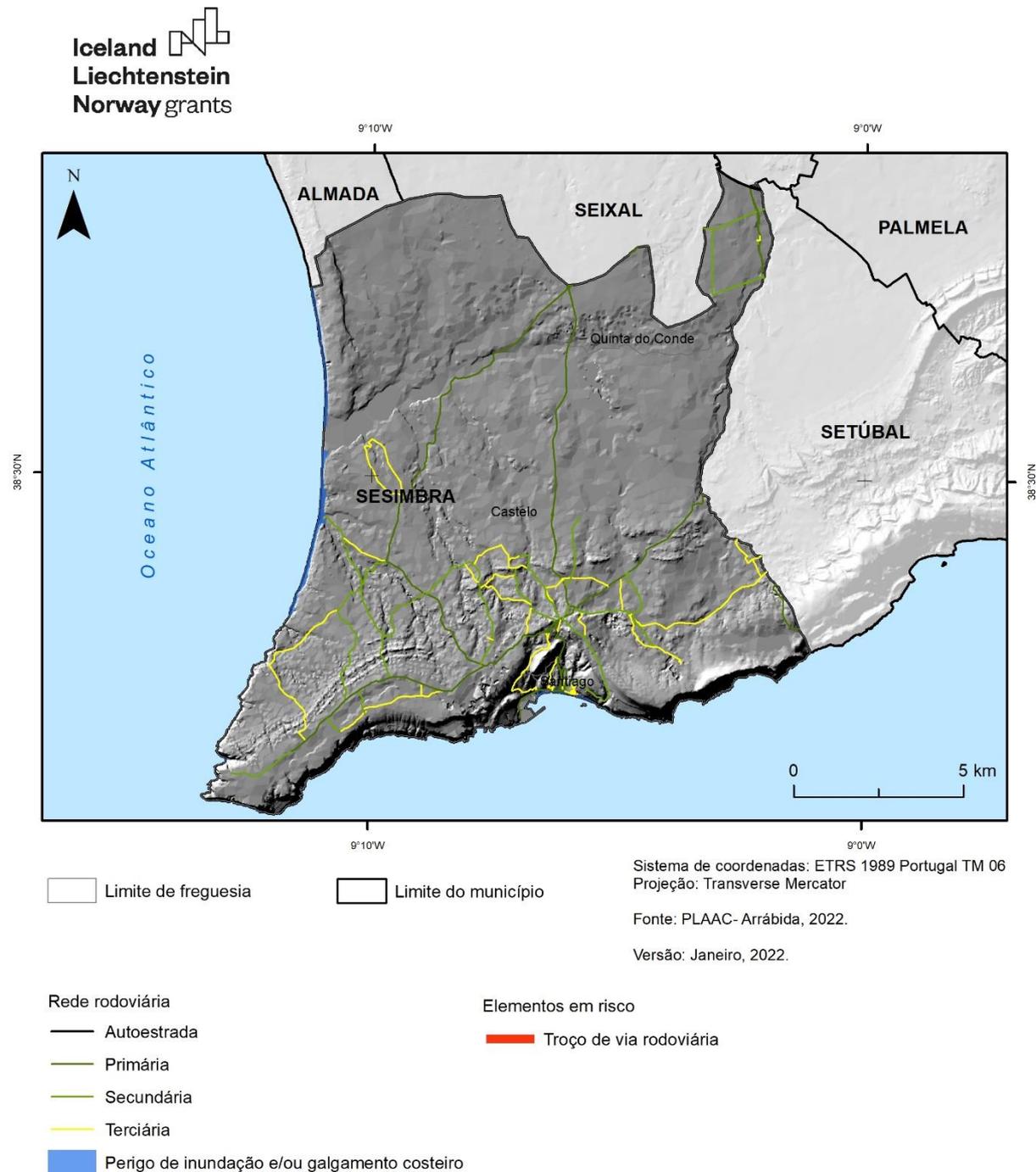


Figura 4.5 – Elementos expostos em áreas suscetíveis a inundação e/ou galgamento costeiro no município de Sesimbra.

Fonte: PLAAC Arrábida.

4.2.5 Erosão costeira e recuo de arribas

A erosão costeira e o recuo de arribas afetam a quase totalidade da faixa costeira do município de Sesimbra (462 ha). Os edifícios, vias e equipamentos estratégicos, vitais e sensíveis expostos ao perigo de erosão costeira e recuo de arribas estão representados na figura 4.6.

Foram identificados 55 edifícios residenciais localizados em zonas suscetíveis a erosão costeira e recuo de arribas, na praia da Califórnia, praia da Falésia, Castelo, serra da Azóia e praia das Bicas. A estes edifícios correspondem 668 alojamentos, mas apenas 84 residentes, pelo que se conclui tratar-se maioritariamente de edifícios de segunda habitação, utilizados predominantemente durante a época de veraneio.

As vias rodoviárias em risco de erosão costeira e recuo de arribas totalizam 971 m, correspondendo a rede viária secundária (699 m localizados nas EM 585 e EM 569) e rede viária terciária (272 m localizados na Rua da Foz, praia da Foz).

Em termos de equipamentos vitais, estratégicos e/ou sensíveis expostos atualmente a este tipo de perigo, encontra-se apenas o Tribunal Judicial de Sesimbra.

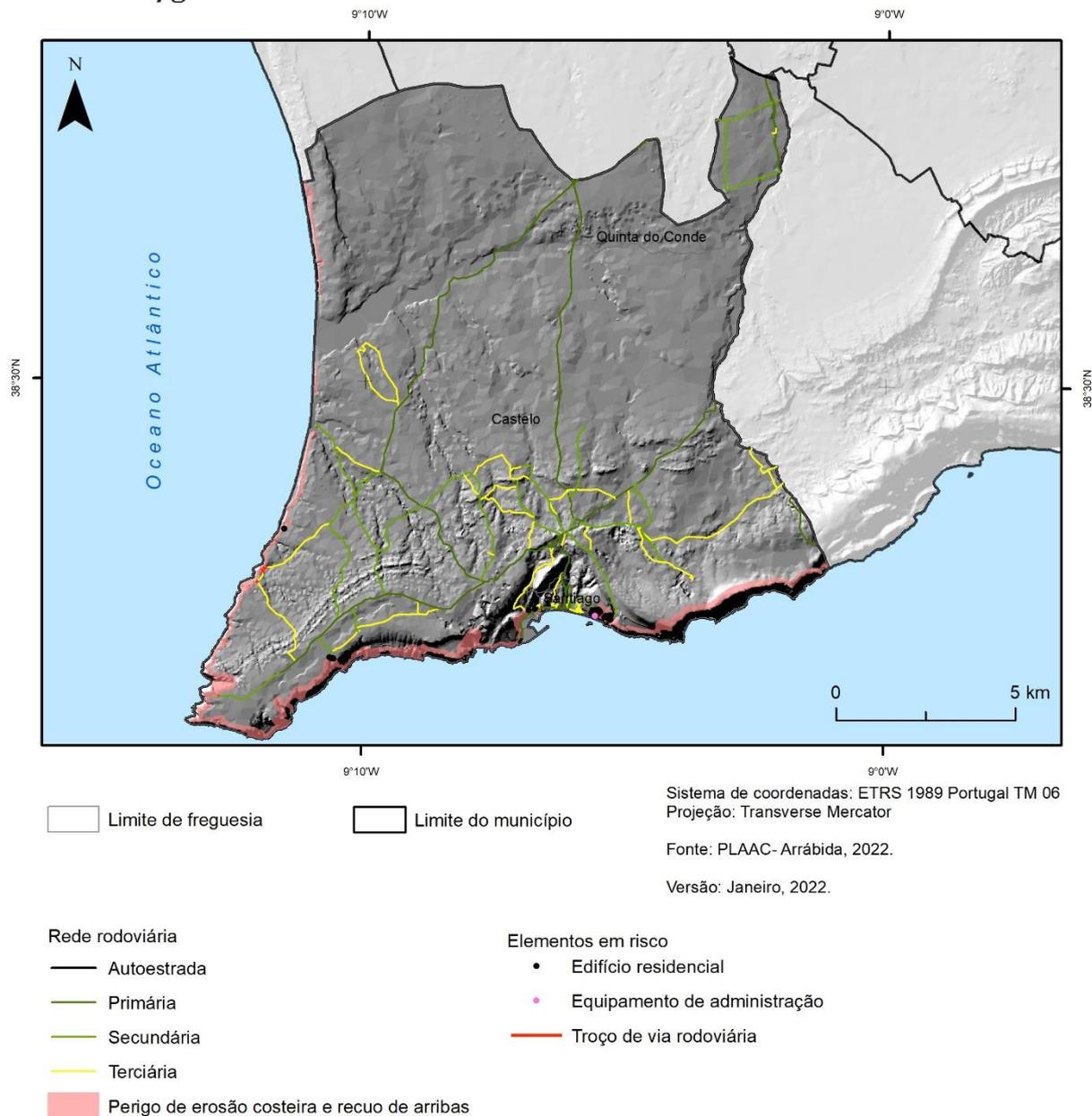


Figura 4.6 – Elementos expostos em áreas suscetíveis a erosão costeira e recuo de arribas no município de Sesimbra. Fonte: PLAAC Arrábida.

4.2.6 Síntese

A tabela 4.3 sintetiza os resultados da avaliação da exposição aos perigos climáticos considerados (incêndio rural/florestal, instabilidade de vertentes, inundação por cheias rápidas, inundação e/ou galgamento costeiro e erosão costeira e recuo de arribas) no município de Sesimbra.

Tabela 4.3 – Síntese dos elementos expostos aos perigos climáticos no município de Sesimbra.

Elementos Expostos	Perigos climáticos atuais						Total
	Incêndios rurais/florestais	Instabilidade de vertentes	Inundações fluviais	Inundações e galgamentos costeiros	Erosão e recuo de arribas		
Edifícios e residências							
Edifícios (n)	151	603	5	0	55	814	
Alojamentos (n)	205	2725	5	0	668	3603	
População residente (n)	327	1777	5	0	84	2193	
Equipamentos estratégicos, vitais e sensíveis							
Equipamentos de administração (n)	0	1	0	0	1	2	
Equipamentos ligados à proteção civil (n)	0	2	0	0	0	2	
Equipamentos de saúde (n)	0	0	0	0	0	0	
Equipamentos de educação (n)	0	0	0	0	0	0	
Equipamentos sociais (n)	1	1	0	0	0	2	
Equipamentos culturais (n)	1	0	0	0	0	1	
Equipamentos turísticos (n)	0	3	0	0	0	3	
Vias							
Autoestradas e vias rápidas (km)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	
Rede viária primária (km)	6,462	4,407	1,488	0,010	0,000	12,367	
Rede viária secundária (km)	7,367	2,651	0,297	0,000	0,699	11,014	
Rede viária terciária (km)	10,411	4,068	0,277	0,006	0,272	15,034	

No total, existem 814 edifícios residenciais em risco, a que correspondem 3603 alojamentos e uma população estimada de 2193 indivíduos. A este respeito, a instabilidade de vertentes destaca-se como o principal perigo climático, contabilizando 74,1 % da totalidade dos edifícios expostos, 75,6 % dos alojamentos e 81,0 % da população expostas no município de Sesimbra. Os incêndios rurais/florestais surgem em segundo lugar enquanto perigo climático atual, com 151 edifícios residenciais e 327 indivíduos expostos. As áreas suscetíveis à erosão costeira e recuo de arribas registam uma exposição mais reduzida, com 55 edifícios residenciais e 84 indivíduos expostos. A exposição atual de edifícios às inundações por cheia rápida está ainda relativamente circunscrita (5 edifícios residenciais) e abrange um número relativamente reduzido de residentes permanentes (5 indivíduos).

Os equipamentos estratégicos, vitais e/ou sensíveis expostos ao risco no município de Sesimbra ascendem a 10 e repartem-se por 5 categorias (2 equipamentos de administração, 2 equipamentos ligados à proteção civil, 2 equipamento social, 1 equipamento cultural e 3 equipamentos turísticos). Estes equipamentos situam-se maioritariamente em vertentes perigosas.

No conjunto, existem 38,4 km de troços de vias rodoviárias em risco no município de Sesimbra. A maior parte dessas vias pertence à rede viária terciária (15,0 km), seguindo-se as redes primária e secundária (12,4 km e 11,0 km, respetivamente). Os troços de autoestrada/via rápida não se encontram atualmente expostos a qualquer perigo climático. Cerca de 63 % das vias em risco está exposta aos incêndios rurais/florestais (24,2 km). Igualmente relevante é a exposição de vias à instabilidade de vertentes (11,1 km) e às cheias rápidas (2,1 km).

5 PERIGOS CLIMÁTICOS FUTUROS

5.1 Metodologia

5.1.1 Introdução

A análise e cartografia de perigos climáticos futuros foi concretizada para um conjunto de processos físicos com incidência relevante no território municipal e cuja ocorrência é influenciada por parâmetros climáticos. A avaliação da incidência espacial dos perigos climáticos foi sustentada pela aplicação de métodos técnico-científicos reconhecidos, ajustados a uma análise à escala municipal e aos dados e literatura científica disponíveis, tendo sido realizada separadamente para cada tipo de processo.

Em regra, os perigos climáticos futuros foram projetados para o final do século XXI e estão ajustados em função dos cenários de *Representative Concentration Pathways* RCP 4.5 e RCP 8.5 (equivalentes aos *Shared Socio-economic Pathways* SSP2-4.5 e SSP5-8.5, na nomenclatura introduzida pelo IPCC em 2021; IPCC, 2021). A exceção diz respeito à erosão hídrica do solo, que é estimada, com os dois cenários climáticos referidos, para 2050, por ausência de dados de base projetados para 2100.

Tendo como referência a concentração atual de CO₂ de 400 ppm (partes por milhão), o cenário RCP 4.5 pressupõe uma trajetória de aumento da concentração de CO₂ atmosférico até 520 ppm em 2070, com incremento menor até 2100, enquanto o cenário RCP 8.5 pressupõe uma trajetória semelhante ao cenário RCP 4.5 até 2050, mas com posterior aumento intensificado, atingindo uma concentração de CO₂ de 950 ppm em 2100.

Em muitos casos, os exercícios de modelação para a estimativa dos perigos climáticos futuros implicaram uma reanálise dos perigos climáticos atuais, abordados previamente na atividade 3.2 do PLAAC Arrábida. Também por esta razão, os perigos climáticos atuais são igualmente apresentados neste relatório, para melhor entendimento das respetivas trajetórias estimadas para o futuro.

A cartografia dos perigos climáticos foi efetuada a partir da delimitação direta das áreas afetadas pelos processos perigosos considerados ou com recurso a métodos indiretos de zonamento, isto é, métodos quantitativos ou semi-quantitativos que se baseiam na análise das causas dos processos perigosos.

Os perigos climáticos futuros foram estimados, sempre que possível, quantitativamente, a partir da incidência territorial do perigo atual e da sua previsível evolução, obtida a partir das projeções ajustadas aos cenários climáticos atrás referidos (RCP 4.5 e RCP 8.5).

5.1.2 Incêndios rurais/florestais

A suscetibilidade aos incêndios rurais/florestais foi avaliada com recurso a um método estatístico bivariado de base Bayesiana: o *Likelihood Ratio* (LR), aplicado à totalidade do território de Portugal continental, utilizando como fatores condicionantes o declive, a altitude e o uso e ocupação do solo, e como variável dependente as áreas ardidas no período 1975-2018 (Oliveira et al., 2021). Refira-se que as megaclases “territórios artificializados”, “zonas húmidas” e “corpos de água” foram excluídas da análise, seguindo a metodologia preconizada no Guia para os Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (ICNF, 2012).

O cálculo do LR para cada variável (classe x do fator de predisposição y) é efetuado com recurso à equação (1):

$$Lri = \frac{Si/S}{Ni/N} \quad (1)$$

onde:

Lri – Likelihood Ratio da variável *i* (classe *x* do fator de predisposição *y*);

Si – número de unidades de terreno com área ardida e presença da variável *i*;

Ni – número de unidades de terreno com a presença da variável *i*;

S – número total de unidades de terreno com área ardida;

N – número total de unidades de terreno da área de estudo.

A avaliação da suscetibilidade para cada unidade de terreno (célula com 625 m²), obtém-se através do somatório dos *Lri* de cada fator de predisposição presente na unidade de terreno, utilizando a equação (2):

$$Lrj = \sum_{i=0}^n Xij Lri \quad (2)$$

onde:

Lrj – Likelihood Ratio total na unidade de terreno *j* (célula);

n – número de variáveis;

Xij - 1 se a classe da variável está presente na unidade de terreno *j* (célula); 0 se a classe da variável não está presente.

A figura 5.1 representa a curva de predição do modelo de suscetibilidade, construída a partir do cruzamento dos resultados da aplicação da equação (2) na área do PLAAC Arrábida com as áreas ardidas neste território no período 1975-2018, que totalizam 5169 ha. A figura 5.1 representa igualmente as 5 classes de suscetibilidade definidas pelas quebras de declive na curva de predição, onde a Classe I corresponde à suscetibilidade mais elevada e a classe V corresponde à suscetibilidade mais baixa. Assumindo a capacidade preditiva de cada classe de suscetibilidade expressa na Tabela 5.2 e considerando o valor médio anual de área ardida de 5169 ha, de 1975 a 2018, foi estimada a probabilidade atual de incêndio rural/florestal, com recurso à equação (3)

$$Piy = 1 - \left(1 - \frac{Tard}{Ty}\right) \times predy \quad (3)$$

Onde:

Piy - probabilidade de ocorrência de incêndio rural/florestal na célula *j* na classe de suscetibilidade *y*;

Tard – é a área ardida total expectável num determinado período;

Ty – é a área total da classe de suscetibilidade *y*;

Predy – é a capacidade preditiva da classe de suscetibilidade *y*.

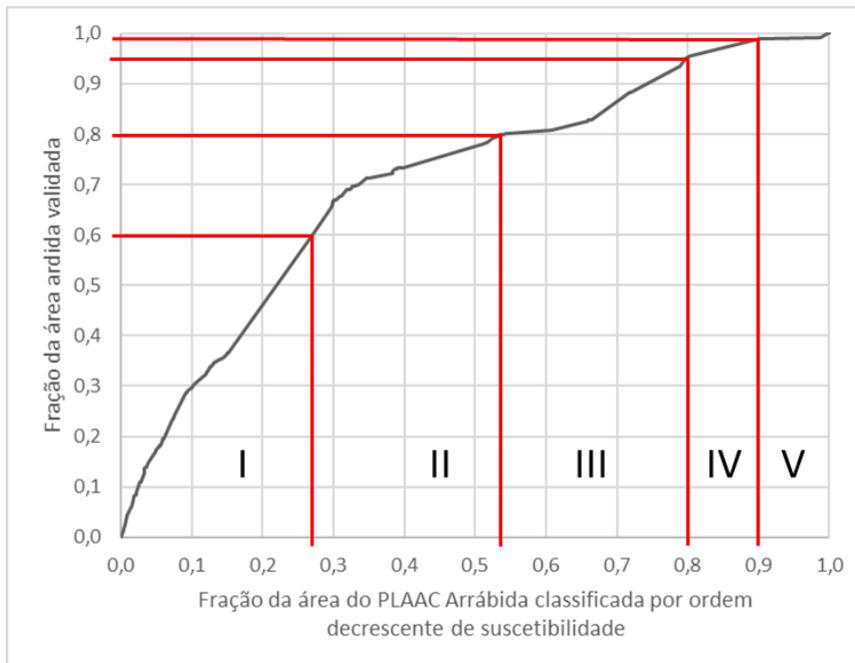


Figura 5.1 – Curva de predição do modelo de suscetibilidade aos incêndios rurais/florestais na área do PLAAC Arrábida. As linhas a vermelho definem as 5 classes de suscetibilidade identificadas.

A estimativa das probabilidades futuras de incêndio rural/florestal na área do PLAAC Arrábida teve em consideração os resultados de Sousa et al. (2015) na projeção das áreas ardidas anuais até 2075 para 4 clusters ibéricos (áreas homogêneas de predisposição para a ocorrência de incêndio rural/florestal), incluindo a zona SW onde se integra a Península de Setúbal. Estes resultados permitem estimar, para a área do PLAAC Arrábida, uma área ardida média anual, para os últimos 30 anos do século XXI (1971-2100), de 264 ha e 372 ha (RCP 4.5 e RCP 8.5, respetivamente), bastante acima dos 117 ha ardidos anualmente em média no período de 1975 a 2018. Refira-se que estas projeções de áreas ardidas anuais estão em linha com as sugeridas por Amatulli et al. (2013), Turco et al. (2018) e Dupuy et al. (2020).

5.1.3 Erosão hídrica do solo

A suscetibilidade à erosão hídrica do solo foi avaliada com recurso à Equação Universal de Perda do Solo (EUPS). Assim, a metodologia adotada expressa a erosão potencial do solo (*A*), em ton/ha/ano, obtida através da equação (4):

$$A = R \cdot K \cdot LS \quad (4)$$

onde:

R — Fator de erosividade da precipitação em unidades SI ($\text{MJ mm ha}^{-1} \text{h}^{-1} \text{ano}^{-1}$);

K — Fator da erodibilidade dos solos, ($\text{t h ha MJ}^{-1} \text{ha}^{-1} \text{mm}^{-1}$);

LS — Fator topográfico, adimensional.

Refira-se que a megaclasse “territórios artificializados”, obtida a partir da Carta de Uso e Ocupação do Solo de 2018 (COS 2018), foi excluída da análise da erosão hídrica dos solos uma vez que nessas áreas o solo se encontra selado, logo, insuscetível de ser erodido superficialmente.

Os fatores LS e K consideram-se invariantes no horizonte temporal da cenarização climática considerado no PLAAC Arrábida (até 2100), pelo que as variações projetadas na erosão potencial do solo resultam, exclusivamente, das variações estimadas para o fator que traduz a erosividade da precipitação.

Fator R - Erosividade da precipitação

A erosividade atual da precipitação (Fator R atual) foi determinada com base na informação disponibilizada pelo ESDAC/JRC, cartografia *Rainfall erosivity in Europe, Joint Research Center (JRC)*, cuja resolução original é de 500 m (Panagos et al., 2012, 2015). Contudo, para que a informação se ajuste à resolução de 10 m utilizada durante este processo, e para colmatação de valores em falta, a matriz foi convertida para pontos, os quais foram utilizados para um processo de interpolação baseada no método IDW (*Inverse Distance Weighted*).

Não existem ainda projeções da erosividade da precipitação para o final do século XXI, em cenários de alterações climáticas. No entanto, o JRC disponibiliza para a Europa a projeção da erosividade da precipitação para 2050 para o cenário RCP 4.5, utilizando como principais fontes de dados o fator R baseado na REDES (*Rainfall Erosivity Database at European Scale*) e como covariantes os conjuntos de dados climáticos *WorldClim* (Panagos et al., 2017). Estes dados foram utilizados no PLAAC Arrábida, para caracterizar a erosão hídrica do solo futura no cenário RCP 4.5, tendo-lhe sido aplicados os procedimentos metodológicos de interpolação e generalização referidos no parágrafo anterior.

O JRC não disponibiliza o fator R generalizado para o cenário climático RCP 8.5. No entanto, num trabalho recente (Panagos et al., 2021), este fator foi estimado para 2050, para as superfícies agrícolas da União Europeia e do Reino Unido, em comparação com uma linha de base representativa atual (2016). Nesse trabalho, foi utilizado o resultado médio de 19 Modelos Climáticos Globais (GCM) que constam da base de dados *WorldClim*, e projetados os cenários RCP 2.6, RCP 4.5 e RCP 8.5 (Panagos et al., 2021). Os dados relativos aos cenários RCP 4.5 e RCP 8.5 foram utilizados no PLAAC Arrábida para estabelecer uma superfície com a taxa de variação verificada entre os dois cenários nas áreas agrícolas, procedendo posteriormente à interpolação para a restante área de estudo. Assim, o fator R para 2050 no cenário RCP 8.5 foi obtido pela multiplicação da referida superfície que traduz a taxa de variação da erosividade com a erosividade correspondente ao cenário RCP 4.5.

Fator K - Erodibilidade do solo

A erodibilidade do solo foi suportada na Carta dos Solos de Portugal e nos valores do fator K indicados por Pimenta (1999). Assim, com base naquela Carta, foi classificado o valor de erodibilidade (valores SI) para cada um dos tipos de solo existentes.

Uma vez que, na cartografia de base, é frequente a ocorrência de mais do que um tipo de solo em cada unidade cartográfica, o valor de erodibilidade final associado a cada uma dessas unidades resulta do cálculo da média aritmética ponderada de K, com base na frequência relativa dos solos presentes nessa unidade.

Fator Topográfico LS – comprimento e inclinação da vertente

O fator LS (adimensional) exprime a importância conjugada do comprimento da vertente (L) e do seu declive (S), aferidos à geometria normalizada dos talhões experimentais (L = 22,5 m; S = 9 %), resultando do seu produto.

Uma vez que é reconhecida a falta de atualidade da cartografia de solos disponível, os resultados cartográficos obtidos por modelação foram cruzados com a cartografia COS 2018, tendo sido reclassificadas como territórios artificializados todas as áreas que correspondem a zonas urbanizadas e impermeabilizadas artificialmente (e.g. com betão ou asfalto), onde o solo potencialmente erodível foi selado por intervenção antrópica.

A suscetibilidade atual e futura, para 2050 e nos dois cenários considerados, foi classificada numa escala única que contempla 4 classes de suscetibilidade, estabelecidas em função da erosão potencial em ton/ha.ano, tal como expresso na tabela 5.1:

Tabela 5.1 – Classificação da suscetibilidade de erosão potencial do solo.

Código	Classe de suscetibilidade	ton/ha.ano
I	Muito elevada	>= 55
II	Elevada	25 – 55
III	Moderada	10 – 25
IV	Reduzida	< 10

5.1.4 Instabilidade de vertentes

A suscetibilidade à ocorrência de movimentos de massa em vertentes foi avaliada com recurso a um método estatístico bivariado de base Bayesiana, o Valor Informativo (VI), utilizando como fatores condicionantes o declive, a exposição das vertentes, a geologia, a curvatura das vertentes (perfil transversal), o uso e ocupação do solo, o índice de posição topográfica e o índice topográfico de humidade. Como variável dependente utilizou-se um inventário de movimentos de massa em vertentes que conta com 4047 ocorrências identificadas em 19 municípios da região de Lisboa e Vale do Tejo, incluindo Sesimbra, Setúbal e Palmela.

Os movimentos de massa em vertentes foram cruzados com os fatores de predisposição da instabilidade de vertentes classificados e o peso das classes de cada fator foi estabelecido com recurso à primeira equação do método do Valor Informativo (Zêzere, 2002) (equação 5):

$$I_i = \ln \frac{S_i/N_i}{S/N} \quad (5)$$

onde:

I_i – Valor Informativo da variável i ;

S_i - número de unidades de terreno (célula com 100 m²) com movimentos de massa em vertentes e com a presença da variável X_i (classe de fator condicionante y);

N_i - número de unidades de terreno com a presença da variável X_i ;

S - número total de unidades de terreno com movimentos de massa em vertentes;

N - número total de unidades de terreno da área de estudo.

O VI total de uma unidade de terreno j (célula com 100 m²) é determinado pela segunda equação do Método do Valor Informativo (Zêzere, 2002) (equação 6):

$$I_j = \sum_{i=1}^m X_{ji} I_i \quad (6)$$

Onde:

I_j – Valor Informativo total na unidade de terreno j (célula);

n – número de variáveis;

X_{ij} - 1 se a classe da variável está presente na unidade de terreno j (célula); 0 se a classe da variável não está presente.

A figura 5.2 representa a curva de predição do modelo de suscetibilidade, construída a partir do cruzamento dos resultados da aplicação da equação (6) na área do PLAAC Arrábida com as áreas instabilizadas por 197 movimentos de massa em vertentes que totalizam 768 800 m². Estes movimentos de massa em vertentes foram inventariados em 2012 com interpretação de fotografia aérea e trabalho de campo. Trata-se, no essencial, de deslizamentos superficiais desencadeados pela precipitação. Não é conhecida a data de ocorrência da maioria dos movimentos, mas considera-se que o tempo característico de manutenção destas manifestações de instabilidade na paisagem não é superior a 20 anos. Deste modo, para efeitos de modelação, assume-se que os 197 movimentos de massa em vertentes poderão ter ocorrido num intervalo temporal de 20 anos, pelo que a área média instabilizada anualmente no território do PLAAC Arrábida foi de 38 440 m².

A figura 5.2 representa igualmente 7 classes de suscetibilidade definidas pelas quebras de declive na curva de predição, onde a Classe I corresponde à suscetibilidade mais elevada e a classe VII corresponde à suscetibilidade mais baixa. Assumindo a capacidade preditiva de cada classe de suscetibilidade expressa na tabela 5.7 e considerando o valor médio anual de área instabilizada de 38 440 m², nos 20 anos anteriores a 2012, foi estimada a probabilidade atual de ocorrência de movimentos de massa em vertentes, com recurso à equação (3).

$$P_{iy} = 1 - \left(1 - \frac{T_{slide}}{T_y}\right) \times predy \quad (3)$$

Onde:

P_{iy} - probabilidade de ocorrência de movimento de massa em vertente na célula j na classe de suscetibilidade y ;

T_{slide} – é a área de instabilidade total expectável num determinado período;

T_y – é a área total da classe de suscetibilidade y ;

$Predy$ – é a capacidade preditiva da classe de suscetibilidade y .

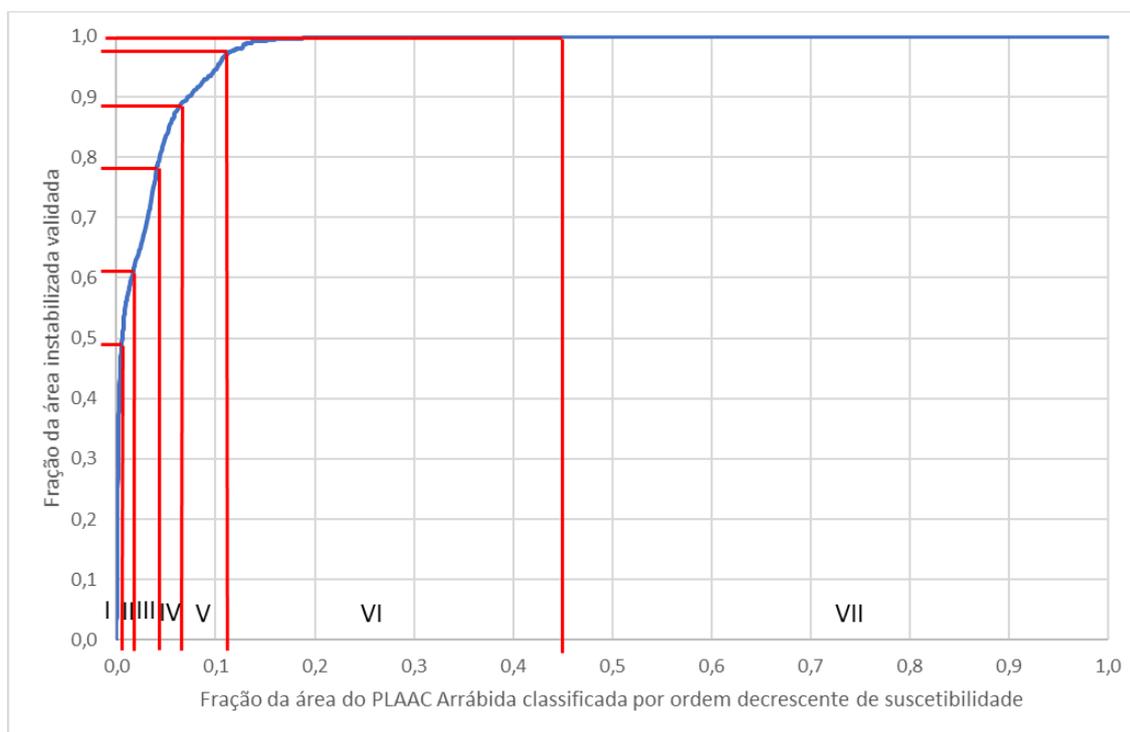


Figura 5.2 – Curva de predição do modelo de suscetibilidade a movimentos de massa em vertentes na área do PLAAC Arrábida. As linhas a vermelho definem as 7 classes de suscetibilidade identificadas.

Uma vez que a data de ocorrência da generalidade dos movimentos de massa em vertentes inventariados na área do PLAAC Arrábida é desconhecida, não é possível estudar os limiares críticos de precipitação responsáveis pelo seu desencadeamento. No entanto, esta região encontra-se próxima geograficamente de Lisboa e da região a norte de Lisboa, para as quais existe uma literatura abundante sobre o assunto (e.g. Zêzere et al, 2005; Vaz et al., 2018) e que aponta para um limiar de regressão de $R = 5,5D + 124,6$ e um limiar mínimo de $R = 4,4D + 56,5$, onde R é a precipitação crítica que desencadeia movimentos de massa em vertentes e D é o número de dias consecutivos (Vaz et al., 2018). Adicionalmente, os movimentos de massa em vertentes existentes na área do PLAAC Arrábida estão tipicamente associados a episódios de chuva intensa com a duração de alguns dias (5 a 15 dias).

Num trabalho recente, Araújo (2021) projetou os limiares críticos de precipitação para a instabilidade de vertentes na região a norte de Lisboa para o final do século XXI, no quadro das alterações climáticas e para os cenários RCP 4.5 e RCP 8.5, considerando 4 escalas de tempo de precipitação acumulada (1 dia, 10 dias, 30 dias e 60 dias). Tendo em conta a duração do período crítico de precipitação mais característico para o desencadeamento dos movimentos de massa em vertentes na área do PLAAC Arrábida, assumem especial interesse as projeções para a duração de 10 dias, relativamente às quais é expectável, no final do século XXI, um incremento da frequência de 5% no caso do cenário RCP 4.5, e uma redução da frequência de 10% no caso do cenário RCP 8.5 (Araújo, 2021).

A estimativa das probabilidades futuras de ocorrência de movimentos de massa em vertentes na área do PLAAC Arrábida teve em consideração os limiares críticos de precipitação estabelecidos para a região de Lisboa por Vaz et al. (2018) e as projeções de Araújo (2021), que se assumem como válidas para a área de estudo. Deste modo, é possível estimar, para a área do PLAAC Arrábida, uma área média instabilizada anual nos últimos 30 anos do

século XXI (2070-2100), de 40 362 m² e 34 596m² (RCP 4.5 e RCP 8.5, respetivamente), que comparam com os 38 440 m² anuais estimados para a atualidade.

5.1.5 Inundações fluviais

As inundações fluviais características que ocorrem na área do PLAAC Arrábida decorrem de cheias rápidas, que se verificam em bacias hidrográficas de pequena e média dimensão.

A avaliação da suscetibilidade a cheias teve em consideração a documentação disponível a partir de trabalhos anteriores, nomeadamente: (i) as zonas ameaçadas pelas cheias delimitadas no âmbito do Quadro Regional da Reserva Ecológica Nacional da AML; (ii) as zonas inundáveis definidas nos Planos de Gestão dos Riscos de Inundações (PGRI), disponibilizadas pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA); e (iii) as zonas ameaçadas pelas cheias traçadas ao nível municipal, no âmbito da delimitação da Reserva Ecológica Nacional. Foram ainda identificadas lagoas e albufeiras como corpos de água permanente.

Adicionalmente, a identificação das linhas de água com maior propensão para a geração de cheias foi realizada com recurso ao método descrito em Reis (2011) e Santos et al. (2019). Segundo o modelo adotado, as variáveis condicionantes descritivas - área de drenagem acumulada, declive e permeabilidade relativa - foram recolhidas em estrutura matricial para a totalidade das bacias drenantes, inclusivamente quando se estendem para além dos limites da área do PLAAC Arrábida. Seguidamente, por Análise Multicritério e segundo um processo iterativo – que incluiu a sua validação no terreno e por evidências históricas –, foi aferida a ponderação a utilizar no modelo final de suscetibilidade dos cursos de água para a ocorrência de cheias. Para estes cursos de água assim identificados, no pormenor, a delimitação das áreas inundáveis por cheias considerou a área contígua às margens dos cursos de água que se estende até à linha alcançada pela cheia máxima, interpretada através de critérios geomorfológicos, apoiados em informação topográfica, pedológica e interpretação de fotografia aérea ortorretificada.

A suscetibilidade à inundações por cheias rápidas foi classificada em 3 classes (elevada, moderada e reduzida) que traduzem não apenas a propensão para a ocorrência de inundações, mas também a magnitude expectável, face à configuração das áreas inundáveis e ao seu enquadramento dentro das respetivas bacias hidrográficas.

As cheias rápidas na área de estudo estão associadas a episódios de chuvas muito intensas e concentradas no tempo, tipicamente em períodos de algumas horas. Neste contexto, face à ausência de dados generalizados de precipitações horárias, consideraram-se as precipitações diárias como indicador de referência para a estimativa das probabilidades de ocorrência de cheias rápidas no futuro, para os dois cenários climáticos analisados, tendo como referência a situação atual.

A análise da cenarização climática (atividade 2.3) mostrou que existirá um aumento no número médio de dias com precipitação ≥ 20 mm no inverno, mais acentuado no RCP 4.5, no final do século XXI. Os resultados obtidos por Araújo (2021), na projeção dos limiares críticos de precipitação para a instabilidade de vertentes na região a norte de Lisboa para o final do século XXI, no quadro das alterações climáticas e para os cenários RCP 4.5 e RCP 8.5, apontam no mesmo sentido. A este respeito, convém ter presente que os episódios de chuva muito intensa que desencadeiam movimentos de massa em vertentes superficiais são igualmente responsáveis pela ocorrência de cheias rápidas. A ocorrência simultânea dos dois tipos de processos verificou-se na Área Metropolitana de Lisboa, por exemplo, em novembro de 1967 e em novembro de 1983.

Tendo em conta a curta duração dos episódios de precipitação que desencadeiam as cheias rápidas, assumem particular interesse as projeções efetuadas por Araújo (2021) para as chuvas extremas com duração de 1 dia,

relativamente às quais é expectável, no final do século XXI, um incremento da frequência de 9 % e 6 %, para o RCP 4.5 e RCP 8.5, respetivamente (Araújo, 2021).

Assumindo as projeções de Araújo (2021) como válidas para a área do PLAAC Arrábida e admitindo que a área inundável representada na suscetibilidade atual à inundação por cheias rápidas corresponde ao período de retorno de 100 anos (probabilidade anual de 1 %),   possível estimar o período de retorno de uma área inundada equivalente no final do século para o RCP 4.5 (91,7 anos) e para o RCP 8.5 (94,3 anos).

Refira-se que estas estimativas estão em consonância com as proje es do Plano de Gestão dos Riscos de Inunda es 2022/2027 para a RH6 – Sado e Mira (APA, 2020). A análise efetuada, neste documento, aos eventuais impactos das altera es climáticas nos caudais de ponta de cheia para o período de retorno de 100 anos, teve por base a informa o disponibilizada no portal do clima (<http://portaldoclima.pt/pt/>) e considerou que haverá um aumento da frequência de eventos extremos, com a ocorrência de precipita es de grande intensidade, concentradas em períodos curtos, sendo expectável um aumento das intensidades de precipita o associadas ao período de retorno de 100 anos. Adicionalmente, foi estimada a possível varia o dos caudais de ponta para o período de retorno com probabilidade de ocorrência média (T = 100 anos). Consideraram-se os valores de precipita o média mensal referentes ao período 2041-2070, de modo a considerar cenários aplicáveis a um futuro intermédio. Para ambos os cenários RCP 4.5 e RCP 8.5 foram calculadas as m dias das anomalias dos meses de inverno, de dezembro a fevereiro, e selecionada a média mais elevada, que se definiu como a percentagem de majora o a aplicar aos hidrogramas de cheia (APA, 2020). De acordo com esta metodologia, a varia o expectável nos caudais de ponto de cheia na bacia do Sado está compreendida entre 3 e 4 %, o que   compatível com a redu o estimada no período de retorno para a cheia centenária.

5.1.6 Inunda es e galgamentos costeiros

A caracteriza o e delimita o das zonas costeiras sujeitas a inunda o e galgamento usam como referência os trabalhos promovidos pela APA que sustentaram os Programas de Orla Costeira de Alcobaa – Cabo Espichel e Espichel – Odeceixe.

A avalia o e cartografia da perigosidade associada   erosão costeira e ao galgamento oceânico foram efetuadas para a APA, por uma equipa da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, para os horizontes temporais de 2050 e 2100 (Silva et al., 2013a, 2013b). Nesta avalia o foram includos os efeitos associados às altera es climáticas, nomeadamente no que diz respeito   subida do nível médio do mar. Foi ainda considerado o potencial de recuo “instantâneo” do perfil de uma praia (e da linha de costa) quando atuado por um temporal extremo, com períodos de retorno diferentes; e ainda a evolu o futura da linha de costa associada a tendência de longo prazo, com base na evolu o observada nos últimos 50 anos. Deste modo, as zonas de perigo consideradas são faixas que se estendem desde a linha de costa em dire o a terra, cuja largura   determinada pela soma das seguintes componentes: evolu o da linha de costa, recuo por subida do nível médio do mar, recuo por tempestade e inunda o e galgamento costeiro.

Refira-se que nas praias limitadas por uma arriba ou estrutura, independentemente do cenário considerado, a evolu o do limite terrestre foi considerada nula e os impactes dos processos não foram considerados no trabalho original (Silva et al., 2013a, 2013b). Nestes casos, foi utilizada como referência uma cota de inunda o de 8 metros acima do nível médio do mar, tomando em considera o a varia o do nível médio do mar, a preamar máxima astron mica, a sobreleva o do nível do mar de origem meteorológica (*storm surge*) máxima registada e o espraio

das ondas, valor que se aproxima dos calculados para o litoral do município de Sintra por Marques et al. (2009) e para o litoral do município de Cascais por Taborda et al. (2010).

A delimitação das áreas sujeitas a inundação e galgamento costeiro no final do século XXI teve ainda em consideração as projeções disponibilizadas pela NASA em articulação com o IPCC (2021), acessíveis em [<https://sealevel.nasa.gov/>], que apontam para subidas do nível do mar no litoral português, até 2100, de 0,59 m e 0,79 m, respetivamente para os cenários RCP 4.5 e RCP 8.5 (SSP2-4.5 e SSP5-8.5, na nomenclatura dos cenários climáticos introduzida pelo IPCC em 2021). Adicionalmente, foram utilizadas como referência as modelações disponibilizadas no *Coastal Risk Screening Tool* do *Climate Central* [<https://coastal.climatecentral.org/>] (Kulp e Strauss, 2019), considerando as seguintes condições de cenário:

- Fonte da projeção da subida do nível do mar: dados do 'estado da arte' consensualizados (IPCC, 2021);
- Tipo de projeção: subida do nível do mar + efeito local da cheia moderada, com 10 % de probabilidade anual de excedência. Os dados do incremento provocado pela cheia baseiam-se no trabalho de Muis et al. (2016).
- Ano: 2100
- Incerteza (favorável; desfavorável): A incerteza favorável significa que a emissão de gases com efeito de estufa terá efeitos menos gravosos na subida do nível do mar, relativamente ao espectável pelos cientistas. A incerteza desfavorável significa o oposto. Neste trabalho, assumiu-se incerteza desfavorável, representada pelo percentil 95 das projeções da subida do nível do mar.
- Trajetória de emissões:
 - (a) cortes moderados (RCP 4.5): as emissões globais de gases com efeito de estufa atingem o seu pico perto de 2040 e depois diminuem, resultando num incremento de temperatura de cerca de 2,7°C, acima dos níveis pré-industriais, até 2100;
 - (b) emissões descontroladas (RCP 8.5): as emissões globais de gases com efeito de estufa aumentam rapidamente durante a maior parte do século, duplicando aproximadamente até 2050 e resultando num incremento da temperatura de cerca de 4,4°C, acima dos níveis pré-industriais, até 2100.

5.1.7 Erosão costeira e recuo de arribas

A caracterização e delimitação das zonas de instabilidade e recuo de arribas usam como referência os trabalhos promovidos pela APA que sustentaram os Programas de Orla Costeira de Alcobça – Cabo Espichel e Espichel – Odeceixe.

A avaliação da perigosidade das zonas com litoral de arriba foi efetuada para a APA por uma equipa da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, cujo trabalho e resultados estão sistematizados em Penacho et al. (2013a, 2013b) e Marques et al. (2013). O trabalho foi sustentado por um inventário sistemático de instabilidades em arribas, entre a Nazaré e o Cabo Espichel. Foram utilizadas técnicas de fotointerpretação aplicadas a duas séries de referência de fotografias aéreas verticais, incluindo um dos voos mais antigos existentes que cobrem o troço litoral em estudo (final dos anos 40) e outro realizado em 2010. Foram ainda utilizadas séries de fotografias aéreas de idade intermédia disponíveis para a caracterização da distribuição temporal das instabilidades em arribas (Penacho et al., 2013a).

Do estudo sistemático da totalidade dos troços de arriba da área referida (Nazaré – Cabo Espichel) resultou a identificação de 1049 movimentos de massa em vertentes ou grupos de movimentos que não puderam ser individualizados por falta de resolução temporal das coberturas aéreas disponíveis (Penacho et al., 2013a).

Na área entre o Cabo Espichel e Setúbal foram ainda inventariados 86 movimentos de massa em vertentes dos tipos desabamento e deslizamento, com base na interpretação de ortofotomapas digitais e trabalho de campo extensivo.

No estudo original foram delimitadas faixas de risco adjacentes à crista da arriba e faixas de proteção adicional. As faixas de risco adjacentes à crista das arribas foram definidas tendo em conta, em cada sector de arribas com comportamento razoavelmente homogéneo em termos de instabilidade, a dimensão máxima dos movimentos inventariados em estudos comparativos de fotografias aéreas antigas (1947 ou 1958) com as mais recentes disponíveis à época da elaboração dos estudos para os POC (voo INAG de 1996), mas também as características geomorfológicas e geológicas das arribas que condicionam a ocorrência de instabilidades.

A zona de suscetibilidade atual à erosão costeira e recuo de arribas na área do PLAAC Arrábida corresponde à faixa de risco adjacente à crista das arribas, proposta por Marques et al. (2013), na sequência da avaliação efetuada à adequabilidade das referidas faixas no POOC original. Adicionalmente, foram integradas na zona de suscetibilidade atual as áreas de instabilidade potencial associadas às arribas e sinalizadas nos novos Programas de Orla Costeira. Com a subida do nível do mar projetada para o final do século XXI (0,59 m e 0,79 m, respetivamente para os cenários RCP 4.5 e RCP 8.5), é de esperar o agravamento da erosão costeira e o recuo mais acentuado das arribas na área de estudo. Neste contexto, a faixa de proteção adicional à crista da arriba, prevista nos POOC, é adicionada à zona de suscetibilidade atual para estabelecer a zona de suscetibilidade projetada para o final do século XXI. Os dados disponíveis não permitem uma diferenciação sustentada da erosão costeira e recuo de arribas associadas às subidas do nível do mar correspondentes aos cenários RCP 4.5 e RCP 8.5, pelo que a cartografia apresentada para a suscetibilidade futura à erosão costeira e recuo de arribas na área do PLAAC Arrábida é válida para os dois cenários climáticos considerados.

5.1.8 Calor excessivo

Para a caracterização das situações atuais de calor excessivo, considerou-se a distribuição espacial dos dias muito quentes (com temperatura máxima ≥ 35 °C) obtida por modelação para o período de referência de 1970-2000, a partir de dados disponíveis no Portal do Clima (<http://portaldoclima.pt/pt/>).

A análise das projeções climáticas até ao final do século compreendeu a espacialização das anomalias projetadas e a caracterização da sua diversidade espaço-temporal.

Na caracterização do clima futuro utilizou-se o *ensemble* dos modelos climáticos regionais, a partir do *ensemble* dos modelos globais, disponíveis no Portal do Clima, projetados para o final do século XXI e considerando dois cenários globais de emissões de gases com efeitos de estufa: RCP 4.5 e RCP 8.5.

A apresentação dos resultados das situações de calor no futuro apoia-se nas unidades morfoclimáticas (UMC) caracterizadas na atividade 2.3, de forma a sintetizar os contrastes regionais do clima projetado.

A suscetibilidade atual e futura, nos dois cenários considerados, foi classificada numa escala única que contempla 5 classes de suscetibilidade, estabelecidas em função do número de dias muito quentes (aqueles com temperatura

máxima ≥ 35 °C) registados por ano: reduzida (2 a 5 dias); moderada (5 a 10 dias); elevada (10 a 20 dias); muito elevada (20 a 30 dias); extrema (30 a 44 dias).

5.1.9 Secas

Seguindo as recomendações da Organização Meteorológica Mundial, a identificação e caracterização dos eventos de seca meteorológica foi feita através da aplicação do índice SPI (*Standardized Precipitation Index*), que permite analisar a sua frequência e intensidade. A suscetibilidade atual à ocorrência de seca foi determinada a partir da variação dos valores de SPI obtidos para o período de referência simulado de 1971-2000, a partir de dados disponíveis no Portal do Clima (<http://portaldoclima.pt/pt/>).

Para a cenarização da seca no futuro utilizou-se o *ensemble* dos modelos climáticos regionais, a partir do *ensemble* dos modelos globais, disponíveis no Portal do Clima, projetados para o final do século XXI e considerando dois cenários globais de emissões de gases com efeitos de estufa: RCP 4.5 e RCP 8.5.

A apresentação dos resultados das situações de seca apoia-se nas unidades morfoclimáticas (UMC) caracterizadas na atividade 2.3, de forma a sintetizar os contrastes regionais projetados.

A suscetibilidade à seca meteorológica atual e futura, nos dois cenários considerados, foi classificada numa escala única que contempla 3 classes de suscetibilidade, estabelecidas em função dos valores do índice SPI: Moderada (-0,05 a -0,29); Elevada (-0,30 a -0,99); e Muito elevada (-1,00 a -1,09).

5.1.10 Tempestades de vento

Na área de estudo ocorrem frequentemente tempestades de vento dos quadrantes sudoeste e noroeste. Para a caracterização das tempestades de vento extremas foram escolhidas duas situações típicas que ocorreram de 1974 a 2014, a partir dos períodos de retorno das intensidades médias máximas do vento a 10 m do solo, observadas na estação meteorológica de Lisboa/Portela. As simulações do vento foram efetuadas com o *software WAsP Engineering 4.0* de acordo com as seguintes condições de partida: a) Direção predominante do vento: 340° (Noroeste); intensidade máxima horária do vento: 17,9 m/s; b) Direção predominante do vento: 220° (Sudoeste); intensidade máxima horária do vento: 17,7 m/s. Os resultados das simulações foram cruzados em ambiente SIG, resultando três classes de suscetibilidade, descritas na **Erro! A origem da referência não foi encontrada.**

Para a cenarização do vento no futuro utilizou-se o *ensemble* dos modelos climáticos regionais, a partir do *ensemble* dos modelos globais, disponíveis no Portal do Clima, projetados para o final do século XXI e considerando dois cenários globais de emissões de gases com efeitos de estufa: RCP 4.5 e RCP 8.5.

A este respeito, as projeções apontam para mudanças pouco significativas ou nulas no que respeita à velocidade média do vento (a 10 metros do solo). No mesmo sentido, não se projetam alterações estatisticamente significativas em relação ao número de dias com vento forte ($\geq 10,8$ m/s), até ao final do século, em qualquer das Unidades Morfoclimáticas identificadas na área do PLAAC Arrábida e para qualquer dos cenários forçadores (RCP 4.5 e RCP 8.5). Neste contexto, é apresentado apenas um mapa de suscetibilidade ao vento forte, que é representativo para a situação atual e para o final do século XXI, para os cenários RCP 4.5 e RCP 8.5.

5.2 Perigos climáticos futuros

5.2.1 Incêndios rurais/florestais

A tabela 5.2 sistematiza as probabilidades de incêndio rural/florestal na área do PLAAC Arrábida, em 30 anos, no final do século XXI, expressas por célula (pixel) de 625 m², assumindo que o uso e a ocupação do solo se mantêm invariantes. Refira-se que a manutenção do atual uso e ocupação do solo até ao final do século XXI é altamente improvável, também em resultado das alterações climáticas em curso. No entanto, não existem ainda projeções fiáveis disponíveis para a evolução deste tema até ao final do século, facto que justifica a opção de o considerar invariante, para efeitos de modelação.

Tabela 5.2. Probabilidade de incêndio rural/florestal (por célula de 625 m² em 30 anos).

Classe de suscetibilidade	Área (ha)	Capacidade preditiva	Probabilidade de arder (%) por célula de 625 m ² , em 30 anos		
			Atual	2100 (RCP 4.5)	2100 (RCP 8.5)
I	18600,8	0,600	11,4	25,6	36,0
II	18211,6	0,199	3,9	8,7	12,2
III	18099,9	0,152	3,0	6,7	9,4
IV	7150,6	0,037	1,8	4,1	5,8
V	6864,3	0,012	0,6	1,3	1,9

Os mapas de perigosidade atual e futura de incêndio rural/florestal (com cenários RCP 4.5 e RCP 8.5) foram classificados em 5 classes, de acordo com a tabela 5.3, e são apresentados na figura 5.3, figura 5.4 e figura 5.5.

Tabela 5.3. Classes de perigosidade de incêndio rural/florestal, estabelecidas em função da probabilidade de arder.

Probabilidade de arder (%) por célula de 625 m ² , em 30 anos	Classe de perigosidade
>25	Extrema
10-25	Muito elevada
6-10	Elevada
2-6	Moderada
1-2	Reduzida
<1	Muito reduzida

O agravamento da perigosidade dos incêndios rurais/florestais é evidente, sendo que a probabilidade, por pixel, de arder na classe de suscetibilidade mais elevada (classe I), num período de 30 anos, que atualmente é de cerca de 11 %, aumentará no final do século para mais do dobro no cenário RCP 4.5 (25,6 %) e para mais do triplo no cenário RCP 8.5 (36 %).

A tabela 5.4 sintetiza a extensão das classes de perigosidade aos incêndios rurais/florestais elevada, muito elevada e/ou extrema, expressa em % da superfície das freguesias do município de Setúbal, na atualidade e no final do século XXI, nos cenários RCP 4.5 e RCP 8.5. Refira-se que as megaclases da COS “territórios artificializados”, “zonas húmidas” e “corpos de água” não são consideradas nesta análise.

Atualmente, as 3 classes de perigosidade mais elevada abrangem 33 % da área rural/florestal do município de Setúbal, apresentando a sua maior expressão nas freguesias de São Julião, N.S. Anunciada e Sta. Maria da Graça e Azeitão (São Lourenço e São Simão), onde abrangem, respetivamente, 51,7 % e 41,1 % da área disponível para arder.

No final do século XXI, no cenário RCP 4.5, a expressão territorial das 3 classes de perigosidade mais altas (elevada, muito elevada e/ou extrema) alarga-se a 66,2 % da área rural/florestal do município de Setúbal. As

freguesias de São Julião, N.S. Anunciada e Sta. Maria da Graça e Azeitão (São Lourenço e São Simão) continuam a destacar-se, com 78,9 % e 80,2 % dos respetivos territórios integrados nas 3 classes de perigosidade mais alta.

A perigosidade de incêndio rural/florestal no final do século XXI vai acentuar-se significativamente, caso se materialize o cenário RCP 8.5. As 3 classes de perigosidade mais alta estendem-se a 91,2 % da área rural/florestal e ultrapassam 95 % dos territórios disponíveis para arder nas freguesias de São Julião, N.S. Anunciada e Sta. Maria da Graça e Azeitão (São Lourenço e São Simão). Nas restantes freguesias do município de Setúbal a expressão territorial das 3 classes de perigosidade mais alta é igualmente muito significativa, nunca inferior a 79 % das respetivas áreas rurais/florestais.

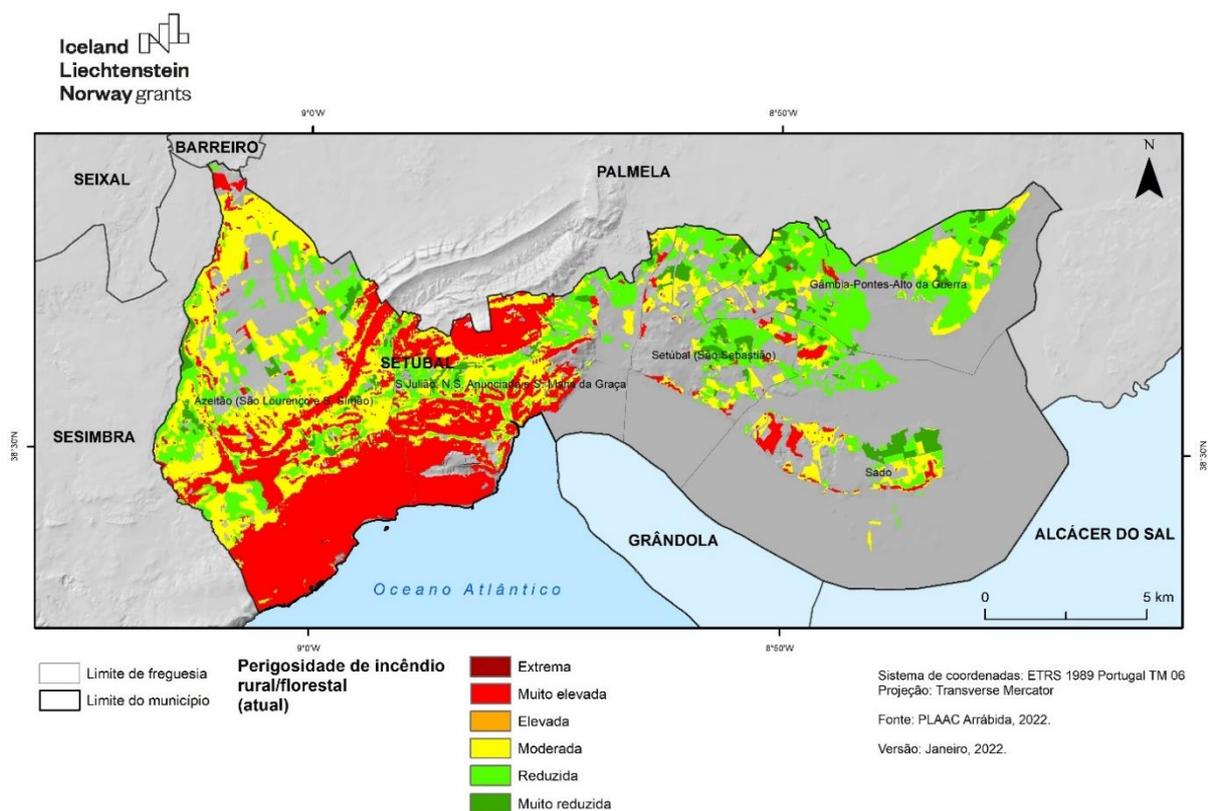


Figura 5.3 – Perigosidade atual a incêndios rurais/florestais no município de Setúbal.
Fonte: PLAAC Arrábida.

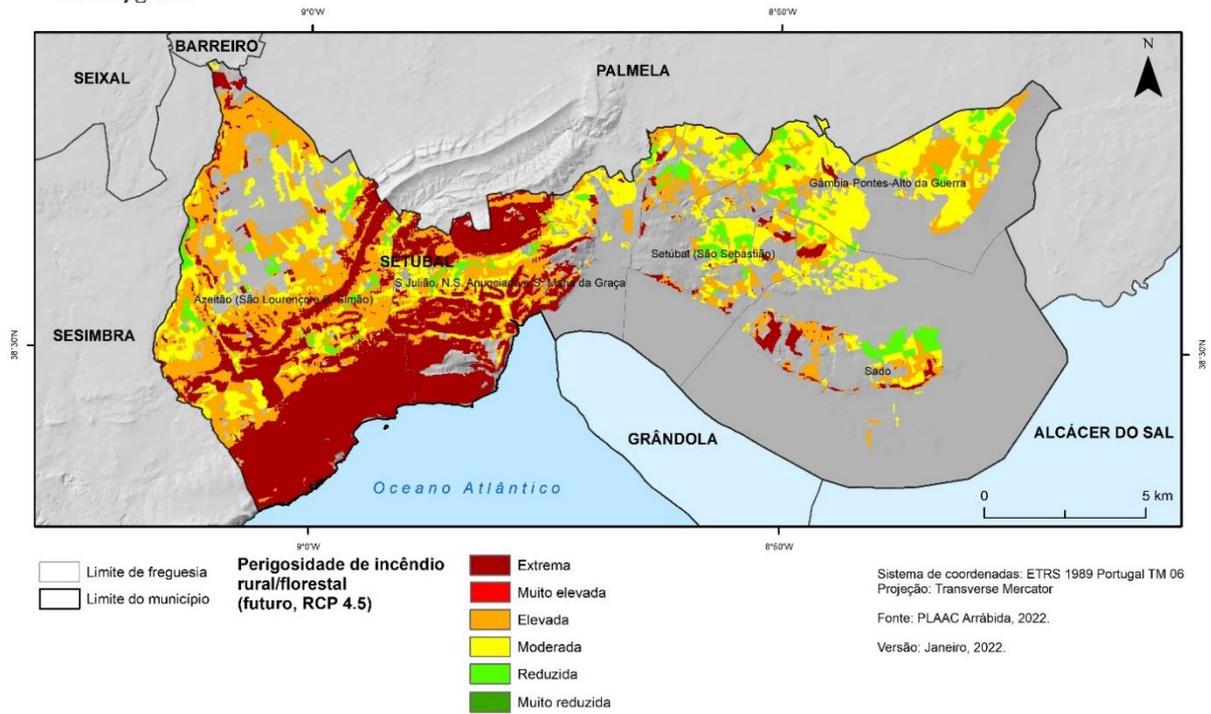


Figura 5.4 – Perigosidade futura (RCP 4.5) a incêndios rurais/florestais no município de Setúbal.
Fonte: PLAAC Arrábida.

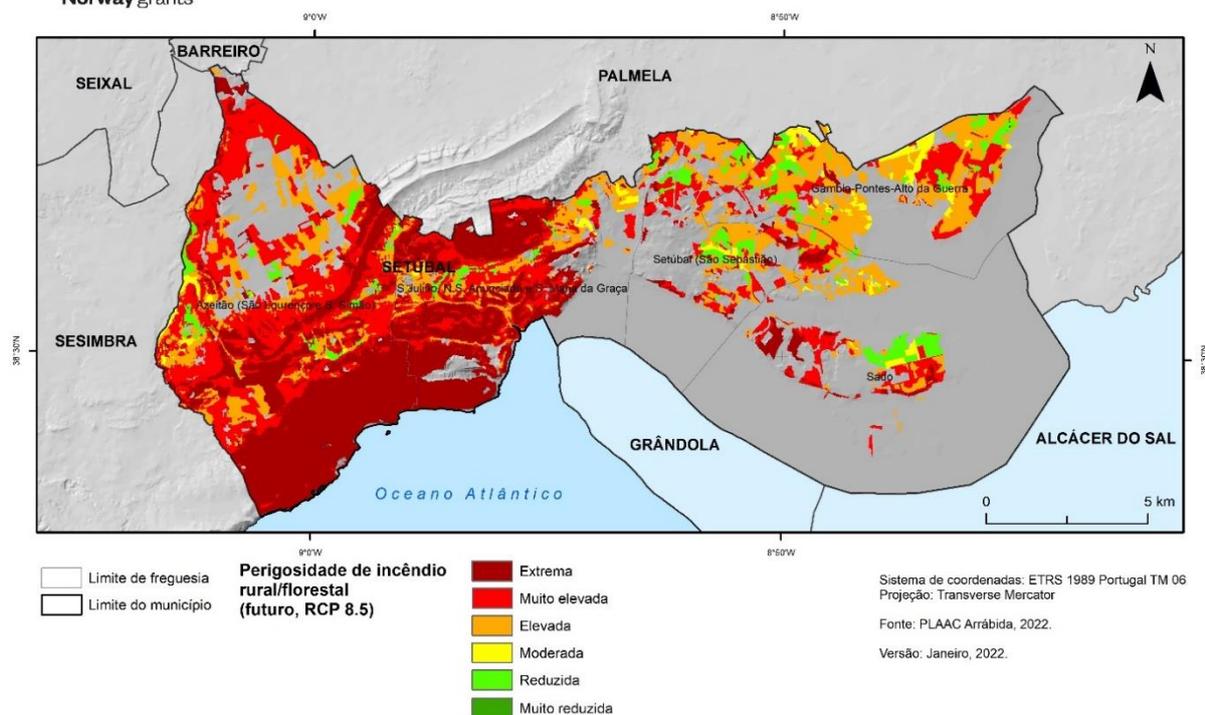


Figura 5.5 – Perigosidade futura (RCP 8.5) a incêndios rurais/florestais no município de Setúbal.
Fonte: PLAAC Arrábida.

Tabela 5.4. Áreas com perigosidade elevada, muito elevada e/ou extrema aos incêndios rurais/florestais, expressa em % da superfície das freguesias do município de Setúbal

Freguesia	Atual	Futuro (RCP 4.5)	Futuro (RCP 8.5)
Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	1,0	25,8	79,2
Sado	15,9	48,3	79,6
Setúbal (São Sebastião)	6,6	35,9	81,5
Azeitão (São Lourenço e São Simão)	41,1	80,2	96,1
São Julião, N.S. Anunciada e Sta. Maria da Graça	51,7	78,9	95,7
Total do município	33,0	66,2	91,2

5.2.2 Erosão hídrica do solo

A suscetibilidade atual a erosão hídrica potencial do solo no município de Setúbal está representada na figura 5.6. A figura 5.7 e a figura 5.8 ilustram a suscetibilidade futura deste processo perigoso, projetada para 2050, nos cenários climáticos RCP 4.5 e RCP 8.5, respetivamente, assumindo que o uso e a ocupação do solo se mantêm invariantes, incluindo os territórios artificializados. O aspeto visual dos mapas não se altera demasiado, traduzindo uma evolução que não será radical.

A tabela 5.5 sistematiza a extensão das classes de suscetibilidade elevada e muito elevada à erosão hídrica potencial do solo, expressa em % da superfície das freguesias do município de Setúbal, na atualidade e em 2050, nos cenários RCP 4.5 e RCP 8.5.

Atualmente, as 2 classes de suscetibilidade mais alta abrangem 27,8 % do município de Setúbal, apresentando a sua maior expressão nas freguesias de São Julião, N.S. Anunciada e Sta. Maria da Graça e Azeitão (São Lourenço e São Simão), onde abrangem, respetivamente, 54 % e 28,5 % do território. Em termos relativos e absolutos, a erosão hídrica potencial do solo atual é menos preocupante nas freguesias de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra e do Sado.

Em meados do século XXI, no cenário RCP 4.5, a expressão territorial das classes de suscetibilidade mais alta (elevada e muito elevada) aumenta para o equivalente a 30 % do território do município de Setúbal. As freguesias de São Julião, N.S. Anunciada e Sta. Maria da Graça e Azeitão (São Lourenço e São Simão) continuam a destacar-se, com 55,6 % e 40,8 % dos respetivos territórios integrados nas 2 classes de maior suscetibilidade.

A erosão hídrica potencial do solo, projetada para 2050 no cenário RCP 8.5, embora incrementemente por comparação com a atualidade, fica aquém dos valores projetados no cenário RCP 4.5, refletindo a redução mais drástica projetada para os quantitativos da precipitação. A expressão territorial das 2 classes de suscetibilidade mais alta equivale a 29,3 % do município de Setúbal, mantendo-se o destaque nas freguesias de São Julião, N.S. Anunciada e Sta. Maria da Graça e Azeitão (São Lourenço e São Simão), com 55 % e 39,7 % das respetivas áreas integradas nas 2 classes de suscetibilidade mais alta.

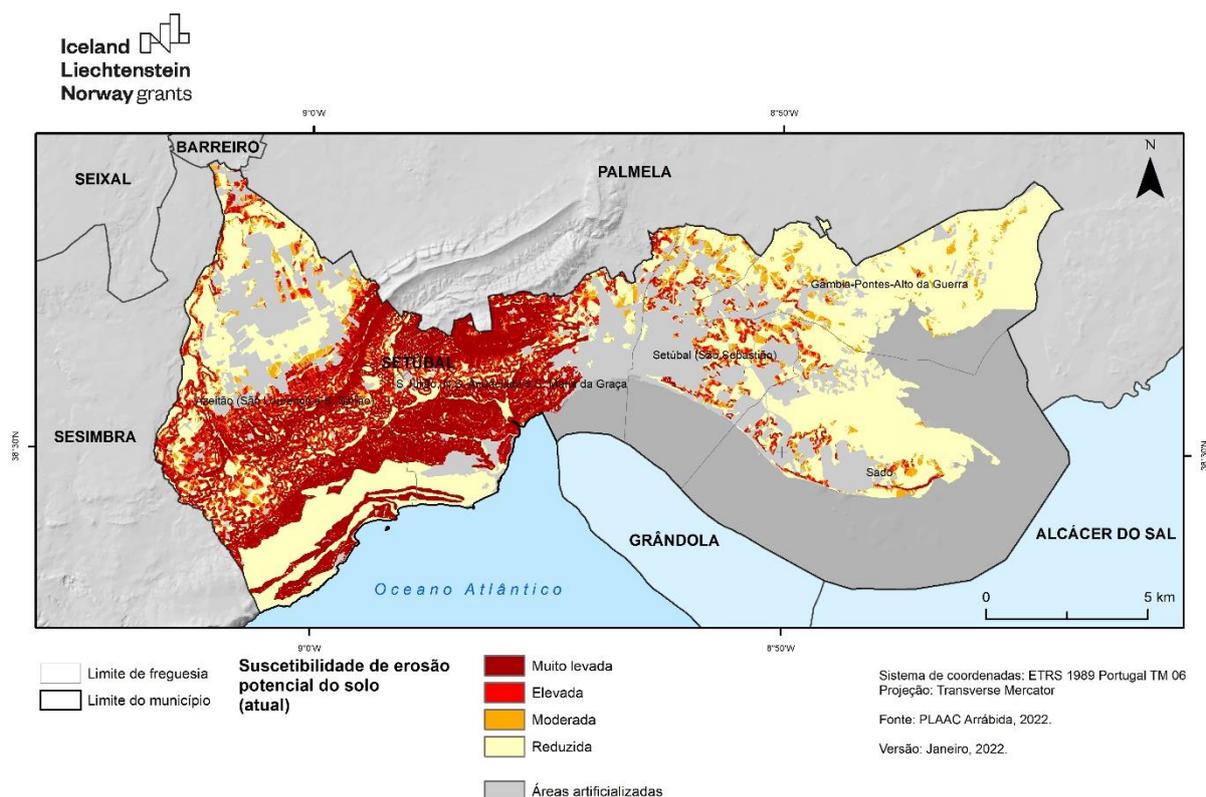


Figura 5.6 – Suscetibilidade atual a erosão hídrica do solo no município de Setúbal.
Fonte: PLAAC Arrábida.

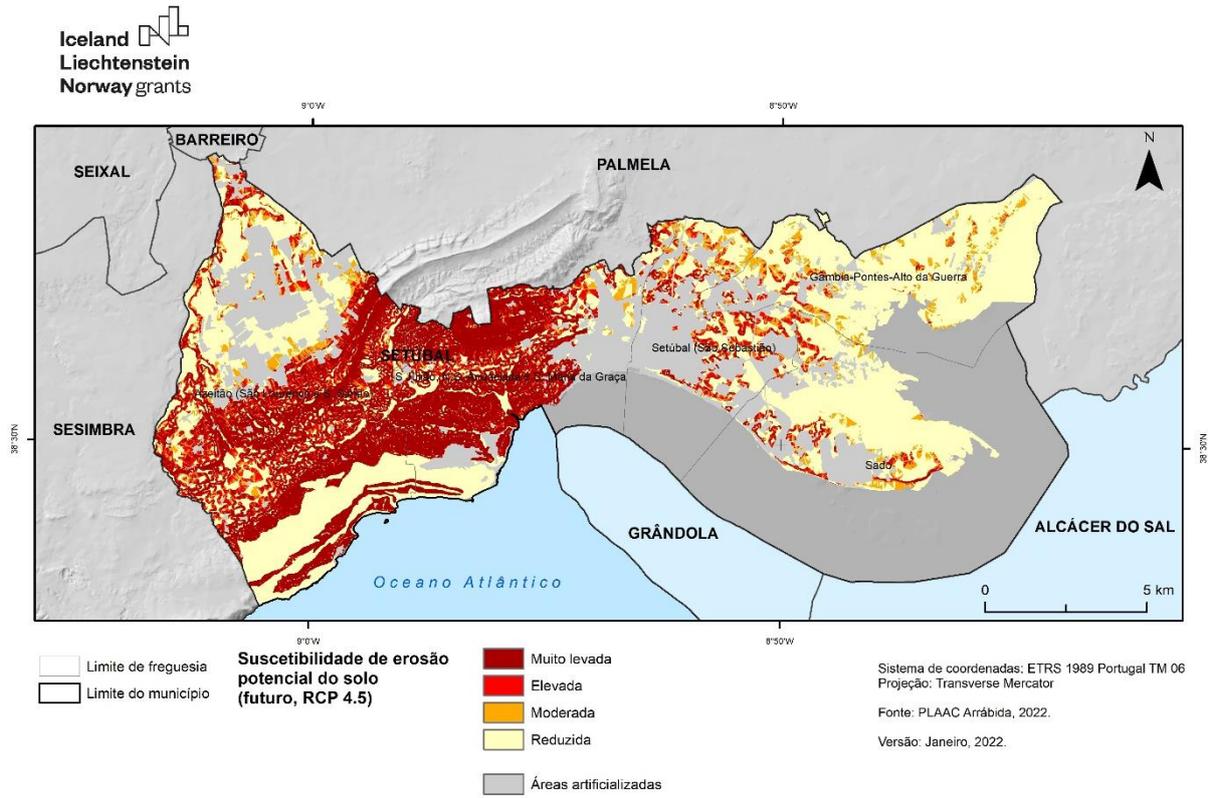


Figura 5.7 – Suscetibilidade futura (RCP 4.5) a erosão hídrica do solo no município de Setúbal.
Fonte: PLAAC Arrábida.

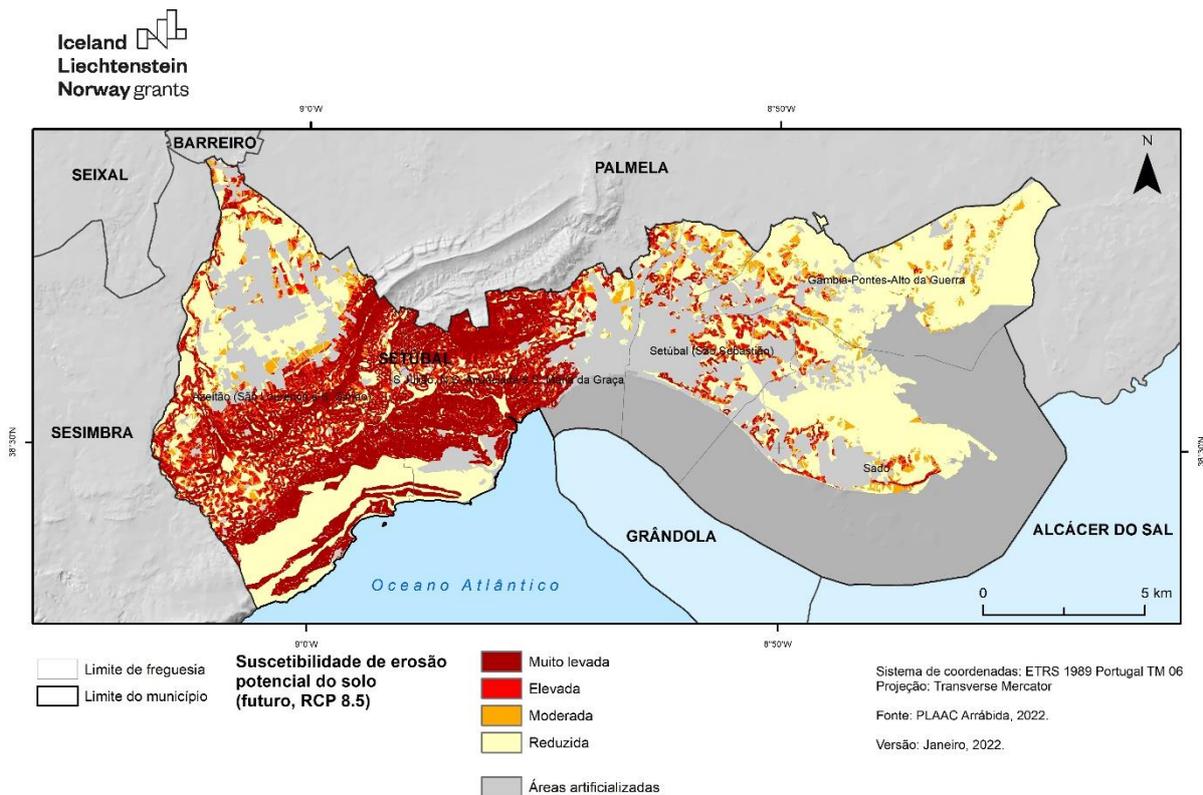


Figura 5.8 – Suscetibilidade futura (RCP 8.5) a erosão hídrica do solo no município de Setúbal.
Fonte: PLAAC Arrábida.

Tabela 5.5. Áreas com suscetibilidade elevada e/ou muito elevada à erosão hídrica do solo, expressa em % da superfície das freguesias do município de Setúbal.

Freguesia	Atual	Futuro (RCP 4.5)	Futuro (RCP 8.5)
Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	1,3	2,8	2,5
Sado	4,5	6,1	5,8
Setúbal (São Sebastião)	9,9	14,4	13,5
Azeitão (São Lourenço e São Simão)	38,5	40,8	39,7
São Julião, N.S. Anunciada e Sta. Maria da Graça	54,0	55,6	55,0
Total do município	27,8	30,0	29,3

5.2.3 Instabilidade de vertentes

A tabela 5.6 apresenta as probabilidades de ocorrência de movimentos de massa em vertentes, no presente e no futuro, associadas a 7 classes de suscetibilidade definidas na área do PLAAC Arrábida. A figura 5.9 mostra a espacialização destas classes de suscetibilidade no município de Setúbal.

As probabilidades apresentadas na tabela foram calculadas para cada célula de 100 m² que integra cada uma das classes de suscetibilidade e são válidas para períodos de 30 anos, na atualidade (2022-2052) e no futuro (2071-2100).

Tabela 5.6. Probabilidade de ocorrência de movimentos de massa em vertentes (por célula de 100 m² em 30 anos).

Classe de suscetibilidade	Área (ha)	Capacidade preditiva	Probabilidade de instabilidade (%) por célula de 100 m ² , em 30 anos		
			Atual	2100 (RCP 4.5)	2100 (RCP 8.5)
I	461,2	0,4880	12,20	12,81	10,98
II	971,7	0,1168	1,39	1,46	1,25
III	2109,1	0,1651	0,90	0,95	0,81
IV	1498,3	0,0933	0,72	0,75	0,65
V	5152,3	0,1112	0,25	0,26	0,22
VI	29205,7	0,0252	0,01	0,01	0,01
VII	49574,1	0,0004	0,00	0,00	0,00

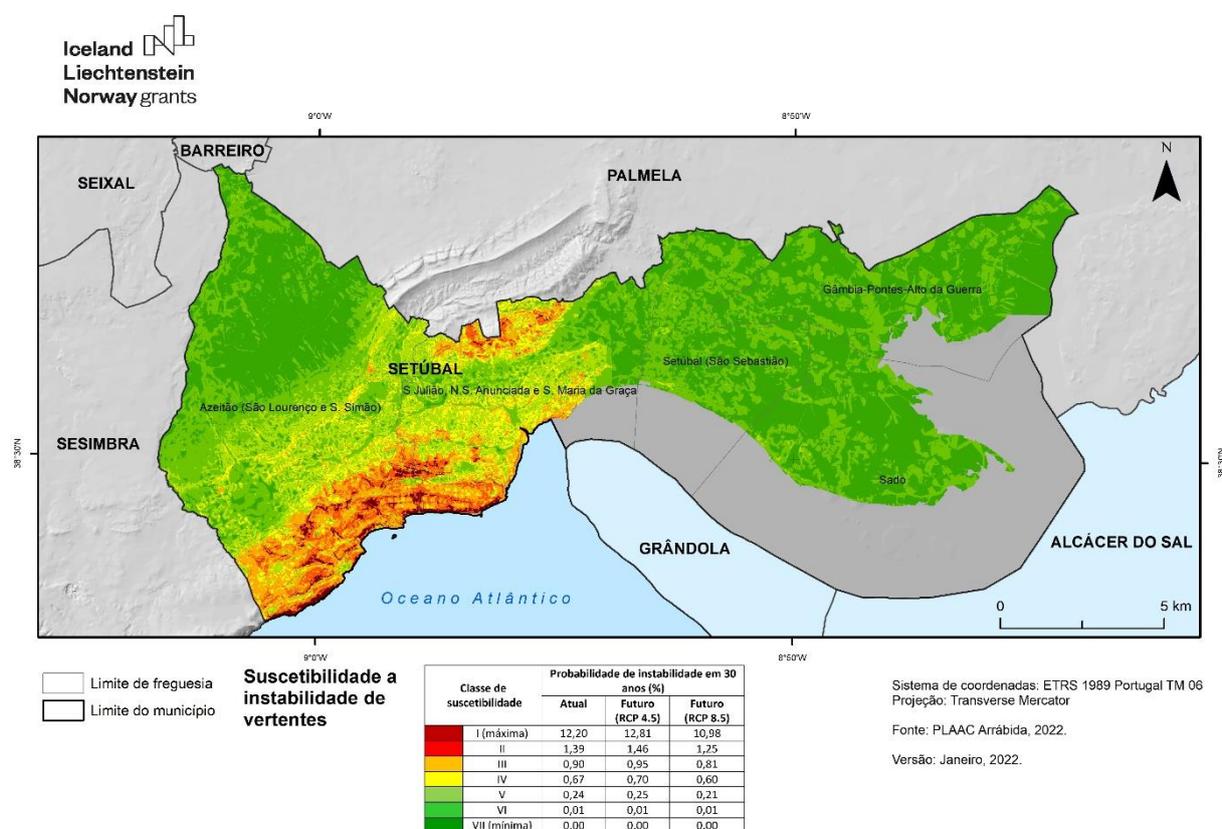


Figura 5.9 – Suscetibilidade atual e futura a instabilidade de vertentes no município de Setúbal.
Fonte: PLAAC Arrábida.

Neste trabalho apresenta-se apenas um mapa de suscetibilidade, válido para a atualidade e para o futuro, uma vez que não se esperam alterações na incidência territorial da instabilidade de vertentes, a qual é determinada por fatores de predisposição que são, a esta escala temporal, estáticos (e.g. litologia do terreno, declive, exposição e curvatura das vertentes). Porém, as probabilidades de ocorrência associadas a cada classe de suscetibilidade variam no final do século, em função do cenário considerado. Tomando como referência a classe de suscetibilidade mais elevada (classe I), verifica-se que existe uma probabilidade atual de 12,2 % para qualquer célula de 100 m² vir a ser afetada por um movimento de massa em vertente, num intervalo temporal de referência de 30 anos. A

probabilidade de ocorrência de instabilidade na mesma célula aumentará para 12,81 %, no cenário RCP 4.5, no final do século, para o mesmo período temporal de referência (30 anos, ou seja, em 2071-2100). Pelo contrário, a probabilidade de ocorrência de movimento de massa em vertente na mesma célula diminuirá para 10,98 % no final do século, caso se materialize o cenário RCP 8.5.

A tabela 5.7 sintetiza a extensão das 4 classes de suscetibilidade mais elevada à instabilidade de vertentes (classes I, II, III e IV) expressa em % da superfície das freguesias do município de Setúbal. As áreas sujeitas a maior perigo de instabilidade de vertentes ocupam 15,6 % do território do município de Setúbal, concentrando-se nas freguesias da parte oeste do município (figura 5.9). As vertentes mais perigosas ocupam 35,2 % da freguesia de São Julião, N.S. Anunciada e Sta. Maria da Graça e 21,9 % na freguesia de Azeitão (São Lourenço e São Simão). Nas restantes freguesias do município de Setúbal o perigo atual de instabilidade de vertentes é residual ou inexistente (tabela 5.7).

Tabela 5.7. Áreas suscetíveis à instabilidade de vertentes (classes I, II, III e IV), expressas em % da superfície das freguesias do município de Setúbal.

Freguesia	%
Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	0,00
Sado	0,00
Setúbal (São Sebastião)	0,04
Azeitão (São Lourenço e São Simão)	21,86
São Julião, N.S. Anunciada e Sta. Maria da Graça	35,23
Total do município	15,62

5.2.4 Inundações fluviais

O município de Setúbal está sujeito ao perigo de inundações por cheia rápida, com destaque para a bacia hidrográfica da Ribeira do Livramento, pese embora o efeito mitigador das obras de retenção e amortecimento de caudais, pelo menos para eventos não extremos.

À semelhança do procedimento adotado para a instabilidade de vertentes, apresenta-se um único mapa de suscetibilidade a inundações fluviais por cheias rápidas no município de Setúbal, uma vez que não se esperam alterações significativas nas áreas inundáveis, com a eventual exceção das que decorram de intervenções antrópicas ao nível das bacias hidrográficas e/ou dos canais fluviais. Tais intervenções poderão agravar ou mitigar pontualmente a situação atual, não sendo compagináveis com um plano da escala do PLAAC Arrábida. No entanto, a exemplo da instabilidade de vertentes, os efeitos das alterações climáticas estão introduzidos na componente temporal do processo perigoso. Assim, assumindo que as áreas inundáveis representadas na figura 5.10 correspondem a uma cheia rápida com período de retorno de 100 anos, estima-se que o período de retorno de uma cheia equivalente no final do século XXI será de 91,7 anos no caso do cenário RCP 4.5 e de 94,3 anos no caso do cenário RCP 8.5. Deste modo, estes resultados mostram que, para ambos os cenários, aumenta a probabilidade de ocorrência de cheias rápidas até ao final do século XXI, no município de Setúbal.

As áreas suscetíveis a cheias rápidas ocupam cerca de 8,6 km² no município de Setúbal (cerca de 3,7 % da área total), e localizam-se principalmente nas freguesias de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, São Julião, N.S. Anunciada e Sta. Maria da Graça e Azeitão (São Lourenço e São Simão) (tabela 5.8, figura 5.10). No entanto, existem contrastes acentuados no que respeita à distribuição das classes de suscetibilidade. Com efeito, a classe de suscetibilidade elevada é especialmente mais relevante nas freguesias de São Julião, N.S. Anunciada e Sta. Maria da Graça e Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, onde representa 57,7 % e 49,4 % das respetivas áreas inundáveis por cheias rápidas. Em oposição, esta classe de suscetibilidade é muito menos relevante na freguesia de Azeitão (São

Lourenço e S. Simão), onde representa apenas 7,9 % da área inundável por cheia rápida. As freguesias do Sado e Setúbal (São Sebastião), para além de terem uma área inundável por cheia rápida reduzida, registam apenas a classe de suscetibilidade reduzida.

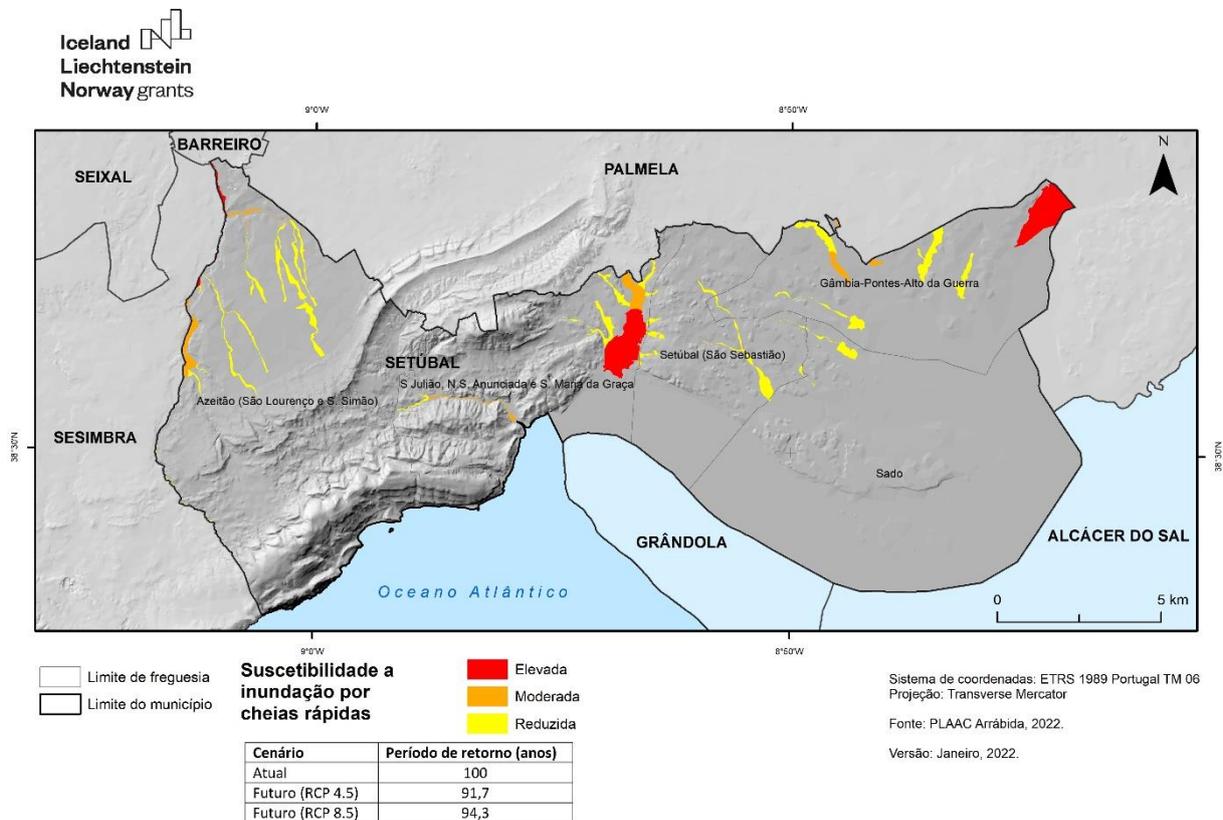


Figura 5.10 – Suscetibilidade atual e futura a inundações por cheias rápidas no município de Setúbal.
Fonte: PLAAC Arrábida.

Tabela 5.8. Áreas suscetíveis a inundações por cheias rápidas nas freguesias do município de Setúbal.

Freguesia	Área suscetível (km ²)	Classes de suscetibilidade (%)		
		Elevada	Moderada	Reduzida
Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	2,9	49,4	9,3	41,3
Sado	0,2	0,0	0,0	100,0
Setúbal (São Sebastião)	0,6	0,0	0,0	100,0
Azeitão (São Lourenço e São Simão)	2,2	7,9	24,1	68,0
São Julião, N.S. Anunciada e Sta. Maria da Graça	2,6	57,7	19,2	23,1
Total do município	8,6	36,6	15,3	48,2

5.2.5 Inundações estuarinas

O município de Setúbal está sujeito ao perigo de inundações estuarinas, que abrange o leito do rio Sado na zona do estuário, as zonas extensas de sapal que o enquadram e algumas zonas de cota reduzida que tendem a acompanhar a desembocadura dos cursos de águas afluentes da margem direita do Rio Sado. A

figura 5.11 representa a área atualmente afetada por inundações estuarinas no município de Setúbal, enquanto a

figura 5.12 e a

figura 5.13 representam as áreas inundáveis projetadas para a envolvente do estuário do rio Sado no final do século XXI, respetivamente para os cenários RCP 4.5 e RCP 8.5. A

figura 5.14 mostra o pormenor da zona sujeita a inundação estuarina na cidade de Setúbal. Refira-se que as zonas assinaladas não representam situações de submersão permanente, mas antes as áreas atingidas temporariamente pelas águas do estuário, em resultado da subida estimada para o nível do mar, adicionada ao efeito local de uma cheia moderada, com 10 % de probabilidade anual de excedência.

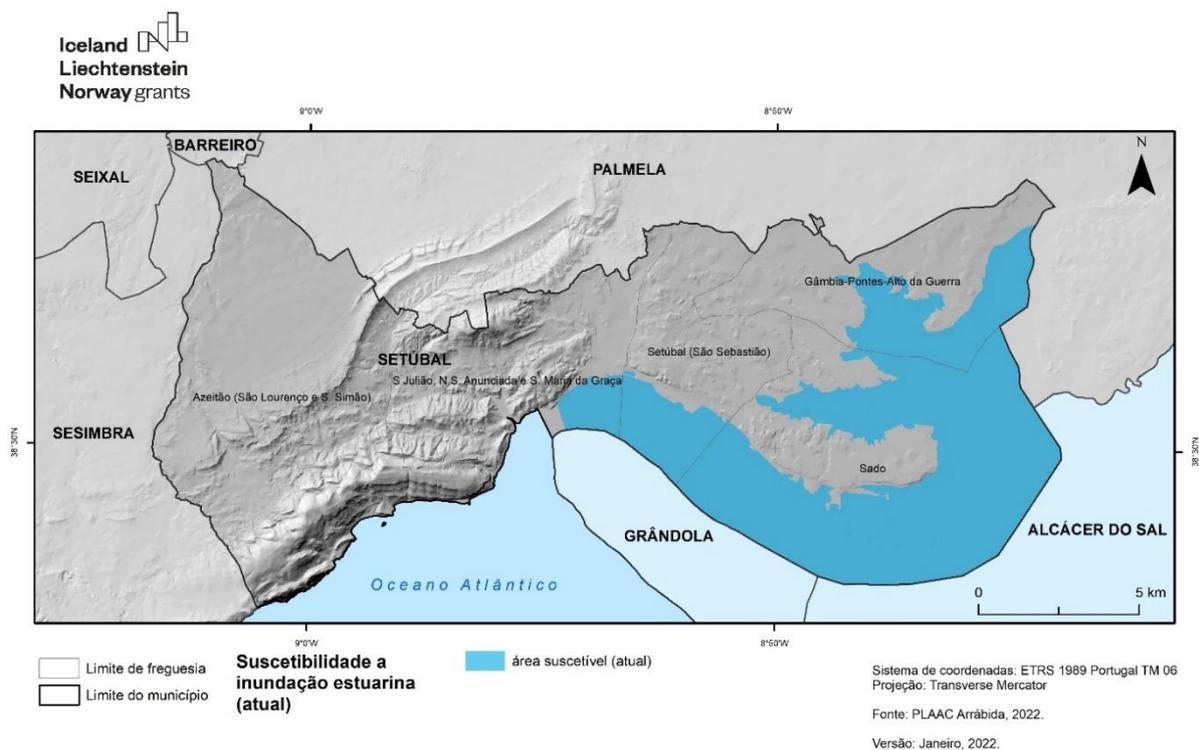


Figura 5.11 – Suscetibilidade atual a inundação estuarina no município de Setúbal.
Fonte: PLAAC Arrábida.

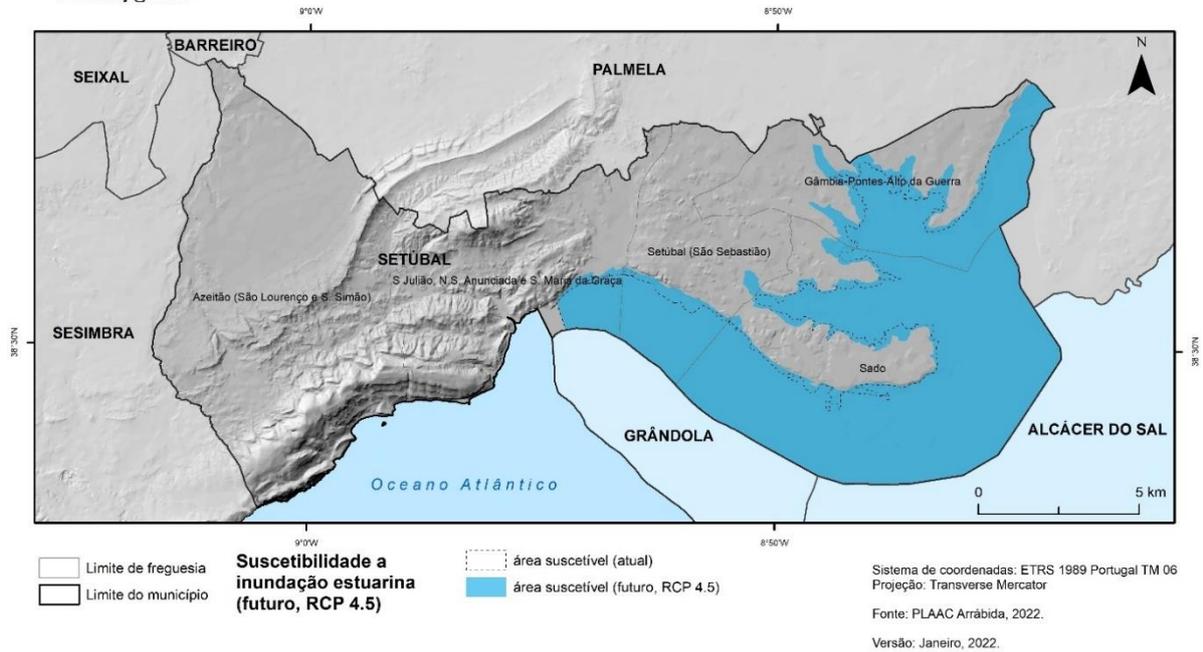


Figura 5.12 – Suscetibilidade futura a inundação estuarina no município de Setúbal (cenário RCP 4.5).
Fonte: PLAAC Arrábida.

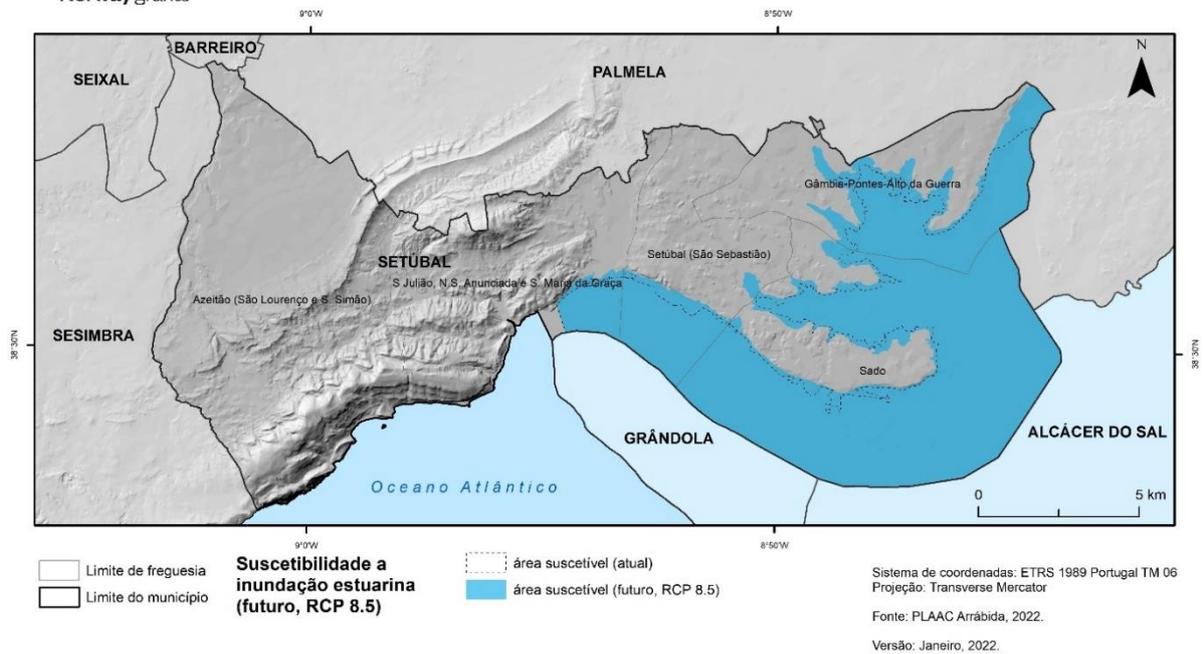


Figura 5.13 – Suscetibilidade futura a inundação estuarina no município de Setúbal (cenário RCP 8.5).
Fonte: PLAAC Arrábida.



□ Limite de freguesia
□ Limite do município

Suscetibilidade a inundação estuarina

□ área suscetível (atual)
□ área suscetível (futuro, RCP 4.5)
■  rea suscetível (futuro, RCP 8.5)

Sistema de coordenadas: ETRS 1989 Portugal TM 06
Proje o: Transverse Mercator

Fonte: PLAAC Arrábida, 2022.

Versão: Janeiro, 2022.

Figura 5.14 – Pormenor da suscetibilidade atual e futura a inunda o estuarina na cidade de Setúbal.
Fonte: PLAAC Arrábida.

A tabela 5.9 sintetiza a extensão das áreas com suscetibilidade a inunda o estuarina, na atualidade e no futuro, no município de Setúbal. Não contabilizando os cerca de 5665,5 ha que correspondem ao leito do rio Sado no seu estuário, a área atualmente suscetível a inunda o estuarina   de cerca de 1370 ha, concentrando-se essencialmente nas freguesias do Sado e de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra (728 ha e 641 ha, respetivamente). A  rea de inunda o estuarina projetada para o final do século XXI incrementa em cerca de 70 % em rela o   atual e não varia muito significativamente em fun o do cenário climático (2309 ha no RCP 4.5 e 2362 ha no RCP 8.5). Os maiores aumentos de área inundável verificam-se na zona interior do estuário, nas freguesias de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra e do Sado, mas são igualmente significativas nas freguesias de Setúbal (São Sebast o) e São Julião, N.S. Anunciada e Sta. Maria da Graça, nomeadamente porque v o afetar áreas densamente ocupadas na frente ribeirinha da cidade de Setúbal (figura 5.14).

Tabela 5.9.  reas suscetíveis a inunda o estuarina (em ha) nas freguesias do município de Setúbal.

Freguesia	Atual	Futuro (RCP 4.5)	Futuro (RCP 8.5)
Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	640,77	1106,72	1121,18
Sado	728,25	1051,56	1082,53
Setúbal (São Sebast�o)	0,36	116,79	122,26
Azeitão (São Lourenço e São Simão)	0,00	0,00	0,00
São Julião, N.S. Anunciada e Sta. Maria da Graça	0,42	34,15	36,12

Total do município	1369,8	2309,22	2362,09
--------------------	--------	---------	---------

5.2.6 Inundações e galgamentos costeiros

As inundações e galgamentos costeiros afetam atualmente apenas uma estreita faixa do município de Setúbal (33,4 ha), localizada nos setores de praia da Serra da Arrábida, na freguesia de São Julião, N.S. Anunciada e Sta. Maria da Graça e na freguesia de Azeitão (São Lourenço e São Simão) (figura 5.15). A

figura 5.16 e a

figura 5.17 representam as projeções das áreas atingidas por inundações e galgamentos costeiros no final do século XXI, respetivamente para os cenários RCP 4.5 e RCP 8.5. A área suscetível a inundações e galgamento costeiro projetada para 2100 incrementa em cerca de 30 % em relação à atual e não varia muito significativamente em função do cenário climático (42,5 ha no RCP 4.5 e 43,1 ha no RCP 8.5). A menor expressão do incremento futuro das áreas suscetíveis a inundações e galgamentos costeiros, comparativamente ao observado para as inundações estuarinas é explicada pelo caráter confinado e encastrado das praias do município de Setúbal, sempre rodeadas por arribas rochosas. No entanto, as projeções efetuadas mostram que toda a extensão das praias do município de Setúbal estará suscetível à ocorrência de inundações e/ou galgamento costeiro no final do século XXI.

Porém, registre-se que, como no caso referido para as inundações estuarinas, as zonas assinaladas como suscetíveis a inundações e galgamento costeiro não representam situações de submersão permanente, mas antes as áreas atingidas temporariamente pelas águas do mar, em resultado do efeito combinado da subida do nível do mar, a preia-mar máxima astronómica, a sobrelevação do nível do mar de origem meteorológica (*storm surge*) e o espraio das ondas.



Figura 5.15 – Suscetibilidade atual a inundações e galgamentos costeiros no município de Setúbal.
Fonte: PLAAC Arrábida.

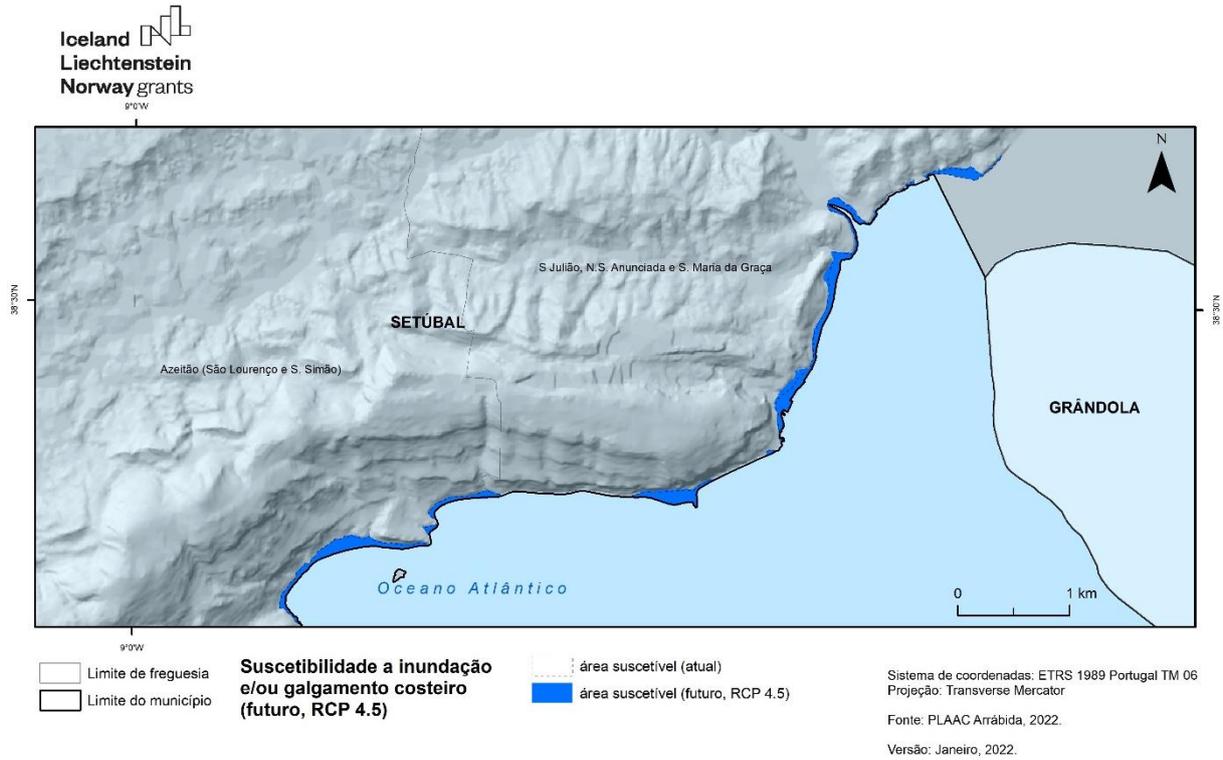


Figura 5.16 – Suscetibilidade futura a inundações e galgamentos costeiros no município de Setúbal (cenário RCP 4.5).
Fonte: PLAAC Arrábida.



Figura 5.17 – Suscetibilidade futura a inundações e galgamentos costeiros no município de Setúbal (cenário RCP 8.5). Fonte: PLAAC Arrábida.

5.2.7 Erosão costeira e recuo de arribas

A erosão costeira e o recuo de arribas afetam atualmente uma estreita faixa do município de Setúbal (378,2 ha, correspondentes a 1,6 % da área total do município), localizada nos setores de litoral de arriba na Serra da Arrábida, na freguesia de São Julião, N.S. Anunciada e Sta. Maria da Graça e na freguesia de Azeitão (São Lourenço e São Simão) (figura 5.18).

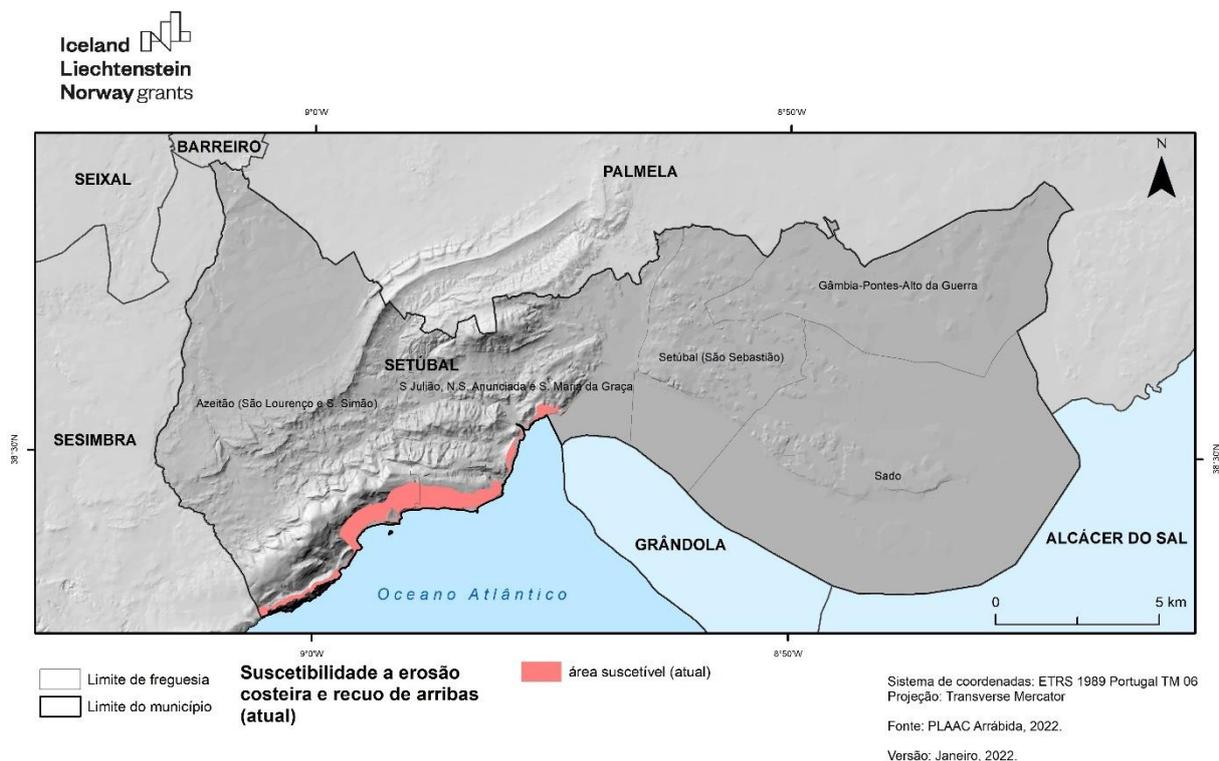


Figura 5.18 – Suscetibilidade atual a erosão costeira e recuo de arribas no município de Setúbal.
Fonte: PLAAC Arrábida.

A figura 5.19 representa a projeção das áreas suscetíveis a erosão costeira e recuo de arribas no final do século XXI. Como foi referido na secção da metodologia, os dados disponíveis não permitem uma diferenciação sustentada da erosão costeira e recuo de arribas associada às subidas do nível do mar correspondentes aos cenários RCP 4.5 e RCP 8.5, estimadas em 0,59 m e 0,79 m, respetivamente. Deste modo, a projeção apresentada na figura 5.19 é considerada como válida para os dois cenários climáticos utilizados.

A área projetada como suscetível a erosão costeira e recuo de arribas em 2100 inclui a área atualmente sujeita a estes processos e abrange uma superfície total de 428,6 ha, o que corresponde a um incremento de 13 % face à área suscetível na atualidade. Os principais incrementos da suscetibilidade a este processo perigoso vão ocorrer no setor a poente do Portinho da Arrábida, no sector entre o Outão e a Figueirinha e entre a Comenda e Albarquel.

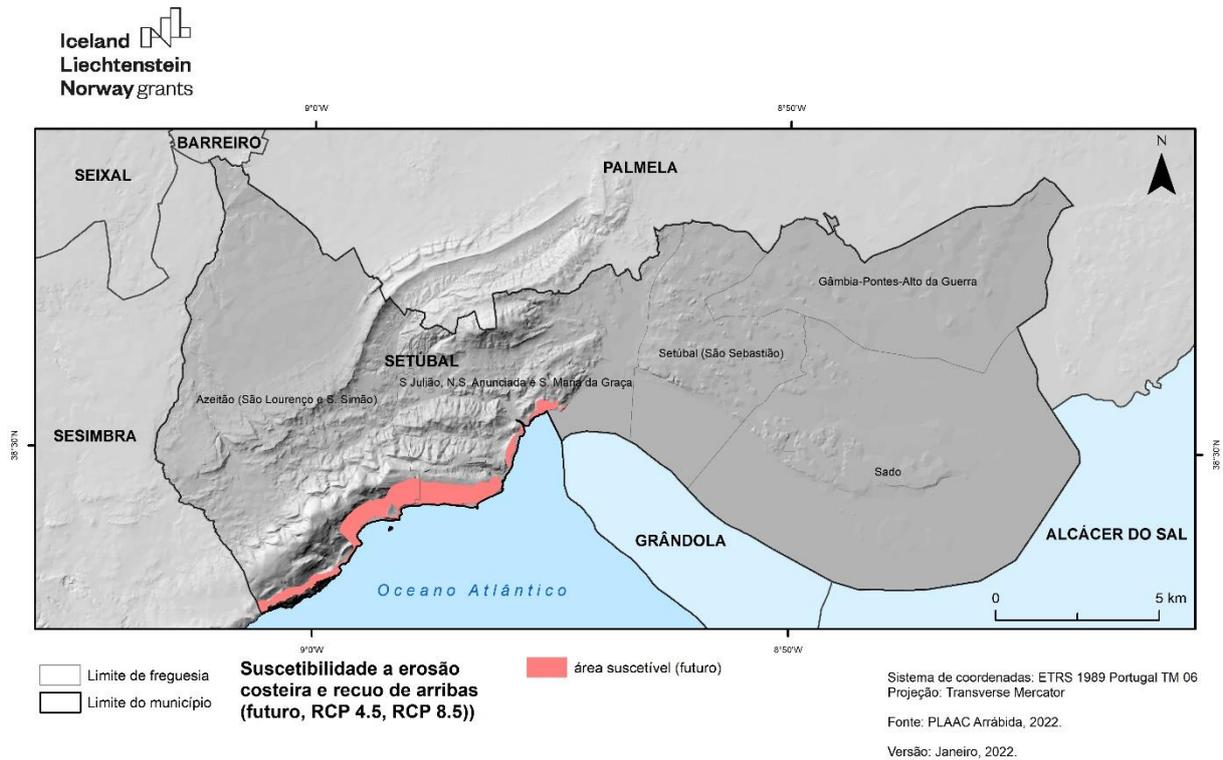


Figura 5.19 – Suscetibilidade futura a erosão costeira e recuo de arribas no município de Setúbal (RCP 4.5 e RCP 8.5). Fonte: PLAAC Arrábida.

5.2.8 Calor excessivo

A figura 5.20 representa a suscetibilidade atual ao calor excessivo no município de Setúbal, avaliada a partir do número de dias com temperatura máxima igual ou superior a 35 °C e engloba duas classes: suscetibilidade moderada (5 a 10 dias) localizada no setor este do município; e suscetibilidade baixa (2 a 5 dias), localizada no setor oeste do município. A suscetibilidade moderada ocupa 45,5 % da área total do município e encontra-se, sobretudo, nas freguesias de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, Sado e Setúbal (São Sebastião).

A suscetibilidade ao calor excessivo acentuar-se-á significativamente no final do século XXI, no cenário RCP 4.5 (figura 5.21). Caso se materialize este cenário climático, a classe de suscetibilidade elevada (10 a 20 dias muito quentes) vai alargar-se à generalidade do município de Setúbal (91 % do território), com exceção dos setores correspondentes à unidade morfoclimática das Serras e Colinas da Estremadura (que inclui as Serras do Formosinho, de S. Luís e do Louro), onde a suscetibilidade ao calor excessivo será moderada. A classe de suscetibilidade baixa deixará de estar representada no município.

A projeção do calor excessivo para o final do século XXI é ainda mais gravosa no cenário RCP 8.5 (figura 5.22), em que a classe de suscetibilidade muito elevada (20 a 30 dias muito quentes) será dominante, alargando-se a 79 % do território municipal. Adicionalmente, ocorrerá no setor oriental do município a classe de suscetibilidade extrema (30 a 44 dias muito quentes), com especial expressão na freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra,

onde abrangerá 58 % do respetivo território. As classes de suscetibilidade moderada e baixa estarão ausentes e a classe de suscetibilidade elevada ficará circunscrita aos setores mais altos e mais bem ventilados das Serras do Formosinho, de S. Luís e do Louro.

A tabela 5.10 sintetiza a extensão das classes agregadas de suscetibilidade elevada, muito elevada e/ou extrema ao calor excessivo, expressa em % da superfície das freguesias do município de Setúbal, na atualidade e no final do século XXI, nos cenários RCP 4.5 e RCP 8.5. O agravamento das situações de calor excessivo no final do século XXI é evidente em ambos os cenários, sendo mais marcado no caso do cenário RCP 8.5. As classes de suscetibilidade consideradas (elevada, muito elevada e/ou extrema) não existem na atualidade em qualquer das freguesias do município, mas abrangerão a totalidade das freguesias de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, Sado e Setúbal (São Sebastião) e cerca de 85 % das freguesias de Azeitão (São Lourenço e São Simão) e de São Julião, N.S. Anunciada e Sta. Maria da Graça, no final do século XXI, no cenário RCP 4.5. No caso do cenário RCP 8.5, as classes de suscetibilidade elevada, muito elevada e/ou extrema ocuparão a totalidade do território municipal.

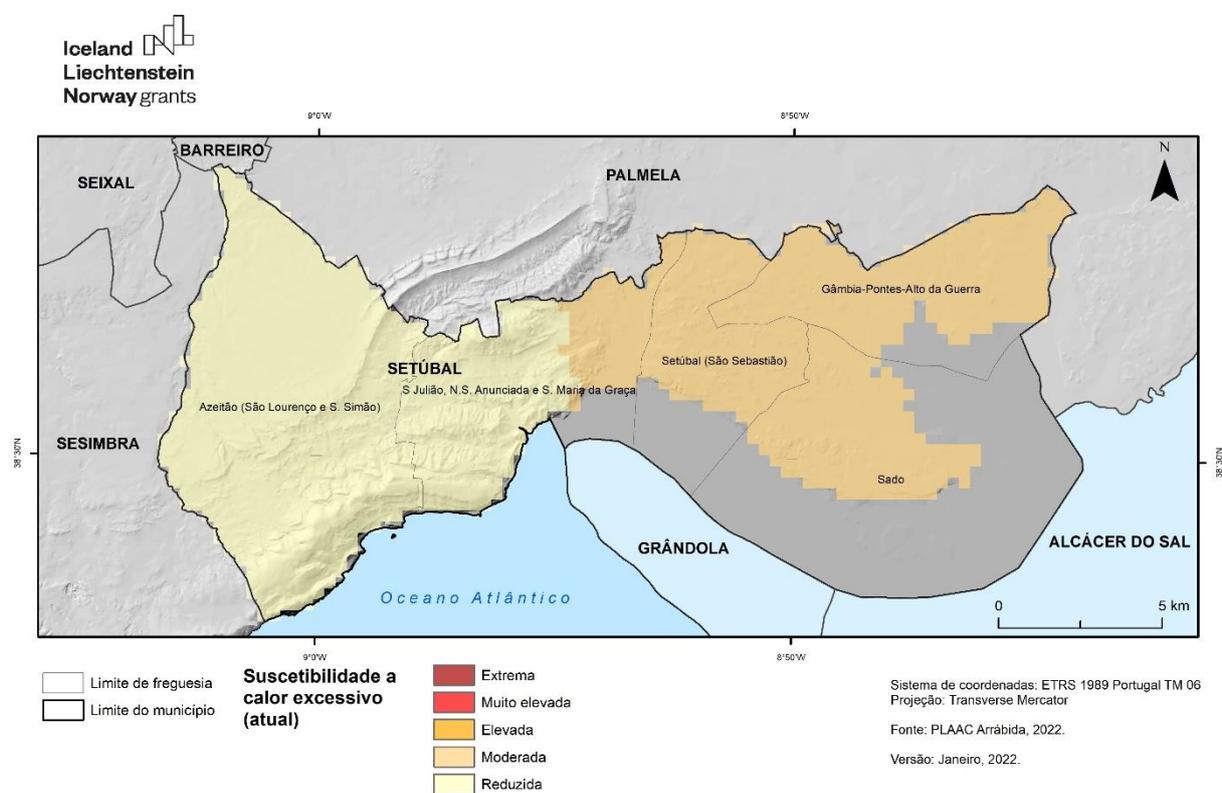


Figura 5.20 – Suscetibilidade atual a calor excessivo no município de Setúbal.
Fonte: PLAAC Arrábida.

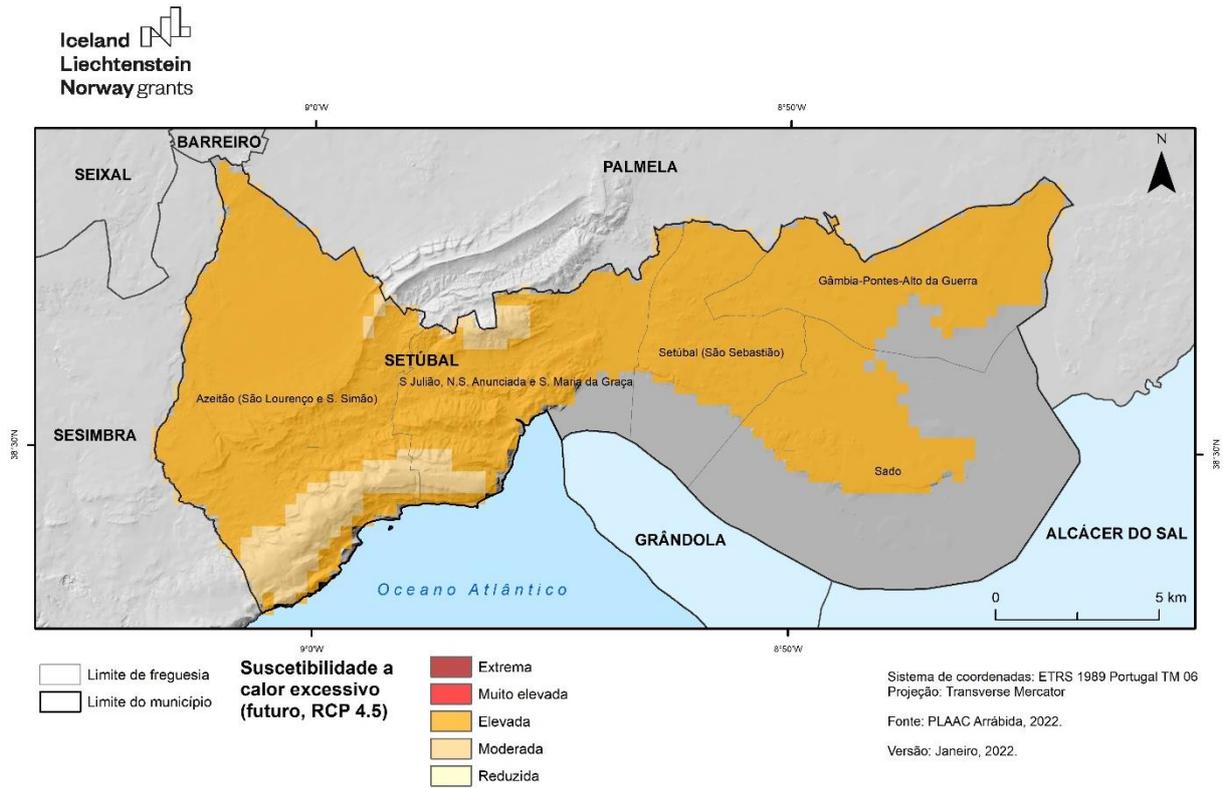


Figura 5.21 – Suscetibilidade futura (RCP 4.5) a calor excessivo no município de Setúbal.
Fonte: PLAAC Arrábida.

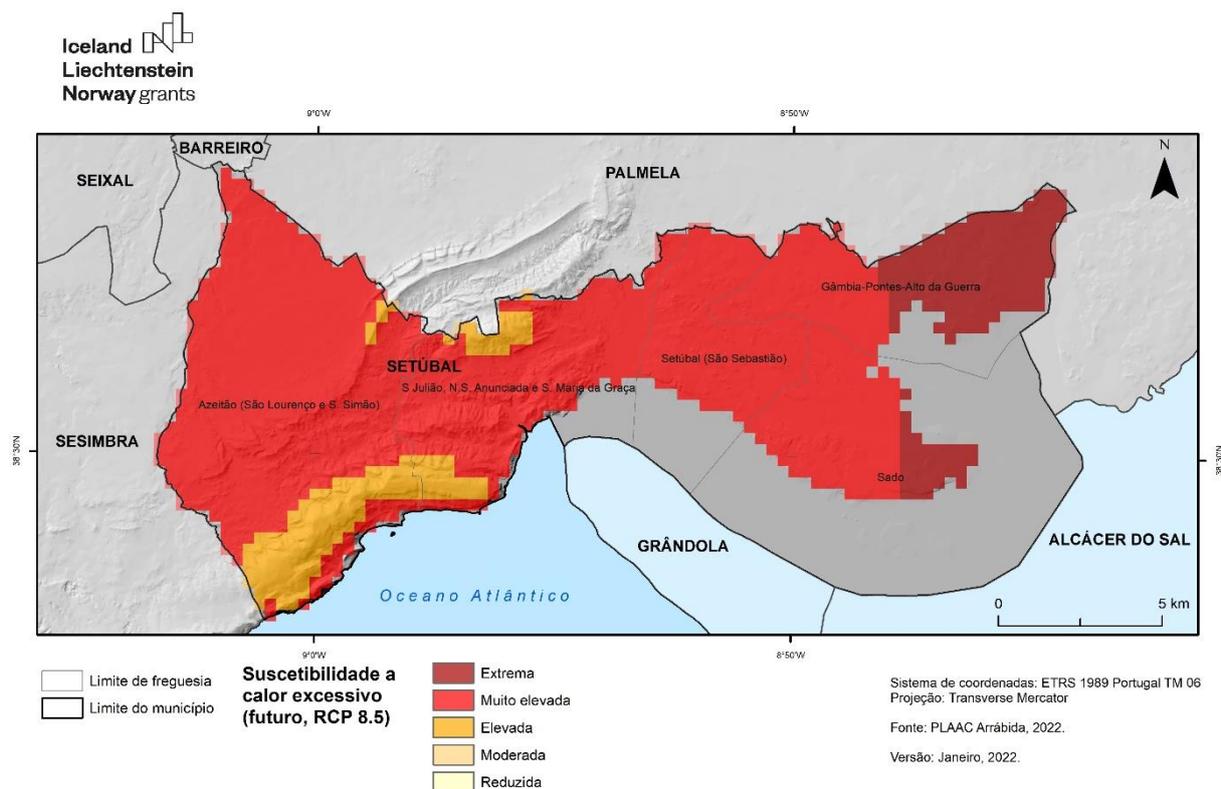


Figura 5.22 – Suscetibilidade futura (RCP 8.5) a calor excessivo no município de Setúbal.
Fonte: PLAAC Arrábida.

Tabela 5.10. Áreas com suscetibilidade elevada, muito elevada e/ou extrema ao calor excessivo, expressa em % da superfície das freguesias do município de Setúbal

Freguesia	Atual	Futuro (RCP 4.5)	Futuro (RCP 8.5)
Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	0,0	100,0	100,0
Sado	0,0	100,0	100,0
Setúbal (São Sebastião)	0,0	100,0	100,0
Azeitão (São Lourenço e São Simão)	0,0	84,7	100,0
São Julião, N.S. Anunciada e Sta. Maria da Graça	0,0	85,9	100,0
Total do município	0,0	91,0	100,0

5.2.9 Secas

A figura 5.23 representa a suscetibilidade atual a secas no município de Setúbal, avaliada a partir do índice SPI. A classe de suscetibilidade moderada estende-se a todo o município, valor que está em linha com os resultados obtidos pelo PIC (Perfil de Impactos Climáticos), onde foram identificadas situações de seca em 13 dos últimos 20 anos.

As projeções da seca para o final do século XXI apontam para um agravamento do processo perigoso em ambos os cenários climáticos considerados, mas mais acentuado no cenário RCP 8.5 (figura 5.24 e figura 5.25).

No cenário RCP 4.5, a suscetibilidade elevada a secas vai alargar-se à generalidade do município de Setúbal (91 % do território), com a exceção dos setores correspondentes à unidade morfoclimática das Serras e Colinas

Estremadura (que inclui as Serras do Formosinho, de S. Luís e do Louro), onde a suscetibilidade a secas será moderada (figura 5.24).

A suscetibilidade a secas vai agravar-se, caso se materialize o cenário RCP 8.5. Neste caso, as Serras do Formosinho, de S. Luís e do Louro passarão a apresentar uma suscetibilidade elevada, enquanto a generalidade do território municipal (91 % do território) passará a registar uma suscetibilidade muito elevada à ocorrência de secas (figura 5.25).

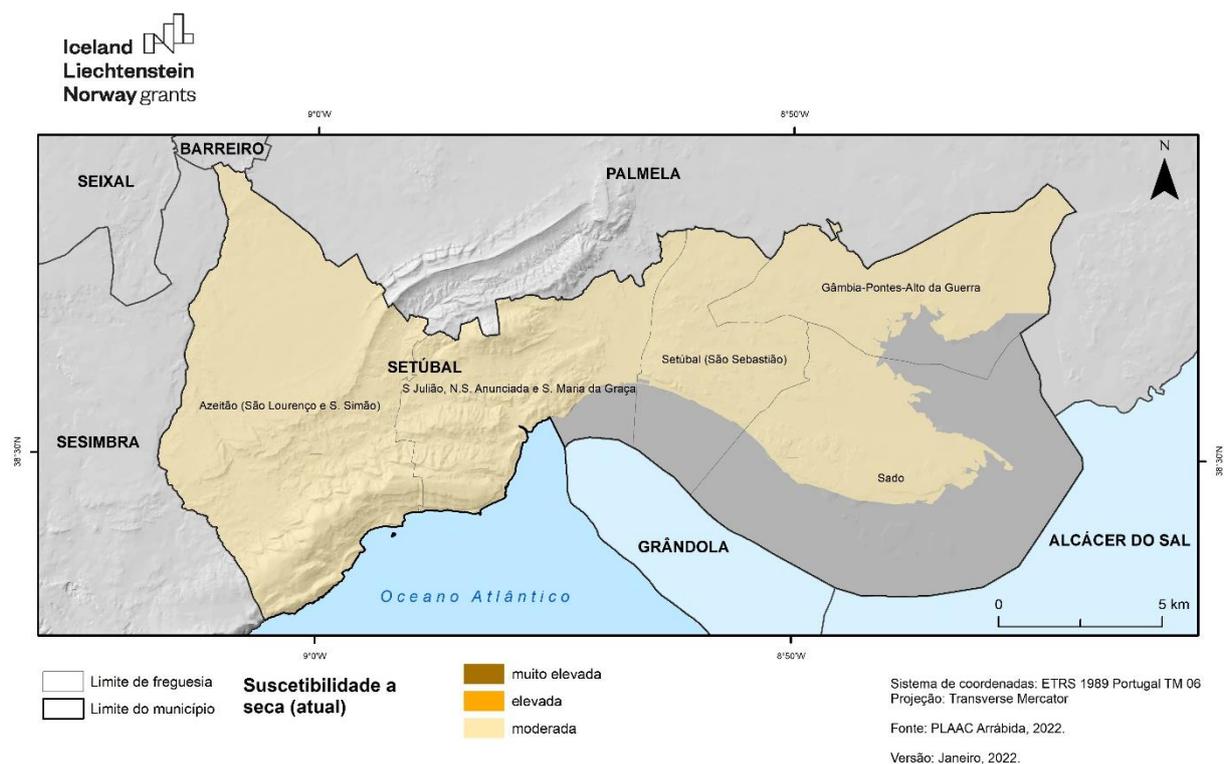


Figura 5.23 – Suscetibilidade atual a secas no município de Setúbal.
Fonte: PLAAC Arrábida.

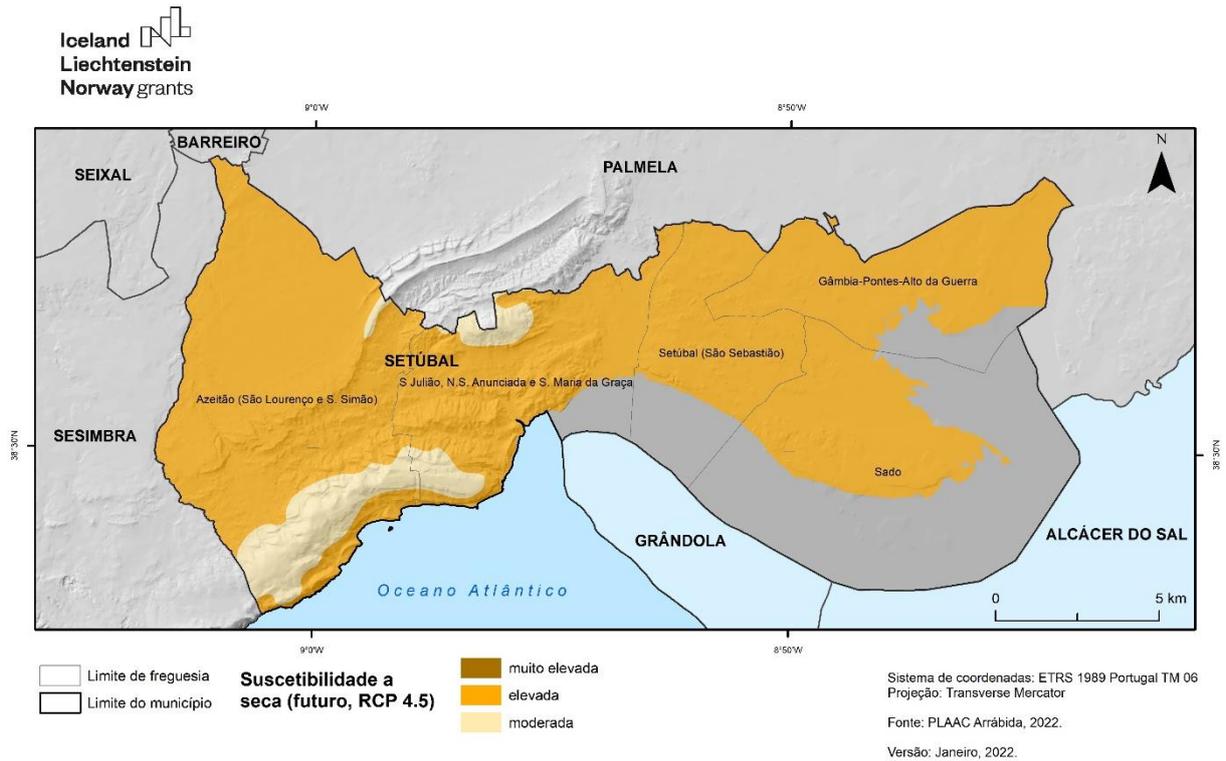


Figura 5.24 – Suscetibilidade futura (RCP 4.5) a secas no município de Setúbal.
Fonte: PLAAC Arrábida.

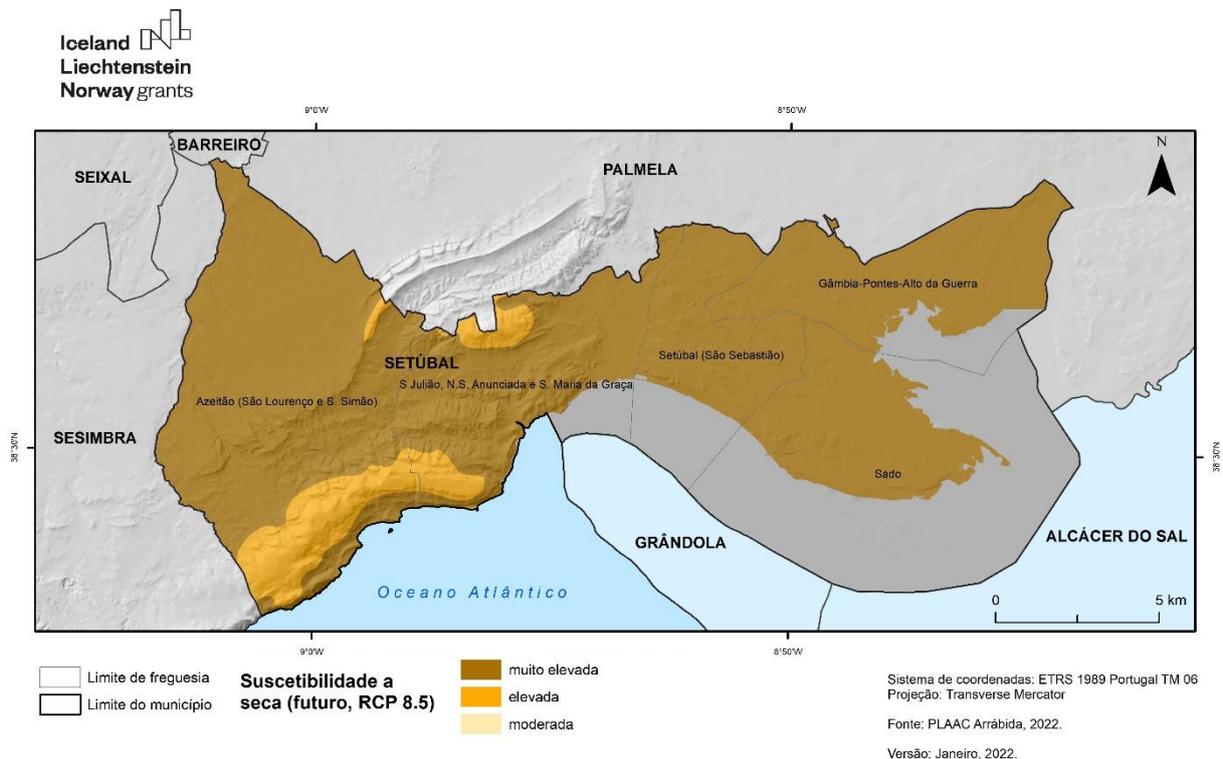


Figura 5.25 – Suscetibilidade futura (RCP 8.5) a secas no município de Setúbal.
Fonte: PLAAC Arrábida.

5.2.10 Tempestades de vento

A figura 5.26 ilustra a distribuição de três classes de suscetibilidade a tempestades de vento no município de Setúbal, que são válidas para a atualidade e para o final do século XXI, para os cenários RCP 4.5 e RCP 8.5. Como foi referido na secção da metodologia, não se projetam alterações estatisticamente significativas em relação à velocidade média do vento (a 10 m do solo) e ao número de dias com vento forte ($\geq 10,8$ m/s), até ao final do século, em qualquer das Unidades Morfoclimáticas identificadas na área do PLAAC Arrábida e para qualquer dos cenários forçadores (RCP 4.5 e RCP 8.5).

As classes de suscetibilidade moderada e elevada ocupam, respetivamente, 25 % e 9,4 % da área total do município (tabela 5.11). A classe de suscetibilidade elevada ocorre predominantemente nas áreas mais elevadas da Serra da Arrábida, nomeadamente nas serras do Formosinho, Serra de S. Luís e Serra do Louro (freguesias de Azeitão (São Lourenço e São Simão) e São Julião, N.S. Anunciada e Sta. Maria da Graça). A suscetibilidade elevada a vento forte também ocorre em setores mais expostos na margem norte do estuário do Sado.

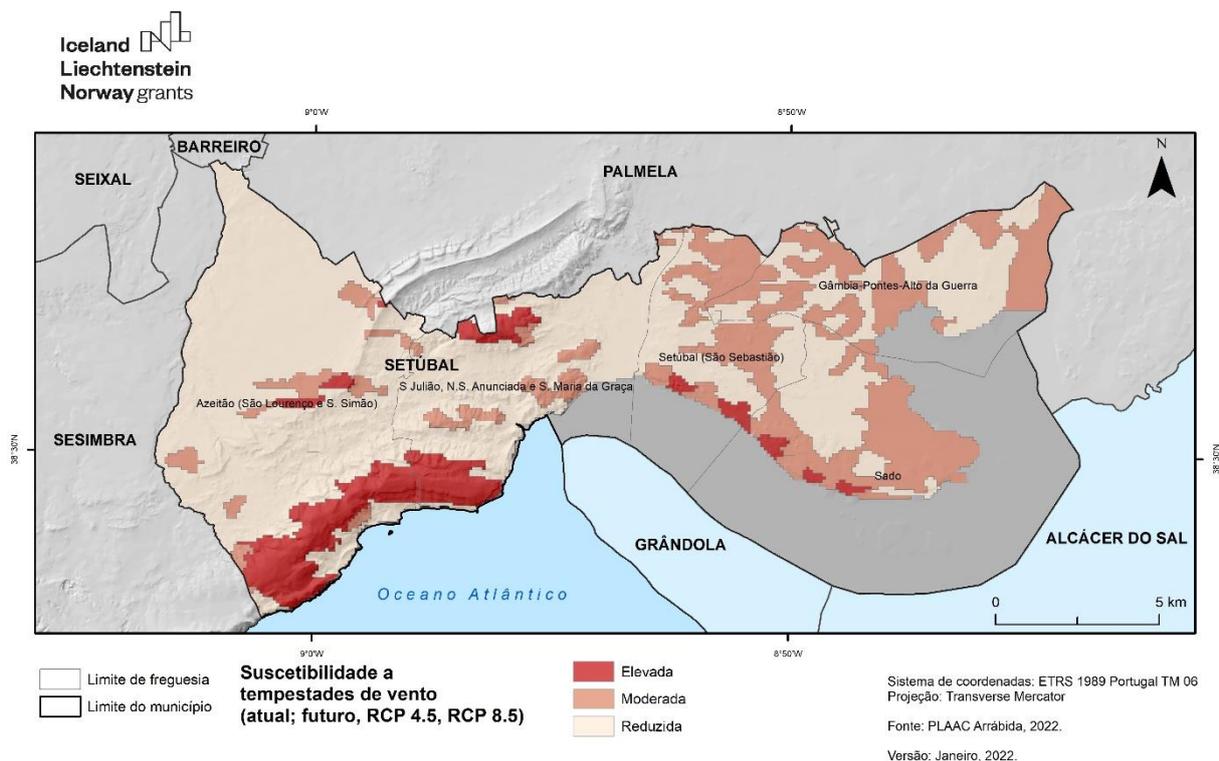


Figura 5.26 – Suscetibilidade atual e futura a tempestades de vento no município de Setúbal.
Fonte: PLAAC Arrábida.

Tabela 5.11. Áreas de suscetibilidade atual e futura a tempestades de vento nas freguesias do município de Setúbal

Freguesia	Reduzida		Moderada		Elevada	
	Área (km ²)	%	Área (km ²)	%	Área (km ²)	%
Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	13,6	8,0	14,1	8,3	0,0	0,0
Sado	8,3	4,9	12,2	7,2	1,0	0,6
Setúbal (São Sebastião)	9,5	5,6	8,3	4,9	0,9	0,5
Azeitão (São Lourenço e São Simão)	55,2	32,5	4,2	2,5	9,6	5,6
São Julião, N.S. Anunciada e Sta. Maria da Graça	24,6	14,5	3,6	2,1	4,6	2,7
Total do município	111,2	65,5	42,4	25,0	16,1	9,4

5.3 Síntese

Os perigos climáticos futuros com incidência no município de Sesimbra foram analisados e cartografados para o horizonte temporal de referência do final do século XXI, considerando dois cenários de emissões de gases com efeito de estufa: RCP 4.5 e RCP 8.5. Os resultados obtidos podem ser sintetizados em função do forçador que determina cada um dos perigos considerados: subida do nível do mar; temperatura; precipitação; e vento.

Subida do nível do mar

A subida do nível do mar condiciona diretamente 2 perigos climáticos com incidência no município de Sesimbra: inundações e galgamentos costeiros; e erosão costeira e recuo de arribas.

A NASA e o IPCC (2021) projetam subidas do nível do mar no litoral português, até 2100, de 0,59 m e 0,79 m, respetivamente para os cenários RCP 4.5 e RCP 8.5. Neste contexto, os resultados obtidos neste trabalho apontam para um agravamento significativo da suscetibilidade a qualquer dos 2 perigos considerados, até ao final do século, independentemente do cenário climático. Com efeito, o diferencial de 0,2 m no nível do mar projetado para 2100, verificado entre os cenários RCP 4.5 e RCP 8.5, não se traduz em diferenças abissais nas áreas afetadas, nomeadamente nas praias a sul do município, também pela sua geomorfologia encastrada entre arribas rochosas.

Temperatura

O aumento da temperatura condiciona diretamente 2 perigos climáticos relevantes no município de Sesimbra: calor excessivo; e incêndios rurais/florestais. A suscetibilidade à ocorrência de qualquer destes processos perigosos vai acentuar-se substancialmente até ao final do século, não sendo indiferente o cenário climático prevalectente.

No caso do calor excessivo, avaliado pelo número de dias muito quentes (com temperatura máxima ≥ 35 °C) ao longo do ano, os registos atuais, que não ultrapassam 5 dias no município de Sesimbra, duplicarão até ao final do século, no cenário RCP 4.5. Caso se verifique o cenário RCP 8.5, o calor excessivo vai acentuar-se muito mais, com registo de 30 dias muito quentes na generalidade do território. Neste caso, os dias quentes não vão ocorrer apenas no verão, mas também no outono, marcando o prolongamento do período quente do ano. Realce-se que os valores projetados não consideram efeitos locais que, reconhecidamente, interferem na variação da temperatura, com destaque para o efeito de ilha de calor associado às áreas urbanas mais densas. Deste modo, o incremento da frequência e da magnitude das situações de calor excessivo pode exceder, localmente, os valores projetados, nomeadamente nas áreas urbanas mais densas da cidade de Sesimbra e na Quinta do Conde.

A evolução projetada para os incêndios rurais/florestais para o final do século XXI é marcada pela incerteza no que respeita à evolução do uso e ocupação do solo nas próximas 8 décadas. No entanto, admitindo que não ocorrem mudanças significativas nessa componente fundamental do território, é projetado um agravamento muito significativo na suscetibilidade aos incêndios rurais/florestais. A superfície ardida média anual em toda a área do PLAAC Arrábida foi de 117 ha no período de 1975 a 2018. Este valor deverá mais do que duplicar nos últimos 30 anos do século XXI (264 ha), caso se materialize o cenário RCP 4.5. Se a trajetória climática for mais desfavorável (cenário RCP 8.5), a área ardida anualmente mais do que triplicará no período entre 2071 e 2100 (372 ha).

Precipitação

A precipitação (ou a sua ausência) condiciona diretamente 4 perigos climáticos relevantes no município de Sesimbra: inundações fluviais; erosão hídrica do solo; instabilidade de vertentes; e seca meteorológica. A suscetibilidade à ocorrência destes processos perigosos vai evoluir no futuro de forma distinta, pelas particularidades dos respetivos mecanismos desencadeantes.

As inundações fluviais devidas a cheias rápidas são desencadeadas por precipitações muito intensas e de curta duração, tipicamente em períodos inferiores a 24 horas. As precipitações extremas com duração de 1 dia deverão ter um incremento de frequência de 9 % no final do século XXI, no cenário RCP 4.5, que se deverá traduzir num incremento equivalente na frequência de ocorrência de cheias rápidas. Como consequência, a “cheia centenária” atual passará a ocorrer a cada 92 anos. Caso se materialize o cenário RCP 8.5, o incremento de frequência das precipitações extremas diárias será apenas de 6 %, pelo que a “cheia centenária” atual passará a ocorrer a cada 94 anos.

A erosão hídrica do solo foi estimada para 2050, em função dos dados disponíveis, e depende diretamente das variações projetadas para o Fator R – erosividade da precipitação. Os resultados obtidos não indicam uma mudança radical relativamente à situação atual, mas a extensão territorial das classes de suscetibilidade mais altas (elevada e muito elevada) aumentará em cerca de 7,4 % no cenário RCP 4.5. Este incremento terá menor expressão (1,4 %) caso se materialize o cenário RCP 8.5.

Os movimentos de massa em vertentes identificados no município de Sesimbra são predominantemente superficiais e têm sido desencadeados por chuvas intensas em períodos de alguns dias consecutivos. As projeções para a ocorrência de precipitações extremas para o final do século XXI, para 10 dias consecutivos, indicam um incremento da frequência de 5 % no caso do cenário RCP 4.5, e uma redução da frequência de 10 % no caso do cenário RCP 8.5. Admite-se que estas variações se traduzirão diretamente na frequência e na magnitude dos movimentos de massa em vertentes no final do século XXI. Em toda a área do PLAAC Arrábida, foram estimados, para a atualidade, 38 440 m² de terrenos instabilizados anualmente. Este valor incrementará para 40 362 m² em 2100, no cenário RCP 4.5. Caso se materialize o cenário RCP 8.5, aquele valor reduzirá para 34 596 m².

A seca meteorológica resulta da escassez da precipitação e os seus efeitos já se fazem sentir na atualidade, como o comprovam as 13 situações de seca identificadas nos últimos 20 anos. Em termos anuais projeta-se para o município de Sesimbra um decréscimo médio da precipitação anual de cerca de 6 % no final do século para o cenário RCP 4.5. No caso do cenário RCP 8.5, a situação de escassez de água vai acentuar-se, uma vez que se projeta uma redução da precipitação anual de 17 % até 2100. A tendência prolongada de redução da precipitação anual afetará a disponibilidade global dos aquíferos e conduzirá a um rebaixamento do nível piezométrico, estimado de 5 a 10 metros para as condições atuais de exploração do aquífero da margem esquerda do Tejo (PMAAC, 2018).

Vento

O vento condiciona o processo perigoso tempestades de vento. A análise efetuada em relação às projeções da velocidade média do vento (a 10 m do solo) e ao número de dias com vento forte ($\geq 10,8$ m/s), até ao final do século XXI, revelou-se inconclusiva em qualquer das Unidades Morfoclimáticas identificadas na área do PLAAC Arrábida e para qualquer dos cenários forçadores (RCP 4.5 e RCP 8.5). No entanto, deve ter-se presente que o território português foi afetado recentemente, em dois anos consecutivos, pela passagem de dois furacões, que deixaram, direta ou indiretamente, rastros de destruição: o furacão Ophelia, em outubro de 2017; e o furacão Leslie, em outubro de 2018. A imprevisibilidade de ocorrência e das trajetórias de detalhe destes organismos muito energéticos faz aumentar a incerteza do risco associado, sendo certo que os danos potenciais são imensos, pelo efeito combinado do vento muito forte com a precipitação intensa.

6 RISCOS CLIMÁTICOS ATUAIS E FUTUROS

6.1 Introdução

Este capítulo surge na sequência dos trabalhos efetuados no âmbito do capítulo 3 (Análise de Perigos Climáticos Atuais), capítulo 4 (Avaliação da Exposição a Perigos Climáticos) e capítulo 5 (Avaliação dos Perigos Climáticos Futuros) do presente Plano. No capítulo 3 foi efetuada a identificação e cartografia das áreas atualmente suscetíveis a um conjunto de perigos climáticos com expressão territorial significativa. No capítulo 4 foi realizada a avaliação da exposição atual, a partir da combinação da cartografia dos perigos atuais com um conjunto de elementos expostos relevantes, que inclui os edifícios residenciais; alojamentos; população residente; equipamentos estratégicos, vitais e/ou sensíveis; rede rodoviária; e rede ferroviária. No capítulo 5 foi efetuada a cartografia dos perigos climáticos futuros, tendo em conta dois cenários climáticos de referência (RCP 4.5 e RCP 8.5) e para um horizonte temporal que corresponde tipicamente ao final do século XXI.

O capítulo que agora se apresenta completa os três relatórios anteriores e divide-se em três secções, complementares entre si e com as matérias tratadas nos relatórios anteriores: Avaliação da Exposição Futura; Avaliação da Vulnerabilidade Social; e Análise do Risco Atual e Futuro.

6.2 Metodologia

6.2.1 Avaliação da exposição atual e futura

Para facilitar o entendimento das trajetórias da exposição aos perigos estimada para o futuro, recuperam-se neste relatório os resultados da exposição atual sistematizados no capítulo 4.

A avaliação da exposição aos perigos climáticos no município de Sesimbra foi efetuada para: vias rodoviárias; edifícios residenciais; população residente; e equipamentos estratégicos, vitais e/ou sensíveis.

As vias rodoviárias foram obtidas e classificadas a partir do *Open Street Map* e foram reclassificadas em quatro classes: autoestradas e vias rápidas; rede rodoviária primária; rede rodoviária secundária; e rede rodoviária terciária.

No total existem 156 km de vias na área de estudo, com a distribuição por tipologia de vias que está sistematizada na tabela 6.1

Tabela 6.1 – Tipologia de vias e respetiva extensão no município de Sesimbra.

Tipo de via	km	%
Autoestradas e vias rápidas	6,2	4,0
Rede rodoviária primária	57,6	37,0
Rede rodoviária secundária	45,9	29,5
Rede rodoviária terciária	46,0	29,5
Total	155,8	100,0

Os edifícios, representados geometricamente pelo seu centroide, foram obtidos a partir da Base de Georeferenciação de Edifícios (BGE) do Instituto Nacional de Estatística (INE) e cartografados sempre que no edifício exista total ou parcialmente a função residencial. A população residente por edifício foi estimada por cruzamento dasimétrico entre a BGE e a Base Geográfica de Referenciação da Informação (BGRI) dos Censos 2011 (Garcia *et al.*, 2016).

A BGE assinala 20737 edifícios residenciais no município de Sesimbra. A população residente total ultrapassava 50 mil pessoas, de acordo com os Censos 2011⁶.

A distribuição dos equipamentos estratégicos, vitais e/ou sensíveis foi fornecida pela Câmara Municipal de Sesimbra. Estes equipamentos foram classificados em sete categorias, em função dos serviços a que estão associados: administração, proteção civil e segurança, saúde, educação, serviço social, cultura e turismo.

A tabela 6.2 sistematiza os equipamentos estratégicos, vitais e/ou sensíveis existentes no município de Sesimbra.

Tabela 6.2 - Equipamentos estratégicos, vitais e/ou sensíveis do município de Sesimbra.

Equipamentos estratégicos, vitais e sensíveis	Número
Equipamentos de administração	17
Equipamentos de proteção civil e segurança	6
Equipamentos de saúde	11
Equipamentos de educação	41
Equipamentos sociais	39
Equipamentos culturais	13
Equipamentos turísticos	11
Total	138

A avaliação da exposição foi efetuada por interseção dos elementos anteriormente referidos (vias, edifícios residenciais, população residente e equipamentos estratégicos, vitais e/ou sensíveis) com as áreas perigosas correspondentes aos incêndios rurais/florestais, instabilidade de vertentes, inundações fluviais, inundações e galgamentos costeiros e erosão costeira e recuo de arribas.

A avaliação da exposição no final do século XXI é um exercício difícil, principalmente devido à enorme incerteza acerca das dinâmicas sociodemográficas, em particular quanto aos quantitativos de população e da sua distribuição. Neste contexto, optou-se por cruzar os elementos expostos presentes (vias, edifícios residenciais, população residente e equipamentos estratégicos, vitais e/ou sensíveis) com as áreas identificadas como perigosas no final do século XXI, em ambos os cenários RCP 4.5 e RCP 8.5. Os resultados obtidos com esta abordagem traduzem a exposição que os elementos atualmente existentes na área estudada teriam, caso se verificassem hoje os cenários climáticos projetados para 2100, com as consequências daí decorrentes para os processos perigosos com forçador climático.

6.2.2 Avaliação da Vulnerabilidade Social

No quadro do modelo concetual de risco climático do IPCC AR5 e IPCC AR6, resulta claro que a vulnerabilidade é uma propriedade dos elementos expostos, os quais podem ser pessoas, ecossistemas, edifícios, vias, etc. A preocupação com a dimensão social da vulnerabilidade está clara no IPCC AR6, onde a vulnerabilidade é definida como a “propensão ou predisposição para ser afetado adversamente, abrangendo uma variedade de conceitos e

⁶ De acordo com os resultados provisórios dos Censos 2021, a população residente no município de Sesimbra aumentou para 52394 indivíduos, mas os dados ainda não estão disponíveis à BGRI.

elementos, que incluem a sensibilidade ou suscetibilidade para sofrer danos e a falta de capacidade para suportar e adaptar”.

Na análise de risco preconizada para o PLAAC Arrábida, as pessoas constituem o principal elemento exposto, pelo que se justifica avaliar a vulnerabilidade na sua dimensão social. Com efeito, a definição de vulnerabilidade social, em particular da criticidade, ajusta-se, perfeitamente, à definição de vulnerabilidade do IPCC AR6: “conjunto de características e comportamentos dos indivíduos que condicionam a sua propensão para sofrer danos durante a ocorrência de um evento desastroso [no caso, de origem climática]” (Mendes et al., 2010). Estas características podem contribuir para a rotura do sistema e dos recursos das comunidades que lhes permitem responder ou lidar com cenários catastróficos. Dependendo da maior ou menor disponibilidade de informação, as variáveis a incluir na avaliação da criticidade devem representar os seguintes domínios: demografia, apoio social, condição do património edificado, economia, educação, habitação, estrutura familiar, emprego e saúde.

A avaliação da criticidade no município de Sesimbra enquadra-se num estudo de âmbito geográfico mais amplo, realizado ao nível da Área Metropolitana de Lisboa (AML), o que confere maior robustez e confiança nos resultados, pelo que permite o enquadramento e comparabilidade dos índices obtidos com a área envolvente, que inclui simultaneamente territórios fortemente urbanizados e territórios de elevada ruralidade. Adotou-se como unidade territorial de análise a secção estatística, tal como definida na Base Geográfica de Referenciação da Informação (BGRI) do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2011).

A partir dos dados dos Censos de 2011 para o nível de desagregação da secção estatística, foi possível definir um conjunto inicial de 45 variáveis, ao qual se retirou a densidade populacional e a densidade de edifícios dado que traduzem a exposição e não a vulnerabilidade, retendo-se um total de 43 variáveis (tabela 6.3). De modo a assegurar a comparação entre unidades territoriais de análise, a maioria dos dados das variáveis é expressa como uma proporção.

Tabela 6.3 – Lista de variáveis inicialmente consideradas para a avaliação da criticidade na Área Metropolitana de Lisboa, a que pertence o município de Sesimbra.

Código	Designação da variável
Alo_fa_vag	Proporção de alojamentos vagos (%)
AlFamSagua	Proporção de alojamentos familiares de residência habitual sem água canalizada (%)
AlFamSesgo	Proporção de alojamentos familiares de residência habitual sem sistema de esgotos (%)
AlojArrend	Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados (%)
Al_1_2div	Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual com 1 ou 2 divisões (%)
Al_5maisDi	Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual com 5 ou mais divisões (%)
Al_ate50m2	Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual com área até 50 m ² (%)
Almais200m	Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual com área maior que 200 m ² (%)
Almais100m	Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual com mais de 100 m ² (%)
Al_c_banho	Proporção de alojamentos familiares de residência habitual com banho (%)
Alo_oc_pro	Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual com proprietário ocupante (%)
Ed_ate1970	Proporção de edifícios construídos antes de 1970 (%)
Ed_12pisos	Proporção de edifícios com 1 ou 2 pisos (%)
Ed_5mai_pi	Proporção de edifícios com 5 ou mais pisos (%)
Ed_betao	Proporção de edifícios com estrutura de betão armado (%)
Ed_pedra	Proporção de edifícios com estrutura de paredes de adobe ou alvenaria de pedra solta (%)

Código	Designação da variável
In_freq_bas	Proporção de indivíduos a frequentar o ensino básico (%)
In_est_mun	Proporção de indivíduos residentes a estudarem no município de residência (%)
In_1bas_co	Proporção de indivíduos residentes com o 1º ciclo do ensino básico completo (%)
In_sup_co	Proporção de indivíduos residentes com um curso superior completo (%)
In_nao_ler	Proporção de indivíduos residentes sem saber ler nem escrever (%)
In_emp_1ar	Proporção de população empregada no sector primário (%)
In_emp_2ar	Proporção de população empregada no sector secundário (%)
In_emp_3ar	Proporção de população empregada no sector terciário (%)
In_desemp	Proporção de população com idade entre 25 e 64 anos desempregada à procura de novo emprego ou à procura de primeiro emprego (%)
In_emprega	Proporção de população com idade entre 25 e 64 anos empregada (%)
In_tra_mun	Proporção de indivíduos residentes a trabalharem no município de residência (%)
In_et_mun	Proporção de indivíduos residentes a estudarem e trabalharem no município de residência (%)
In_s_activ	Proporção de indivíduos residentes sem atividade económica (%)
In_et_outro	Proporção da população residente que trabalha ou estuda que o faz noutro município (%)
Fa_dim_med	Dimensão média das famílias clássicas (N.º de indivíduos)
Fa_c_5mais	Proporção de famílias clássicas com 5 ou mais pessoas (%)
Fa_c_1ou2p	Proporção de famílias clássicas com 1 ou 2 pessoas (%)
Fa_c_ind65	Proporção de famílias clássicas com pessoas com 65 ou mais anos (%)
Fa_s_desem	Proporção de famílias clássicas sem desempregados (%)
Nu_c_fil15	Proporção de núcleos familiares c/ filhos c/ menos de 15 anos (%)
Pop_0_4	População residente com menos de 5 anos (%)
Pop_15_24	População residente com idade entre 15 e 24 anos (%)
Pop_65mais	População residente com idade igual ou superior a 65 anos (%)
Ind_p_aloj	Indivíduos por alojamento familiar clássico de residência habitual (N.º)
Rel_Mascul	Relação de masculinidade
PensReform	Proporção de indivíduos residentes pensionistas ou reformados (%)
Pop_femi	Proporção de população feminina no total de população residente (%)

O procedimento metodológico recorre à técnica estatística de redução da dimensionalidade Análise de Componentes Principais (ACP) e contempla 8 etapas sequenciais:

1. Normalização dos valores das variáveis aos denominados z-scores, cuja média é zero e o desvio-padrão é 1;
2. Cálculo e análise da matriz de correlação de *Pearson*, no sentido de excluir do universo em análise as variáveis que apresentam multicolineariedade. Entre os pares de variáveis que apresentam valores de correlação superior a 0,7 optou-se por uma ou outra variável, de acordo com os critérios de maior relevância e clareza de significado, em termos de interpretação do seu papel na criticidade;
3. Execução iterativa da ACP com rotação *varimax* com os valores normalizados e aferição da adequabilidade dos dados através da análise dos parâmetros taxa de variância (deve ser superior a 60 %) e medida de adequação da amostra de *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO) (deve ser superior a 0,6), com exclusão de variáveis que reduzam a robustez do conjunto de dados;
4. Execução final da ACP;

5. Extração do número de componentes que representam a criticidade. As componentes principais selecionadas são as que apresentam um total de *Eigenvalues* Iniciais igual ou superior a 1;
6. Interpretação da cardinalidade, ou “sinal”, de cada componente. A partir da matriz de componentes rodada, identificam-se as variáveis que apresentam um *loading* superior ao módulo de 0,5. Estas variáveis são interpretadas no sentido de verificar se a cardinalidade resultante da ACP está a contribuir para aumentar ou para diminuir a criticidade. Um sinal positivo é atribuído quando a componente em questão aumenta a criticidade, e um sinal negativo é atribuído na situação inversa;
7. Cálculo do *score* para cada unidade territorial de análise, i.e., a secção estatística. O cálculo é realizado por simples soma algébrica do *score* extraído em cada componente principal, de acordo com a cardinalidade atribuída, e com atribuição de ponderações, segundo a percentagem de variância explicada de cada componente;
8. Aplicação de uma transformação linear pelo método do mínimo-máximo aos *scores* da criticidade, para que a amplitude de valores se situe entre 0 e 1. Como a avaliação da criticidade foi inicialmente aplicada a todas as secções estatísticas da AML, o *score* de criticidade mais elevado obtido nos municípios do PLAAC Arrábida foi de 0,87994. Deste modo, para assegurar a equiparação com os *scores* de suscetibilidade e exposição, foi realizada uma nova transformação linear pelo método do mínimo-máximo, onde o valor de 0,87994 passou a corresponder a 1.

6.2.3 Análise do Risco Atual e Futuro

A análise de risco efetuada baseia-se num índice de risco multiperigo, que combina os três principais componentes do risco: a suscetibilidade, a exposição e a vulnerabilidade. O Índice de Risco Multiperigo (IRM) é adimensional e resulta do produto da suscetibilidade (S), da exposição (E) e da vulnerabilidade (V), com recurso à equação (1):

$$IRM = S^{\frac{1}{3}} \times E^{\frac{1}{3}} \times V^{\frac{1}{3}} \quad (1)$$

O IRM, considerando as devidas diferenças em relação à escala, componentes de risco e dados de entrada, baseia-se no INFORM, que é um índice de risco de referência internacional, que combina dados de 16 componentes que descrevem perigos, exposição, vulnerabilidade e falta de capacidade de suporte (De Groeve *et al.*, 2014). A formulação adotada neste trabalho foi aplicada recentemente com sucesso na escala municipal em Portugal, para o risco de cheia (Santos *et al.*, 2020) e de movimentos de massa em vertentes (Pereira *et al.*, 2020).

A análise de risco, com o cálculo do IRM, foi efetuada para a atualidade e para o clima do final do século XXI, considerando os cenários RCP 4.5 e RCP 8.5. Adotou-se como unidade territorial (UT) de análise a secção estatística, tal como definida na Base Geográfica de Referenciação da Informação (BGRI) do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2011).

A suscetibilidade multiperigo foi calculada recorrendo à interseção das UT com as áreas suscetíveis de serem afetadas por cada um dos processos que respondem ao forçador climático, considerados na avaliação da exposição: incêndios rurais/florestais; instabilidade de vertentes; inundações por cheias rápidas; inundações e galgamentos costeiros; e erosão costeira e recuo de arribas. O exercício foi realizado para três cenários,

correspondentes à situação atual (cenário 1) e ao clima do final do século XXI, para o RCP 4.5 (cenário 2) e RCP 8.5 (cenário 3).

Para cada UT, e para cada cenário, a suscetibilidade multiperigo foi calculada pela soma da percentagem de área afetada por cada um dos processos considerados, de acordo com a equação (2):

$$SUTi = \sum_{i=1}^n Zi PCi \quad (2)$$

onde: Zi é a fração (%) da Unidade Territorial i intersetada por cada perigo; PCi é o perigo climático i (incêndios ruais/florestais; instabilidade de vertentes; inundações por cheias rápidas; inundações e galgamentos costeiros; erosão costeira e recuo de arribas).

Uma vez que os processos envolvidos no recuo de arribas e na instabilidade das vertentes são os mesmos, os valores correspondentes da equação (2) foram contabilizados uma única vez nos casos em que se verifica sobreposição espacial destes 2 tipos de perigos.

A exposição multiperigo foi calculada a partir da interseção das UT com os edifícios expostos a cada um dos perigos considerados. A população residente nestes edifícios foi estimada por cartografia dasimétrica a partir dos dados dos Censos de 2011. Como no caso da suscetibilidade, o exercício foi realizado para três cenários, correspondentes à situação atual (cenário 1) e ao clima do final do século XXI, para o RCP 4.5 (cenário 2) e RCP 8.5 (cenário 3).

Para cada UT e para cada cenário, a exposição multiperigo foi calculada pela soma da população residente exposta a cada um dos processos considerados, de acordo com a equação (3):

$$EUTi = \sum_{i=1}^n Ri PCi \quad (3)$$

onde: Ri é o número de residentes em edifícios na Unidade Territorial i intersetados por cada perigo.

A vulnerabilidade considerada na equação (1) corresponde à criticidade e foi calculada para cada UT, de forma independente da suscetibilidade e exposição, tal como descrito na secção 2.2.

No final, antes da integração no índice de risco multiperigo, as três componentes do IRM (suscetibilidade, exposição e vulnerabilidade) foram escaladas para o intervalo [0, 1] usando o método min-max (equação 4):

$$X_{i,norm}^m = \frac{X_i^m - X_{i,min}}{X_{i,max} - X_{i,min}} \quad (4)$$

Onde: X_i^m - é o valor da componente i do IRM na Unidade territorial m ; $X_{i,min}$ - é o valor mínimo da componente i do IRM; $X_{i,max}$ - é o valor máximo da componente i do IRM; $X_{i,norm}^m$ - é o valor normalizado da componente i do IRM na Unidade territorial m .

Os valores de $X_{i,max}$ e $X_{i,min}$ foram determinados para cada componente do IRM tendo em conta a gama completa de valores obtidos para os três cenários considerados, no conjunto dos 3 municípios abrangidos pelo PLAAC

Arrábida. Com este procedimento, os resultados obtidos para o IRM são diretamente comparáveis, nas suas variações no espaço e no tempo.

Por último, refira-se que, como o processo de integração é multiplicativo, o IRM é igual a zero sempre que qualquer uma das três componentes que o definem (susceptibilidade, exposição, vulnerabilidade) é igual a zero.

6.3 Exposição a perigos climáticos futuros

6.3.1 Incêndios rurais/florestais

A exposição aos incêndios rurais/florestais foi obtida por cruzamento dos elementos expostos considerados (edifícios residenciais, população residente, equipamentos e vias rodoviárias, com o resultado da agregação das três classes de susceptibilidade mais elevada aos incêndios rurais/florestais (extrema, muito elevada e elevada).

A figura 6.1 representa os edifícios residenciais, os equipamentos e as vias rodoviárias expostas ao perigo de incêndio rural/florestal. Foram identificados 151 edifícios residenciais expostos, a que correspondem 205 alojamentos e uma população estimada de 327 indivíduos. Estes edifícios localizam-se predominantemente na parte sul do município, nas freguesias de Santiago e do Castelo. Adicionalmente, foram identificados 2 equipamentos estratégicos, vitais e/ou sensíveis nas áreas mais suscetíveis atualmente a este tipo de perigo, nomeadamente o Lar Costa Azul e o Núcleo do Museu Municipal "Moagem de Sampaio".

Os troços de vias rodoviárias em perigo de incêndio rural/florestal totalizam 24,2 km, correspondentes a troços da rede primária (6,5 km), secundária (7,4 km) e terciária (10,4 km).

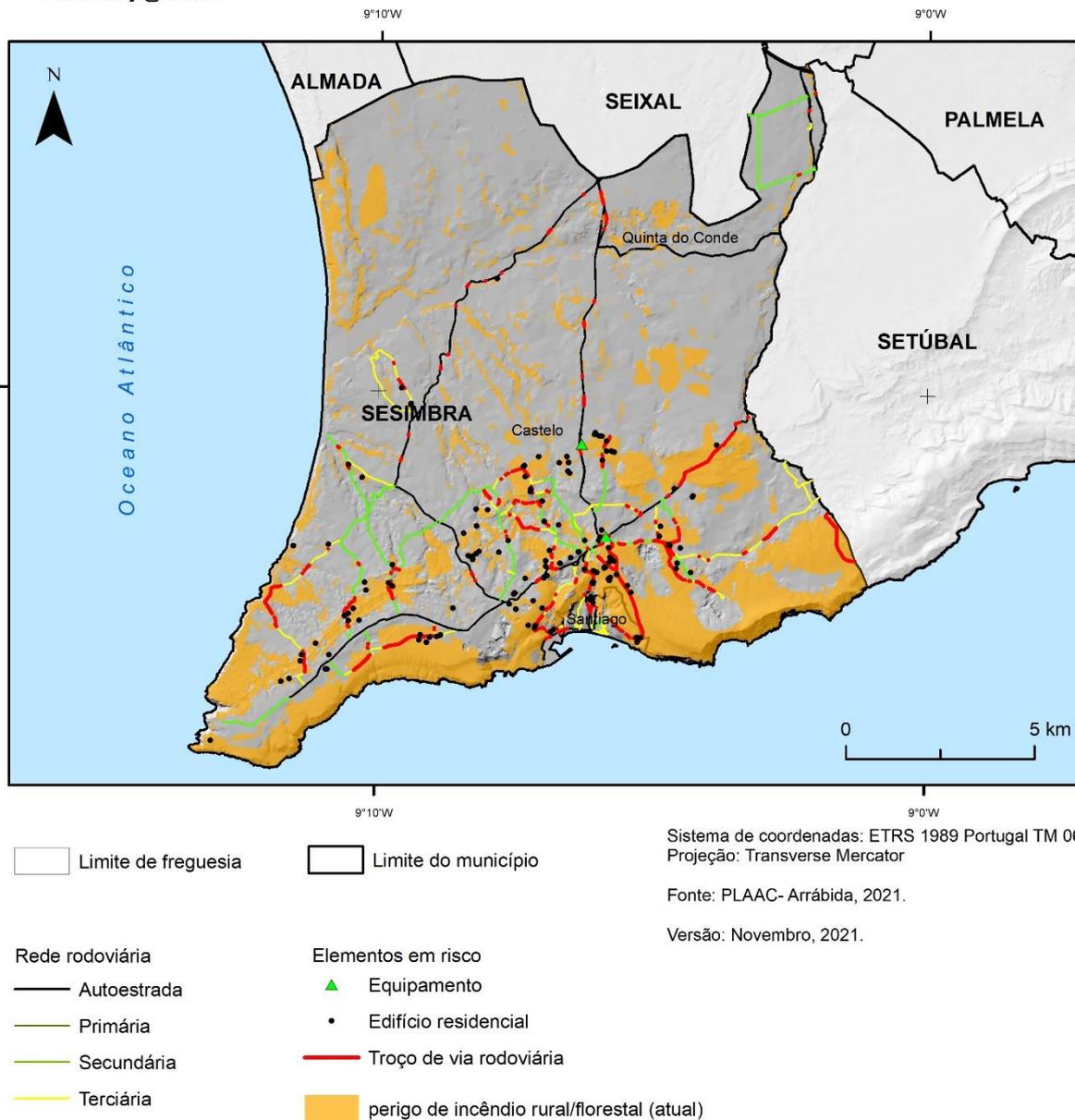
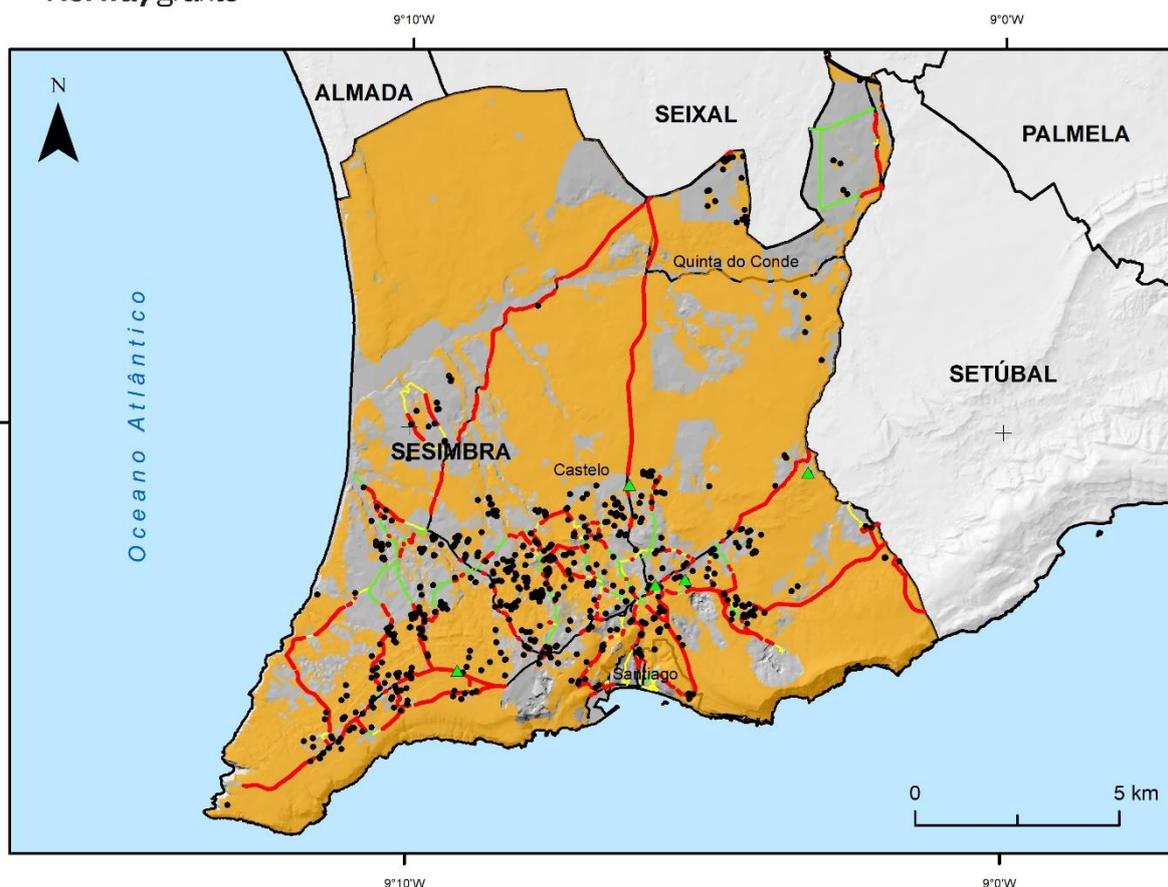


Figura 6.1 – Elementos expostos em áreas suscetíveis atualmente a incêndios rurais/florestais no município de Sesimbra.
Fonte: PLAAC Arrábida.

A exposição aos incêndios rurais/florestais incrementará bastante no final do século XXI, no cenário RCP 4.5 (figura 6.2). O número de edifícios expostos ascenderá a 639, a que corresponderão 729 alojamentos e 1162 indivíduos residentes. Aos equipamentos expostos identificados na situação atual, acrescenta-se um equipamento social (Associação Tom da Terra – Eco Escola) e 2 equipamentos turísticos: o hotel dos Zimbros e o hotel rural Quinta do Rio.

Os troços de vias rodoviárias em perigo de incêndio rural/florestal mais do que duplicarão o registo atual, totalizando 63,9 km. A rede viária primária continuará dominante na exposição (25,4 km), seguida pelas redes terciária e secundária (21,5 km e 16,8 km, respetivamente).



□ Limite de freguesia

□ Limite do município

Sistema de coordenadas: ETRS 1989 Portugal TM 06
Projeção: Transverse Mercator

Fonte: PLAAC- Arrábida, 2021.

Versão: Novembro, 2021.

Rede rodoviária

— Autoestrada

— Primária

— Secundária

— Terciária

Elementos em risco

▲ Equipamento

• Edifício residencial

— Troço de via rodoviária

■ perigo de incêndio rural/florestal (futuro, RCP 4.5)

Figura 6.2 – Elementos expostos em áreas suscetíveis futuramente a incêndios rurais/florestais no município de Sesimbra (cenário RCP 4.5).

Fonte: PLAAC Arrábida.

A exposição aos incêndios rurais/florestais incrementará muito mais no final do século XXI, caso se materialize o cenário RCP 8.5 (figura 6.3). Nestas circunstâncias, ficarão expostos 1003 edifícios residenciais, a que correspondem 1112 alojamentos e uma população residente estimada em 1631 indivíduos. Ara além dos 5

equipamentos estratégicos, vitais e/ou sensíveis já referidos expostos no cenário RCP 4.5, adiciona-se mais um equipamento turístico exposto, a Casa de Campo Quinta do Miguel.

Os troços de vias rodoviárias em perigo de incêndio rural/florestal totalizarão 73,8 km, com destaque para a rede viária primária (27,3 km), seguida pelas redes terciária e secundária (25,4 km e 21,1 km, respetivamente

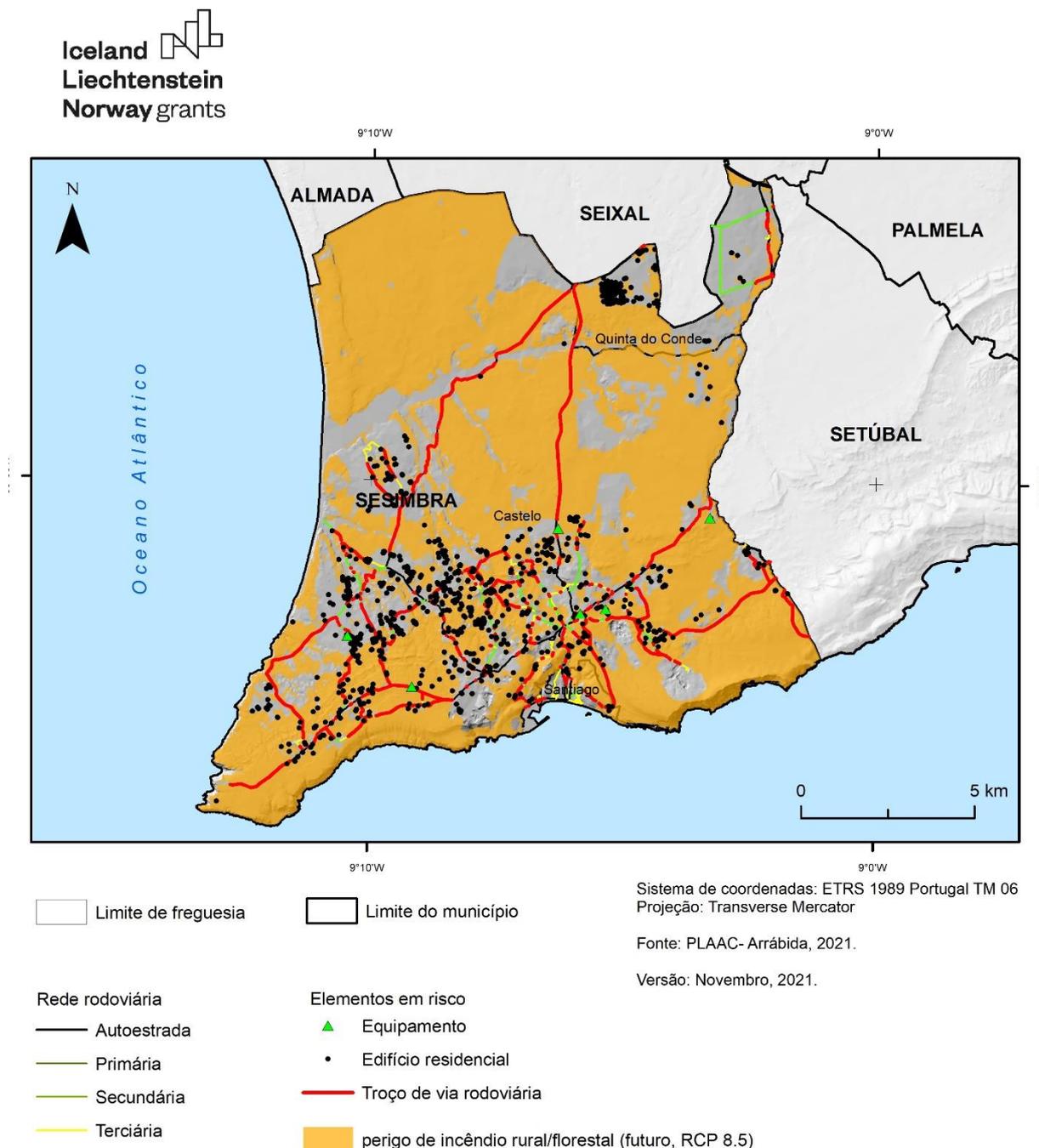


Figura 6.3 – Elementos expostos em áreas suscetíveis futuramente a incêndios rurais/florestais no município de Sesimbra (cenário RCP 8.5).
Fonte: PLAAC Arrábida.

6.3.2 Instabilidade de vertentes

A exposição à instabilidade de vertentes foi obtida por cruzamento dos elementos expostos considerados (edifícios residenciais, população residente, equipamentos e vias rodoviárias, com o resultado da agregação das 4 classes de suscetibilidade mais elevadas à instabilidade de vertentes (classes I, II, III e IV) (Figura 6.4). O mapa de suscetibilidade à instabilidade de vertentes é válido para a atualidade e para o futuro.

Foram identificados 603 edifícios residenciais expostos, a que correspondem 2725 alojamentos e uma população estimada de 1777 indivíduos. Estes edifícios localizam-se sobretudo no centro da vila de Sesimbra, nos lugares de Castelo, Zambujal e Azóia.

Os troços de vias rodoviárias em perigo de instabilidade de vertentes totalizam 11,1 km e correspondem, essencialmente, a troços das redes viárias primária, secundária e terciária (4,4 km, 2,7 km e 4,1 km, respetivamente). Destacam-se pequenos setores da EN378 e da EM 569, por onde se faz o acesso rodoviário à vila de Sesimbra e as estradas municipais EM 522, 523, 525, 561, 568 e 585. Não existem autoestradas ou vias rápidas ameaçadas por este tipo de perigo no município de Sesimbra.

Adicionalmente, identificaram-se 7 equipamentos estratégicos, vitais e/ou sensíveis expostos ao perigo de instabilidade de vertentes (figura 6.4), com destaque para equipamentos turísticos (Sesimbra Hotel & SPA, SANA Sesimbra Excellence Concept Hotel e Ocean Sesimbra), equipamentos ligados à proteção civil (Proteção Civil de Sesimbra e Bombeiros Voluntários de Sesimbra), equipamento de administração (Arquivo Municipal) e equipamento social (Centro de Convívio da Fonte Nova).

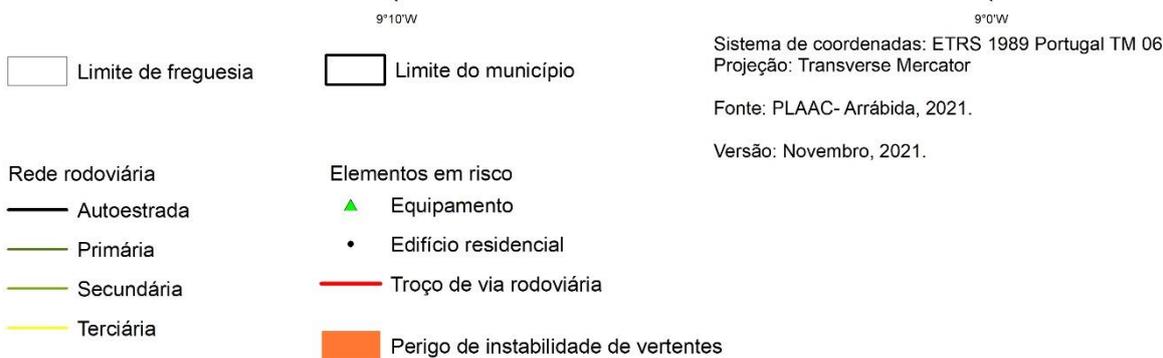
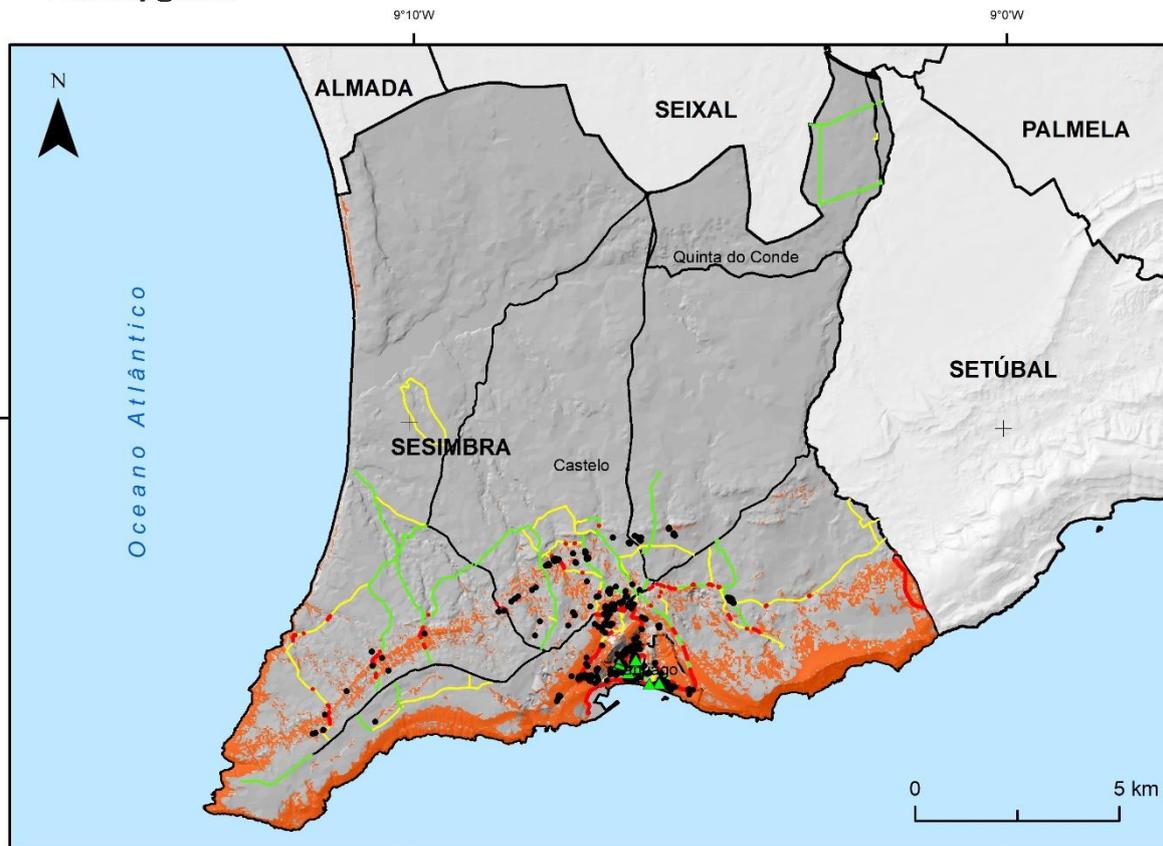


Figura 6.4 – Elementos expostos em áreas suscetíveis a instabilidade de vertentes no município de Sesimbra.
Fonte: PLAAC Arrábida.

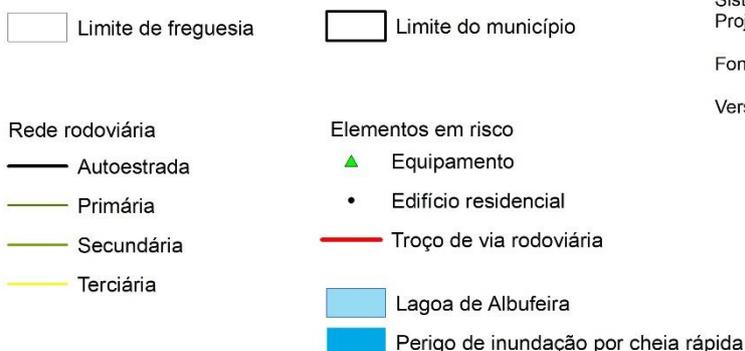
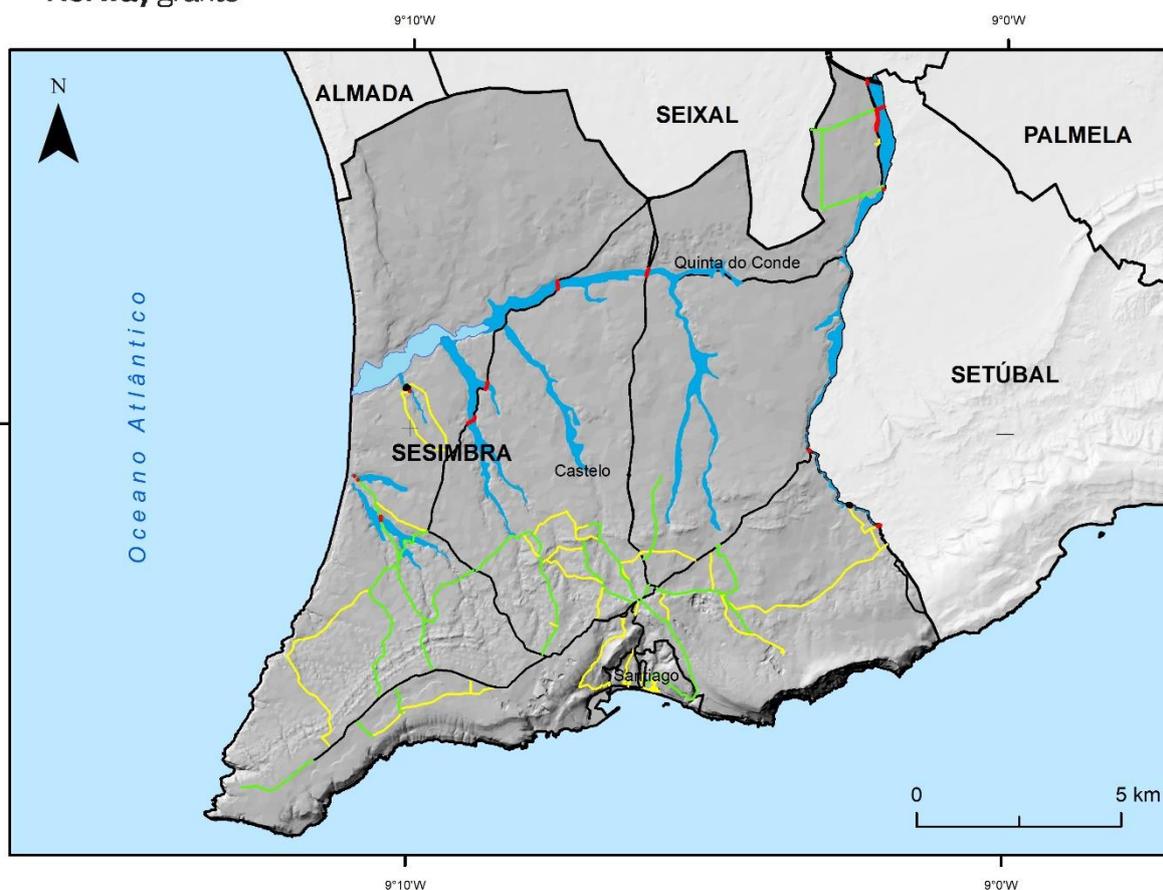
6.3.3 Inundações por cheias rápidas

A exemplo do descrito para a instabilidade de vertentes, o mapa de suscetibilidade às inundações por cheias rápidas é válido para a atualidade e para o futuro. A **Figura 6.5** mostra os edifícios residenciais, os equipamentos e os troços de vias rodoviárias expostos a este perigo no município de Sesimbra.

Foram identificados 5 edifícios residenciais localizados em zonas ameaçadas por cheias rápidas na Ribeira de Sachola na Lagoa de Albufeira, que correspondem a 5 alojamentos e uma população estimada de 5 residentes.

Não existem equipamentos estratégicos, vitais e/ou sensíveis nas áreas mais suscetíveis atualmente a este tipo de perigo.

Os troços de vias rodoviárias em perigo de inundação por cheia rápida (Figura 6.5) totalizam 2,1 km e correspondem essencialmente a rede viária primária (1,5 km). As redes viárias secundária e terciária suscetíveis a inundação por cheia rápida totalizam apenas 297 m e 277 m de extensão, respetivamente. As autoestradas/vias rápidas não estão expostas ao perigo de cheia rápida.



Sistema de coordenadas: ETRS 1989 Portugal TM 06
Projeção: Transverse Mercator

Fonte: PLAAC- Arrábida, 2021.

Versão: Novembro, 2021.

Figura 6.5 – Elementos expostos em áreas suscetíveis a inundação por cheias rápidas no município de Sesimbra.
Fonte: PLAAC Arrábida.

6.3.4 Inundações e galgamentos costeiros

A exposição às inundações e galgamentos costeiros projetada para o final do século XXI não é muito diferente da observada na atualidade, devido ao caráter confinado da maior parte das praias do município de Sesimbra.

Neste município não foram identificados edifícios residenciais e equipamentos vitais, estratégicos e/ou sensíveis atualmente expostos a inundações e/ou galgamento costeiro.

As vias rodoviárias expostas ao perigo de inundações e/ou galgamento costeiro estão representadas na figura 6.6 e totalizam um valor residual de 16 m, correspondendo essencialmente a rede viária primária (10 m na Avenida dos Náufragos) e a rede viária secundária (6 m na Avenida 25 de Abril), ambos na freguesia de Santiago.

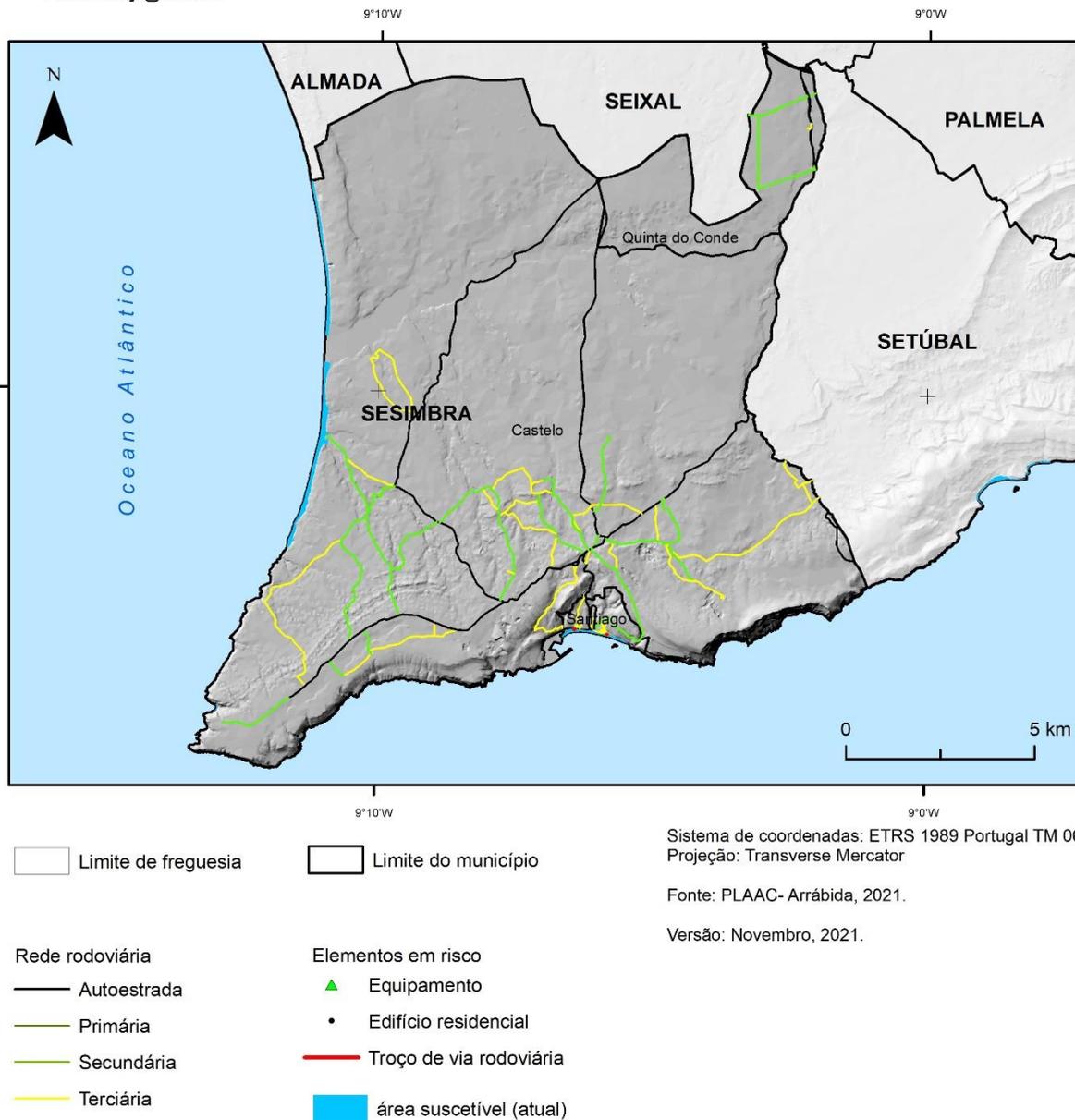
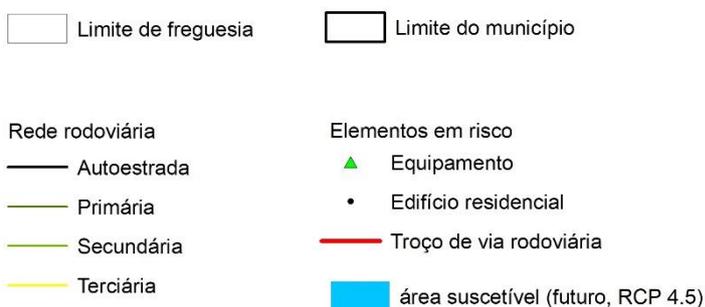
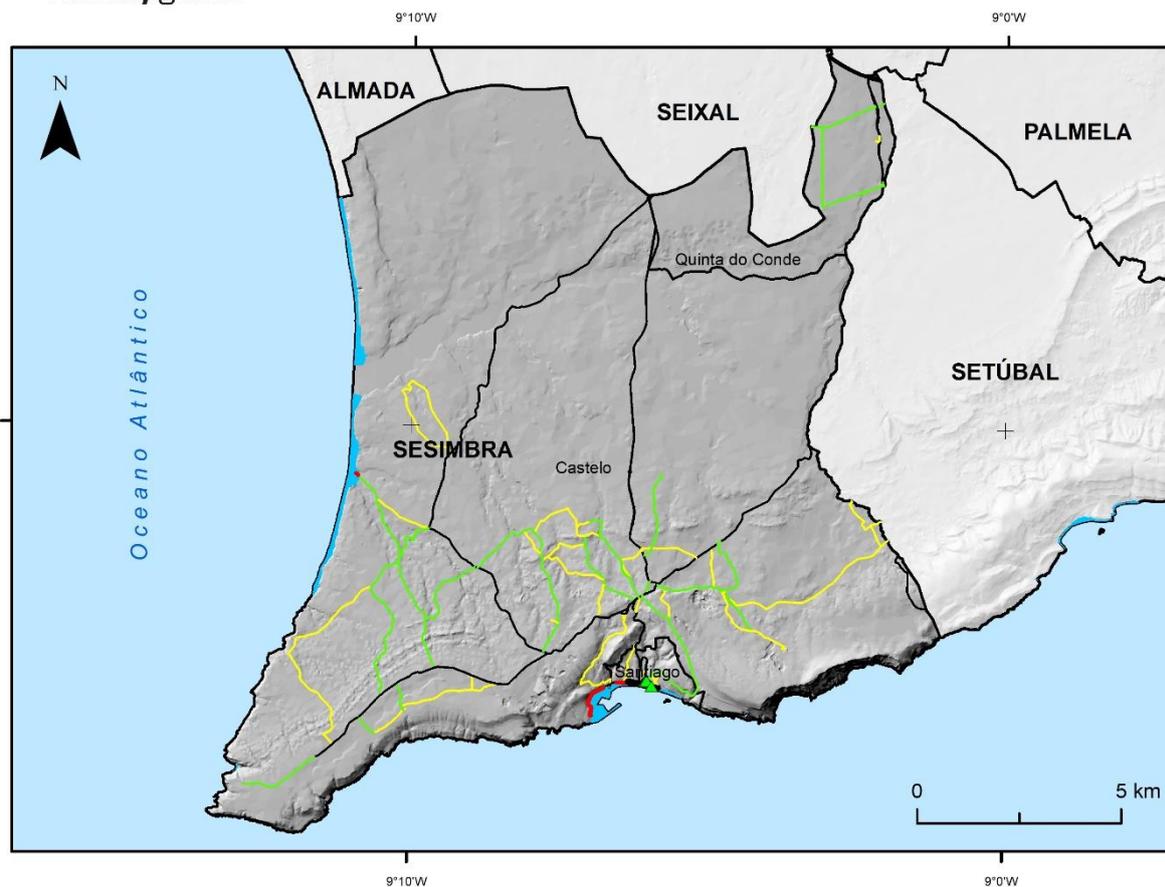


Figura 6.6 – Elementos expostos em áreas suscetíveis atualmente a inundação e/ou galgamento costeiro no município de Sesimbra.
 Fonte: PLAAC Arrábida.

No final do século XXI, no cenário RCP 4.5, os edifícios expostos passarão a ser 104, correspondentes a 553 alojamentos e uma população estimada de 194 indivíduos. Adicionalmente passará a estar exposto a este perigo um equipamento de saúde (Farmácia Leão) e um equipamento de administração (Câmara Municipal de Sesimbra) (figura 6.7).

As vias rodoviárias em risco de inundação e/ou galgamento costeiro passarão a totalizar 2,2 km e correspondem essencialmente a rede viária primária (1,7 km) e terciária (0,4 km).



Sistema de coordenadas: ETRS 1989 Portugal TM 06
Projeção: Transverse Mercator

Fonte: PLAAC- Arrábida, 2021.

Versão: Novembro, 2021.

Figura 6.7 – Elementos expostos em áreas suscetíveis futuramente a inundação e/ou galgamento costeiro no município de Sesimbra (RCP 4.5).
Fonte: PLAAC Arrábida.

No caso do cenário RCP 8.5, os edifícios expostos passarão a ser 113, correspondentes a 578 alojamentos e uma população estimada de 207 indivíduos. Adicionalmente estarão expostos a este perigo um equipamento de saúde

(Farmácia Leão), 2 equipamentos de administração (Câmara Municipal de Sesimbra e Junta de Freguesia de Santiago) e 1 equipamento cultural (Fortaleza de Santiago) (figura 6.7).

As vias rodoviárias em risco de inundação e/ou galgamento costeiro passarão a totalizar 2,3 km e correspondem essencialmente a rede viária primária (1,8 km) e terciária (0,4 km).

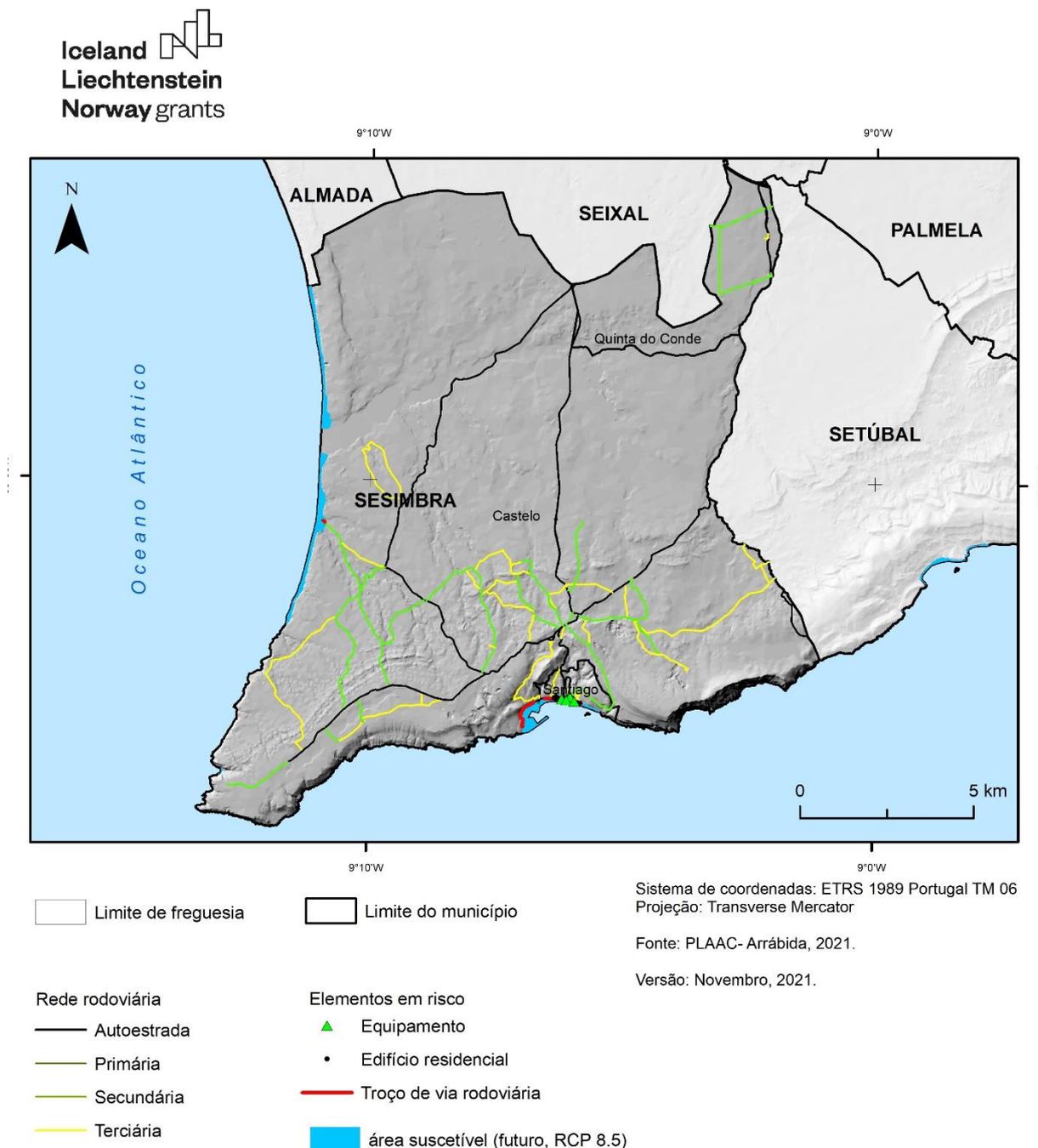


Figura 6.8 – Elementos expostos em áreas suscetíveis futuramente a inundação e/ou galgamento costeiro no município de Sesimbra (RCP 8.5).
Fonte: PLAAC Arrábida.

6.3.5 Erosão costeira e recuo de arribas

A figura 6.9 representa os edifícios residenciais e as vias atualmente expostos ao perigo de erosão costeira e recuo de arribas no município de Sesimbra.

Foram identificados 55 edifícios residenciais localizados em zonas suscetíveis a erosão costeira e recuo de arribas, na praia da Califórnia, praia da Falésia, Castelo, serra da Azóia e praia das Bicas. A estes edifícios correspondem 668 alojamentos, mas apenas 84 residentes, pelo que se conclui tratar-se maioritariamente de edifícios de segunda habitação, utilizados predominantemente durante a época de veraneio.

As vias rodoviárias em risco de erosão costeira e recuo de arribas totalizam 971 m, correspondendo a rede viária secundária (699 m localizados nas EM 585 e EM 569) e rede viária terciária (272 m localizados na Rua da Foz, praia da Foz).

Em termos de equipamentos vitais, estratégicos e/ou sensíveis expostos atualmente a este tipo de perigo, encontra-se apenas o Tribunal Judicial de Sesimbra.

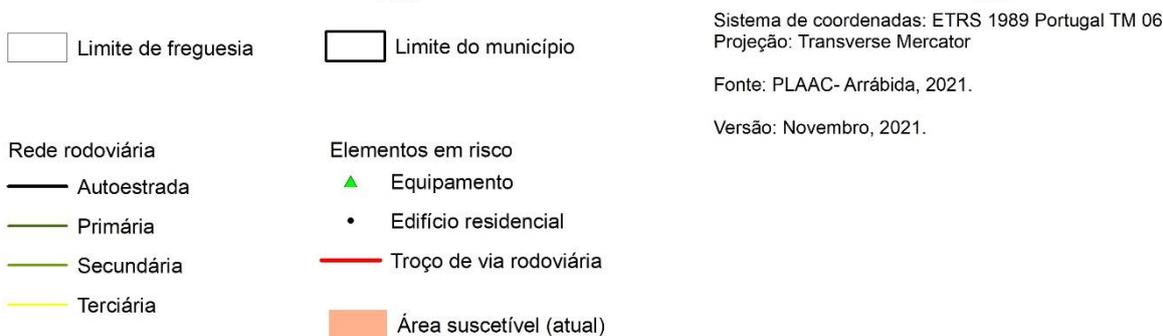
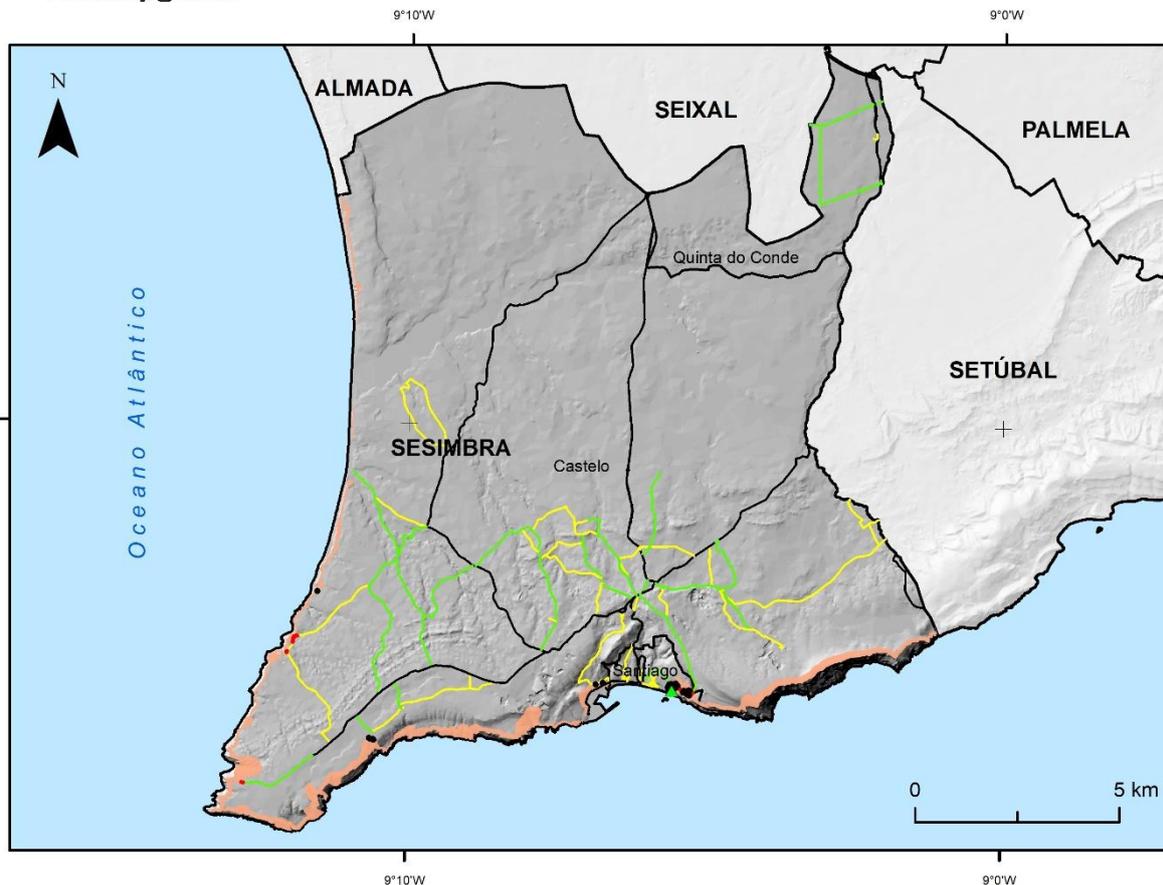
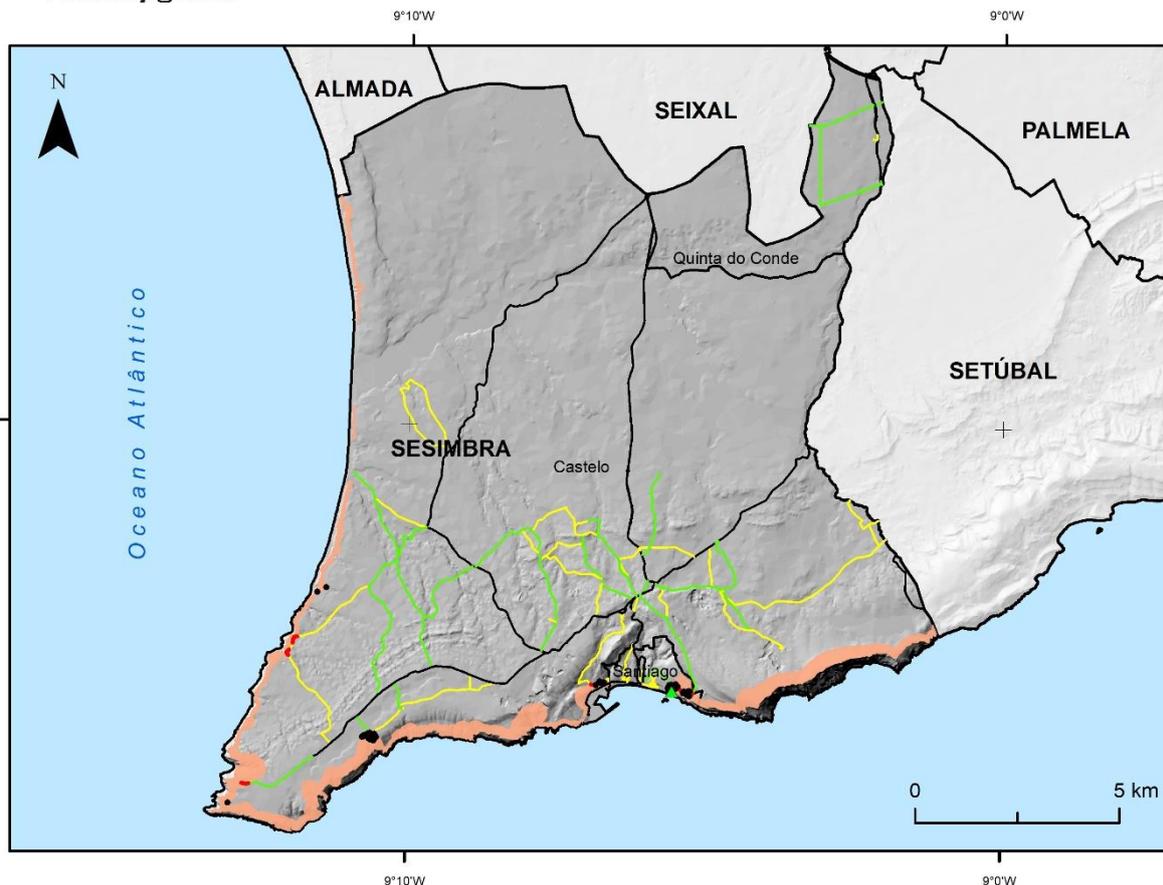


Figura 6.9 – Elementos expostos em áreas suscetíveis atualmente a erosão costeira e recuo de arribas no município de Sesimbra.
Fonte: PLAAC Arrábida.

A exposição à erosão costeira e recuo de arribas projetada para o final do século XXI vai acentuar-se por comparação com a observada na atualidade (figura 6.10). Deverão estar expostos a este perigo climático 92 edifícios residenciais, a que correspondem 724 alojamentos e 137 indivíduos residentes. Não haverá incremento no número de equipamentos vitais, estratégicos e sensíveis expostos a este tipo de perigo.

As vias rodoviárias em risco de erosão costeira e recuo de arribas passarão a totalizar 1,6 km, correspondentes a rede viária secundária (0,8 km) e rede viária terciária (0,7 km).



Limite de freguesia
 Limite do município

Sistema de coordenadas: ETRS 1989 Portugal TM 06
 Projeção: Transverse Mercator
 Fonte: PLAAC- Arrábida, 2021.
 Versão: Novembro, 2021.

- | | |
|---|--|
| <p>Rede rodoviária</p> <ul style="list-style-type: none"> Autoestrada Primária Secundária Terciária | <p>Elementos em risco</p> <ul style="list-style-type: none"> ▲ Equipamento • Edifício residencial Troço de via rodoviária Área suscetível (futuro, RCP 4.5, RCP 8.5) |
|---|--|

Figura 6.10 – Elementos expostos em áreas suscetíveis futuramente a erosão costeira e recuo de arribas no município de Sesimbra (RCP 4.5 e RCP 8.5).
 Fonte: PLAAC Arrábida.

6.3.6 Síntese

A tabela 6.4, tabela 6.5 e tabela 6.6 sintetizam os resultados da avaliação da exposição aos perigos climáticos considerados (incêndio rural/florestal; instabilidade de vertentes; inundação por cheias rápidas; inundação e/ou galgamento costeiro; e erosão costeira e recuo de arribas) no município de Sesimbra, na atualidade e no final do século XXI, nos cenários RCP 4.5 e RCP 8.5.

Tabela 6.4 - Síntese dos elementos expostos atualmente aos perigos climáticos no município de Sesimbra.

Elementos Expostos	Perigos climáticos atuais						Total
	Incêndios rurais/florestais	Instabilidade de vertentes	Inundações fluviais	Inundações e galgamentos costeiros	Erosão e recuo de arribas		
Edifícios e residentes	Edifícios (n)	151	603	5	0	55	814
	Alojamentos (n)	205	2725	5	0	668	3603
	População residente (n)	327	1777	5	0	84	2193
Equipamentos estratégicos, vitais e sensíveis	Equipamentos de administração (n)	0	1	0	0	1	2
	Equipamentos ligados à proteção civil (n)	0	2	0	0	0	2
	Equipamentos de saúde (n)	0	0	0	0	0	0
	Equipamentos de educação (n)	0	0	0	0	0	0
	Equipamentos sociais (n)	1	1	0	0	0	2
	Equipamentos culturais (n)	1	0	0	0	0	1
	Equipamentos turísticos (n)	0	3	0	0	0	3
	Vias	Autoestradas e vias rápidas (km)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Rede viária primária (km)		6,462	4,407	1,488	0,010	0,000	12,367
Rede viária secundária (km)		7,367	2,651	0,297	0,000	0,699	11,014
Rede viária terciária (km)		10,411	4,068	0,277	0,006	0,272	15,034

Tabela 6.5 - Síntese dos elementos expostos futuramente aos perigos climáticos no município de Sesimbra (RCP 4.5).

Elementos Expostos	Perigos climáticos futuros (RCP 4.5)						Total
	Incêndios rurais/florestais	Instabilidade de vertentes	Inundações fluviais	Inundações e galgamentos costeiros	Erosão e recuo de arribas		
Edifícios e residentes	Edifícios (n)	639	603	5	104	92	1443
	Alojamentos (n)	729	2725	5	553	724	4736
	População residente (n)	1162	1777	5	194	137	3275
Equipamentos estratégicos, vitais e sensíveis	Equipamentos de administração (n)	0	1	0	1	1	3
	Equipamentos ligados a proteção civil (n)	0	2	0	0	0	2
	Equipamentos de saúde (n)	0	0	0	1	0	1
	Equipamentos de educação (n)	0	0	0	0	0	0
	Equipamentos sociais (n)	2	1	0	0	0	3
	Equipamentos culturais (n)	1	0	0	0	0	1
	Equipamentos turísticos (n)	2	3	0	1	0	6
	Vias	Autoestradas e vias rápidas (km)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Rede viária primária (km)		25,489	4,407	1,488	1,709	0,000	33,093
Rede viária secundária (km)		16,832	2,651	0,297	0,075	0,827	20,682
Rede viária terciária (km)		21,547	4,068	0,277	0,433	0,780	27,106

Tabela 6.6 - Síntese dos elementos expostos futuramente aos perigos climáticos no município de Sesimbra (RCP 8.5).

	Elementos Expostos	Perigos climáticos futuros (RCP 8.5)					Total
		Incêndios rurais/florestais	Instabilidade de vertentes	Inundações fluviais	Inundações e galgamentos costeiros	Erosão e recuo de arribas	
Edifícios e residentes	Edifícios (n)	1003	603	5	113	92	1816
	Alojamentos (n)	1012	2725	5	578	724	5044
	População residente (n)	1631	1777	5	207	137	3757
Equipamentos estratégicos, vitais e sensíveis	Equipamentos de administração (n)	0	1	0	2	1	4
	Equipamentos ligados à proteção civil (n)	0	2	0	0	0	2
	Equipamentos de saúde (n)	0	0	0	1	0	1
	Equipamentos de educação (n)	0	0	0	0	0	0
	Equipamentos sociais (n)	2	1	0	0	0	3
	Equipamentos culturais (n)	1	0	0	1	0	2
	Equipamentos turísticos (n)	3	3	0	0	0	6
Vias	Autoestradas e vias rápidas (km)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Rede viária primária (km)	27,319	4,407	1,488	1,761	0,000	34,974
	Rede viária secundária (km)	21,127	2,651	0,297	0,075	0,827	24,977
	Rede viária terciária (km)	25,381	4,068	0,277	0,441	0,780	30,947

6.4 Avaliação da vulnerabilidade social

A aplicação dos procedimentos descritos na secção 2.2 conduziu à seleção de 27 variáveis para a corrida inicial da ACP de avaliação da criticidade (tabela 6.7). Após a iterativa eliminação de redundâncias entre variáveis e interpretação das componentes principais e respetivas variáveis explicativas, reteve-se um total de 12 variáveis (tabela 6.7).

Para o conjunto das 12 variáveis retidas, regista-se um valor de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) de 0,722 e uma percentagem de variância total, explicada pelas 4 componentes principais (FAC), de 73,7 %.

A matriz de componentes rodada (tabela 6.8) permite interpretar a dimensão de criticidade a ser representada em cada FAC.

A partir destes elementos estatísticos, considera-se que as seguintes dimensões estão representadas no modelo final da criticidade: emprego e qualificações (FAC1), que explica 32,5 % da variância total; idade, género e contexto urbano envelhecido (FAC2), que explica 22,5 % da variância total; condições do alojamento (FAC3), que explica 10,3 % da variância total; e estrutura familiar (FAC4), que explica 8,4 % da variância total.

Tabela 6.7 – Lista de variáveis utilizadas inicial e iterativamente na ACP e indicação das variáveis retidas no modelo final de criticidade, na Área Metropolitana de Lisboa, a que pertence o município de Sesimbra.

Código	Designação da variável	Retida no modelo final
Alo_fa_vag	Proporção de alojamentos vagos (%)	Não
AlojArrend	Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados (%)	Sim
Al_5maisDi	Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual com 5 ou mais divisões (%)	Não
Al_ate50m2	Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual com área até 50 m ² (%)	Sim

Código	Designação da variável	Retida no modelo final
Almais200m	Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual com área maior que 200 m ² (%)	Não
Al_c_banho	Proporção de alojamentos familiares de residência habitual com banho (%)	Sim
Ed_ate1970	Proporção de edifícios construídos antes de 1970 (%)	Sim
Ed_12pisos	Proporção de edifícios com 1 ou 2 pisos (%)	Não
Ed_5mai_pi	Proporção de edifícios com 5 ou mais pisos (%)	Não
Ed_betao	Proporção de edifícios com estrutura de betão armado (%)	Sim
Ed_pedra	Proporção de edifícios com estrutura de paredes de adobe ou alvenaria de pedra solta (%)	Não
In_freq_bas	Proporção de indivíduos a frequentar o ensino básico (%)	Não
In_1bas_co	Proporção de indivíduos residentes com o 1º ciclo do ensino básico completo (%)	Sim
In_sup_co	Proporção de indivíduos residentes com um curso superior completo (%)	Sim
In_nao_ler	Proporção de indivíduos residentes sem saber ler nem escrever (%)	Não
In_emp_1ar	Proporção de população empregada no sector primário (%)	Não
In_emp_2ar	Proporção de população empregada no sector secundário (%)	Sim
In_desemp	Proporção de população com idade entre 25 e 64 anos desempregada à procura de novo emprego ou à procura de primeiro emprego (%)	Não
In_emprega	Proporção de população com idade entre 25 e 64 anos empregada (%)	Sim
In_et_mun	Proporção de indivíduos residentes a estudarem e trabalharem no município de residência (%)	Não
In_et_outro	Proporção da população residente que trabalha ou estuda que o faz noutro município (%)	Não
Fa_c_5mais	Proporção de famílias clássicas com 5 ou mais pessoas (%)	Sim
Pop_0_4	População residente com menos de 5 anos (%)	Não
Pop_65mais	População residente com idade igual ou superior a 65 anos (%)	Sim
Ind_p_aloj	Indivíduos por alojamento familiar clássico de residência habitual (N.º)	Não
Rel_Mascul	Relação de masculinidade	Não
Pop_femi	Proporção de população feminina no total de população residente (%)	Sim

Tabela 6.8 – Matriz de componentes rodada para a criticidade, identificando as principais componentes, sua cardinalidade e % de variância explicada, e as respetivas variáveis explicativas.

	Componente Principal (FAC)			
	1	2	3	4
Zscore (In_sup_co)	-0,889	0,119	-0,09	-0,111
Zscore (In_1bas_co)	0,860	0,289	0,246	0,031
Zscore (In_emp_2ar)	0,717	-0,472	0,023	-0,117
Zscore (In_emprega)	-0,703	-0,245	-0,096	-0,357
Zscore (Pop_65mais)	0,233	0,822	0,188	-0,220
Zscore (Pop_femi)	-0,145	0,777	-0,122	-0,065
Zscore (Ed_ate1970)	0,014	0,643	0,537	-0,152
Zscore (AlojArrend)	0,154	0,549	0,511	0,464
Zscore (Ed_betao)	0,042	-0,091	-0,767	0,135
Zscore (Al_c_banho)	-0,231	0,175	-0,708	-0,069

	Componente Principal (FAC)			
	1	2	3	4
Zscore (AI_ate50m2)	0,290	0,342	0,663	0,220
Zscore (Fa_c_5mais)	0,143	-0,311	-0,046	0,832
Cardinalidade	+	+	+	+
Variância total explicada (%)	32,5	22,5	10,3	8,4

Os valores de criticidade do município de Sesimbra enquadram-se no universo de valores calculados para a AML, ou seja, os valores obtidos nas 87 secções do município estão contextualizados na totalidade das 4521 secções estatísticas da AML. Considerando a amplitude de valores normalizados entre 0 e 1, a criticidade média no município de Sesimbra é de 0,55, um valor ligeiramente superior à média na AML (0,49).

A expressão cartográfica identifica como secções estatísticas mais críticas as localizadas no centro urbano de Sesimbra, pertencentes à freguesia de Sesimbra (Santiago) (figura 6.11). Identificam-se algumas secções estatísticas com elevada criticidade, na área envolvente da Lagoa de Albufeira, na freguesia de Sesimbra (Castelo).

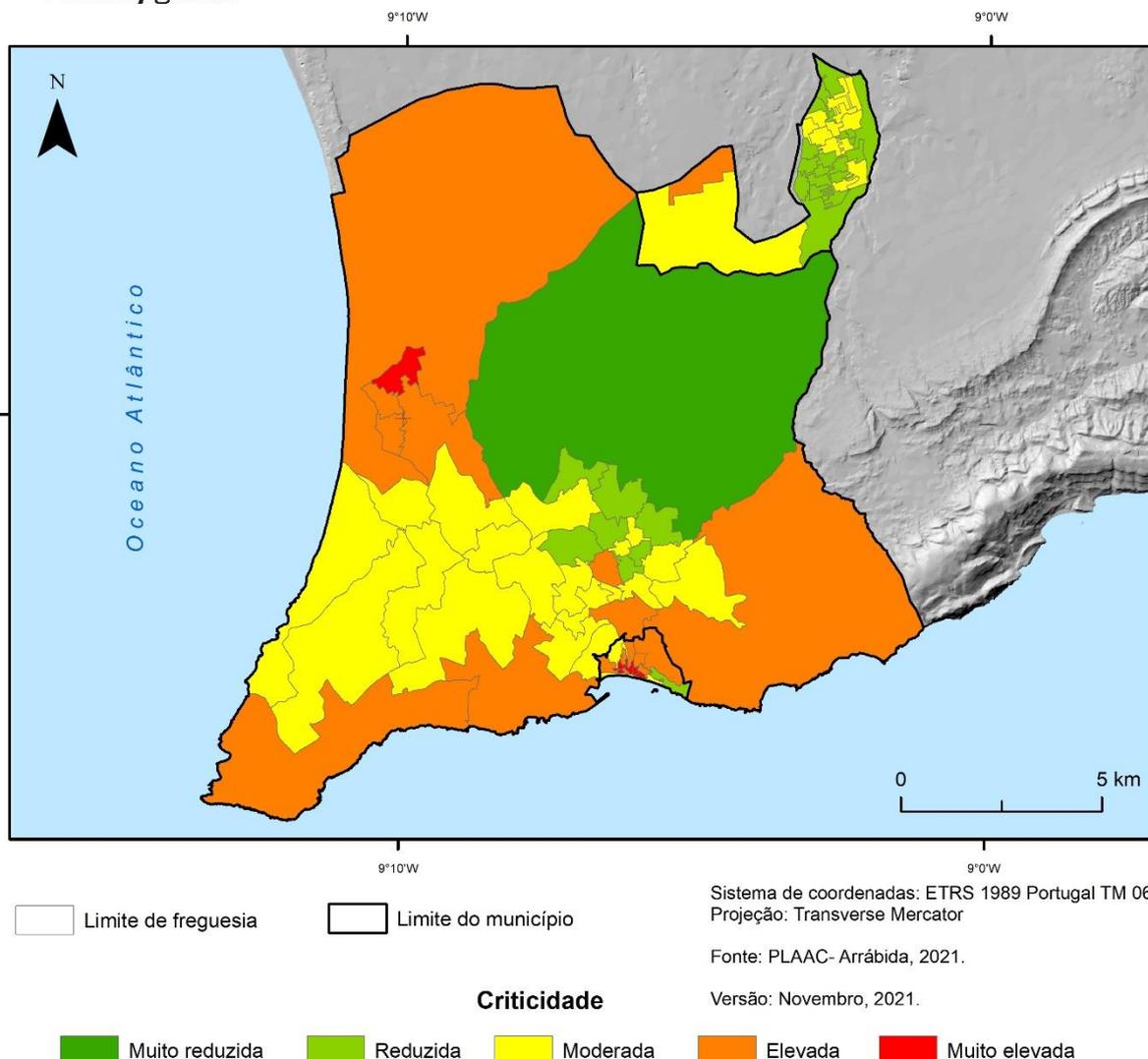


Figura 6.11 – Vulnerabilidade social (criticidade) no município de Sesimbra, ao nível da secção estatística. Fonte: PLAAC Arrábida.

6.5 Análise do risco atual e futuro

A figura 6.12 mostra a vulnerabilidade social (criticidade) nas secções estatísticas do município de Sesimbra, reclassificada numa escala entre 0 e 1, em resultado da aplicação da equação (4). Os resultados da vulnerabilidade social refletem essencialmente os dados dos Censos 2011 e são utilizados na análise de risco para a atualidade e para o futuro. A incerteza desta variável e dos dados em que se baseia é demasiado elevada para sustentar projeções credíveis para o final do século XXI.

A aplicação da equação (2), tendo em consideração os mapas de suscetibilidade produzidos para os incêndios rurais/florestais, instabilidade de vertentes, inundações por cheias rápidas, inundações e galgamentos costeiros, e erosão costeira e recuo de arribas, permitiu a avaliação da suscetibilidade multiperigo para a atualidade e para o futuro, nos cenários RCP 4.5 e RCP 8.5 (Figuras 13, 14 e 15).

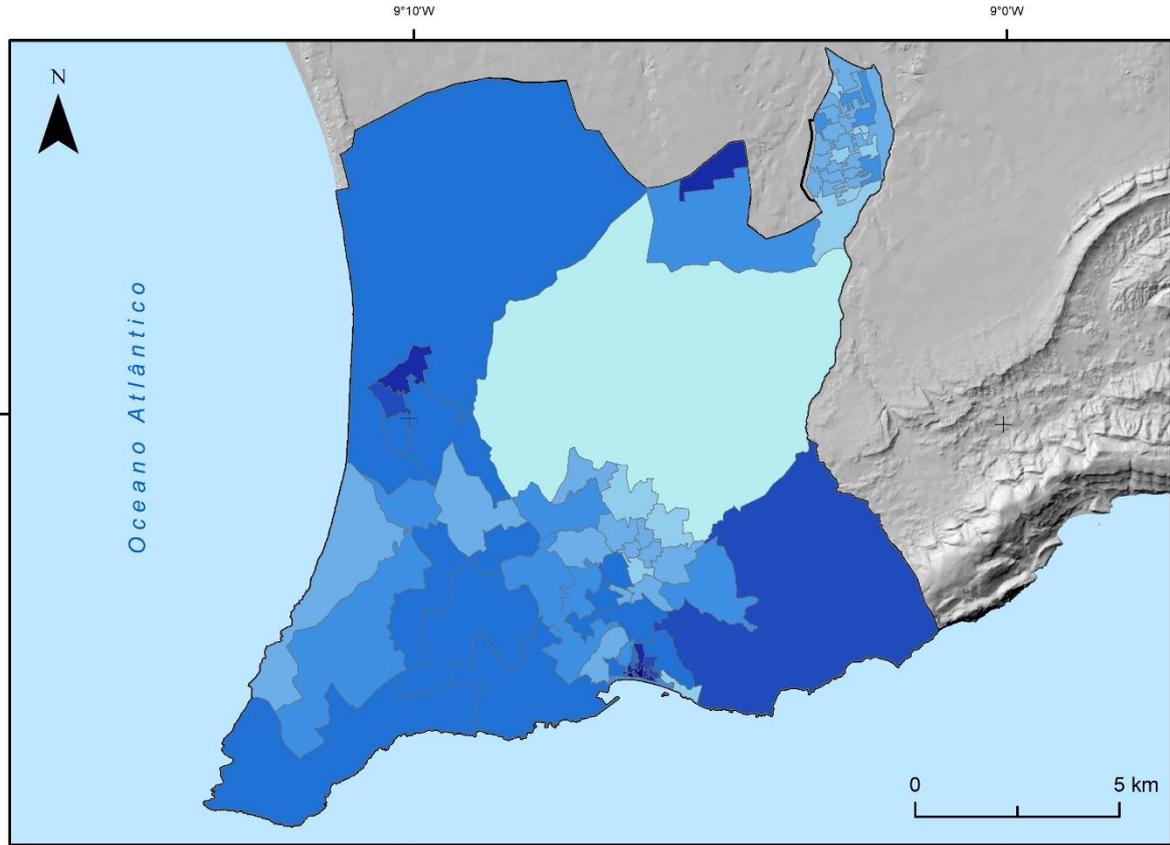
A figura 6.16, figura 6.17 e figura 6.18 mostram a exposição multiperigo para a atualidade e para o futuro, nos cenários RCP 4.5 e RCP 8.5. Como foi explicado na secção 2.3, esta variável traduz a população residente exposta nas áreas suscetíveis aos perigos climáticos considerados.

As figura 6.19, figura 6.20 e figura 6.21 representam a cartografia do Índice de Risco Multiperigo (IRM) no município de Sesimbra, obtido com a aplicação da equação (1), para a atualidade e para o futuro, nos cenários RCP 4.5 e RCP 8.5.

Da análise de risco multiperigo atual (Figura 19) resulta um IRM médio de 0,089 e a existência de 42 unidades de terreno (secções estatísticas), num total de 87 com risco nulo. Identificam-se 2 unidades de terreno com risco elevado ($IRM > 0,4$), localizadas no centro da vila de Sesimbra e sujeitas ao perigo de instabilidade de vertentes. Estas unidades de terreno totalizam uma população residente exposta estimada em 594 indivíduos, sendo que a população total exposta no município ascende a 2193 pessoas. Adicionalmente, identificam-se 15 unidades de terreno com risco atual moderado ($0,2 < IRM < 0,4$), situadas na parte sul do município, entre Sesimbra e o Cabo Espichel, onde a população residente exposta é estimada em 1207 indivíduos.

A análise de risco multiperigo para o final do século, com as condições climáticas definidas pelo cenário RCP 4.5 e considerando os elementos expostos atualmente no território municipal (Figura 20), mostra um incremento do risco, traduzido num IRM médio de 0,132 e na redução para 30 no número de unidades de terreno com risco nulo. Não se verifica redução no Índice de Risco Multiperigo em qualquer das unidades de terreno do município. Continuam a registar-se apenas duas unidades de terreno com risco elevado ($IRM > 0,4$), localizadas no centro da vila de Sesimbra e sujeitas ao perigo de instabilidade de vertentes. No entanto, o número de unidades de terreno com risco moderado ($0,2 < IRM < 0,4$) aumenta para 27, ocupando a quase totalidade da parte sul do município. A população exposta nas zonas com risco elevado e moderado ascende a 1792, sendo que a população total exposta no município totaliza 3275 pessoas.

A análise de risco multiperigo para o final do século, com as condições climáticas definidas pelo cenário RCP 8.5 e considerando os elementos expostos atualmente no território municipal (Figura 21), mostra um incremento marginal do risco, por comparação com o cenário RCP 4.5, traduzido num IRM médio de 0,145 e na manutenção das mesmas 30 unidades de terreno com risco nulo. Continuam a registar-se apenas duas unidades de terreno com risco elevado ($IRM > 0,4$), localizadas no centro da vila de Sesimbra, mas o número de unidades de terreno com risco moderado ($0,2 < IRM < 0,4$) aumenta para 34, cobrindo a maior parte do território municipal. A população exposta nas zonas com risco elevado e moderado ascende a 3462, sendo que a população total exposta no município totaliza 3757 pessoas.



□ Limite de freguesia

□ Limite do município

Sistema de coordenadas: ETRS 1989 Portugal TM 06
Projeção: Transverse Mercator

Fonte: PLAAC- Arrábida, 2022.

Versão: Março, 2022.

Criticidade

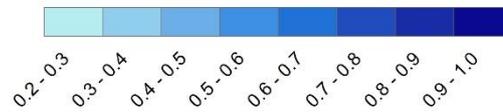
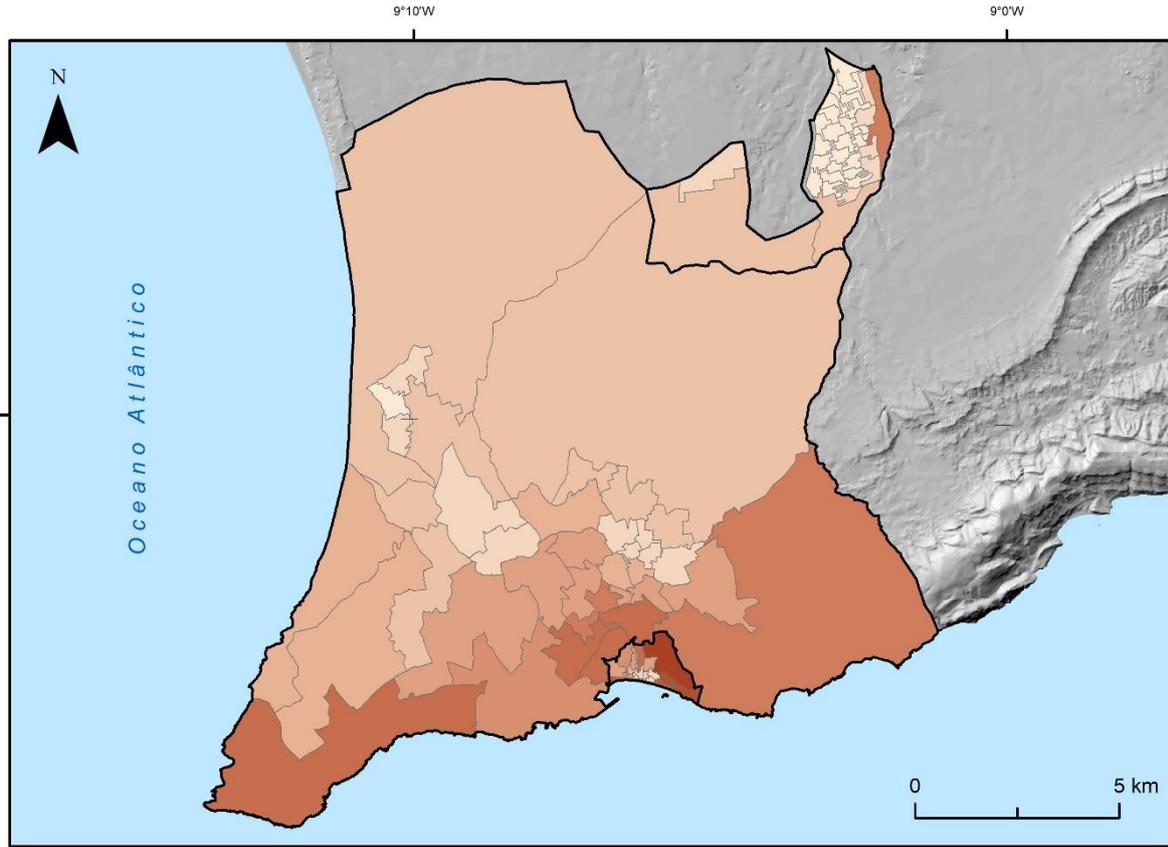


Figura 6.12 – Vulnerabilidade social (criticidade) no município de Sesimbra reclassificada.
Fonte: PLAAC Arrábida.



Limite de freguesia

Limite do município

Sistema de coordenadas: ETRS 1989 Portugal TM 06
Projeção: Transverse Mercator

Fonte: PLAAC-Arrábida, 2022.

Versão: Março, 2022.

índice de suscetibilidade multiperigo (atual)

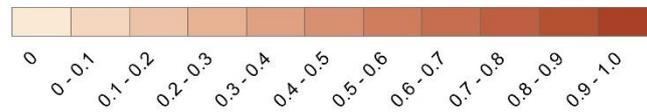
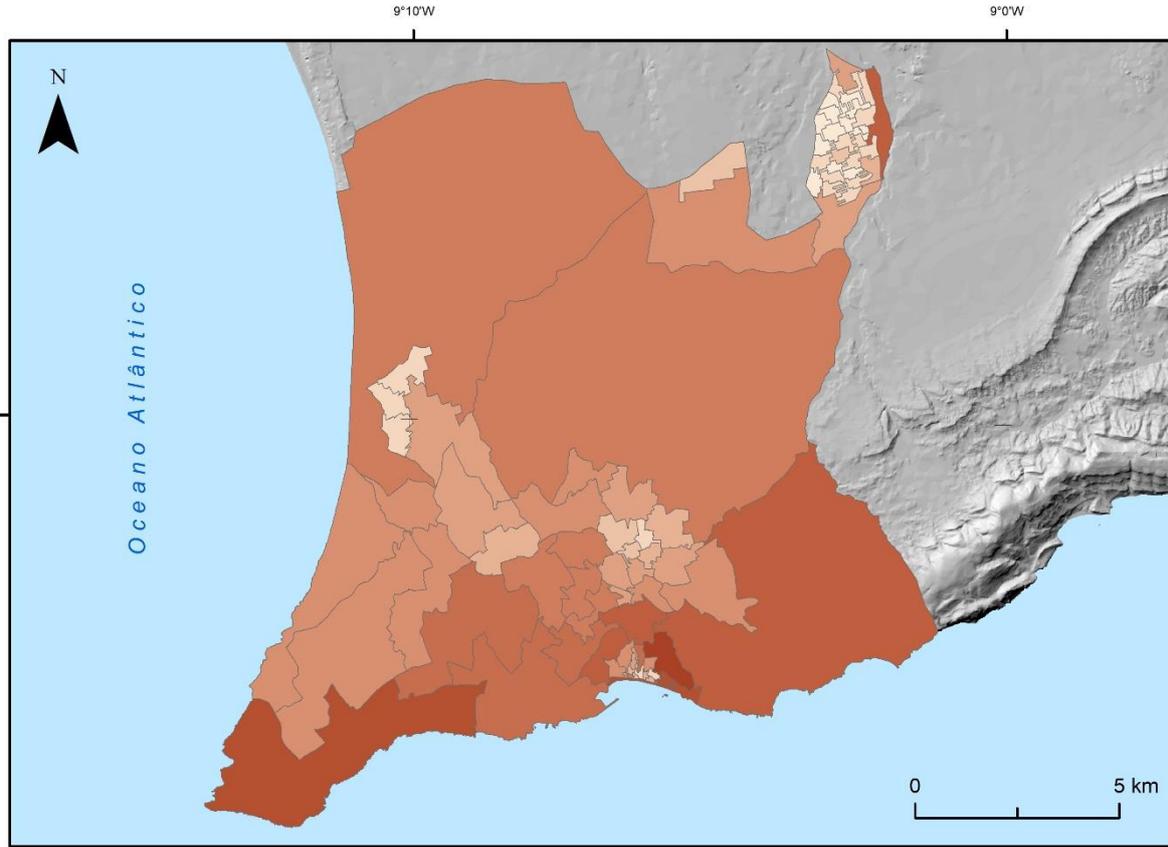


Figura 6.13 – Suscetibilidade multiperigo atual no município de Sesimbra ao nível da secção estatística.
Fonte: PLAAC Arrábida.



Limite de freguesia

Limite do município

Sistema de coordenadas: ETRS 1989 Portugal TM 06
Projeção: Transverse Mercator

Fonte: PLAAC-Arrábida, 2022.

Versão: Março, 2022.

índice de suscetibilidade multiperigo (futuro, RCP 4.5)

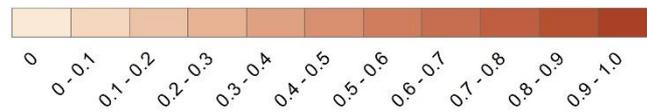
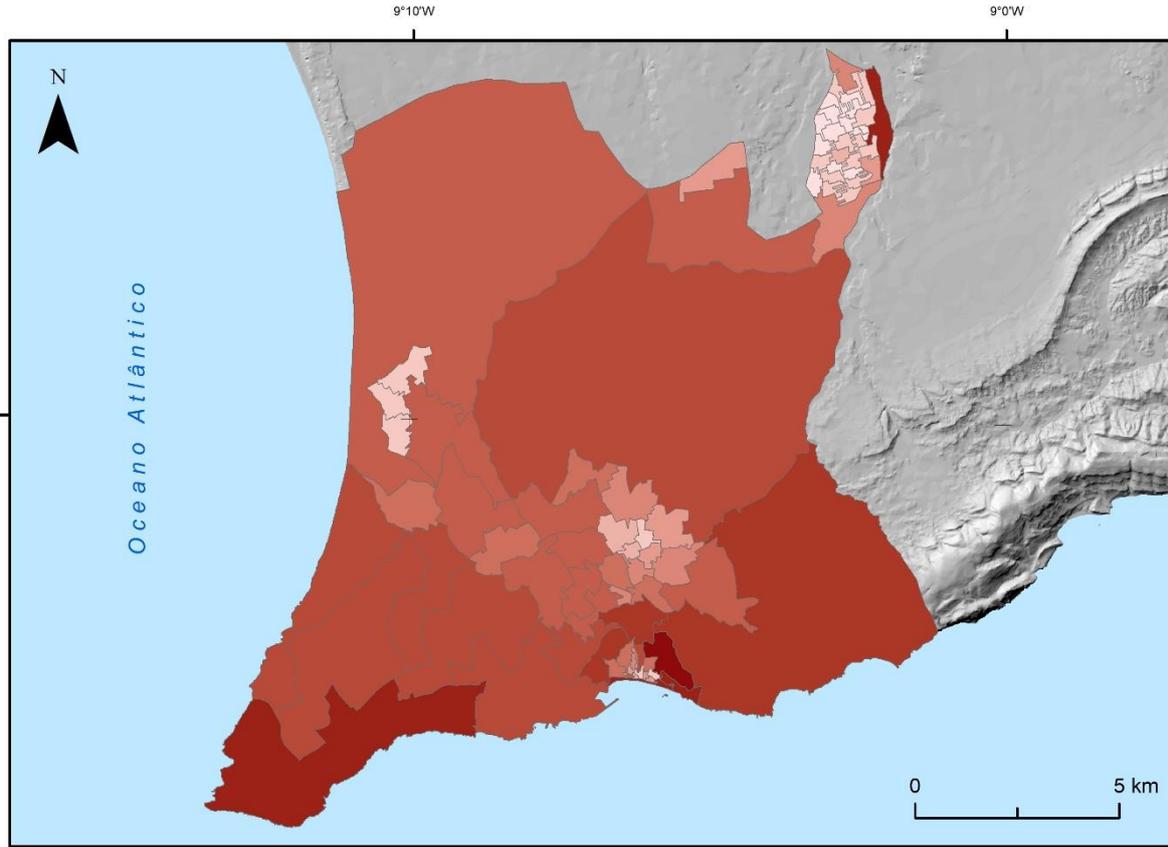


Figura 6.14 – Suscetibilidade multiperigo futura (RCP 4.5) no município de Sesimbra ao nível da secção estatística.
Fonte: PLAAC Arrábida.



Limite de freguesia

Limite do município

Sistema de coordenadas: ETRS 1989 Portugal TM 06
Projeção: Transverse Mercator

Fonte: PLAAC-Arrábida, 2022.

Versão: Março, 2022.

índice de suscetibilidade multiperigo (futuro, RCP 8.5)

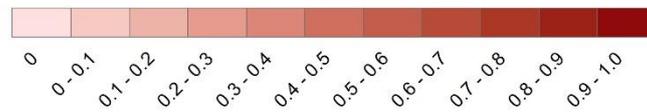
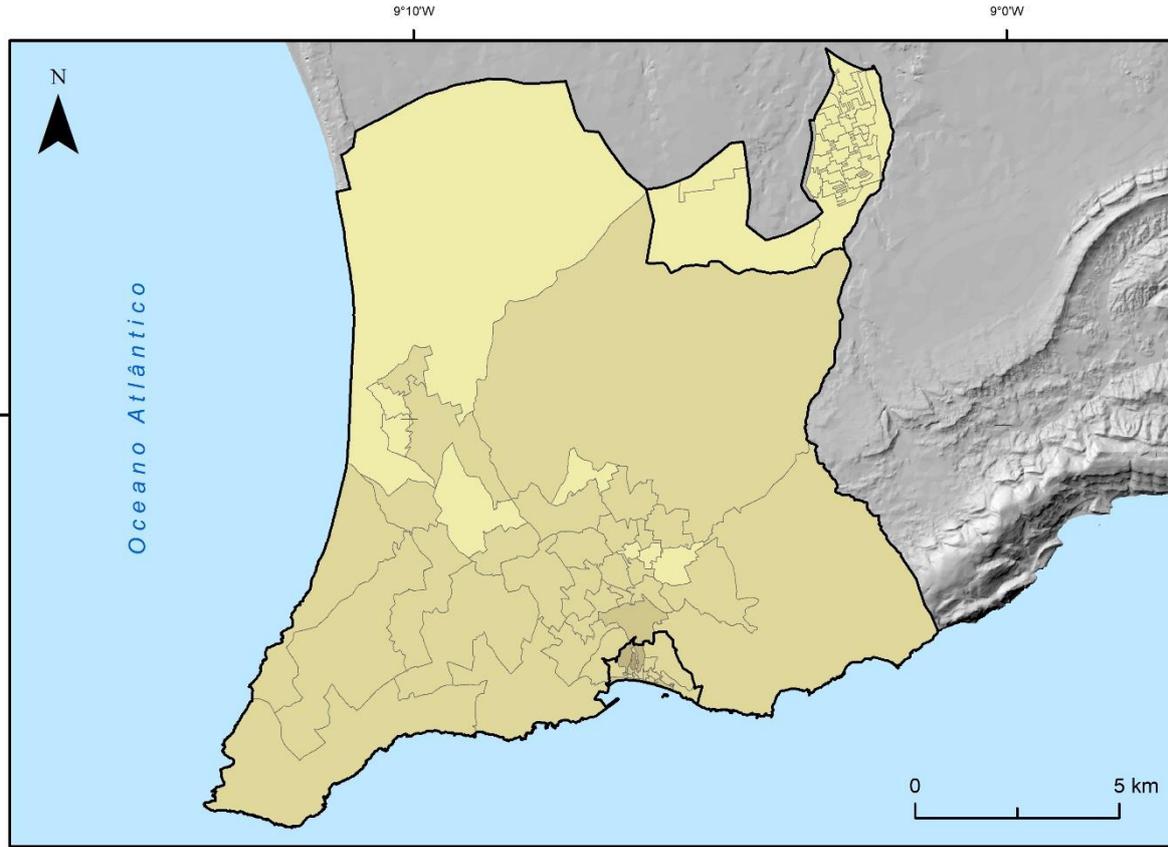


Figura 6.15 – Suscetibilidade multiperigo futura (RCP 8.5) no município de Sesimbra ao nível da secção estatística.
Fonte: PLAAC Arrábida.



□ Limite de freguesia

□ Limite do município

Sistema de coordenadas: ETRS 1989 Portugal TM 06
Projeção: Transverse Mercator

Fonte: PLAAC-Arrábida, 2022.

Versão: Março, 2022.

índice de exposição multiperigo (atual)

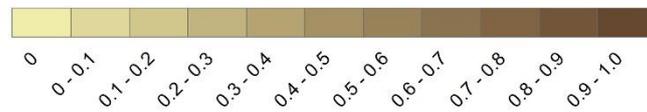
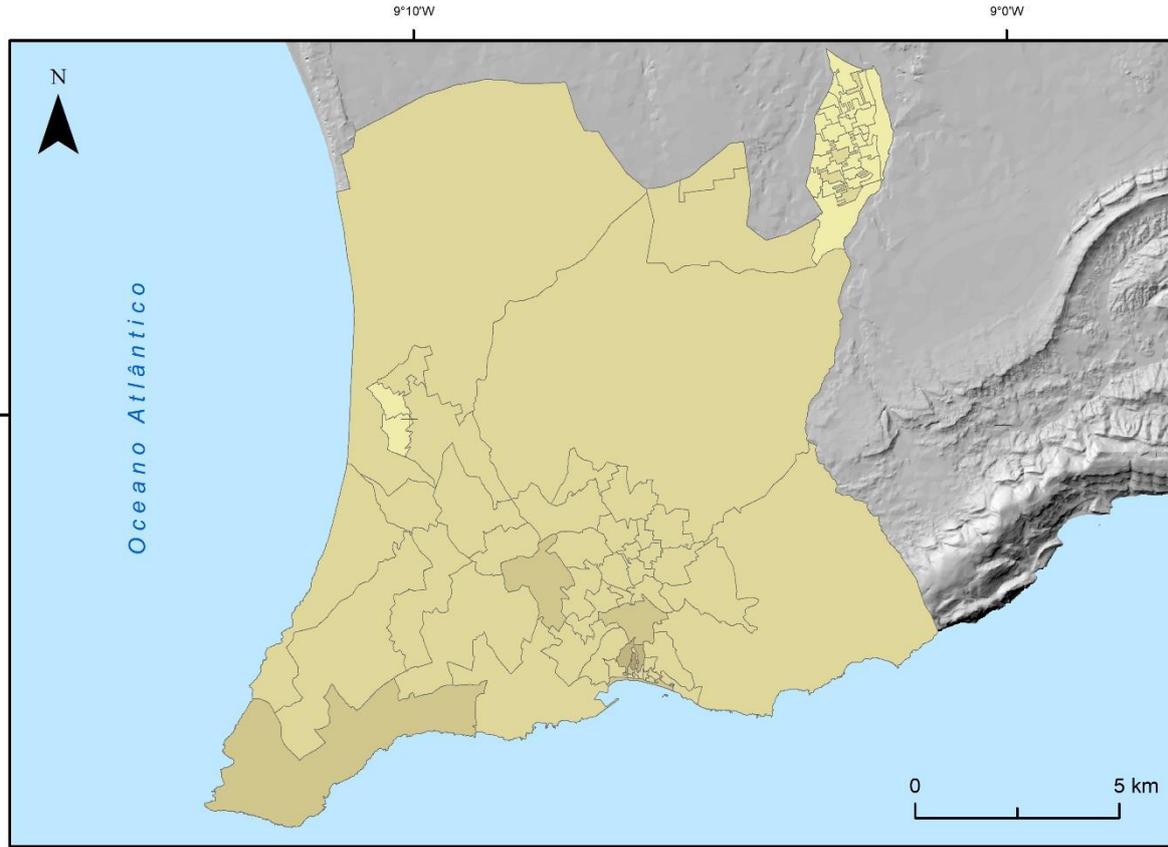


Figura 6.16 – Exposição multiperigo atual no município de Sesimbra ao nível da secção estatística.
Fonte: PLAAC Arrábida.



□ Limite de freguesia

□ Limite do município

Sistema de coordenadas: ETRS 1989 Portugal TM 06
Projeção: Transverse Mercator

Fonte: PLAAC-Arrábida, 2022.

Versão: Março, 2022.

índice de exposição multiperigo (futuro, RCP 4.5)

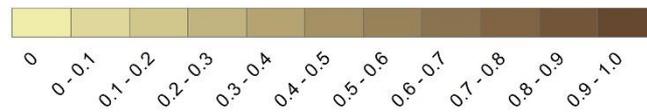
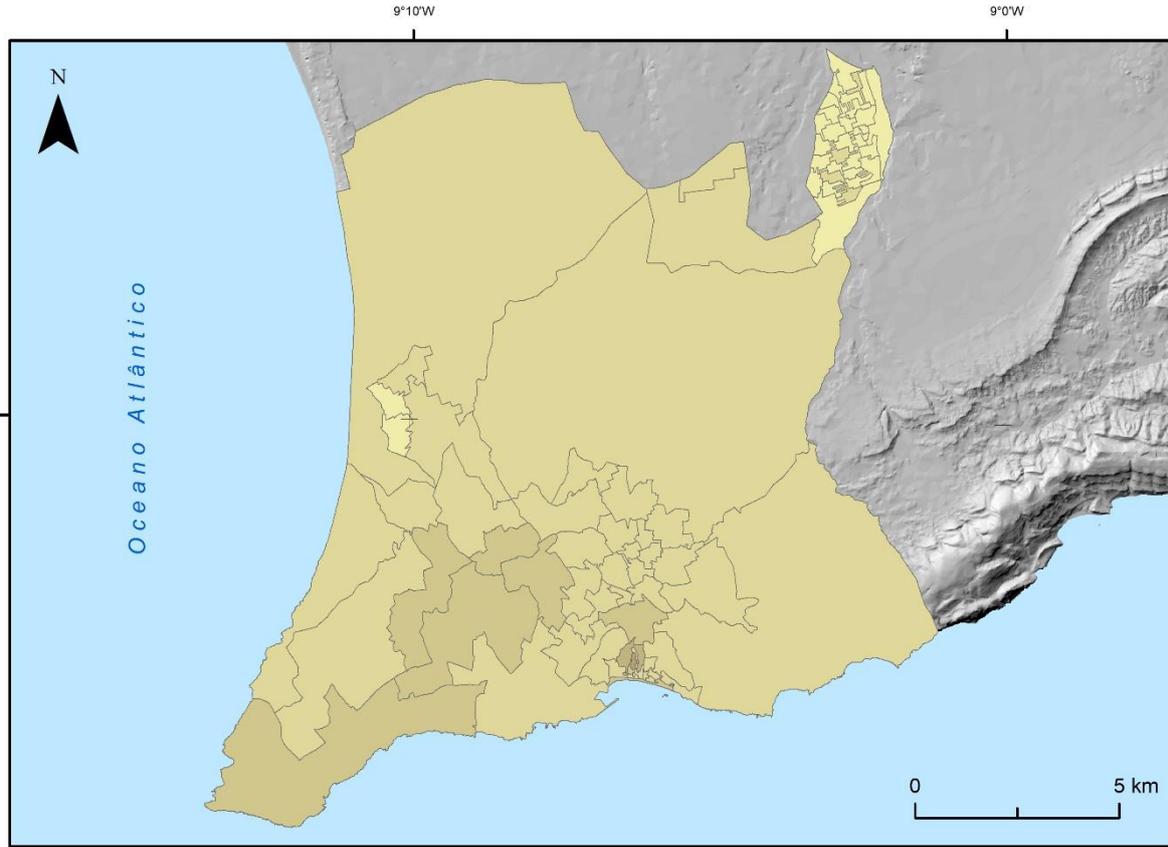


Figura 6.17 – Exposição multiperigo futura (RCP 4.5) no município de Sesimbra ao nível da secção estatística.
Fonte: PLAAC Arrábida.



Limite de freguesia

Limite do município

Sistema de coordenadas: ETRS 1989 Portugal TM 06
Projeção: Transverse Mercator

Fonte: PLAAC-Arrábida, 2022.

Versão: Março, 2022.

índice de exposição multiperigo (futuro, RCP 8.5)

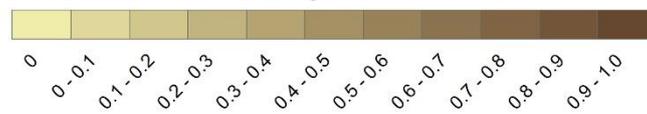
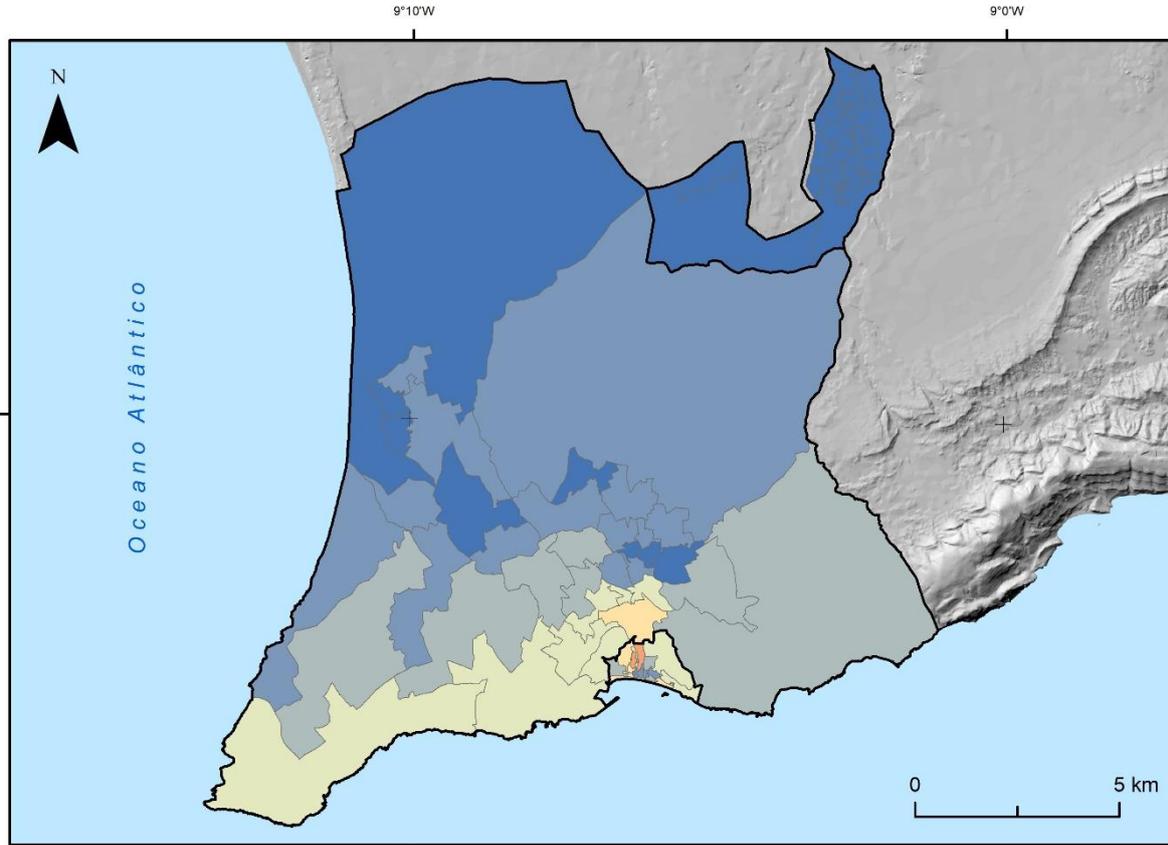


Figura 6.18 – Exposição multiperigo futura (RCP 8.5) no município de Sesimbra ao nível da secção estatística.
Fonte: PLAAC Arrábida.



□ Limite de freguesia

□ Limite do município

Sistema de coordenadas: ETRS 1989 Portugal TM 06
Projeção: Transverse Mercator

Fonte: PLAAC- Arrábida, 2022.

Versão: Março, 2022.

índice de risco multiperigo (atual)

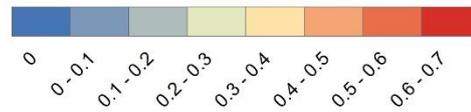
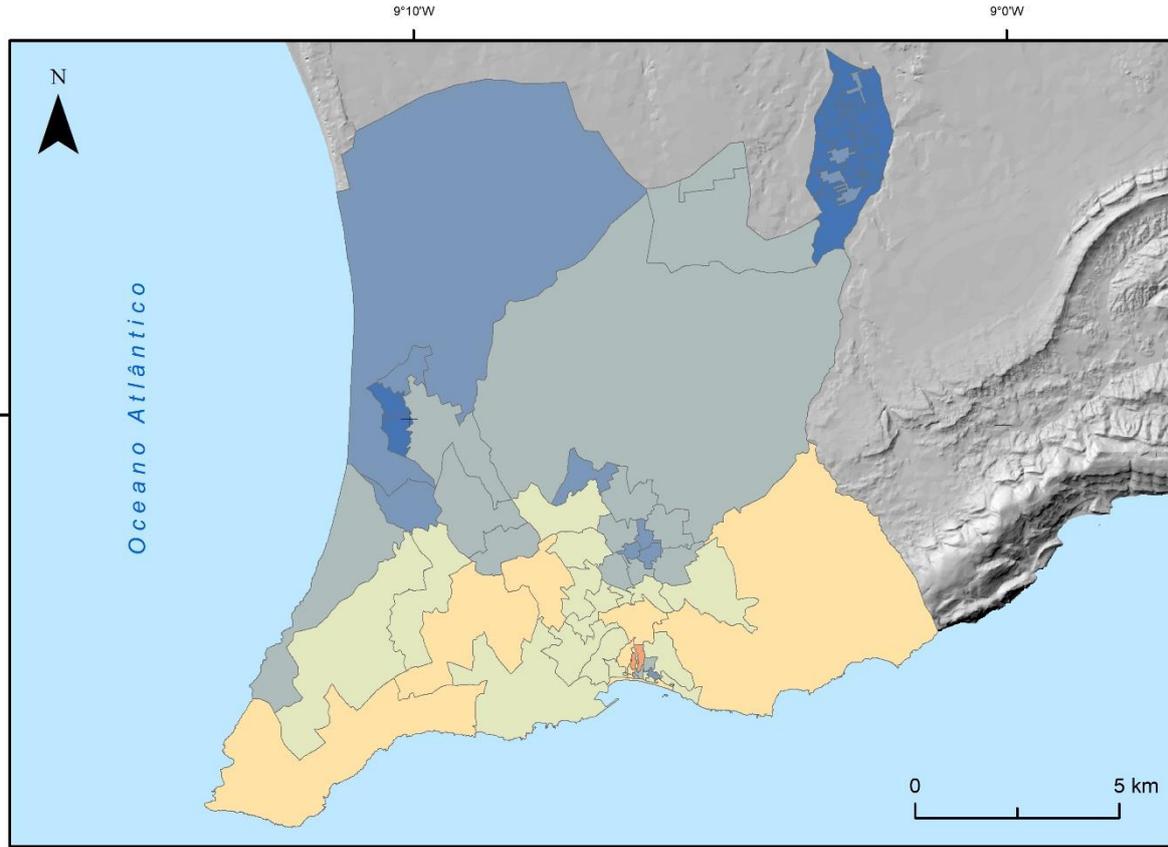


Figura 6.19 – Risco multiperigo atual no município de Sesimbra ao nível da secção estatística.
Fonte: PLAAC Arrábida.



Limite de freguesia

Limite do município

Sistema de coordenadas: ETRS 1989 Portugal TM 06
Projeção: Transverse Mercator

Fonte: PLAAC-Arrábida, 2022.

Versão: Março, 2022.

índice de risco multiperigo (futuro, RCP 4.5)

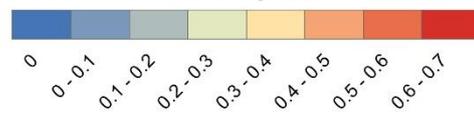
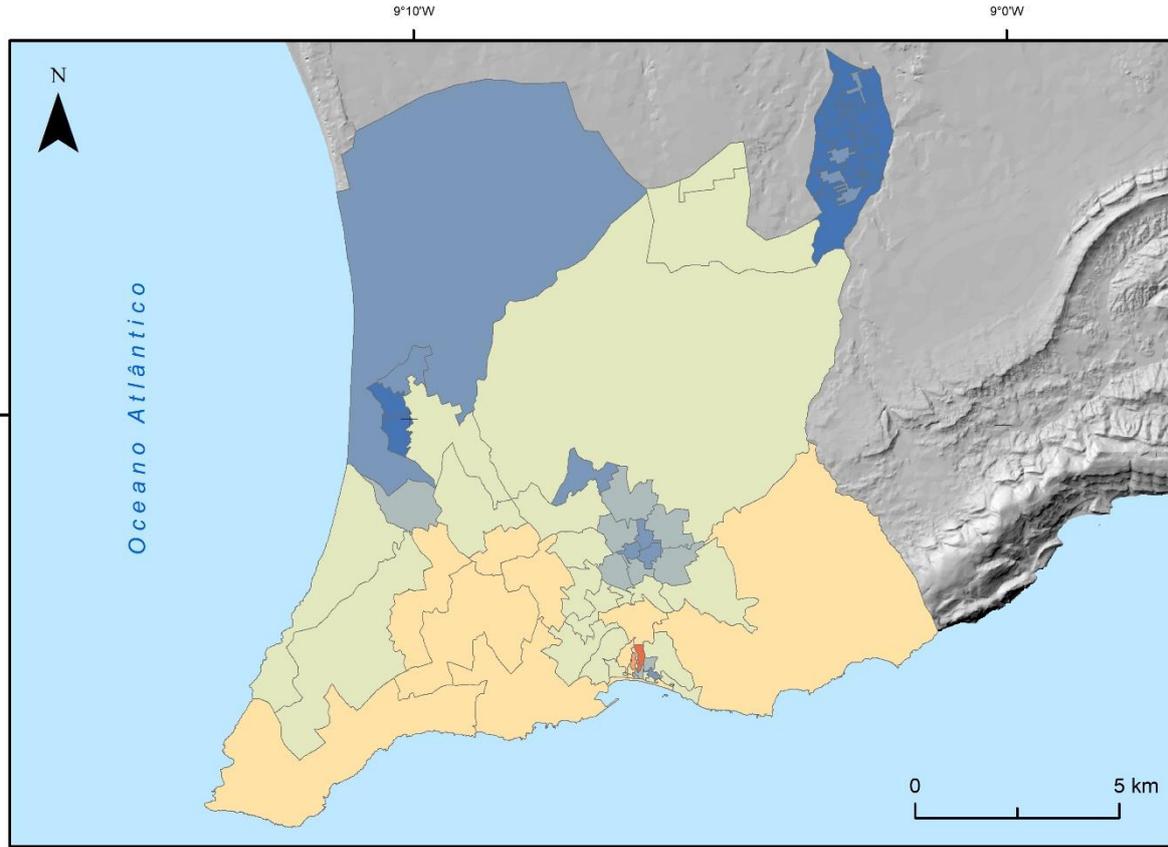


Figura 6.20 – Risco multiperigo futuro (RCP 4.5) no município de Sesimbra ao nível da secção estatística.
Fonte: PLAAC Arrábida.



□ Limite de freguesia

□ Limite do município

Sistema de coordenadas: ETRS 1989 Portugal TM 06
Projeção: Transverse Mercator

Fonte: PLAAC-Arrábida, 2022.

Versão: Março, 2022.

índice de risco multiperigo (futuro, RCP 8.5)

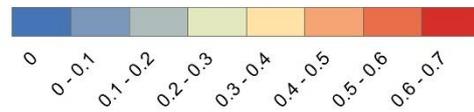


Figura 6.21 – Risco multiperigo futuro (RCP 8.5) no município de Sesimbra ao nível da secção estatística.
Fonte: PLAAC Arrábida.

7 TERRITÓRIOS EM RISCO PRIORITÁRIOS

7.1 Introdução

Este capítulo surge na sequência dos trabalhos efetuados no âmbito do capítulo 3 (Análise de Perigos Climáticos Atuais), capítulo 4 (Avaliação da Exposição a Perigos Climáticos), capítulo 5 (Avaliação dos Perigos Climáticos Futuros) e capítulo 6 (Avaliação do risco climático atual e futuro). No capítulo 3 foi efetuada a identificação e cartografia das áreas atualmente suscetíveis a um conjunto de perigos climáticos com expressão territorial significativa. No capítulo 4 foi realizada a avaliação da exposição atual, a partir da combinação da cartografia dos perigos atuais com um conjunto de elementos expostos relevantes, que inclui os edifícios residenciais; alojamentos; população residente; equipamentos estratégicos, vitais e/ou sensíveis; rede rodoviária; e rede ferroviária. No capítulo 5 foi efetuada a cartografia dos perigos climáticos futuros, tendo em conta dois cenários climáticos de referência (RCP 4.5 e RCP 8.5) e para um horizonte temporal que corresponde tipicamente ao final do século XXI. Na Tarefa 3.6 foi efetuada a avaliação da exposição futura e da vulnerabilidade social, assim como a análise do risco atual e futuro.

Neste capítulo identificam-se e caracterizam-se os territórios em risco prioritários (TRP) no concelho de Sesimbra, a partir da análise de risco atual e futuro.

7.2 Metodologia

Os territórios em risco prioritários (TRP) foram definidos a partir da análise de risco, com cálculo do Índice de Risco Multiperigo (IRM), efetuado para a atualidade e para o clima do final do século XXI, considerando os cenários RCP 4.5 e RCP 8.5. Adotou-se como unidade territorial (UT) de análise a secção estatística, tal como definida na Base Geográfica de Referenciação da Informação (BGRI) do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2011). O IRM é adimensional (entre 0 e 1) e resulta do produto da suscetibilidade (S), da exposição (E) e da vulnerabilidade social (V). Informação adicional acerca dos procedimentos metodológicos para o cálculo do IRM podem ser encontrados no relatório da Atividade 3.6.

As Figuras 1, 2 e 3 apresentam os resultados da análise de risco no município, a partir da quantificação do IRM, para a atualidade e para o futuro, nos cenários RCP 4.5 e RCP 8.5. Os territórios em risco prioritários (TRP) para intervenções de adaptação foram selecionados a partir destes resultados, correspondendo às secções estatísticas com índice IRM mais elevado, na atualidade e/ou no futuro.

A metodologia utilizada permitiu identificar 4 secções estatísticas no município de Sesimbra, a que se atribui a condição de TRP. Para facilitar a sua identificação, estes territórios são designados com recurso a numeração (TRP1, ... TRPn), que não pretende representar uma hierarquia do risco. Os territórios em risco prioritários são apresentados na secção seguinte, incluindo a tipificação dos respetivos forçadores de risco: suscetibilidade, exposição e vulnerabilidade social.

A suscetibilidade multiperigo foi calculada recorrendo à interseção das secções estatísticas com as áreas suscetíveis de serem afetadas por cada um dos processos que respondem ao forçador climático, considerados na avaliação da exposição: incêndios rurais/florestais; instabilidade de vertentes; inundações por cheias rápidas; inundações e galgamentos costeiros; e erosão costeira e recuo de arribas.

A exposição multiperigo foi calculada a partir da interseção das secções estatísticas com os edifícios expostos a cada um dos perigos considerados. A população residente nestes edifícios foi estimada por cartografia dasimétrica a partir dos dados dos Censos de 2011. Adicionalmente, a presença de equipamentos estratégicos, vitais e/ou sensíveis expostos foi considerada na caracterização dos territórios em risco prioritários.

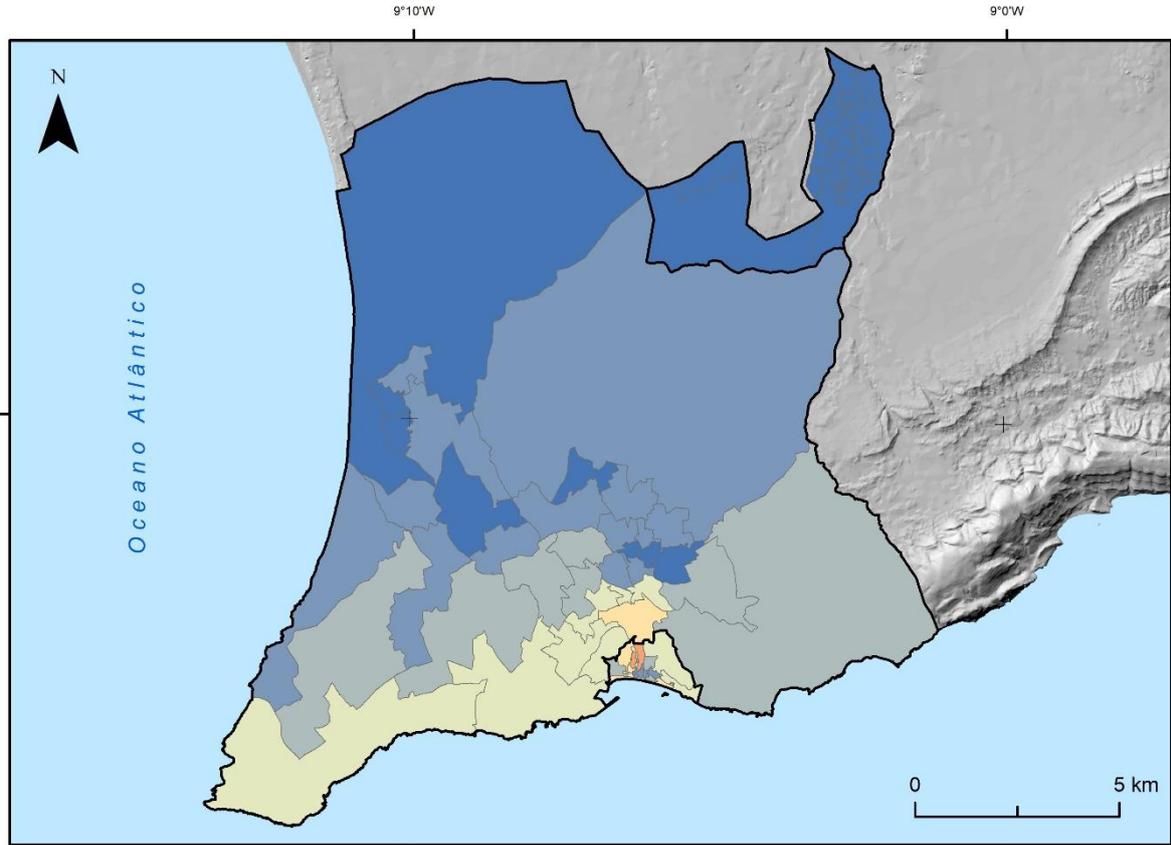
A vulnerabilidade social foi calculada com recurso a Análise de Componentes Principais (ACP). Na caracterização dos territórios em risco prioritários atenta-se às pontuações das quatro componentes principais identificadas, para melhor classificação da criticidade.

A componente principal 1 (FAC1) traduz o emprego e as qualificações e explica 32,5 % da variância total. Tem relação positiva com a proporção de indivíduos com ensino básico e com emprego no sector secundário, e relação negativa com a proporção de indivíduos com ensino superior completo e de indivíduos com idade ativa empregados.

A componente principal 2 (FAC2) traduz a idade, género e contexto urbano envelhecido e explica 22,5 % da variância total. Tem relação positiva com a população residente com idade igual ou superior a 65 anos, a proporção de população feminina no total de população residente, a proporção de edifícios construídos antes de 1970 e a proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados.

A componente principal 3 (FAC3) traduz as condições de alojamento e explica 10,3 % da variância total. Tem relação positiva com a proporção de edifícios construídos antes de 1970 e com a proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual com área até 50 m². Apresenta relação negativa com a proporção de edifícios com estrutura de betão armado e a proporção de alojamentos familiares de residência habitual com banho.

A componente principal 4 (FAC4) traduz a estrutura familiar e explica 8,4 % da variância total. Tem relação positiva com a proporção de famílias clássicas com 5 ou mais pessoas e os alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados.



□ Limite de freguesia

□ Limite do município

Sistema de coordenadas: ETRS 1989 Portugal TM 06
Projeção: Transverse Mercator

Fonte: PLAAC- Arrábida, 2022.

Versão: Março, 2022.

índice de risco multiperigo (atual)

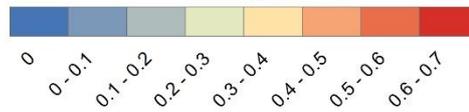
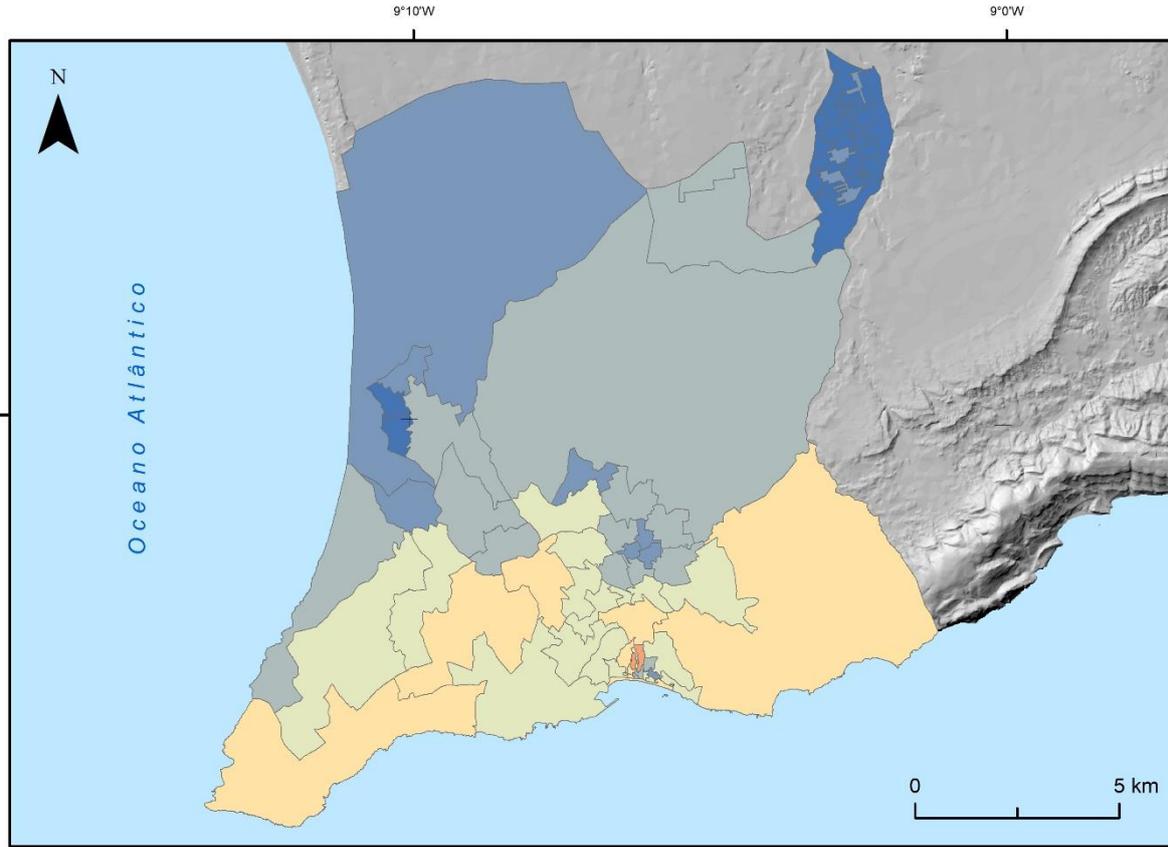


Figura 7.1 – Risco multiperigo no município de Setúbal, ao nível da secção estatística.
Fonte: PLAAC Arrábida.



□ Limite de freguesia

□ Limite do município

Sistema de coordenadas: ETRS 1989 Portugal TM 06
Projeção: Transverse Mercator

Fonte: PLAAC-Arrábida, 2022.

Versão: Março, 2022.

índice de risco multiperigo (futuro, RCP 4.5)

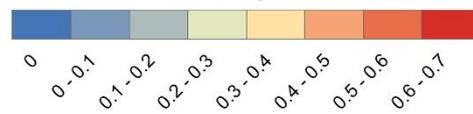
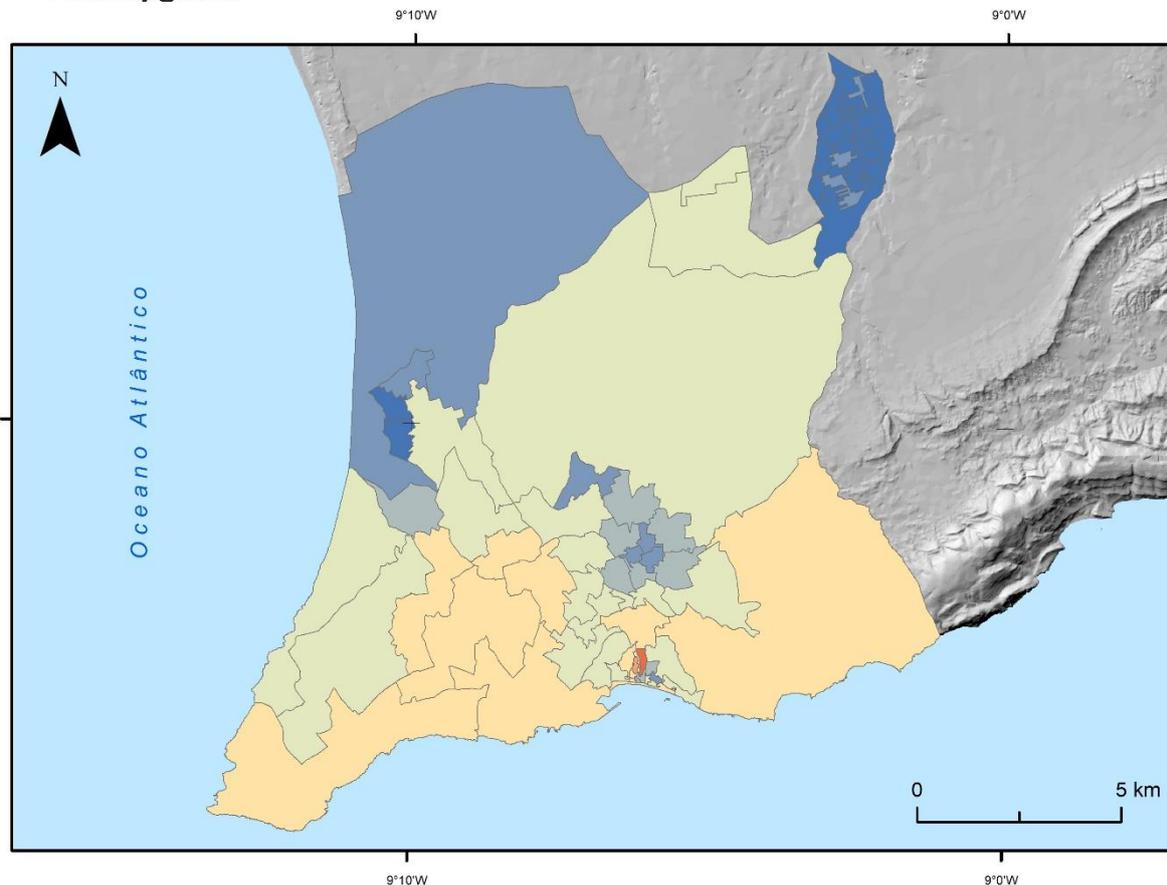


Figura 7.2 – Risco multiperigo futuro (RCP 4.5) no município de Sesimbra ao nível da secção estatística.
Fonte: PLAAC Arrábida.



□ Limite de freguesia

□ Limite do município

Sistema de coordenadas: ETRS 1989 Portugal TM 06
Projeção: Transverse Mercator

Fonte: PLAAC-Arrábida, 2022.

Versão: Março, 2022.

índice de risco multiperigo (futuro, RCP 8.5)

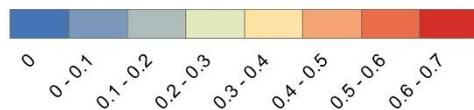


Figura 7.3 – Risco multiperigo futuro (RCP 8.5) no município de Sesimbra ao nível da secção estatística. Fonte: PLAAC Arrábida.

7.3 Territórios em risco prioritários

A tabela 7.1 mostram a delimitação e a informação básica das 4 secções estatísticas do município de Sesimbra consideradas territórios em risco prioritários (TRP1, TRP2, TRP3 e TRP4). A figura 7.4 mostra ainda a localização dos edifícios residenciais e os equipamentos estratégicos, vitais e/ou sensíveis expostos aos perigos no cenário climático mais desfavorável (RCP 8.5).

A figura 7.5 sistematiza os índices de risco multiperigo e dos respetivos forçadores (susceptibilidade, exposição e vulnerabilidade social) nos 4 TRP considerados no município de Sesimbra, na atualidade e no futuro (RCP 4.5 e RCP 8.5).

Os detalhes da susceptibilidade multiperigo e da exposição multiperigo nos 4 TRP no município de Sesimbra são apresentados, respetivamente, na figura 7.6 e figura 7.7.

A

tabela 7.2 sintetiza os scores das 4 componentes principais em cada um dos 4 TRP identificados no município de Sesimbra.

Tabela 7.1 – Territórios em risco prioritários (TRP) no município de Sesimbra.

TRP	Secção estatística	Área (ha)	Localização
TRP1	151102003	10,558	Vila de Sesimbra
TRP2	151102005	4,701	Vila de Sesimbra
TRP3	151101033	103,972	Corredoura
TRP4	151102016	14,329	Praia da Califórnia

Tabela 7.2 – Scores das componentes principais (FAC) nos territórios em risco prioritários (TRP) identificados no município de Sesimbra.

TRP	Secção estatística	FAC1	FAC2	FAC3	FAC4
TRP1	151102003	0,90	1,39	-0,14	0,19
TRP2	151102005	0,45	0,48	-0,48	0,09
TRP3	151101033	0,60	0,21	-0,31	0,14
TRP4	151102016	-0,03	-0,29	1,08	-0,30



0 1 km

Sistema de coordenadas: ETRS 1989 Portugal TM 06
Projeção: Transverse Mercator

Elementos expostos

Fonte: PLAAC- Arrábida, 2022.

Equipamentos estratégicos, vitais e/ou sensíveis expostos

Versão: Março, 2022.

- ▲ administração
- ▲ proteção civil e segurança
- ▲ ação social

- Edifícios expostos a erosão costeira e recuo de arribas (futuro, RCP 4.5, RCP 8.5)
- Edifícios expostos a incêndios rurais/florestais (futuro, RCP 8.5)
- Edifícios expostos a instabilidade de vertentes (futuro, RCP 4.5; RCP 8.5)
- Edifícios expostos a inundação e galgamento costeiro (futuro, RCP 8.5)

 Territórios em Risco Prioritários

 Área crítica

Figura 7.4 – Territórios em risco prioritários TRP1, TRP2, TRP3 e TRP4 no município de Sesimbra.
Fonte: PLAAC Arrábida.

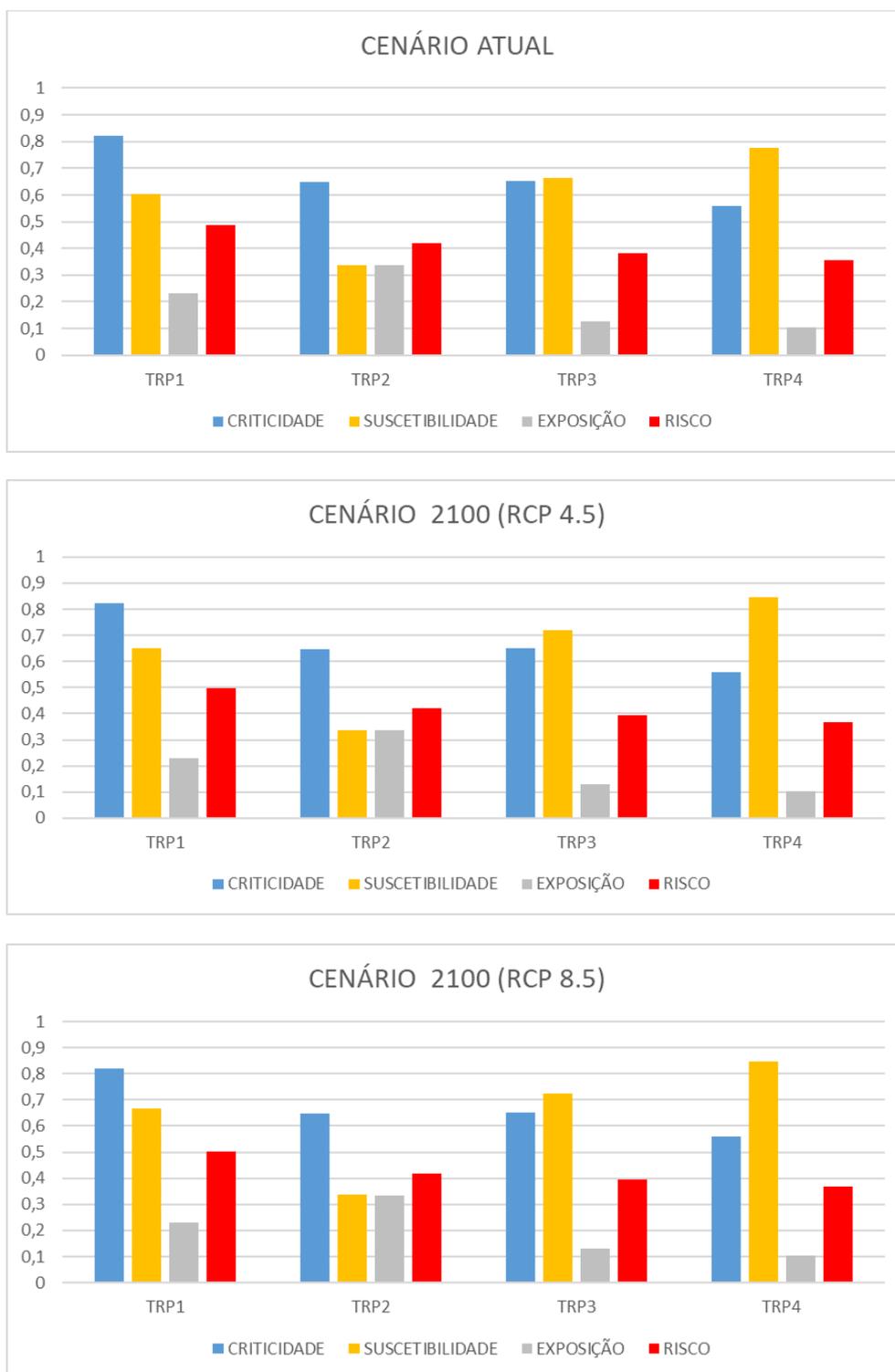


Figura 7.5 – Risco multiperigo e respetivos forçadores nos territórios em risco prioritários (TRP) no município de Sesimbra, na atualidade e no futuro (RCP 4.5 e RCP 8.5).
Fonte: PLAAC Arrábida.



Figura 7.6 – Suscetibilidade multiperigo (fração de área perigosa) nos territórios em risco prioritários (TRP) no município de Sesimbra, na atualidade e no futuro (RCP 4.5 e RCP 8.5).
Fonte: PLAAC Arrábida.

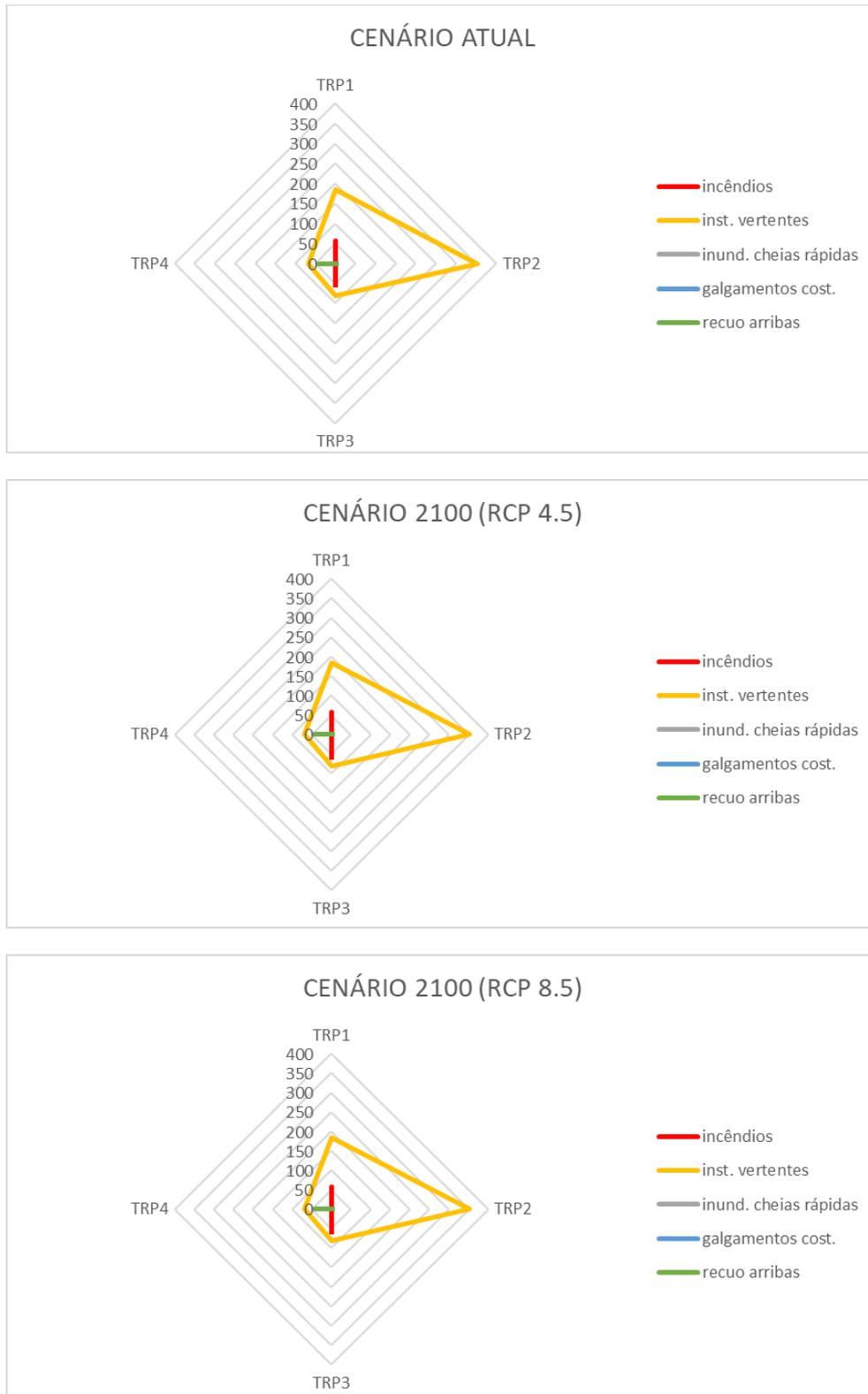


Figura 7.7 – Exposição multiperigo (número de pessoas expostas) nos territórios em risco prioritários (TRP) no município de Sesimbra, na atualidade e no futuro (RCP 4.5 e RCP 8.5).
Fonte: PLAAC Arrábida.

7.3.1 TRP1

O TRP1 corresponde à secção estatística nº 151102003 e cobre uma área de 10,558 ha, situada na vila de Sesimbra, na freguesia de Sesimbra (Santiago). Trata-se da área com índice de risco mais elevado, na atualidade (IRM = 0,486) e no futuro, quer no cenário climático RCP 4.5 (IRM = 0,498), quer no cenário climático RCP 8.5 (IRM = 0,502). A composição do risco não se altera muito ao longo do tempo, com valor bastante elevado de vulnerabilidade social e uma suscetibilidade que tende a aumentar, mas sem tradução no incremento da exposição.

A vulnerabilidade social da população residente é elevada e os respetivos forçadores são o emprego e qualificações (FAC1) e a idade, género e contexto urbano envelhecido (FAC2).

A suscetibilidade atual é muito elevada (área perigosa equivalente a 98,3 % da superfície da secção estatística), sendo determinada pela instabilidade de vertentes (54,9 %) e pelos incêndios rurais/florestais (43,4 %). A exposição a estes perigos é atualmente elevada, traduzindo-se em 28 edifícios expostos, que albergam uma população estimada em 242 indivíduos. A maior parte destes residentes está exposta à instabilidade de vertentes (185 indivíduos), sendo mais reduzido o número de indivíduos expostos aos incêndios rurais/florestais (57).

No final do século XXI, no cenário climático RCP 4.5, a suscetibilidade aumentará (área perigosa equivalente a 105,9 % da superfície da secção), devido ao aumento da área suscetível a incêndios rurais/florestais (51,0 %). No entanto, este aumento verifica-se na parte norte do TRP1 onde os edifícios estão ausentes, pelo que não ocorre aumento da exposição.

Caso se materialize o cenário climático RCP 8.5 o incremento na suscetibilidade será marginalmente maior por comparação com o cenário anterior (área perigosa equivalente a 108,7 % da superfície da secção), devido ao aumento da área suscetível a incêndios rurais/florestais (53,8 %), que passará a ser quase equivalente à área perigosa decorrente da instabilidade de vertentes. Como no caso anterior, o incremento da suscetibilidade não se vai repercutir no aumento da exposição, que se manterá com valores equivalentes à atualidade (28 edifícios residenciais expostos e 242 indivíduos).

7.3.2 TRP2

O TRP2 corresponde à secção estatística nº 151102005 e cobre uma área de 4,702 ha, situada na parte setentrional da vila de Sesimbra, na freguesia de Sesimbra (Santiago). É atravessada pela Rua Conselheiro Ramada Curto e inclui no seu extremo sul o cemitério de Sesimbra. Em termos absolutos, trata-se da secção estatística com o segundo índice de risco mais elevado no município (IRM = 0,419). Ao contrário do TRP1, a composição do risco não se altera ao longo do tempo no TRP2, com valores elevados na vulnerabilidade social e moderados na suscetibilidade e na exposição.

A vulnerabilidade social da população residente é elevada, embora inferior à verificada no TR1, e os respetivos forçadores são o emprego e qualificações (FAC1) e a idade, género e contexto urbano envelhecido (FAC2).

A suscetibilidade é moderada (área perigosa equivalente a 55,1 % da superfície da secção), sendo determinada exclusivamente pela instabilidade de vertentes.

Os edifícios expostos são em número mais elevado (31) do que os observados no TRP1. No mesmo sentido, a população exposta tem um quantitativo mais elevado (352 indivíduos residentes), estando ameaçada pela instabilidade de vertentes.

7.3.3 TRP3

O TRP3 corresponde à secção estatística nº 151101033 e cobre uma área de 103,972 ha, que compreende espaços naturais, alguma edificação dispersa e a parte meridional da localidade de Corredoura, na freguesia de Sesimbra (Castelo). O índice de risco atual é moderado (IRM = 0,486) e incrementará no futuro, de modo pouco sensível ao cenário climático (IRM = 0,395, no cenário climático RCP 4.5; IRM = 0,396, no cenário climático RCP 8.5). O índice de risco resulta de suscetibilidade e vulnerabilidade social elevadas, combinada com exposição moderada.

A vulnerabilidade social da população residente é elevada e os seus forçadores são o emprego e qualificações (FAC1) e a idade, género e contexto urbano envelhecido (FAC2).

A suscetibilidade atual é muito elevada (área perigosa correspondente a 108,4 % da superfície da secção), sendo determinada pelos incêndios rurais/florestais (64,2 %) e pela instabilidade de vertentes (44,2 %). A exposição a estes perigos é atualmente moderada, traduzindo-se em 46 edifícios expostos, que albergam uma população estimada em 133 indivíduos. A maior parte destes residentes está exposta à instabilidade de vertentes (81 indivíduos), sendo mais reduzido o número de indivíduos expostos aos incêndios rurais/florestais (52).

No final do século XXI, no cenário climático RCP 4.5, a suscetibilidade aumentará (área perigosa equivalente a 117,5 % da superfície da secção), devido ao aumento da área suscetível a incêndios rurais/florestais (73,3 %). O aumento da suscetibilidade vai traduzir-se num incremento apenas marginal da exposição, traduzido em 49 edifícios residenciais expostos, ao mesmo tempo que o número de indivíduos expostos aumenta para 137. Continuarão expostos 81 indivíduos à instabilidade de vertentes, enquanto o número de pessoas expostas aos incêndios rurais/florestais incrementa para 57.

Caso se concretize o cenário climático RCP 8.5 o incremento na suscetibilidade será apenas marginalmente maior por comparação com o cenário anterior (área perigosa equivalente a 117,9 % da superfície da secção), devido ao aumento da área suscetível a incêndios rurais/florestais (73,7 %). Este pequeno aumento da suscetibilidade não se traduzirá em qualquer incremento na exposição, que se manterá igual à descrita para o cenário climático RCP 4.5 (49 edifícios residenciais e 137 indivíduos expostos).

7.3.4 TRP4

O TRP4 corresponde à secção estatística nº 151102016 e cobre uma área de 14,329 ha, que abrange a franja litoral da vila de Sesimbra, desde a Polícia Marítima, a oeste, à Praia da Califórnia e o tribunal, a este, na freguesia de Sesimbra (Santiago). Nesta faixa incluem-se algumas edificações com função turística e residencial, sobretudo no setor leste. O índice de risco atual é moderado (IRM = 0,356) e incrementará no futuro, de modo quase insensível ao cenário climático (IRM = 0,366, nos cenários climáticos RCP 4.5 e RCP 8.5). O índice de risco resulta de suscetibilidade muito elevada, combinada com vulnerabilidade social e exposição moderadas.

A vulnerabilidade social da população residente é moderada e o seu principal forçador diz respeito às condições do alojamento (FAC3).

A suscetibilidade atual é muito elevada (área perigosa correspondente a 126,2 % da superfície da secção), sendo marcadamente multiperigo, com destaque para as inundações e galgamentos costeiros (63,0 %) e instabilidade

de vertentes (49,8 %). No entanto, também existem áreas suscetíveis à erosão costeira e recuo de arribas (8,6 %) e aos incêndios rurais/florestais (4,9 %). Esta suscetibilidade é responsável por uma exposição moderada, traduzida em 10 edifícios residenciais e 109 indivíduos expostos. Os residentes estão expostos maioritariamente à instabilidade de vertentes (68 indivíduos) e secundariamente à erosão costeira e recuo de arribas (41 indivíduos). Adicionalmente, um equipamento estratégico, vital e/ou sensível – o tribunal – encontra-se exposto à erosão costeira e recuo de arribas. No TRP4 não existem residentes expostos atualmente às inundações e galgamentos costeiros e aos incêndios rurais/florestais.

No final do século XXI, no cenário climático RCP 4.5, a suscetibilidade aumentará (área perigosa equivalente a 137,6 % da superfície da secção estatística), devido ao aumento da área suscetível às inundações e galgamentos costeiros (74,3 %), mantendo-se as áreas perigosas verificadas atualmente para os restantes processos perigosos (instabilidade de vertentes, erosão costeira e recuo de arribas e incêndios rurais/florestais). O incremento da suscetibilidade não é acompanhado pelo aumento da exposição, que se manterá equivalente à verificada na atualidade: 10 edifícios residenciais e 109 indivíduos expostos, repartidos pela instabilidade de vertentes e pela erosão costeira e recuo de arribas (68 e 41 indivíduos, respetivamente).

O cenário climático RCP 8.5 traduzir-se-á apenas num incremento residual da suscetibilidade no final do século XXI, por comparação com o cenário climático RCP 4.5. A área perigosa será equivalente a 138,1 % da superfície da secção estatística), devido ao aumento da área suscetível às inundações e galgamentos costeiros (74,8 %), mantendo-se as áreas perigosas verificadas atualmente para os restantes processos perigosos. Não haverá adição de edifícios e/ou população residente expostos.

Adjacentes à TRP4, encontram-se dois conjuntos de edifícios expostos, que configuram duas áreas críticas adicionais (Figura 4). A área crítica a poente integra 62 edifícios residenciais expostos a instabilidade de vertentes, que albergam 79 indivíduos, a que acrescem 14 edifícios expostos a inundações e galgamentos costeiros, onde residem 21 indivíduos. A área crítica a nascente integra 94 edifícios residenciais expostos a inundações e galgamentos costeiros, que albergam 153 indivíduos.

Operador programa: Promotor:



Parceiros:



8 ANÁLISE DA PERCEÇÃO DE RISCO PELAS PARTES INTERESSADAS

8.1 Introdução

O PLAAC-Arrábida possui um conjunto alargado e diferenciado de atores que têm vindo a ser envolvidos na construção destes planos, enumeram-se, como exemplo, técnicos municipais dos três concelhos do projeto, técnicos e elementos de proteção civil, forças de segurança e socorro, representantes dos vários sectores económicos, especialistas, autarcas locais, membros da comunidade educativa (formal e não-formal), membros de organizações culturais, sociais e cívicas, cidadãos interessados, entre outros. Neste projeto, organizaram-se os atores em três grandes grupos; os técnicos municipais, os técnicos de autoridades locais de proteção e segurança, e os demais Atores Locais. O Programa de Capacitação previu a realização de cinco workshops com diferentes grupos-alvo e diferentes objetivos.

Neste relatório, procurar-se-á relacionar os resultados dos Workshop#1 e Workshop#2, nomeadamente os provenientes dos exercícios de mapeamento participativo, tentando avaliar a perceção de risco climático dos técnicos municipais, técnicos de proteção civil e demais atores locais que participaram nestes eventos. Estes resultados serão ainda comparados com aqueles provenientes dos modelos de cenarização climática, atual e futura desenvolvidos no PLAAC-Arrábida. A análise deste documento deverá ser feita em conjunto com os relatórios do Workshop#1 e #2 (documentos da Atividade 5 do PLAAC-Arrábida) e com os capítulos 3, 5 e 6 (perigos e riscos climáticos atuais e futuros).

8.2 Metodologia

O Workshop#1 ocorreu na tarde do dia 23 de fevereiro de 2022 nas instalações do Campus de Setúbal do Instituto Politécnico de Setúbal (IPS). Contou com a participação de 30 técnicos municipais e técnicos de autoridades locais de proteção e segurança dos três municípios do projeto – Palmela, Sesimbra e Setúbal.

A equipa técnica que conduziu o workshop, era constituída por elementos do parceiro responsável pelo Programa de Capacitação, a NOVA School of Science and Technology | FCT-NOVA com o apoio de outros da Agência de Energia e Ambiente da Arrábida (ENA), promotor do projeto, e do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT-UL). O objetivo desta sessão passava por identificar e georreferenciar os elementos de proteção e/ou segurança, as estratégias e procedimentos de segurança e socorro e os respetivos recursos operacionais. Procurava-se também avaliar a perceção de risco dos participantes. Para tal, utilizaram-se metodologias participativas e de mapeamento coletivo, procurando recolher o máximo de informação dos técnicos participantes, tentando também espacializar o seu conhecimento e perceção de forma geolocalizada.

Para o exercício de mapeamento participativo e colaborativo, começou-se por dividir os participantes em três salas, uma para cada município. Cada uma das salas estava dividida em vários grupos de trabalho, um por cada perigo climático que se dedicava ao mapeamento, atual e futuro, do respetivo perigo. Os grupos depois rodaram entre as mesas e complementavam o mapa anterior com novas contribuições. A rotação aconteceu as vezes entre as mesas de forma que todos os participantes tivessem a oportunidade de trabalhar todos os perigos climáticos. Resultou assim, em cada sala, um mapa por perigo climático.

Os Workshops#2 do Programa de Capacitação do PLAAC-Arrábida ocorreram durante o mês de abril de 2022, tendo sido dividido em três sessões, uma para cada município. Em Sesimbra, decorreu no dia 5 de abril de 2022, na Sede do Clube Sesimbrense, Sesimbra (30 participantes); já a sessão de Palmela, no dia 6 de abril de 2022, no pavilhão do Parque Mário Bento, no Poceirão (30 participantes); por último, a sessão de Setúbal decorreu no dia 22 de abril de 2022, no Rancho Folclórico das Praias do Sado (23 participantes).

Ao contrário do Workshop#1, estas sessões tinham como público-alvo os atores locais da comunidade, como, por exemplo, cidadãos individuais, organizações não governamentais, associações locais, empresários de vários sectores, entidades locais ou regionais, entre outros. Complementarmente, participaram ainda técnicos municipais e contou-se com a presença de elementos da Agência de Energia e Ambiente da Arrábida (ENA), promotor do projeto, e de parceiros do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT-UL) e da NOVA School of Science and Technology | FCT-NOVA.

O objetivo das sessões do Workshop#2 era em tudo semelhante com o do Workshop#1, mudando apenas o público-alvo principal. No entanto, por questões logísticas e por se estar a trabalhar apenas um município em cada sessão, a metodologia sofreu pequenas alterações. Os participantes foram divididos, aleatoriamente em grupos de trabalho que se mantiveram fixos ao longo da sessão. Cada grupo trabalhou apenas um mapa do seu concelho onde delimitaram e assinalaram todos os perigos climáticos. De forma a dar liberdade de trabalho e a fomentar as dinâmicas internas de cada grupo, desafiou-se que cada grupo fizesse da maneira que considerasse mais clara a legendagem da simbologia para os diferentes perigos climáticos. Isto levou a um maior esforço de interpretação por parte das equipas técnicas, mas permitiu que cada grupo concluísse o seu exercício de mapeamento participativo da maneira que considerava melhor.

Para melhor análise da metodologia, dos resultados e do perfil de participantes em cada uma das sessões dos dois Workshops, aconselha-se a leitura atenta dos respetivos relatórios. No capítulo seguinte, serão apresentadas as análises dos resultados do mapeamento participativo de perigos climáticos obtidos em ambos os Workshops, por cada um dos municípios. Começar-se-á a apresentar os mapas resultantes, os quais serão descritos e interpretados, terminando-se com uma comparação com os dados obtidos dos modelos climáticos e cartográficos do IGOT-UL, apresentados nos capítulos 5 e 6.

8.3 Resultados do mapeamento participado de riscos climáticos

Abaixo, apresentam-se os mapas resultantes do Workshop#1 para o município de Sesimbra, para cada um dos perigos climáticos, nomeadamente Incêndios florestais/rurais (figura 8.1), Erosão hídrica do solo (figura 8.2), Instabilidade de vertentes (figura 8.3), Inundações Fluviais (figura 8.4), Calor excessivo (figura 8.5), Secas (figura 8.6), Tempestades de vento (figura 8.7), Inundações e galgamentos costeiros (figura 8.8) e Erosão costeira e recuo de arribas (figura 8.9).

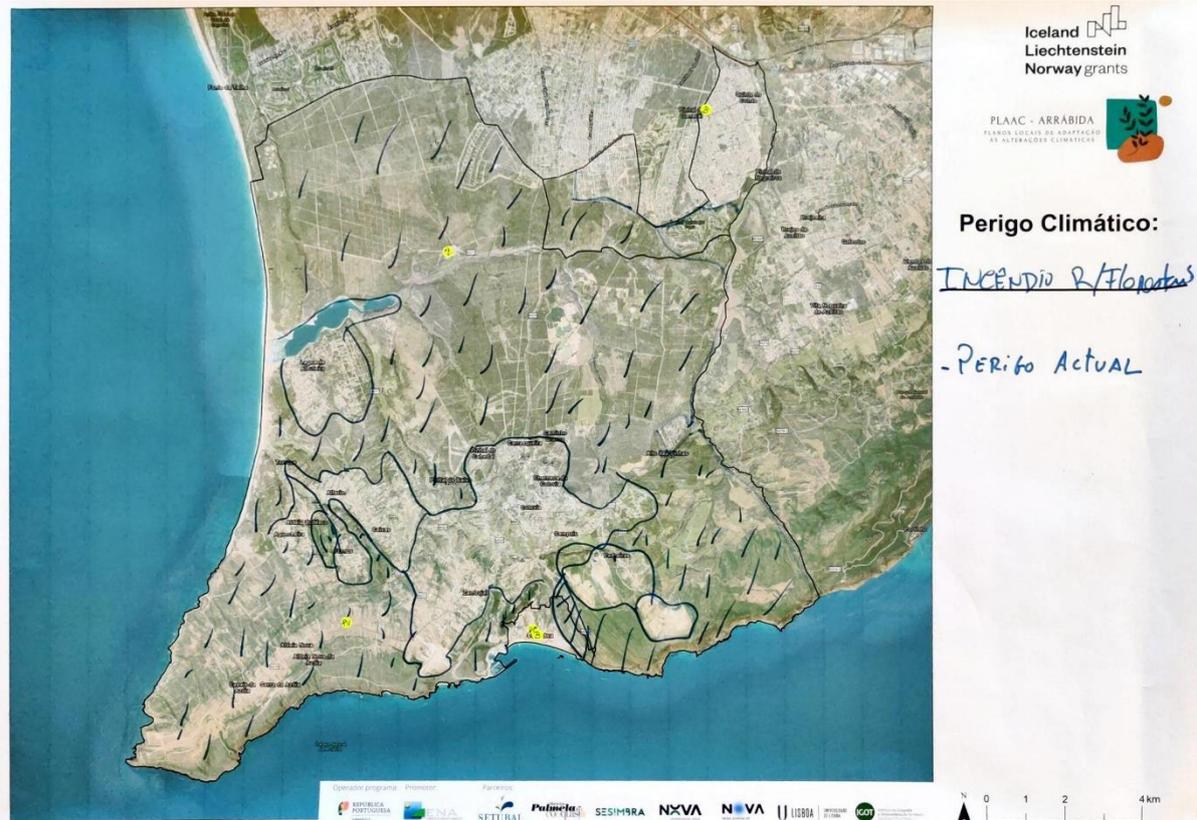


Figura 8.1 – Workshop#1, Sesimbra, Incêndios florestais/rurais

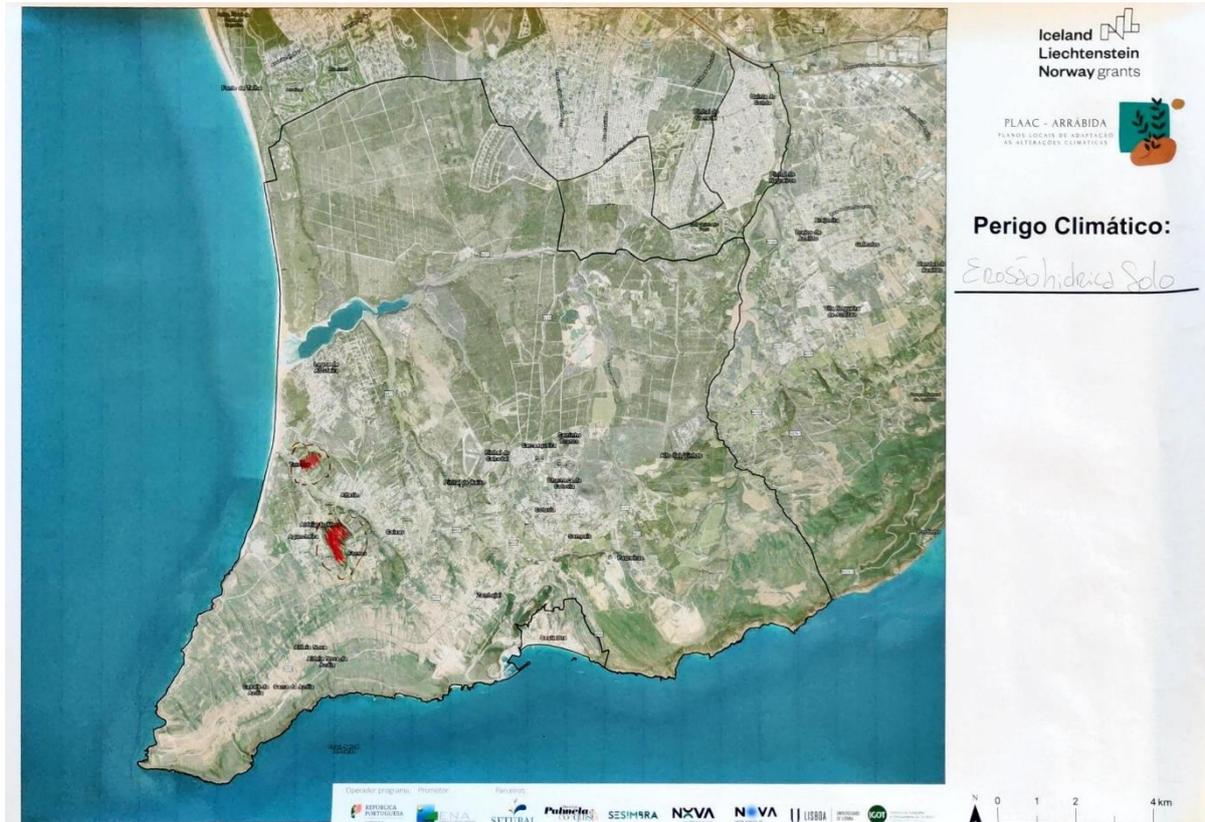


Figura 8.2 – Workshop#1, Sesimbra, Erosão hídrica do solo



Figura 8.3 – Workshop#1, Sesimbra, Instabilidade de vertentes



Figura 8.4 – Workshop#1, Sesimbra, Inundações fluviais

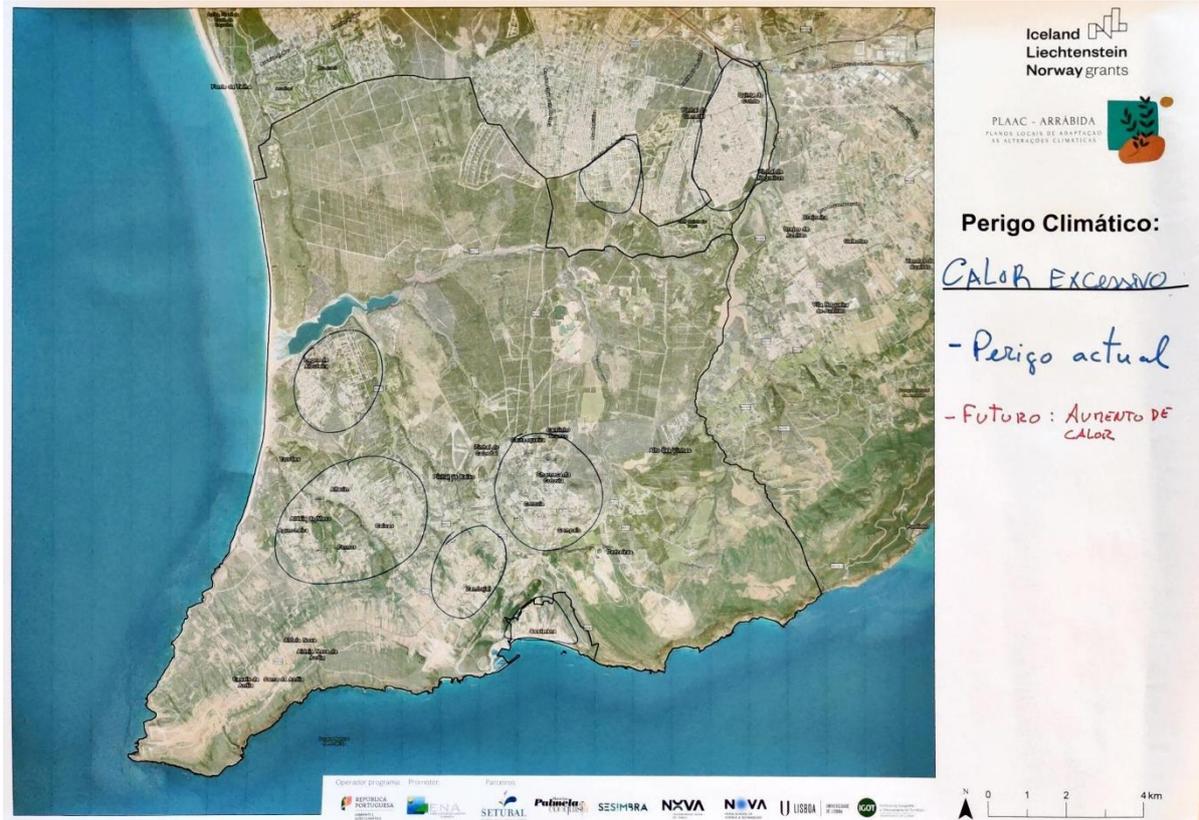


Figura 8.5 – Workshop#1, Sesimbra, Calor excessivo



Figura 8.6 – Workshop#1, Sesimbra, Secas



Figura 8.7 – Workshop#1, Sesimbra, Tempestades de vento

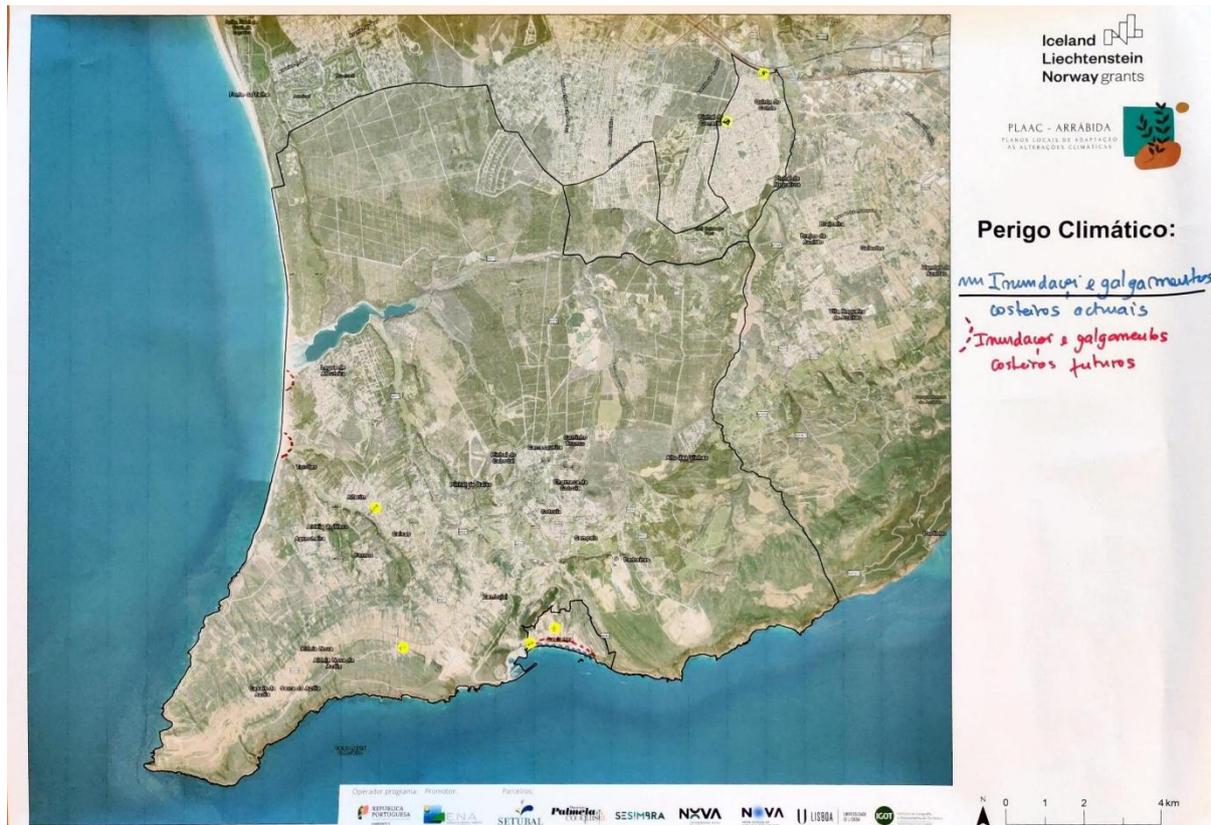


Figura 8.8 – Workshop#1, Sesimbra, Inundações e galgamentos costeiros



Figura 8.9 – Workshop#1, Sesimbra, Erosão costeira e recuo de arribas

De seguida, apresentam-se os mapas obtidos na sessão de Sesimbra do Workshop#2, onde cada um de quatro grupos elaborou um mapa contendo todos os perigos climáticos (figura 8.10, figura 8.11, figura 8.12 e figura 8.13).

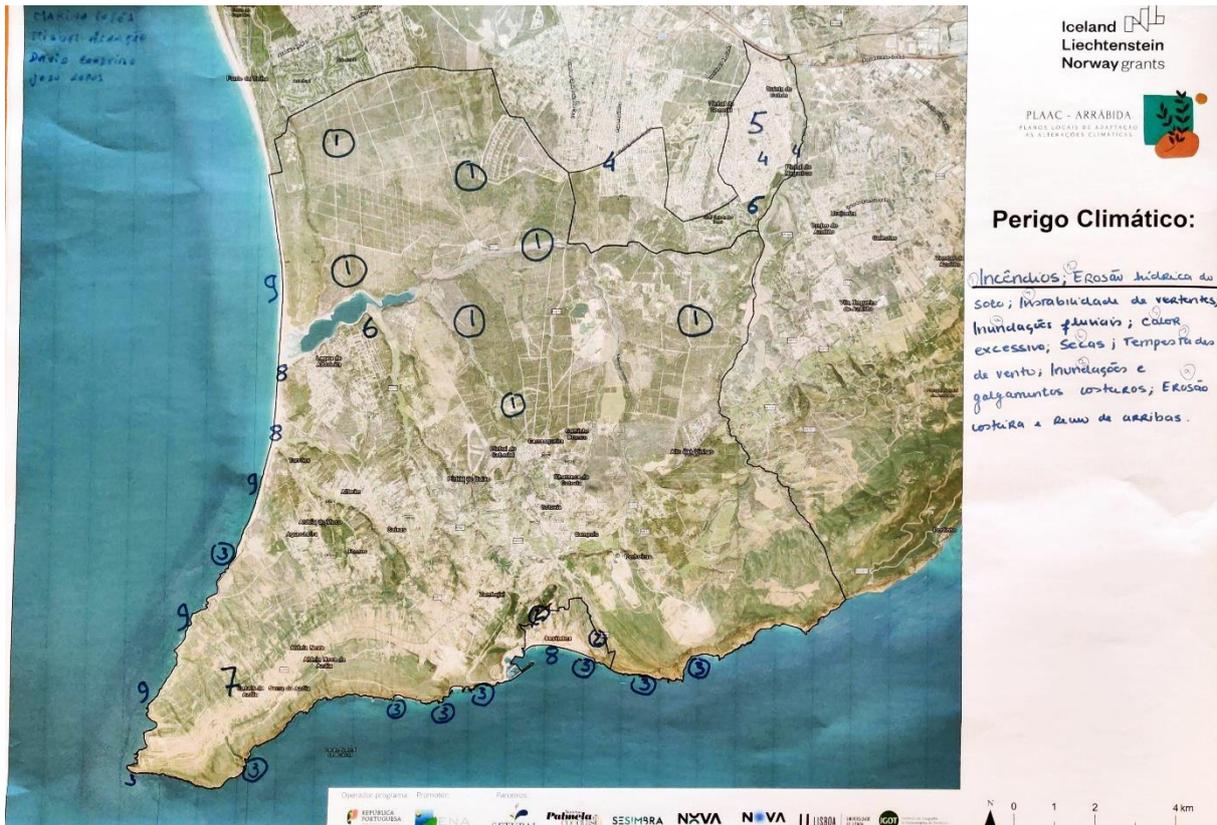


Figura 8.10 – Workshop#2, Sesimbra, Grupo 1

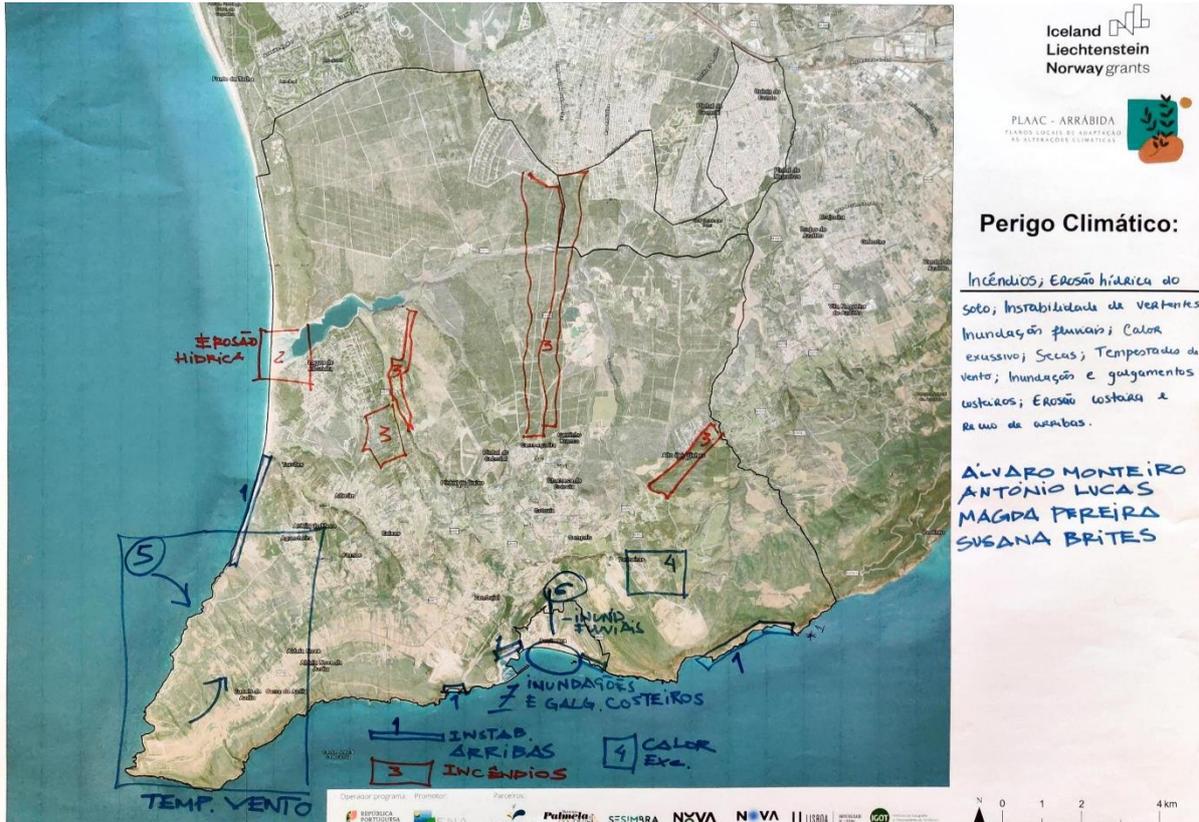


Figura 8.11 – Workshop#2, Sesimbra, Grupo 2

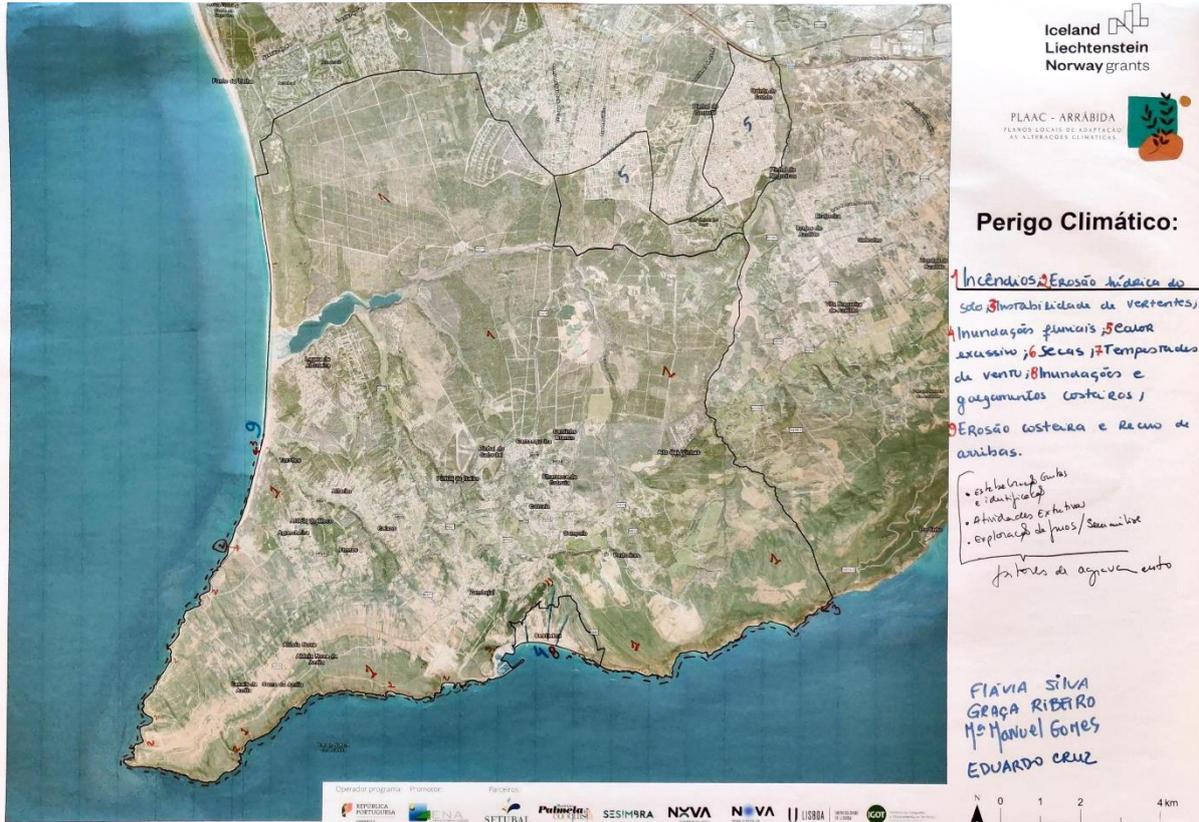


Figura 8.12 – Workshop#2, Sesimbra, Grupo 3

8.3.2 Erosão hídrica do solo

Quanto ao risco climático que representa a erosão hídrica do solo, os participantes do Workshop #1 consideram que o foco de risco atual e futuro foca-se apenas em duas pequenas áreas no município de Sesimbra, nomeadamente nas localidades da Aldeia do Meco, Fornos e Aguncheira, assim como na localidade de Torrões e suas imediações urbanas e florestais/rurais/agrícolas, que se encontram a Sul da Lagoa de Albufeira, oeste das localidades de Alfirim e Caixas e a Noroeste da vila de Sesimbra.

Os participantes do Workshop #2 consideram que as áreas que representam o maior risco climático de erosão hídrica do solo se encontram nos limites da freguesia e vila de Sesimbra, nomeadamente perto do Castelo de Sesimbra, a Noroeste da vila e a região florestal que se encontra a Nordeste da vila, perto da EM 585. Outros participantes consideram que a área que representa um maior risco climático encontra-se precisamente na foz da Lagoa de Albufeira, a Noroeste da freguesia do Castelo, junto à praia da Lagoa de Albufeira e à Praia da Boca Velha. Outros participantes defendem que as áreas que representam maior risco climático de erosão hídrica do solo são aquelas que se encontram nas regiões costeiras entre a Praia da Ribeira do Cavalo e a Praia das Bicas.

Os participantes do Workshop#2 obtiveram resultados mais semelhantes àqueles obtidos pela equipa do IGOT, tendo destacada as zonas declivosas do PNA, nomeadamente junto a Sesimbra, aquelas que possuem suscetibilidade “muito elevada” a erosão potencial do solo. De forma geral, a metade sul do município, nomeadamente nas zonas declivosas, apresentará a mesma suscetibilidade, de forma “elevada” ou “muito elevada”. Este risco foi também observado na zona entre a Herdade da Apostiça e a Quinta do Conde.

8.3.3 Instabilidade de vertentes

Quanto ao risco climático correspondente à instabilidade de vertentes, os participantes do Workshop #1 concluem que as áreas que representam um maior risco atual e futuro deste risco climático se localizam, principalmente, na freguesia e vila de Sesimbra, mais especificamente nas arribas que circundam a vila, perto da Estrada de Argéis, a Este da vila, na Fonte do Carvalho e Castelo, a Norte da vila e na região florestal a oeste da vila e a sudoeste do Castelo de Sesimbra. Destacam, ainda, toda a arriba que se estende desde a Praia da Foz até à Praia das Bicas como uma área que corresponde a um elevado risco climático atual e futuro de instabilidade de vertentes.

Os participantes do Workshop #2 chegam todos a um consenso, considerando que as áreas que representam um maior risco climático de instabilidade de vertentes se encontram em toda a zona costeira e limítrofe do município de Sesimbra, nomeadamente entre o Portinho da Arrábida e a Praia dos Rebenta Bois, dando destaque à Praia dos Penedos, Praia da Ribeira do Cavalo e Praia do Meco.

Estes resultados vão de encontro aos obtidos no estudo da equipa do IGOT, tendo encontrado a suscetibilidade no litoral de arribas entre a Praia do Meco e o limite do concelho com Setúbal. Na zona da Serra do Risco encontram-se as maiores áreas de suscetibilidade máxima de instabilidade de vertentes. Destacam-se zonas mais interiores, como a faixa declivosa a norte de Casais da Azóia – Pinheirinhos e a zona da pedreira e do Castelo a Oeste da Vila.

8.3.4 Inundações fluviais

Os participantes do Workshop #1 encontram um consenso em termos de áreas que representam risco climático atual e futuro de inundações fluviais. Consideram que a localidade próxima do Espaço Interpretativa da Lagoa

Pequeno, perto da EN 377 e da localidade da Apostiça, a Este da Lagoa de Albufeira, no limite Oeste da freguesia do Castelo é um foco deste risco climático. Consideram também que um outro grande foco de risco atual e futuro de inundações fluviais se encontra na região urbana e florestal da freguesia da Quinta do Conde, mais concretamente no Pinhal da Negreira, a Sudeste da Quinta do Conde e no Pinhal do General, a Sudoeste da freguesia.

Quanto aos participantes do Workshop #2, também estes encontram um consenso quanto às áreas do município de Sesimbra que representam um maior risco climático de inundações fluviais. Consideram que a freguesia da Quinta do Conde será a mais afetada, nomeadamente o Pinhal dos Negreiros, que se encontra a Este da freguesia e a localidade do Casal do Sapo e Fontainhas, a Oeste da freguesia. Para além da freguesia da Quinta do Conde, os participantes consideram também que a vila e freguesia de Sesimbra será uma das áreas que representa maior perigo climático, nomeadamente a localidade de Santana, a Norte da vila de Sesimbra e toda a região costeira a sul da vila, correspondente à Praia da Califórnia e Praia do Ouro.

As áreas de suscetibilidade a inundações fluviais encontradas pelos investigadores do IGOT encontram-se na zona norte do município, nomeadamente nos afluentes da ribeira da Apostiça, desaguando na Lagoa de Albufeira. A Quinta do Conde é uma área de “elevada” suscetibilidade, nomeadamente da bacia hidrográfica que vem de Azeitão (Setúbal) e que vai dar origem ao Rio Coina. Estas duas áreas foram identificadas em ambos os workshops.

8.3.5 Calor excessivo

O risco climático correspondente ao calor excessivo foi identificado em várias localidades por parte dos participantes do Workshop #1. Estes apenas identificaram as áreas das quais consideram que existe risco climático atual de calor excessivo. Identificaram toda a freguesia e vila de Sesimbra, a sul do município, como uma área de risco atual, assim como toda a urbanização da freguesia da Quinta do Conde e das localidades de Fontainhas e Casal do Sapo, a Nordeste do município de Sesimbra. Para além destas áreas, foram também identificadas as localidades envolventes a Charneca de Cotovia, - que se estende até a Carrasqueira e Caminho Branco, a norte da localidade, até Cotovia e Sampaio, a Sul da localidade -, toda a área envolvente ao Zambujal - estendendo-se até ao Zambujal de Baixo, Almoinha, Pinhal de Cima -, toda a área urbanizada a sul da Lagoa de Albufeira, na freguesia do Castelo e todas as áreas urbanizadas que rodeiam as localidades da Aldeia do Meco, Alfarim, Caixas, Fornos e Aguncheira, também na freguesia do Castelo, a Sudoeste do município de Sesimbra.

Alguns dos participantes do Workshop #2 identificaram a urbanização da freguesia da Quinta do Conde e das localidades de Fontainhas e Casal do Sapo, a Noroeste do município de Sesimbra como a principal ilha de calor de excessivo do município. Outros identificaram a região florestal e a própria Pedreira de Sesimbra, localizada em Pedreiras, a noroeste da vila de Sesimbra, como a principal ilha de calor excessivo do município de Sesimbra.

Apesar de os participantes terem destacado, sobretudo, as áreas urbanas, provavelmente devido ao efeito de ilha de calor, a equipa do IGOT considerou que a suscetibilidade atual de calor excessivo é igualmente “reduzida” em todo o município. No futuro, tendo em conta o cenário RCP 4.5, esta passa a “elevada”, exceto nas zonas mais elevadas. No cenário RCP 8.5, a suscetibilidade é “muito elevada” em todo o concelho, sendo apenas “elevada” nas zonas mais altas.

8.3.6 Secas

Quanto ao risco climático correspondente às secas, os participantes do Workshop #1 identificaram tanto o risco atual como futuro nas mesmas áreas. Identificaram que todas essas áreas se encontram na freguesia do Castelo, ainda que espalhadas pelo mesmo. Uma das áreas identificadas encontra-se no limite Oeste do município de Sesimbra e freguesia do Castelo, já perto de Azeitão, a sul da freguesia da Quinta do Conde, na área que percorre a EN 379. Outras áreas identificadas correspondem à Herdade da Mesquita, a norte da freguesia do Castelo e a área que se estende pela EN 377, que se encontra a Sudoeste da Lagoa de Albufeira, a Estes da freguesia do Castelo. Por último, os participantes identificaram também a Herdade do Cabeço da Flauta, a Sul da Lagoa de Albufeira e as localidades que envolvem os Casais da Azóia, a Serra da Azóia e Aldeia Nova, no extremo Sudeste do município de Sesimbra como as principais áreas de risco climático atual e futuro correspondente a secas, em Sesimbra.

Quanto aos participantes do Workshop #2, estes apenas identificaram a localidade mais a sul da urbanização da freguesia da Quinta do Conde, Noroeste do município de Sesimbra, mais concretamente, a localidade que envolve o Clube da Quinta do Peru como a principal área que sofrerá com o risco climática correspondente a secas.

De forma similar à do calor excessivo, todo o concelho de Sesimbra foi considerado como tendo suscetibilidade “moderada” a secas pela equipa do IGOT. No futuro, tendo em conta o cenário RCP 4.5, esta passa a “elevada”, exceto nas zonas mais elevadas. No cenário RCP 8.5, a suscetibilidade é “muito elevada” em todo o concelho, sendo apenas “elevada” nas zonas mais altas.

8.3.7 Tempestades de vento

Os participantes do Workshop #1 identificaram as mesmas áreas quanto ao risco climático atual e futuro correspondente a tempestades de vento. Para tal, identificaram a direção do vento e as localidades que irão afetar. Identificaram que o vento vindo de Sul pode/poderá causar tempestades de vento que afetarão a vila de Sesimbra, a Sul do município, nomeadamente na Praia da Califórnia. Identificaram também que o vento com direção Nordeste afetará, através do risco climática correspondente às tempestades de vento, as áreas correspondentes à Praia da Lagoa de Albufeira e a Praia do Meco, a Oeste do município, na freguesia do Castelo.

Alguns dos participantes do Workshop #2 identificaram que o risco climático que corresponde a tempestades de vento se focam/focarão na extensa área que envolve as localidades de Aguncheira, indo para Sul até Casais da Azóia, Serra da Azóia e Aldeia Nova, ao longo da EN 379, estendendo-se desde a Praia da Baleeira, passando pelo Cabo Espichel, Praia dos Lagosteiros, direcionando-se para Norte até à Praia da Foz, afetando não só a zona costeira como a zona interior do Sudoeste do município de Sesimbra.

Os resultados da equipa do IGOT são mais abrangentes, considerando que toda a zona sul, e declivosa, do município apresenta suscetibilidade “elevada” a tempestades de vento, bem como a zona entre a praia do Meco e o limite norte com o município do Almada. Na zona entre a Praia do Meco e os Casais da Azóia, com alguma influência também para o interior, a suscetibilidade “moderada”.

8.3.8 Inundações e galgamentos costeiros

O risco climático correspondente a inundações e galgamentos costeiros foi identificado pelos participantes do Workshop #1 na vila de Sesimbra, a sul do município, numa primeira fase, apenas nas áreas correspondentes à Praia da Califórnia e à Praia do Ouro, correspondendo ao risco atual, que, posteriormente, se pode estender mesmo até à vila de Sesimbra, representando o risco futuro. Para além da vila de Sesimbra, os participantes

identificaram também as praias do Meco e da Lagoa de Albufeira como áreas de risco futuro de inundações e galgamentos costeiros, a Oeste do município de Sesimbra e da freguesia do Castelo. Quanto aos participantes do Workshop #2, estes identificaram exatamente as mesmas áreas e localidades que os participantes do Workshop#1, quanto a áreas que representam o risco climático atual e futuro correspondente a inundações e galgamentos costeiros.

Os resultados confirmam os obtidos pela equipa do IGOT, tendo identificado suscetibilidade na vila de Sesimbra, afetando todo o litoral da freguesia da Santiago (até ao Jardim Público de Sesimbra, na zona mais para interior), mas também a zona portuária por completo. Também a faixa litoral entre a praia do Meco e o limite norte do concelho com Almada possui suscetibilidade a inundações e/ou galgamento costeiro.

8.3.9 Erosão costeira e recuo de arribas

Por último, os participantes do Workshop #1, identificaram que as áreas que correspondem ao risco climático atual de erosão costeira e recuo de arribas são exatamente as mesmas que correspondem risco climático futuro. Foi identificada toda a extensão costeira do município de Sesimbra, que se estende, a Sul, desde o Portinho da Arrábida, dirigindo-se para Este, passando pela Praia dos Penedos, pelas praias da vila de Sesimbra - Praia da Califórnia e do Ouro, pela Praia da Ribeira do Cavalo, Inferno, Baleeira, dobrando o Cabo Espichel e dirigindo-se para Norte até à Praia da Foz como toda uma área que representa risco climático e futuro de erosão costeira e recuo de arribas no município de Sesimbra. Os participantes deram especial ênfase às arribas diretamente a Oeste e Este da vila de Sesimbra.

Os participantes do Workshop #2, em evidente consenso, consideraram que as áreas em que o risco climático de erosão costeira e recuo de arribas no município de Sesimbra começam na praia da Califórnia, na vila de Sesimbra e se estende para Este pela costa Sul do município até dobrar o Cabo Espichel e segue em direção a Norte, até chegar à Praia da Lagoa de Albufeira e até à Praia dos Olhos de Água.

A equipa do IGOT obteve resultados semelhantes, considerando que praticamente todo o litoral possui suscetibilidade a erosão costeira e/ou recuo de arribas, sendo sobretudo mais gravoso na zona do Cabo Espichel e em todo o litoral Sul (exceto parte da vila de Sesimbra).

8.4 Considerações finais

Neste capítulo compararam-se três conjuntos de resultados. O primeiro provém de um mapeamento coletivo de técnicos municipais e de proteção civil. Na teoria, são um conjunto de pessoas com um conhecimento técnico e operacional relevante, apesar de estes provirem de diferentes áreas (desde o ambiente, à comunicação, por exemplo). Existirão, portanto, diferenças entre os elementos, apesar de serem técnicos do mesmo município.

O segundo conjunto provém do mesmo mapeamento coletivo, mas, desta feita, executado por atores locais dos municípios. Estes elementos têm origens e conhecimentos técnicos ainda mais diversificados, sendo alguns, também técnicos de outras organizações locais/regionais. Contudo, apesar de não ser assegurado que possuirão conhecimentos técnicos consolidados, terão certamente conhecimentos locais mais pormenorizados.

Estes dois resultados foram comparados com um terceiro, os modelos de risco climático atual e futuro levados a cabo pela equipa de investigadores do IGOT, um dos parceiros do PLAAC-Arrábida. Estes modelos são assentes em metodologias de modelação, com variações de risco para risco, que podem ser consultadas no capítulo 6.

O que os resultados parecem demonstrar é que existe uma evidente e importante complementaridade entre os grupos que participaram no Workshop#1 e no Workshop#2. Muitas vezes, um grupo não referiu áreas que o outro delimitou e que foram consideradas pela equipa IGOT. Conclui-se, portanto, que é essencial que o grupo de atores neste tipo de processos não seja estrito às equipas internas das autarquias, mas que a população, tão alargada quanto possível, possa ser auscultada e chamada para contribuir pois possuem informações fundamentais.

Pode-se ter em conta algumas limitações possíveis. Primeiramente, por questões de logística, não foi possível manter a metodologia em ambos os workshops. Enquanto no primeiro existia um mapa por Perigo Climático, e os grupos rodavam por todos os mapas, no segundo workshop, cada grupo trabalhou um só mapa, onde se delimitou todos os perigos climáticos. Este facto tornou o mapeamento mais confuso, não só na análise de resultados, mas, possivelmente, no próprio processo e execução. Além disso, o facto de todos os elementos terem trabalhado cada um dos mapas, estes terão tido resultados mais refinados, uma vez que tiveram contributos de todos os participantes.

Outra questão que se deve atentar é que muitos participantes, em alguns casos, pareceram ter delimitado com mais pormenor as áreas de maior risco. Isso é sobretudo evidente no caso do calor excessivo, onde quer no Workshop#1 quer no Workshop#2 assinalaram áreas de ilhas de calor urbanas, algo que não surgiu nos resultados da equipa do IGOT. Estes participantes poderão ter uma sensibilidade e perceção a uma escala mais local do que aqueles que os modelos poderão ter como resultados sendo, talvez, um dos motivos para diferenças encontradas.

Por último, questiona-se se todos os participantes em ambas as sessões estariam com a mesma noção e de acordo com as definições dos riscos climáticos que estariam a trabalhar. Por exemplo, alguns em alguns riscos climáticos poderá ter havido alguma confusão (inundações estuarinas vs. fluviais vs. galgamentos costeiros, por exemplo). É, por isso, importante garantir que existe uma primeira parte de capacitação técnica e metodológica, tentando assim diminuir algumas diferenças e confusões.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALFA 2004. Tipos de Habitats Naturais e Semi-naturais do Anexo I da Diretiva 92/43/CEE (Portugal continental): Fichas de Caracterização Ecológica e de Gestão para o Plano Sectorial da Rede Natura 2000. Relatório. Lisboa.
- Amatulli, G., Camia, A., & San-Miguel-Ayanz, J. (2013). Estimating future burned areas under changing climate in the EU-Mediterranean countries. *Science of the Total Environment*, 450–451, 209–222. <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2013.02.014>
- AML. (2018). Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas. Volume I - Definição do cenário base de adaptação para a AML. Retrieved from https://www.aml.pt/susProjects/susWebBackOffice/uploadFiles/wt1wwpgf_aml_sus_pt_site/componentPdf/SUS5BD0A09029884/PMAAC_AML_P021_VOL1_CENARIO_BASE_ADAPTACAO.PDF
- APA (2020). Cartas de Zonas Inundáveis de Riscos de Inundações RH6 – Sado e Mira. Plano de Gestão dos Riscos de Inundações 2022/2027 – 2ª fase. Novembro de 2020.
- APA. (2017). Plano de Ação Litoral XXI. Retrieved from https://apambiente.pt/sites/default/files/_Agua/DLPC/Acao_valorizacao/PAL-XXI_Atualizacao_FINAL_actnov19.pdf
- Araújo, J. R. (2021). Impact of extreme rainfall events on landslide events in Portugal under climate change scenarios. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.
- Brooks, N. (2003). Vulnerability, risk and adaptation: A conceptual framework. Tyndall Centre for climate change research working paper, 38(38), 1-16.
- Camilo-Alves, C., Esteves da Clara M.I., Ribeiro, N.M.A. 2013. Decline of Mediterranean oak trees and its association with *Phytophthora cinnamomi*: a review. *Eur J Forest Res.* 132:411–432
- Capelo, J. & Costa, J.C. 2002. Notícia acerca dos carrascais arbóreos da Serra da Arrábida. *Silva Lusit.* 9 (2): 269-271.
- De Groeve, T., Polansek, K., Vernaccini, L. (2016). Index for Risk Management -INFORM. Publicatio. ed. Publications Office of the European Union, European Union, Luxembourg.
- Dinis C., P. Sorvo & N. Ribeiro 2011. Comparison of two methods to assess the root architecture as the potential factor influencing the diversity of a stand. *Metody inventarizace a hodnocení biodiverzity stromové slozky.* Eliska Trnková.
- Dupuy, J. luc, Fargeon, H., Martin-StPaul, N., Pimont, F., Ruffault, J., Guijarro, M., Hernando, C., Madrigal, J., & Fernandes, P. (2020). Climate change impact on future wildfire danger and activity in southern Europe: a review. *Annals of Forest Science*, 77(2). <https://doi.org/10.1007/s13595-020-00933-5>
- ERSAR. (2022). Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal | 2021. Volume 1 - Caracterização do sector de águas e resíduos. Retrieved from <https://www.ersar.pt/pt/site-publicacoes/Paginas/edicoes-anuais-do-RASARP.aspx>
- Garcia, R.A.C.; Oliveira, S.C.; Zêzere, J.L. (2016) - Assessing population exposure for landslide risk analysis using dasymetric cartography. *Natural Hazards and Earth System Sciences*, 16 (12), p. 2769-2782. Doi:10.5194/nhess-16-2769-2016
- Gouveia, J. P., Palma, P., & Simoes, S. G. (2019). Energy poverty vulnerability index: A multidimensional tool to identify hotspots for local action. *Energy Reports*, 5, 187-201. doi:<https://doi.org/10.1016/j.egyr.2018.12.004>
- ICNF, Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (2012). Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI) – Guia Técnico. Direção de Unidade de Defesa da Floresta, abril 2012 (antes Autoridade Florestal Nacional). Disponível em <https://fogos.icnf.pt/sgif2010/InformacaoPublicaDados/guia-tecnico-pmdfci-afn-abril2012.pdf>
- INE, & PORDATA. (2021). Habitantes por bombeiro. Fontes de Dados: INE - Inquérito às Entidades Detentoras de Corpos de Bombeiros. INE - Estimativas Anuais da População Residente. Fonte: PORDATA. PORDATA, Base de Dados de Portugal Contemporâneo.
- INE. (2019). Valor acrescentado bruto (€) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3); Anual - INE, Sistema de contas integradas das empresas. Instituto Nacional de Estatística. Retrieved from https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008514&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (2020a). Portal do INE - Empresas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013), Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3) e Forma jurídica; Anual - INE, Sistema de contas integradas das empresas. Instituto Nacional de Estatística. Retrieved from https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008511&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (2020b). Portal do INE. Base de Dados - Empresas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013), Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3) e Forma jurídica; Anual - INE, Sistema de contas integradas das empresas. Instituto Nacional de Estatística. Retrieved from

- https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008511&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (2021a). Portal do INE - Base de dados - Alojamentos familiares clássicos de residência habitual (N.º) por Localização geográfica e Existência de ar condicionado; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021. Retrieved from https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0011159&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (2021b). Portal do INE - Despesas em ambiente dos municípios por 1000 habitantes (€/ hab.) por Localização geográfica. Instituto Nacional de Estatística. Retrieved from https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008293&contexto=bd&selTab=tab2&xlang=PT
- INE. (2021c). Portal do INE - Enfermeiras/os por 1000 habitantes (N.º) por Local de trabalho (NUTS - 2013); Anual - INE, Estatísticas do pessoal de saúde. Instituto Nacional de Estatística. Retrieved from https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008277&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (2021d). Portal do INE - Médicas/os por 1000 habitantes (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual - INE, Estatísticas do pessoal de saúde. Instituto Nacional de Estatística. Retrieved from https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008356&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (2021e). Portal do INE - Proporção de produtores agrícolas singulares (%) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Nível de escolaridade; Decenal - INE, Recenseamento agrícola - séries históricas. Instituto Nacional de Estatística. Retrieved from https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0010491&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (2021f). Portal do INE - Valor acrescentado bruto (€) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3); Anual - INE, Sistema de contas integradas das empresas. Instituto Nacional de Estatística. Retrieved from https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008514&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (2022a). Portal do INE - Empresas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013), Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3) e Forma jurídica; Anual - INE, Sistema de contas integradas das empresas. Instituto Nacional de Estatística. Retrieved from https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008511&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (2022b). Portal do INE - Rendimento médio por quarto (Rev Par) (€) nos estabelecimentos de alojamento turístico por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo (alojamento turístico); Anual - INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos. Instituto Nacional de Estatística. Retrieved from https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009929&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (2022c). Portal do INE - Valor da produção padrão total médio por hectare de superfície agrícola utilizada (€/ ha) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Decenal - INE, Recenseamento agrícola - 2019. Instituto Nacional de Estatística. Retrieved from https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0011069&contexto=bd&selTab=tab2
- IPCC (2021). Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Masson-Delmotte, V., P. Zhai, A. Pirani, S. L. Connors, C. Péan, S. Berger, N. Caud, Y. Chen, L. Goldfarb, M. I. Gomis, M. Huang, K. Leitzell, E. Lonnoy, J.B.R. Matthews, T. K. Maycock, T. Waterfield, O. Yelekçi, R. Yu, B. Zhou (eds.), Cambridge University Press.
- Kulp, S. A., & Strauss, B. H. (2019). New elevation data triple estimates of global vulnerability to sea-level rise and coastal flooding. *Nature Communications*, 10(1). <https://doi.org/10.1038/S41467-019-12808-Z>
- Marques, F.; Andrade, C.; Taborda, R.; Freitas, C.; Antunes, C.; Mendes, T.; Carreira, D. (2009). Zonas Costeiras in F.D.Santos (edit.) Plano Estratégico do Concelho de Sintra Face às Alterações Climáticas, Câmara Municipal de Sintra, 62 pp.
- Marques, F.; Penacho, N.; Queiroz, S.; Gouveia, L.; Matildes, R.; Redweik, P. (2013). Estudo da adequabilidade das faixas de risco/salvaguarda definidas no POOC em vigor, Entregável 1.3.3.a, Estudo do litoral na área de intervenção da APA, I.P. /ARH do Tejo, Agência Portuguesa do Ambiente.
- Martins, M., Neto C. & José C. Costa. 2013. The meaning of mainland Portugal beaches and dunes' psammophilic plant communities: a contribution to tourism management and nature conservation. *Journal of Coastal Conservation*. 17:279–299.
- Martins, M., Neto, C. & Costa, J.C. (2014a). Taux d'endémicité et tendances phytogéographiques de la végétation psammophile des plages et des dunes de sable côtier dans le Sud-ouest de l'Europe (Portugal continental). *Documents Phytosociologiques*, 3(1), 315-322.

- Martins, M., Neto, C., Gutierrez, F. & Costa, J.C. (2014b). Bioindicators of erosive dynamics in beach and dune systems in the Portuguese mainland coast. *Documents Phytosociologiques*, 3(1), 325-337.
- Mendes, J.M.; Tavares, A.O.; Cunha, L.; Freiria, S. (2010) Social vulnerability to natural and technological hazards: the relevance of scale. In R. Briš, C. Guedes Soares & S. Martorell (Org.) *Reliability, Risk and Safety*. Vol. 1, Theory and Applications, CRC Press, Leiden, pp. 445-451.
- Muis, S., Verlaan, M., Winsemius, H. C., Aerts, J. C., & Ward, P. J. (2016). A global reanalysis of storm surges and extreme sea levels. *Nature communications*, 7(1), 1-12.
- Neto, C. 2002. A Flora e a Vegetação do superdistrito Sadense (Portugal). *Guineana* 8: 1-269.
- Novo ME, Oliveira M, Martins T, Henriques MJ 2018. Projeto Bingo: O Impacto das Alterações Climáticas na Componente Subterrânea do Ciclo Hidrológico. *Revista Recursos Hídricos*, 39 (2): 59-74.
- Oliveira, S., Gonçalves, A., & Zêzere, J. L. (2021). Reassessing wildfire susceptibility and hazard for mainland Portugal. *Science of the total environment*, 762, 143121.
- Panagos P., Van Liedekerke M., Jones A., Montanarella L. (2012). European Soil Data Centre: Response to European policy support and public data requirements. *Land Use Policy*, 29 (2): 329-338.
- Panagos, P., Ballabio, C., Borrelli, P., Meusburger, K., Klik, A., Rousseva, S., Tadic, M.P., Michaelides, S., Hrabalíkova, M., Olsen, P., Aalto, J., Lakatos, M., Rymaszewicz, A., Dumitrescu, A., Begueria, S., Alewell, C. (2015). Rainfall erosivity in Europe. *Science of the Total Environment* 511: 801-814.
- Panagos, P., Ballabio, C., Himics, M., Scarpa, S., Matthews, F., Bogonos, M., Poesen, J., Borrelli, P., (2021). Projections of soil loss by water erosion in Europe by 2050. *Environmental Science & Policy*, 124: 380-392.
- Panagos, P., Ballabio, C., Meusburger, K., Spinoni, J., Alewell, C., Borrelli, P. (2017). Towards estimates of future rainfall erosivity in Europe based on REDES and WorldClim datasets. *Journal of Hydrology*, 548: 251-262.
- Penacho, N.; Marques, F.; Queiroz, S.; Gouveia, L.; Matildes, R.; Redweik, P.; Garzón, V. (2013a). Inventário de instabilidades nas arribas obtido por fotointerpretação, Entregável 1.2.2.1.a, Estudo do litoral na área de intervenção da APA, I.P. /ARH do Tejo, Agência Portuguesa do Ambiente.
- Penacho, N.; Marques, F.; Queiroz, S.; Gouveia, L.; Matildes, R.; Redweik, P.; Garzón, V. (2013b). Determinação e cartografia da perigosidade associada à ocorrência de fenómenos de instabilidade em arribas à escala regional, Entregável 1.3.1.a, Estudo do litoral na área de intervenção da APA, I.P. /ARH do Tejo, Agência Portuguesa do Ambiente.
- Pereira, S., Santos, P.P., Zêzere, J.L., Tavares, A.O., Garcia, R.A.C., Oliveira, S.C. (2020). A landslide risk index for municipal land use planning in Portugal. *Science of the Total Environment*, 735, 139463.
- Pielke Jr, R. A. (1998). Rethinking the role of adaptation in climate policy. *Global environmental change*, 8(2), 159-170.
- Pimenta, M. T. (1999). Diretrizes para a aplicação da Equação Universal de Perda dos Solos em SIG. Fator de Cultura C e Fator de Erodibilidade do Solo K. <http://snirh.pt>.
- PMAAC (2018) Plano metropolitano de adaptação às alterações climáticas, volume II - Avaliação de Impactes e de Vulnerabilidades, Consórcio CEDRU / WE CONSULTANTS / IGOT / TIS / ESRI.
- Reis, E. (2011). Análise de bacias hidrográficas, susceptibilidade à ocorrências de cheias e sistemas de informação geográfica: da definição do quadro conceptual até à proposta de um modelo de avaliação. VIII Congresso da Geografia Portuguesa (p. 1–6). Associação Portuguesa de Geógrafos, Lisboa.
- Santos, P. P., Reis, E., Pereira, S., & Santos, M. (2019). A flood susceptibility model at the national scale based on multicriteria analysis. *Science of The Total Environment*, 667, 325-337.
- Santos, P.P., Pereira, S., Zêzere, J.L., Tavares, A.O., Reis, E., Garcia, R.A.C., Oliveira, S.C. (2020). A comprehensive approach to understanding flood risk drivers at the municipal level. *J. Environ. Manag.* 260
- Silva, A.N.; Taborda, R.; Lira, C.; Andrade, C.F.; Silveira, T.M.; Freitas, M.C. (2013a). Determinação e cartografia da perigosidade associada à erosão de praias e ao galgamento oceânico. Entregável 1.3.2.a, Estudo do litoral na área de intervenção da APA, I.P. /ARH do Tejo, Agência Portuguesa do Ambiente.
- Silva, A.N.; Taborda, R.; Lira, C.; Andrade, C.F.; Silveira, T.M.; Freitas, M.C. (2013b). Determinação e cartografia da perigosidade associada à erosão de praias e ao galgamento oceânico na Costa da Caparica. Entregável 2.4.a, Estudo do litoral na área de intervenção da APA, I.P. /ARH do Tejo, Agência Portuguesa do Ambiente.
- Silva, A.N.; Taborda, R.; Lira, C.; Andrade, C.F.; Silveira, T.M.; Freitas, M.C. (2013b). Determinação e cartografia da perigosidade associada à erosão de praias e ao galgamento oceânico na Costa da Caparica. Entregável 2.4.a, Estudo do litoral na área de intervenção da APA, I.P. /ARH do Tejo, Agência Portuguesa do Ambiente.
- Silva, S.S; Batista, I.; Antunes, L.; Nunes, B. (2014) Estimativas do excesso de mortalidade associado a períodos de calor extremo ocorridos em Portugal em 2014 - Importância do Calor, Repercussões sobre os Óbitos - Relatório, Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, IP Departamento de Epidemiologia.
- Smit, B., & Wandel, J. (2006). Adaptation, adaptive capacity and vulnerability. *Global environmental change*, 16(3), 282-292.
- Smit, B., Burton, I., Klein, R. J., & Wandel, J. (2000). An anatomy of adaptation to climate change and variability. In *Societal adaptation to climate variability and change* (pp. 223-251): Springer.

- Sousa, P. M., Trigo, R. M., Pereira, M. G., Bedia, J., & Gutiérrez, J. M. (2015). Different approaches to model future burnt area in the Iberian Peninsula. *Agricultural and Forest Meteorology*, 202, 11–25. <https://doi.org/10.1016/J.AGRFORMET.2014.11.018>
- Sousa, P.M.; Barriopedro, D.; Ramos, A.M.; García-Herrera, R.; Espírito-Santo, F.; Trigo, R.M. (2019) Saharan air intrusions as a relevant mechanism for Iberian heatwaves: The record breaking events of August 2018 and June 2019. *Weather and Climate Extremes* 26 (2019) 100224.
- Taborda, R.; Andrade, C.; Marques, F.; Freitas, M.; Rodrigues, R.; Antunes, C.; Pólvora, C. (2010). Plano estratégico de Cascais face às alterações climáticas - Sector zonas costeiras.
- Turco, M., Rosa-Cánovas, J. J., Bedia, J., Jerez, S., Montávez, J. P., Llasat, M. C., & Provenzale, A. (2018). Exacerbated fires in Mediterranean Europe due to anthropogenic warming projected with non-stationary climate-fire models. *Nature Communications*, 9(1). <https://doi.org/10.1038/S41467-018-06358-Z>
- Vaz, T., Zêzere, J. L., Pereira, S., Oliveira, S. C., Garcia, R. A., & Quaresma, I. (2018). Regional rainfall thresholds for landslide occurrence using a centenary database. *Natural Hazards and Earth System Sciences*, 18(4), 1037-1054.
- Zêzere, J. L., Trigo, R. M., & Trigo, I. F. (2005). Shallow and deep landslides induced by rainfall in the Lisbon region (Portugal): assessment of relationships with the North Atlantic Oscillation. *Natural Hazards and Earth System Sciences*, 5(3), 331-344.
- Zêzere, J.L. (2002). Landslide susceptibility assessment considering landslide typology. A case study in the area north of Lisbon (Portugal). *Natural Hazards and Earth System Sciences*, vol. 2, 1/2, p.73-82.

**Working together for
a green, competitive
and inclusive Europe.**

ANEXOS

Operador programa: Promotor:



Parceiros:



ANEXO I. Entidades relevantes para a adaptação climática segundo os setores ENAAC 2020

Agricultura e Florestas

Escala de atuação relevante para a adaptação climática	Entidades determinantes para o setor da Agricultura e Florestas
Entidades públicas	
Escala Nacional	Colégio F3: Foof, Farming, Forestry
	Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
	Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
	Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
	Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT)
	Instituto Português do Mar e da Atmosfera
	Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa
	NOVA School of Science and Technology - FCT NOVA
Escala Supramunicipal	Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da Guarda Nacional Republicana
	Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAP-LVT)
	Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal da Arrábida
	Parque Natural da Arrábida
Entidades privadas	
Escala Nacional	Associação de Jovens Agricultores de Portugal
	Confederação dos Agricultores de Portugal
	Confederação Nacional da Agricultura
	Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal
	Crédito Agrícola
	Liga para a Proteção da Natureza
	Observatório de Ambiente, Território e Sociedade
	Ordem dos Engenheiros
	QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza
	Rede Agro da Universidade de Lisboa
	The Navigator Company
ZERO - Associação Sistema Terra Sustentável	
Escala Supramunicipal	AADS – Associação dos Agricultores do Distrito de Setúbal
	ADREPES - Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal
	Agrupamento de Produtores de Suínos, Bovinos, Ovinos e Caprinos, C.R.L.
	APISET – Associação de Apicultores da Península de Setúbal
	ARCOLSA - Associação Regional de Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida
	ASSETARROZ - Associação de Produtores de Arroz de Setúbal, Alentejo e Concelhos Limítrofes
	Associação da Rota de Vinhos da Península de Setúbal
	Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal

Escala de atuação relevante para a adaptação climática	Entidades determinantes para o setor da Agricultura e Florestas
	Associação de Produtores Florestais de Setúbal
	CVRPS - Comissão Vitivinícola Regional da Península de Setúbal
	Mercado Abastecedor da Região de Lisboa
	Quinta de Alcube
	Sociedade Agrícola de Rio Frio
Escala Local	Herdade da Apostiça
	Herdade da Mesquita
	Herdade de Calhariz

Pesca e Aquacultura

Escala de atuação relevante para a adaptação climática	Entidades determinantes para o setor da Pesca e Aquacultura
Entidades públicas	
Escala Nacional	Agência Portuguesa do Ambiente
	NOVA School of Science and Technology - FCT NOVA
	Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da Guarda Nacional Republicana
Entidades privadas	
Escala Nacional	Associação Portuguesa de Lixo Marinho
	Liga para a Proteção da Natureza
	Observatório de Literacia Oceânica
	QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza
	ZERO - Associação Sistema Terra Sustentável
Escala Supramunicipal	ADREPES - Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal
	Artisanal Pesca - Organização de Produtores de Pesca CRL
	Assoc.do Sul dos Armadores de Pesca Costeira e da Construção Naval
	Associação de Armadores de Pesca do Centro e Sul
	Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal
	Cooperativa de Pesca de Setúbal, Sesimbra e Sines, CRL
	Docapesca Portos e Lotas S.A.
Sesibal - Cooperativa Pesca Setúbal, Sesimbra e Sines	

Natureza e Biodiversidade

Escala de atuação relevante para a adaptação climática	Entidades determinantes para o setor da Natureza e Biodiversidade
Entidades públicas	
Escala Nacional	Agência Portuguesa do Ambiente
	Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
	Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
	Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
	Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT)
	Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa
	Instituto Superior Técnico
	NOVA School of Science and Technology - FCT NOVA
	Polícia Marítima
	Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da Guarda Nacional Republicana
Escala Supramunicipal	Escola Profissional de Setúbal
	Escola Superior de Tecnologia de Setúbal
	Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal da Arrábida
	Instituto Politécnico de Setúbal (IPS)
	Parque Natural da Arrábida
	Reserva Natural do Estuário do Sado
Escala Municipal	Câmara Municipal de Sesimbra
Entidades privadas	
Escala Nacional	Associação Portuguesa de Lixo Marinho
	Associação Nacional de Coberturas Verdes
	Feel4Planet
	Fundação Oceano Azul
	K-Evolution
	Liga para a Proteção da Natureza
	Observatório de Literacia Oceânica
	Ordem dos Arquitetos
	Ordem dos Engenheiros
	QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza
	Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves
	ZERO - Associação Sistema Terra Sustentável
Escala Supramunicipal	Artisanal Pesca - Organização de Produtores de Pesca CRL
	Assoc.do Sul dos Armadores de Pesca Costeira e da Construção Naval
	Associação de Armadores de Pesca do Centro e Sul
	ENA - Agência de Energia e Ambiente da Arrábida
	Ocean Alive
	Sesibal - Cooperativa Pesca Setúbal, Sesimbra e Sines
Escala Municipal	Anthia Diving Center
	Bolhas Tours

Escala de atuação relevante para a adaptação climática	Entidades determinantes para o setor da Natureza e Biodiversidade
	Bork You Cipreia Dive Club Clube Naval de Sesimbra Desportiva Day Dream Haliotis Look Around Tours Ludyesfera Mega Dive Meira Pró Center Neca - Núcleo de Espeleologia Costa Azul Nautilus Ocean & Flow Odisseia Azul Sesimbra Natura Park Sesimbra Safari Texugauto – Badger Tours Vertente Natural
Escala Local	Anime Associação Tom da Terra Herdade da Apostiça Herdade da Mesquita Herdade de Calhariz

Economia

Escala de atuação relevante para a adaptação climática	Entidades determinantes para o setor da Economia
Entidades públicas	
Escala Nacional	Associação Nacional de Freguesias
	Associação Nacional de Municípios Portugueses
	Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas
	Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
	Instituto do Emprego e Formação Profissional
	Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa
Escala Supramunicipal	Instituto Superior Técnico
	Área Metropolitana de Lisboa
	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT)
	Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa
	Escola de Hotelaria e Turismo
	Escola Superior de Ciências Empresariais
Escala Municipal	Instituto Politécnico de Setúbal (IPS)
	Câmara Municipal de Sesimbra
Escala Local	Junta de Freguesia da Quinta do Conde
	Junta de Freguesia de Santiago
	Junta de Freguesia do Castelo
Entidades privadas	
Escala Nacional	Aecops - Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e Serviços (Setúbal)
	AHRESP - Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (Setúbal)
	APTERN - Associação Portuguesa de Turismo em Espaços Rurais e Naturais
	Associação Industrial Portuguesa - Câmara de Comércio e Indústria
	Associação Nacional de Surfistas
	Associação Portuguesa de Seguradores
	Confederação do Comércio e Serviços de Portugal
	Confederação do Turismo Português
	Confederação Empresarial de Portugal
	Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional
	Confederação Portuguesa de Micro, Pequenas e Médias Empresas
	Federação Portuguesa de Concessionários de Praia
	Federação Portuguesa de Surf
	Grupo Auchan Portugal
	Grupo SECIL
	Indiceconquista
Jerónimo Martins	
K-Evolution	

Escala de atuação relevante para a adaptação climática	Entidades determinantes para o setor da Economia
	Ordem dos Arquitetos Ordem dos Engenheiros Secil Group SONAE - Modelo Continente The Navigator Company Volkswagen Autoeuropa
Escala Supramunicipal	ACISTDS - Associação do Comércio, Indústria, Serviços e Turismo do Distrito de Setúbal ADREPES - Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal AISET - Associação da Indústria da Península de Setúbal Arrábida Aventura Artesanal Pesca - Organização de Produtores de Pesca CRL Assoc.do Sul dos Armadores de Pesca Costeira e da Construção Naval Associação da Indústria da Península de Setúbal (AISET) Associação de Armadores de Pesca do Centro e Sul Associação de Comércio e Serviços do Distrito de Setúbal Associação de Turismo de Lisboa Associação Empresarial da Região De Setúbal Bedrock Tours Bike Experience Biotrails Docapesca Portos e Lotas S.A. Lisnave - Estaleiros Navais de Lisboa Nature Affairs Quinta de Alcube Rotas Terra Una Sesibal - Cooperativa Pesca Setúbal, Sesimbra e Sines The Selector União de Associações de Comércio e Serviços da RLVT União Geral dos Trabalhadores (de Lisboa e Setúbal)
Escala Municipal	Anthia Diving Center Argonavis – Amor ao Ofício Bolhas Tours Bork You Cipeira Dive Club Clube Naval de Sesimbra Desportiva Day Dream Haliotis Look Around Tours Ludyesfera Mega Dive Meira Pró Center

Escala de atuação relevante para a adaptação climática	Entidades determinantes para o setor da Economia
	Nautilus
	Ocean & Flow
	Odisseia Azul
	Sesimbra Natura Park
	Sesimbra Safari
	Surf Clube de Sesimbra
	Texugauto – Badger Tours
	Vertente Natural
Escala Local	Agregor SA (grupo CIMPOR)
	Associação De Comerciantes E Industriais Do Concelho De Sesimbra
	Canana e Filhos, Lda
	Casa da Praça
	Cerca da Vitória
	Clube Golfe Quinta do Perú
	Escola Profissional Agostinho Roseta
	Herdade da Apostiça
	Herdade da Mesquita
	Herdade de Calhariz
	Hotel do Mar
	Hotel dos Zimbros
	Hotel Four Points
	J. Marques Gomes Galo
	Quinta dos Amarelos
	Sana Sesimbra
	Sesimbra Hotel&SPA
	Sobrissul

Energia

Escala de atuação relevante para a adaptação climática	Entidades determinantes para o setor da Energia
Entidades públicas	
Escala Nacional	Agência para a Energia - ADENE
	Agência Portuguesa do Ambiente
	Direção-Geral de Energia e Geologia
	Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis
	Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos
	Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
	Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
	Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT)
	Instituto Superior Técnico
	Laboratório Nacional de Engenharia Civil
NOVA School of Science and Technology - FCT NOVA	
Escala Supramunicipal	Escola Superior de Tecnologia de Setúbal do Instituto Politécnico de Setúbal
	Instituto Politécnico de Setúbal (IPS)
Entidades privadas	
Escala Nacional	Acciona Energia Portugal
	Associação Nacional de Coberturas Verdes
	Associação Portuguesa de Energias Renováveis
	Auditerg - Auditores de Energia Associados
	Capwatt
	Citri - Centro Integrado De Tratamento De Resíduos Industriais
	Coopérnico – Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável
	EDP Distribuição
	EDP Produção
	EDP Renováveis
	EGF - Empresa Geral de Fomento
	GALP Energia
	Gas Natural Fenosa
	IBERDOLA Clientes Portugal
	Observatório de Ambiente, Território e Sociedade
	Ordem dos Engenheiros
	QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza
Rede Elétrica Nacional	
ZERO - Associação Sistema Terra Sustentável	
Escala Supramunicipal	AMARSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos S.A .
	Biocanter
	ENA - Agência de Energia e Ambiente da Arrábida
	SETGÁS - Sociedade de Distribuição de Gás Natural, S.A.
	SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A.

Recursos Hídricos

Escala de atuação relevante para a adaptação climática	Entidades determinantes para o setor dos Recursos Hídricos
Entidades públicas	
Escala Nacional	Agência Portuguesa do Ambiente
	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
	Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
	Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
	Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT)
	Instituto Hidrográfico
	Instituto Superior Técnico
	Laboratório Nacional de Engenharia Civil
	NOVA School of Science and Technology - FCT NOVA
	Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da Guarda Nacional Republicana
Escala Supramunicipal	ARH do Alentejo
	ARH do Tejo e Oeste
Escala Municipal	Câmara Municipal de Sesimbra
Entidades privadas	
Escala Nacional	Liga para a Proteção da Natureza
	Observatório de Ambiente, Território e Sociedade
	Ordem dos Engenheiros
	QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza
	ZERO - Associação Sistema Terra Sustentável
Escala Supramunicipal	AIA - Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal
	SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A.

Saúde Humana

Escala de atuação relevante para a adaptação climática	Entidades determinantes para o setor da Saúde Humana
Entidades públicas	
Escala Nacional	Associação Nacional de Freguesias
	Associação Nacional de Municípios Portugueses
	Direção-Geral da Segurança Social
	Escola Nacional de Saúde Pública
	Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
	Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
	Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT)
	Instituto de Saúde Ambiental
	Instituto Nacional de Emergência Médica
	Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge
	Instituto Português do Desporto e Juventude
	NOVA School of Science and Technology - FCT NOVA
Escala Supramunicipal	Administração da Região Hidrográfica do Alentejo
	Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo
	Agrupamento de Centros de Saúde da Arrábida (ACES)
	Área Metropolitana de Lisboa
	Centro Hospitalar de Setúbal
	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT)
	Escola Superior de Saúde
	Instituto Politécnico de Setúbal (IPS)
Escala Municipal	Câmara Municipal de Sesimbra
Entidades privadas	
Escala Nacional	Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade
	Confederação Portuguesa de Coletividades de Cultura e Recreio
Escala Supramunicipal	União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Setúbal

Segurança de Pessoas e Bens

Escala de atuação relevante para a adaptação climática	Entidades determinantes para o setor da Segurança de Pessoas e Bens
Entidades públicas	
Escala Nacional	Agência Portuguesa do Ambiente
	Autoridade Marítima Nacional
	Autoridade Nacional de Proteção Civil
	Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos
	Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa
	Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
	Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
	Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT)
	Instituto de Socorros a Náufragos
	Instituto Hidrográfico
	Instituto Nacional de Emergência Médica
	Instituto Português do Mar e da Atmosfera
	Instituto Superior Técnico
	Laboratório Nacional de Engenharia Civil
	NOVA School of Science and Technology - FCT NOVA
Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da Guarda Nacional Republicana	
Escala Supramunicipal	Área Metropolitana de Lisboa
	Capitania do Porto de Setúbal
	Centro Distrital de Operações de Socorro de Setúbal
	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT)
	Guarda Nacional Republicana (Comando Territorial de Setúbal da GNR)
	Polícia de Segurança Pública (Comando Distrital de Setúbal da PSP)
Escala Municipal	Bombeiros Voluntários de Sesimbra
	Câmara Municipal de Sesimbra
Escala Local	Agrupamento de Escolas a Quinta do Conde
	Agrupamento de Escolas da Boa Água
	Agrupamento de Escolas de Sampaio
	Agrupamento de Escolas Michel Giacometti
	Agrupamento de Escolas Navegador Rodrigues Soromenho
	Junta de Freguesia da Quinta do Conde
	Junta de Freguesia de Santiago
	Junta de Freguesia do Castelo
Entidades privadas	
Escala Nacional	Associação Nacional de Bombeiros Profissionais
	Associação Portuguesa de Seguradores
	Liga dos Bombeiros Portugueses
	Observatório de Ambiente, Território e Sociedade

Escala de atuação relevante para a adaptação climática	Entidades determinantes para o setor da Segurança de Pessoas e Bens
	Ordem dos Arquitetos
	Ordem dos Engenheiros
Escala Municipal	Santa Casa da Misericórdia de Sesimbra
Escala Local	Centro Paroquial de Bem Estar Social do Castelo de Sesimbra
	Cercizimbra
	Colégio Educa a Brincar

Transportes e Comunicações

Escala de atuação relevante para a adaptação climática	Entidades determinantes para o setor dos Transportes e Comunicações
Entidades públicas	
Escala Nacional	Aeroportos de Portugal
	Agência Portuguesa do Ambiente
	Associação Nacional de Freguesias
	Associação Nacional de Municípios Portugueses
	Autoridade da Mobilidade e Transportes
	Comboios de Portugal
	CP - Comboios de Portugal, E.P.E.
	Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
	Infraestruturas de Portugal
	Instituto da Mobilidade e dos Transportes
	Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
	Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT)
	Instituto Superior Técnico
	IP - Infraestruturas de Portugal
	Laboratório Nacional de Engenharia Civil
NOVA School of Science and Technology - FCT NOVA	
Polícia Marítima	
Escala Supramunicipal	Administração do Porto de Setúbal e Sesimbra
	Área Metropolitana de Lisboa
	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT)
Escala Municipal	Câmara Municipal de Sesimbra
Escala Local	Junta de Freguesia da Quinta do Conde
	Junta de Freguesia de Santiago
	Junta de Freguesia do Castelo
Entidades privadas	
Escala Nacional	Associação Nacional Transportadores Rodoviários de Pesados e Passageiros
	Bolt
	Brisa
	Observatório de Ambiente, Território e Sociedade
	Ordem dos Engenheiros
	Uber Technologies Inc.
Escala Supramunicipal	ENA - Agência de Energia e Ambiente da Arrábida
	Fertagus
	Transportes Sul do Tejo

Zonas Costeiras e Mar

Escala de atuação relevante para a adaptação climática	Entidades determinantes para o setor das Zonas Costeiras e Mar
Entidades públicas	
Escala Nacional	Agência Portuguesa do Ambiente
	Associação Nacional de Freguesias
	Associação Nacional de Municípios Portugueses
	Autoridade Marítima Nacional
	Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos
	Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
	Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
	Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT)
	Instituto de Socorros a Náufragos
	Instituto Hidrográfico
	Instituto Português do Mar e da Atmosfera
	Instituto Superior Técnico
	Laboratório Nacional de Engenharia Civil
	NOVA School of Science and Technology - FCT NOVA
Escala Supramunicipal	Administração do Porto de Setúbal e Sesimbra
	Área Metropolitana de Lisboa
	ARH do Alentejo
	ARH do Tejo e Oeste
	Capitania do Porto de Setúbal
	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT)
Escala Municipal	Câmara Municipal de Setúbal
Entidades privadas	
Escala Nacional	APTERN - Associação Portuguesa de Turismo em Espaços Rurais e Naturais
	Associação Portuguesa de Lixo Marinho
	Associação Bandeira Azul da Europa
	Associação Nacional de Surfistas
	Cooperativa de Armadores de Pesca
	Federação Portuguesa de Concessionários de Praia
	Federação Portuguesa de Surf
	Fundação Oceano Azul
	Liga para a Proteção da Natureza
	NOVACoastLab
	Observatório de Ambiente, Território e Sociedade
	Observatório de Literacia Oceânica
	Ordem dos Engenheiros
	QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza
ZERO - Associação Sistema Terra Sustentável	

Escala de atuação relevante para a adaptação climática	Entidades determinantes para o setor das Zonas Costeiras e Mar
Escala Supramunicipal	Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal
	Cooperativa de Pesca de Setúbal, Sesimbra e Sines, CRL
	ENA - Agência de Energia e Ambiente da Arrábida
	Ocean Alive
Escala Municipal	Clube Naval de Sesimbra Desportiva
	Surf Clube de Sesimbra

Património Cultural

Escala de atuação relevante para a adaptação climática	Entidades determinantes para o setor do Património Cultural
Entidades públicas	
Escala Nacional	Direção-Geral do Património Cultural
	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH)
	Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
	NOVA School of Science and Technology - FCT NOVA
Escala Municipal	Câmara Municipal de Sesimbra
Escala Local	Junta de Freguesia da Quinta do Conde
	Junta de Freguesia de Santiago
	Junta de Freguesia do Castelo
Entidades privadas	
Escala Nacional	Observatório de Literacia Oceânica
Escala Supramunicipal	ADREPES - Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal
	Associação Arrábida Film Commission
	Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal
	The Selector
Escala Municipal	Argonavis – Amor ao Ofício
	Associação Les Sesimbrotos
	Associação Zana Batuta
	Centro de Estudos Culturais e Ação Social Raio de Luz
	Suis Generis Associação Cultural
Escala Local	ADCS da Quinta do Conde
	Associação de Cultura e Recreio União Trabalhadora Zambujalense (ACRUTZ)
	Associação de Cultural e Desportiva da Cotovia
	Associação Musical e Cultural Conde1
	Associação Socio Cultural Nativos e Amigos do Meco
	Associação Tempos Antigos - Costumes e Tradições de Alfarim
	CASCUZ - Centro de Apoio Sócio Cultural Unidade Zambujalense
	Centro Cultural Social e Recreativo a Voz do Alentejo na Quinta do Conde
	Centro Social Cultural e Desportivo da Quinta do Conde
	Clube Sesimbrense
	Ecosd'arte - Associação Cultural
	Eleva-te Associação Cívico Cultural
	Grupo Desportivo e Cultural do Casal do Sapo
	Liga dos Amigos da Lagoa de Albufeira
	Liga dos Amigos da Quinta do Conde
	Liga dos Amigos de Sesimbra
Sociedade Musical Sesimbrense	
Sociedade Santanense de Instrução e Recreio	

<p>Escala de atuação relevante para a adaptação climática</p>	<p>Entidades determinantes para o setor do Património Cultural</p>
	<p>União Desportiva e Recreativa da Quinta do Conde Desportiva</p>
	<p>Vida's Unidas-Associação Sócio Cultural</p>

ANEXO II. Fichas de análise da capacidade adaptativa instrumental

Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território – PNPOT		
Características		
Tipo	Situação	
Programa Nacional	Em vigor (revisto)	
Âmbito territorial	Âmbito setorial	
Nacional	Ordenamento do Território	
Perigos Climáticos		
Ondas de calor, erosão do solo, tempestades de vento, secas, incêndios florestais, instabilidade de vertentes, cheias e inundações, inundações e galgamentos costeiros, erosão em litorais baixos e arenosos, erosão e recuo de arribas, intrusão salina		
Interação com outros instrumentos		
Todos		
Contributo para a adaptação climática		
Diagnóstico de riscos climáticos	Caracterização climática	<input checked="" type="checkbox"/>
	Cenários climáticos	<input checked="" type="checkbox"/>
	Cartografia de risco	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação estrutural	Infraestruturas cinzentas	<input checked="" type="checkbox"/>
	Infraestruturas verdes	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação não estrutural	Integração	<input checked="" type="checkbox"/>
	Capacitação / sensibilização	<input checked="" type="checkbox"/>
	Governança	<input checked="" type="checkbox"/>
	Monitorização	<input checked="" type="checkbox"/>

Plano de Ação para o Litoral XXI		
Características		
Tipo	Situação	
Programa Setorial	Em vigor	
Âmbito territorial	Âmbito setorial	
Nacional	Zonas costeiras e mar	
Perigos Climáticos		
Inundações e galgamentos costeiros, erosão em litorais baixos e arenosos, erosão e recuo de arriba, intrusão salina		
Interação com outros instrumentos		
PNPOT, Programas Setoriais, Programas Regionais		
Contributo para a adaptação climática		
Diagnóstico de riscos climáticos	Caracterização climática	<input checked="" type="checkbox"/>
	Cenários climáticos	<input checked="" type="checkbox"/>
	Cartografia de risco	<input type="checkbox"/>
Opções de adaptação estrutural	Infraestruturas cinzentas	<input checked="" type="checkbox"/>
	Infraestruturas verdes	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação não estrutural	Integração	<input checked="" type="checkbox"/>
	Capacitação / sensibilização	<input checked="" type="checkbox"/>
	Governança	<input checked="" type="checkbox"/>
	Monitorização	<input checked="" type="checkbox"/>

Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT-AML)		
Características		
Tipo	Situação	
Programa Regional	Em vigor	
Âmbito territorial	Âmbito setorial	
Regional	Ordenamento do Território	
Perigos Climáticos		
Erosão do solo, instabilidade de vertentes, cheias e inundações, erosão em litorais baixos e arenosos		
Interação com outros instrumentos		
PNPOT, Programas Setoriais, Programas Regionais, PMOT		
Contributo para a adaptação climática		
Diagnóstico de riscos climáticos	Caracterização climática	<input type="checkbox"/>
	Cenários climáticos	<input type="checkbox"/>
	Cartografia de risco	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação estrutural	Infraestruturas cinzentas	<input checked="" type="checkbox"/>
	Infraestruturas verdes	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação não estrutural	Integração	<input checked="" type="checkbox"/>
	Capacitação / sensibilização	<input checked="" type="checkbox"/>
	Governança	<input checked="" type="checkbox"/>
	Monitorização	<input checked="" type="checkbox"/>

Plano Nacional da Água		
Características		
Tipo	Situação	
Programa Setorial	Em vigor	
Âmbito territorial	Âmbito setorial	
Nacional	Recursos Hídricos, Zonas Costeiras e Mar	
Perigos Climáticos		
Ondas de calor, secas, incêndios florestais, erosão do solo, cheias e inundações, inundações e galgamentos costeiros, erosão em litorais baixos e arenosos, erosão e recuo de arribas, intrusão salina		
Interação com outros instrumentos		
PNPOT, Programas Setoriais, Programas Regionais		
Contributo para a adaptação climática		
Diagnóstico de riscos climáticos	Caracterização climática	<input checked="" type="checkbox"/>
	Cenários climáticos	<input checked="" type="checkbox"/>
	Cartografia de risco	<input type="checkbox"/>
Opções de adaptação estrutural	Infraestruturas cinzentas	<input checked="" type="checkbox"/>
	Infraestruturas verdes	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação não estrutural	Integração	<input checked="" type="checkbox"/>
	Capacitação / sensibilização	<input checked="" type="checkbox"/>
	Governança	<input checked="" type="checkbox"/>
	Monitorização	<input checked="" type="checkbox"/>

Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água		
Características		
Tipo	Situação	
Programa Setorial	Em vigor	
Âmbito territorial	Âmbito setorial	
Nacional	Recursos Hídricos, Agricultura e Floresta, Economia	
Perigos Climáticos		
Secas, intrusão salina		
Interação com outros instrumentos		
PNPOT, Programas Setoriais, Programas Regionais		
Contributo para a adaptação climática		
Diagnóstico de riscos climáticos	Caracterização climática	<input type="checkbox"/>
	Cenários climáticos	<input type="checkbox"/>
	Cartografia de risco	<input type="checkbox"/>
Opções de adaptação estrutural	Infraestruturas cinzentas	<input checked="" type="checkbox"/>
	Infraestruturas verdes	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação não estrutural	Integração	<input checked="" type="checkbox"/>
	Capacitação / sensibilização	<input checked="" type="checkbox"/>
	Governança	<input checked="" type="checkbox"/>
	Monitorização	<input type="checkbox"/>

Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas ENAAAC 2020		
Características		
Tipo	Situação	
Programa Setorial	Prorrogada até 31 Dez 2025	
Âmbito territorial	Âmbito setorial	
Nacional	Todos	
Perigos Climáticos		
Ondas de calor, erosão do solo, tempestades de vento, secas, incêndios florestais, instabilidade de vertentes, cheias e inundações, inundações e galgamentos costeiros, erosão em litorais baixos e arenosos, erosão e recuo de arribas, intrusão salina		
Interação com outros instrumentos		
PNPOT, Programas Setoriais, Programas Regionais		
Contributo para a adaptação climática		
Diagnóstico de riscos climáticos	Caracterização climática	<input checked="" type="checkbox"/>
	Cenários climáticos	<input checked="" type="checkbox"/>
	Cartografia de risco	<input type="checkbox"/>
Opções de adaptação estrutural	Infraestruturas cinzentas	<input checked="" type="checkbox"/>
	Infraestruturas verdes	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação não estrutural	Integração	<input checked="" type="checkbox"/>
	Capacitação / sensibilização	<input checked="" type="checkbox"/>
	Governança	<input checked="" type="checkbox"/>
	Monitorização	<input checked="" type="checkbox"/>

Plano de Gestão da Região Hidrográfica Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5A)		
Características		
Tipo	Situação	
Programa Setorial	Em vigor para o período 2016-2021, relativos ao 2.º ciclo de planeamento. Está a ser desenvolvida a versão provisória do PGRH que irá vigorar durante o 3.º ciclo de planeamento (2022-2027) para ser colocada à participação pública	
Âmbito territorial	Âmbito setorial	
Região Hidrográfica	Recursos Hídricos	
Perigos Climáticos		
Ondas de calor, tempestades de vento, secas, incêndios florestais, erosão do solo, cheias e inundações, inundações e galgamentos costeiros, erosão em litorais baixos e arenosos, erosão e recuo de arribas, intrusão salina		
Interação com outros instrumentos		
PNPOT, Programas Setoriais, Programas Regionais, PDM Setúbal		
Contributo para a adaptação climática		
Diagnóstico de riscos climáticos	Caracterização climática	<input checked="" type="checkbox"/>
	Cenários climáticos	<input checked="" type="checkbox"/>
	Cartografia de risco	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação estrutural	Infraestruturas cinzentas	<input checked="" type="checkbox"/>
	Infraestruturas verdes	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação não estrutural	Integração	<input checked="" type="checkbox"/>
	Capacitação / sensibilização	<input checked="" type="checkbox"/>
	Governança	<input checked="" type="checkbox"/>
	Monitorização	<input checked="" type="checkbox"/>

Plano de Gestão da Região Hidrográfica Sado e Mira (RH6)		
Características		
Tipo	Situação	
Programa Setorial	Em vigor para o período 2016-2021, relativos ao 2.º ciclo de planeamento. Está a ser desenvolvida a versão provisória do PGRH que irá vigorar durante o 3.º ciclo de planeamento (2022-2027) para ser colocada à participação pública	
Âmbito territorial	Âmbito setorial	
Região Hidrográfica	Recursos Hídricos	
Perigos Climáticos		
Ondas de calor, tempestades de vento, secas, incêndios florestais, erosão do solo, cheias e inundações, inundações e galgamentos costeiros, erosão em litorais baixos e arenosos, erosão e recuo de arribas, intrusão salina		
Interação com outros instrumentos		
PNPOT, Programas Setoriais, Programas Regionais, PDM Setúbal		
Contributo para a adaptação climática		
Diagnóstico de riscos climáticos	Caracterização climática	<input checked="" type="checkbox"/>
	Cenários climáticos	<input checked="" type="checkbox"/>
	Cartografia de risco	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação estrutural	Infraestruturas cinzentas	<input checked="" type="checkbox"/>
	Infraestruturas verdes	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação não estrutural	Integração	<input checked="" type="checkbox"/>
	Capacitação / sensibilização	<input checked="" type="checkbox"/>
	Governança	<input checked="" type="checkbox"/>
	Monitorização	<input checked="" type="checkbox"/>

Plano de Gestão de Risco de Inundação da Região Hidrográfica Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5A)		
Características		
Tipo	Situação	
Programa Setorial	Em vigor para o período 2016-2021, relativos ao 1.º ciclo de planeamento. Está em elaboração o PGRI do 2.º ciclo de planeamento (2022-2027) da Diretiva das Inundações, que teve início em 2018.	
Âmbito territorial	Âmbito setorial	
Região Hidrográfica	Recursos Hídricos, Segurança de Pessoas e Bens	
Perigos Climáticos		
Cheias e inundações		
Interação com outros instrumentos		
PNPOT, Programas Setoriais, Programas Regionais, PDM Setúbal		
Contributo para a adaptação climática		
Diagnóstico de riscos climáticos	Caracterização climática	<input checked="" type="checkbox"/>
	Cenários climáticos	<input type="checkbox"/>
	Cartografia de risco	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação estrutural	Infraestruturas cinzentas	<input checked="" type="checkbox"/>
	Infraestruturas verdes	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação não estrutural	Integração	<input checked="" type="checkbox"/>
	Capacitação / sensibilização	<input checked="" type="checkbox"/>
	Governação	<input checked="" type="checkbox"/>
	Monitorização	<input checked="" type="checkbox"/>

Plano de Gestão de Risco de Inundação da Região Hidrográfica Sado e Mira (RH6)		
Características		
Tipo	Situação	
Programa Setorial	Em vigor para o período 2016-2021, relativos ao 1.º ciclo de planeamento. Está em elaboração o PGRI do 2.º ciclo de planeamento (2022-2027) da Diretiva das Inundações, que teve início em 2018.	
Âmbito territorial	Âmbito setorial	
Região Hidrográfica	Recursos Hídricos, Segurança de Pessoas e Bens	
Perigos Climáticos		
Cheias e inundações		
Interação com outros instrumentos		
PNPOT, Programas Setoriais, Programas Regionais, PDM Setúbal		
Contributo para a adaptação climática		
Diagnóstico de riscos climáticos	Caracterização climática	<input checked="" type="checkbox"/>
	Cenários climáticos	<input type="checkbox"/>
	Cartografia de risco	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação estrutural	Infraestruturas cinzentas	<input checked="" type="checkbox"/>
	Infraestruturas verdes	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação não estrutural	Integração	<input checked="" type="checkbox"/>
	Capacitação / sensibilização	<input checked="" type="checkbox"/>
	Governação	<input checked="" type="checkbox"/>
	Monitorização	<input checked="" type="checkbox"/>

Programa Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo (PROF LVT)		
Características		
Tipo	Situação	
Programa Setorial	Em vigor	
Âmbito territorial	Âmbito setorial	
Regional	Agricultura e florestas	
Perigos Climáticos		
Incêndios florestais		
Interação com outros instrumentos		
PNPOT, Programas Setoriais, Programas Regionais		
Contributo para a adaptação climática		
Diagnóstico de riscos climáticos	Caracterização climática	<input type="checkbox"/>
	Cenários climáticos	<input type="checkbox"/>
	Cartografia de risco	<input type="checkbox"/>
Opções de adaptação estrutural	Infraestruturas cinzentas	<input type="checkbox"/>
	Infraestruturas verdes	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação não estrutural	Integração	<input checked="" type="checkbox"/>
	Capacitação / sensibilização	<input checked="" type="checkbox"/>
	Governança	<input checked="" type="checkbox"/>
	Monitorização	<input checked="" type="checkbox"/>

Programa de Orla Costeira Alcobaça – Cabo Espichel (POC ACE)		
Características		
Tipo	Situação	
Programa Especial	Em vigor	
Âmbito territorial	Âmbito setorial	
Orla Costeira	Zonas Costeiras e Mar	
Perigos Climáticos		
Tempestades de vento, instabilidade de vertentes, cheias e inundações, inundações e galgamentos costeiros, erosão em litorais baixos e arenosos, erosão e recuo de arribas, intrusão salina		
Interação com outros instrumentos		
PNPOT, Programas Setoriais, Programas Regionais, PDM Sesimbra		
Contributo para a adaptação climática		
Diagnóstico de riscos climáticos	Caracterização climática	<input checked="" type="checkbox"/>
	Cenários climáticos	<input checked="" type="checkbox"/>
	Cartografia de risco	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação estrutural	Infraestruturas cinzentas	<input checked="" type="checkbox"/>
	Infraestruturas verdes	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação não estrutural	Integração	<input checked="" type="checkbox"/>
	Capacitação / sensibilização	<input checked="" type="checkbox"/>
	Governança	<input checked="" type="checkbox"/>
	Monitorização	<input checked="" type="checkbox"/>

Programa de Orla Costeira Cabo Espichel – Odeceixe (POC EO)		
Características		
Tipo	Situação	
Programa Especial	Em análise pós consulta pública	
Âmbito territorial	Âmbito setorial	
Orla Costeira	Zonas Costeiras e Mar	
Perigos Climáticos		
Tempestades de vento, instabilidade de vertentes, cheias e inundações, inundações e galgamentos costeiros, erosão em litorais baixos e arenosos, erosão e recuo de arribas, intrusão salina		
Interação com outros instrumentos		
PNPOT, Programas Setoriais, Programas Regionais, PDM Sesimbra		
Contributo para a adaptação climática		
Diagnóstico de riscos climáticos	Caracterização climática	<input type="checkbox"/>
	Cenários climáticos	<input type="checkbox"/>
	Cartografia de risco	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação estrutural	Infraestruturas cinzentas	<input checked="" type="checkbox"/>
	Infraestruturas verdes	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação não estrutural	Integração	<input checked="" type="checkbox"/>
	Capacitação / sensibilização	<input checked="" type="checkbox"/>
	Governança	<input checked="" type="checkbox"/>
	Monitorização	<input checked="" type="checkbox"/>

Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sintra-Sado		
Características		
Tipo	Situação	
Programa Especial	Parcialmente revogado pelo POC Alcobaça – Cabo Espichel, mantendo-se em vigor na área abrangida pelo POC Cabo Espichel – Odeceixe	
Âmbito territorial	Âmbito setorial	
Orla Costeira	Zonas Costeiras e Mar	
Perigos Climáticos		
Tempestades de vento, instabilidade de vertentes, cheias e inundações, inundações e galgamentos costeiros, erosão em litorais baixos e arenosos, erosão e recuo de arribas		
Interação com outros instrumentos		
PNPOT, Programas Setoriais, Programas Regionais, PDM Setúbal		
Contributo para a adaptação climática		
Diagnóstico de riscos climáticos	Caracterização climática	<input checked="" type="checkbox"/>
	Cenários climáticos	<input type="checkbox"/>
	Cartografia de risco	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação estrutural	Infraestruturas cinzentas	<input checked="" type="checkbox"/>
	Infraestruturas verdes	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação não estrutural	Integração	<input checked="" type="checkbox"/>
	Capacitação / sensibilização	<input checked="" type="checkbox"/>
	Governança	<input checked="" type="checkbox"/>
	Monitorização	<input checked="" type="checkbox"/>

Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Sado (PORNES)		
Características		
Tipo	Situação	
Programa Especial	Em vigor	
Âmbito territorial	Âmbito setorial	
Área Protegida	Natureza e Biodiversidade, Zonas Costeiras e Mar	
Perigos Climáticos		
Secas, incêndios florestais, erosão do solo, cheias e inundações, intrusão salina		
Interação com outros instrumentos		
PNPOT, Programas Setoriais, Programas Regionais, PDM Setúbal		
Contributo para a adaptação climática		
Diagnóstico de riscos climáticos	Caracterização climática	<input checked="" type="checkbox"/>
	Cenários climáticos	<input type="checkbox"/>
	Cartografia de risco	<input type="checkbox"/>
Opções de adaptação estrutural	Infraestruturas cinzentas	<input type="checkbox"/>
	Infraestruturas verdes	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação não estrutural	Integração	<input checked="" type="checkbox"/>
	Capacitação / sensibilização	<input checked="" type="checkbox"/>
	Governança	<input checked="" type="checkbox"/>
	Monitorização	<input checked="" type="checkbox"/>

Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida		
Características		
Tipo	Situação	
Programa Especial	Em vigor	
Âmbito territorial	Âmbito setorial	
Área Protegida	Natureza e Biodiversidade, Zonas Costeiras e Mar	
Perigos Climáticos		
Incêndios florestais, erosão do solo, instabilidade de vertentes, erosão e recuo de arribas		
Interação com outros instrumentos		
PNPOT, Programas Setoriais, Programas Regionais, PDM Setúbal		
Contributo para a adaptação climática		
Diagnóstico de riscos climáticos	Caracterização climática	<input checked="" type="checkbox"/>
	Cenários climáticos	<input type="checkbox"/>
	Cartografia de risco	<input type="checkbox"/>
Opções de adaptação estrutural	Infraestruturas cinzentas	<input type="checkbox"/>
	Infraestruturas verdes	<input type="checkbox"/>
Opções de adaptação não estrutural	Integração	<input type="checkbox"/>
	Capacitação / sensibilização	<input type="checkbox"/>
	Governança	<input type="checkbox"/>
	Monitorização	<input type="checkbox"/>

Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica		
Características		
Tipo	Situação	
Programa Especial	Em vigor	
Âmbito territorial	Âmbito setorial	
Área Protegida	Natureza e Biodiversidade, Zonas Costeiras e Mar	
Perigos Climáticos		
Tempestades de vento, incêndios florestais, erosão do solo, instabilidade de vertentes, cheias e inundações, erosão em litorais baixos e arenosos, erosão e recuo de arribas, inundações e galgamentos costeiros		
Interação com outros instrumentos		
PNPOT, Programas Setoriais, Programas Regionais, PDM Sesimbra		
Contributo para a adaptação climática		
Diagnóstico de riscos climáticos	Caracterização climática	<input checked="" type="checkbox"/>
	Cenários climáticos	<input type="checkbox"/>
	Cartografia de risco	<input type="checkbox"/>
Opções de adaptação estrutural	Infraestruturas cinzentas	<input type="checkbox"/>
	Infraestruturas verdes	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação não estrutural	Integração	<input checked="" type="checkbox"/>
	Capacitação / sensibilização	<input checked="" type="checkbox"/>
	Governança	<input checked="" type="checkbox"/>
	Monitorização	<input checked="" type="checkbox"/>

Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas (PMAAC-AML)		
Características		
Tipo	Situação	
Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas	Em vigor	
Âmbito territorial	Âmbito setorial	
Metropolitano	Todos	
Perigos Climáticos		
Ondas de calor, erosão do solo, tempestades de vento, secas, incêndios florestais, instabilidade de vertentes, cheias e inundações, inundações e galgamentos costeiros, erosão em litorais baixos e arenosos, erosão e recuo de arribas, intrusão salina		
Interação com outros instrumentos		
PNPOT, Programas Setoriais, Programas Regionais, PDM Setúbal		
Contributo para a adaptação climática		
Diagnóstico de riscos climáticos	Caracterização climática	<input checked="" type="checkbox"/>
	Cenários climáticos	<input checked="" type="checkbox"/>
	Cartografia de risco	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação estrutural	Infraestruturas cinzentas	<input checked="" type="checkbox"/>
	Infraestruturas verdes	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação não estrutural	Integração	<input checked="" type="checkbox"/>
	Capacitação / sensibilização	<input checked="" type="checkbox"/>
	Governança	<input checked="" type="checkbox"/>
	Monitorização	<input checked="" type="checkbox"/>

Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Palmela, Setúbal e Sesimbra		
Características		
Tipo	Situação	
Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios	Em vigor	
Âmbito territorial	Âmbito setorial	
Intermunicipal	Segurança de Pessoas e Bens, Agricultura e Florestas	
Perigos Climáticos		
Incêndios florestais		
Interação com outros instrumentos		
PNPOT, Programas Setoriais, Programas Especiais, Programas Regionais, PDM Setúbal		
Contributo para a adaptação climática		
Diagnóstico de riscos climáticos	Caracterização climática	<input checked="" type="checkbox"/>
	Cenários climáticos	<input type="checkbox"/>
	Cartografia de risco	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação estrutural	Infraestruturas cinzentas	<input type="checkbox"/>
	Infraestruturas verdes	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação não estrutural	Integração	<input checked="" type="checkbox"/>
	Capacitação / sensibilização	<input checked="" type="checkbox"/>
	Governança	<input checked="" type="checkbox"/>
	Monitorização	<input checked="" type="checkbox"/>

Plano Diretor Municipal de Palmela		
Características		
Tipo	Situação	
Plano Municipal de Ordenamento do Território	Em revisão	
Âmbito territorial	Âmbito setorial	
Concelho	Ordenamento do Território	
Perigos Climáticos		
Incêndios florestais, erosão do solo, instabilidade de vertentes, cheias e inundações		
Interação com outros instrumentos		
PNPOT, Programas Setoriais, Programas Especiais, Programas Regionais, Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Palmela, Sesimbra e Setúbal		
Contributo para a adaptação climática		
Diagnóstico de riscos climáticos	Caracterização climática	<input checked="" type="checkbox"/>
	Cenários climáticos	<input type="checkbox"/>
	Cartografia de risco	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação estrutural	Infraestruturas cinzentas	<input type="checkbox"/>
	Infraestruturas verdes	<input type="checkbox"/>
Opções de adaptação não estrutural	Integração	<input type="checkbox"/>
	Capacitação / sensibilização	<input type="checkbox"/>
	Governança	<input type="checkbox"/>
	Monitorização	<input type="checkbox"/>

Plano Diretor Municipal de Sesimbra		
Características		
Tipo	Situação	
Plano Municipal de Ordenamento do Território	Em revisão	
Âmbito territorial	Âmbito setorial	
Concelho	Ordenamento do Território	
Perigos Climáticos		
Inundações e galgamentos costeiros, erosão em litorais baixos e arenosos, erosão e recuo de arribas		
Interação com outros instrumentos		
PNPOT, Programas Setoriais, Programas Especiais, Programas Regionais, Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Palmela, Sesimbra e Setúbal		
Contributo para a adaptação climática		
Diagnóstico de riscos climáticos	Caracterização climática	<input checked="" type="checkbox"/>
	Cenários climáticos	<input type="checkbox"/>
	Cartografia de risco	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação estrutural	Infraestruturas cinzentas	<input type="checkbox"/>
	Infraestruturas verdes	<input type="checkbox"/>
Opções de adaptação não estrutural	Integração	<input type="checkbox"/>
	Capacitação / sensibilização	<input type="checkbox"/>
	Governança	<input type="checkbox"/>
	Monitorização	<input type="checkbox"/>

Plano Diretor Municipal de Setúbal		
Características		
Tipo	Situação	
Plano Municipal de Ordenamento do Território	Em revisão	
Âmbito territorial	Âmbito setorial	
Concelho	Ordenamento do Território	
Perigos Climáticos		
Ondas de calor, erosão do solo, tempestades de vento, secas, incêndios florestais, instabilidade de vertentes, cheias e inundações, inundações e galgamentos costeiros, erosão em litorais baixos e arenosos, erosão e recuo de arribas		
Interação com outros instrumentos		
PNPOT, Programas Setoriais, Programas Especiais, Programas Regionais, Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Palmela, Sesimbra e Setúbal, PMAAC-AML		
Contributo para a adaptação climática		
Diagnóstico de riscos climáticos	Caracterização climática	<input checked="" type="checkbox"/>
	Cenários climáticos	<input checked="" type="checkbox"/>
	Cartografia de risco	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação estrutural	Infraestruturas cinzentas	<input checked="" type="checkbox"/>
	Infraestruturas verdes	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação não estrutural	Integração	<input checked="" type="checkbox"/>
	Capacitação / sensibilização	<input checked="" type="checkbox"/>
	Governança	<input checked="" type="checkbox"/>
	Monitorização	<input checked="" type="checkbox"/>

Plano de Prevenção, Monitorização e Contingência para Situações de Seca		
Características		
Tipo	Situação	
Programa Setorial	Em vigor	
Âmbito territorial	Âmbito setorial	
Nacional	Agricultura e Florestas	
Perigos Climáticos		
Secas		
Interação com outros instrumentos		
PNPOT, Programas Setoriais, Programas Especiais, Programas Regionais		
Contributo para a adaptação climática		
Diagnóstico de riscos climáticos	Caracterização climática	<input type="checkbox"/>
	Cenários climáticos	<input type="checkbox"/>
	Cartografia de risco	<input type="checkbox"/>
Opções de adaptação estrutural	Infraestruturas cinzentas	<input checked="" type="checkbox"/>
	Infraestruturas verdes	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação não estrutural	Integração	<input checked="" type="checkbox"/>
	Capacitação / sensibilização	<input checked="" type="checkbox"/>
	Governança	<input checked="" type="checkbox"/>
	Monitorização	<input checked="" type="checkbox"/>

Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC)		
Características		
Tipo	Situação	
Programa Setorial	Em vigor	
Âmbito territorial	Âmbito setorial	
Nacional	Todos	
Perigos Climáticos		
Ondas de calor, erosão do solo, tempestades de vento, secas, incêndios florestais, instabilidade de vertentes, cheias e inundações, inundações e galgamentos costeiros, erosão em litorais baixos e arenosos, erosão e recuo de arribas, intrusão salina		
Interação com outros instrumentos		
PNPOT, Programas Setoriais, Programas Regionais		
Contributo para a adaptação climática		
Diagnóstico de riscos climáticos	Caracterização climática	<input checked="" type="checkbox"/>
	Cenários climáticos	<input checked="" type="checkbox"/>
	Cartografia de risco	<input type="checkbox"/>
Opções de adaptação estrutural	Infraestruturas cinzentas	<input checked="" type="checkbox"/>
	Infraestruturas verdes	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação não estrutural	Integração	<input checked="" type="checkbox"/>
	Capacitação / sensibilização	<input checked="" type="checkbox"/>
	Governança	<input checked="" type="checkbox"/>
	Monitorização	<input checked="" type="checkbox"/>

Estratégia Nacional para as Florestas		
Características		
Tipo	Situação	
Programa Setorial	Em vigor	
Âmbito territorial	Âmbito setorial	
Nacional	Agricultura e florestas, Natureza e Biodiversidade, Zonas Costeiras e Mar	
Perigos Climáticos		
Ondas de calor, secas, incêndios florestais		
Interação com outros instrumentos		
PNPOT, Programas Setoriais, Programas Regionais		
Contributo para a adaptação climática		
Diagnóstico de riscos climáticos	Caracterização climática	<input type="checkbox"/>
	Cenários climáticos	<input checked="" type="checkbox"/>
	Cartografia de risco	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação estrutural	Infraestruturas cinzentas	<input type="checkbox"/>
	Infraestruturas verdes	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação não estrutural	Integração	<input checked="" type="checkbox"/>
	Capacitação / sensibilização	<input checked="" type="checkbox"/>
	Governança	<input checked="" type="checkbox"/>
	Monitorização	<input checked="" type="checkbox"/>

Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030		
Características		
Tipo	Situação	
Programa Setorial	Em vigor	
Âmbito territorial	Âmbito setorial	
Nacional	Agricultura e Florestas, Pescas e Aquacultura, Natureza e Biodiversidade, Economia, Energia, Recursos Hídricos, Transportes e Comunicações, Zonas Costeiras e Mar	
Perigos Climáticos		
Seca, inundações e galgamentos costeiros, erosão em litorais baixos arenosos		
Interação com outros instrumentos		
PNPOT, Programas Setoriais, Programas Regionais		
Contributo para a adaptação climática		
Diagnóstico de riscos climáticos	Caracterização climática	<input type="checkbox"/>
	Cenários climáticos	<input type="checkbox"/>
	Cartografia de risco	<input type="checkbox"/>
Opções de adaptação estrutural	Infraestruturas cinzentas	<input checked="" type="checkbox"/>
	Infraestruturas verdes	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação não estrutural	Integração	<input checked="" type="checkbox"/>
	Capacitação / sensibilização	<input checked="" type="checkbox"/>
	Governança	<input checked="" type="checkbox"/>
	Monitorização	<input checked="" type="checkbox"/>

Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030		
Características		
Tipo	Situação	
Programa Setorial	Em vigor	
Âmbito territorial	Âmbito setorial	
Nacional	Segurança de Pessoas e Bens, Zonas Costeiras e Mar	
Perigos Climáticos		
Erosão do solo, secas, incêndios florestais, instabilidade de vertentes, cheias e inundações, inundações e galgamentos costeiros, erosão em litorais baixos e arenosos		
Interação com outros instrumentos		
PNPOT, Programas Setoriais, Programas Regionais		
Contributo para a adaptação climática		
Diagnóstico de riscos climáticos	Caracterização climática	<input type="checkbox"/>
	Cenários climáticos	<input type="checkbox"/>
	Cartografia de risco	<input type="checkbox"/>
Opções de adaptação estrutural	Infraestruturas cinzentas	<input checked="" type="checkbox"/>
	Infraestruturas verdes	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação não estrutural	Integração	<input checked="" type="checkbox"/>
	Capacitação / sensibilização	<input checked="" type="checkbox"/>
	Governança	<input checked="" type="checkbox"/>
	Monitorização	<input checked="" type="checkbox"/>

Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais		
Características		
Tipo	Situação	
Programa Setorial	Em vigor	
Âmbito territorial	Âmbito setorial	
Nacional	Agricultura e Florestas,	
Perigos Climáticos		
Incêndios florestais		
Interação com outros instrumentos		
PNPOT, Programas Setoriais, Programas Regionais		
Contributo para a adaptação climática		
Diagnóstico de riscos climáticos	Caracterização climática	<input type="checkbox"/>
	Cenários climáticos	<input type="checkbox"/>
	Cartografia de risco	<input type="checkbox"/>
Opções de adaptação estrutural	Infraestruturas cinzentas	<input checked="" type="checkbox"/>
	Infraestruturas verdes	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação não estrutural	Integração	<input checked="" type="checkbox"/>
	Capacitação / sensibilização	<input checked="" type="checkbox"/>
	Governança	<input checked="" type="checkbox"/>
	Monitorização	<input checked="" type="checkbox"/>

Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD)		
Características		
Tipo	Situação	
Programa Setorial	Em vigor	
Âmbito territorial	Âmbito setorial	
Nacional	Agricultura e Florestas, Natureza e biodiversidade, Economia, Recursos hídricos	
Perigos Climáticos		
Ondas de calor, erosão do solo, secas, incêndios florestais		
Interação com outros instrumentos		
PNPOT, Programas Setoriais, Programas Regionais		
Contributo para a adaptação climática		
Diagnóstico de riscos climáticos	Caracterização climática	<input type="checkbox"/>
	Cenários climáticos	<input type="checkbox"/>
	Cartografia de risco	<input type="checkbox"/>
Opções de adaptação estrutural	Infraestruturas cinzentas	<input checked="" type="checkbox"/>
	Infraestruturas verdes	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação não estrutural	Integração	<input checked="" type="checkbox"/>
	Capacitação / sensibilização	<input checked="" type="checkbox"/>
	Governança	<input checked="" type="checkbox"/>
	Monitorização	<input checked="" type="checkbox"/>

Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Palmela		
Características		
Tipo	Situação	
Plano de Emergência	Em vigor	
Âmbito territorial	Âmbito setorial	
Concelho	Segurança de Pessoas e Bens	
Perigos Climáticos		
Ondas de calor, erosão do solo, tempestades de vento, incêndios florestais, instabilidade de vertentes, cheias e inundações,		
Interação com outros instrumentos		
PNPOT, Programas Setoriais, Programas Regionais		
Contributo para a adaptação climática		
Diagnóstico de riscos climáticos	Caracterização climática	<input type="checkbox"/>
	Cenários climáticos	<input type="checkbox"/>
	Cartografia de risco	<input type="checkbox"/>
Opções de adaptação estrutural	Infraestruturas cinzentas	<input checked="" type="checkbox"/>
	Infraestruturas verdes	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação não estrutural	Integração	<input checked="" type="checkbox"/>
	Capacitação / sensibilização	<input checked="" type="checkbox"/>
	Governança	<input checked="" type="checkbox"/>
	Monitorização	<input checked="" type="checkbox"/>

Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030		
Características		
Tipo	Situação	
Programa Setorial	Em vigor	
Âmbito territorial	Âmbito setorial	
Nacional	Pescas e aquacultura, Natureza e biodiversidade, Economia, Energia, Segurança de pessoas e bens, Transportes e comunicações, Zonas costeiras e mar	
Perigos Climáticos		
Intrusão salina, seca		
Interação com outros instrumentos		
PNPOT, Programas Setoriais, Programas Regionais		
Contributo para a adaptação climática		
Diagnóstico de riscos climáticos	Caracterização climática	<input type="checkbox"/>
	Cenários climáticos	<input type="checkbox"/>
	Cartografia de risco	<input type="checkbox"/>
Opções de adaptação estrutural	Infraestruturas cinzentas	<input checked="" type="checkbox"/>
	Infraestruturas verdes	<input type="checkbox"/>
Opções de adaptação não estrutural	Integração	<input checked="" type="checkbox"/>
	Capacitação / sensibilização	<input checked="" type="checkbox"/>
	Governança	<input checked="" type="checkbox"/>
	Monitorização	<input checked="" type="checkbox"/>

Plano de Ação para a Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030		
Características		
Tipo	Situação	
Programa Setorial	Em vigor	
Âmbito territorial	Âmbito setorial	
Nacional	Pescas e aquacultura, Natureza e biodiversidade, Economia, Energia, Segurança de pessoas e bens, Transportes e comunicações, Zonas costeiras e mar	
Perigos Climáticos		
Inundações e galgamentos costeiros, erosão em litorais baixos e arenosos		
Interação com outros instrumentos		
PNPOT, Programas Setoriais, Programas Regionais		
Contributo para a adaptação climática		
Diagnóstico de riscos climáticos	Caracterização climática	<input type="checkbox"/>
	Cenários climáticos	<input type="checkbox"/>
	Cartografia de risco	<input type="checkbox"/>
Opções de adaptação estrutural	Infraestruturas cinzentas	<input checked="" type="checkbox"/>
	Infraestruturas verdes	<input type="checkbox"/>
Opções de adaptação não estrutural	Integração	<input checked="" type="checkbox"/>
	Capacitação / sensibilização	<input checked="" type="checkbox"/>
	Governança	<input checked="" type="checkbox"/>
	Monitorização	<input checked="" type="checkbox"/>

Estratégia Nacional de Gestão Integrada das Zonas Costeiras		
Características		
Tipo	Situação	
Programa Setorial	Em vigor	
Âmbito territorial	Âmbito setorial	
Nacional	Natureza e biodiversidade, Economia, Recursos hídricos, Zonas costeiras e mar	
Perigos Climáticos		
Inundações e galgamentos costeiros, erosão em litorais baixos e arenosos, erosão e recuo de arribas		
Interação com outros instrumentos		
PNPOT, Programas Setoriais, Programas Regionais		
Contributo para a adaptação climática		
Diagnóstico de riscos climáticos	Caracterização climática	<input type="checkbox"/>
	Cenários climáticos	<input type="checkbox"/>
	Cartografia de risco	<input type="checkbox"/>
Opções de adaptação estrutural	Infraestruturas cinzentas	<input type="checkbox"/>
	Infraestruturas verdes	<input type="checkbox"/>
Opções de adaptação não estrutural	Integração	<input checked="" type="checkbox"/>
	Capacitação / sensibilização	<input checked="" type="checkbox"/>
	Governança	<input checked="" type="checkbox"/>
	Monitorização	<input checked="" type="checkbox"/>

Estratégia Nacional de Gestão Integrada das Zonas Costeiras		
Características		
Tipo	Situação	
Programa Setorial	Em vigor	
Âmbito territorial	Âmbito setorial	
Nacional	Natureza e biodiversidade, Economia, Recursos hídricos, Zonas costeiras e mar	
Perigos Climáticos		
Inundações e galgamentos costeiros, erosão em litorais baixos e arenosos, erosão e recuo de arribas		
Interação com outros instrumentos		
PNPOT, Programas Setoriais, Programas Regionais		
Contributo para a adaptação climática		
Diagnóstico de riscos climáticos	Caracterização climática	<input type="checkbox"/>
	Cenários climáticos	<input type="checkbox"/>
	Cartografia de risco	<input type="checkbox"/>
Opções de adaptação estrutural	Infraestruturas cinzentas	<input type="checkbox"/>
	Infraestruturas verdes	<input type="checkbox"/>
Opções de adaptação não estrutural	Integração	<input checked="" type="checkbox"/>
	Capacitação / sensibilização	<input checked="" type="checkbox"/>
	Governança	<input checked="" type="checkbox"/>
	Monitorização	<input checked="" type="checkbox"/>

Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Sesimbra		
Características		
Tipo	Situação	
Plano de Emergência	Em vigor	
Âmbito territorial	Âmbito setorial	
Concelho	Segurança de pessoas e bens	
Perigos Climáticos		
Ondas de calor, erosão do solo, tempestades de vento, secas, incêndios florestais, instabilidade de vertentes, cheias e inundações, inundações e galgamentos costeiros, erosão em litorais baixos e arenosos		
Interação com outros instrumentos		
PNPOT, Programas Setoriais, Programas Regionais		
Contributo para a adaptação climática		
Diagnóstico de riscos climáticos	Caracterização climática	<input checked="" type="checkbox"/>
	Cenários climáticos	<input type="checkbox"/>
	Cartografia de risco	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação estrutural	Infraestruturas cinzentas	<input checked="" type="checkbox"/>
	Infraestruturas verdes	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação não estrutural	Integração	<input checked="" type="checkbox"/>
	Capacitação / sensibilização	<input checked="" type="checkbox"/>
	Governança	<input checked="" type="checkbox"/>
	Monitorização	<input checked="" type="checkbox"/>

Plano de Emergência Externo da Península da Mitrena		
Características		
Tipo	Situação	
Plano de Emergência	Em vigor	
Âmbito territorial	Âmbito setorial	
Zona Industrial	Segurança de pessoas e bens, Economia	
Perigos Climáticos		
Erosão do solo, tempestades de vento, cheias e inundações, inundações e galgamentos costeiros.		
Interação com outros instrumentos		
PNPOT, Programas Setoriais, Programas Regionais		
Contributo para a adaptação climática		
Diagnóstico de riscos climáticos	Caracterização climática	<input type="checkbox"/>
	Cenários climáticos	<input type="checkbox"/>
	Cartografia de risco	<input type="checkbox"/>
Opções de adaptação estrutural	Infraestruturas cinzentas	<input type="checkbox"/>
	Infraestruturas verdes	<input type="checkbox"/>
Opções de adaptação não estrutural	Integração	<input checked="" type="checkbox"/>
	Capacitação / sensibilização	<input type="checkbox"/>
	Governança	<input checked="" type="checkbox"/>
	Monitorização	<input checked="" type="checkbox"/>

Plano de Evacuação da Cidade de Setúbal		
Características		
Tipo	Situação	
Plano de Evacuação	Em vigor	
Âmbito territorial	Âmbito setorial	
Cidade	Segurança de pessoas e bens	
Perigos Climáticos		
Inundações e galgamentos costeiros.		
Interação com outros instrumentos		
PNPOT, Programas Setoriais, Programas Regionais		
Contributo para a adaptação climática		
Diagnóstico de riscos climáticos	Caracterização climática	<input type="checkbox"/>
	Cenários climáticos	<input type="checkbox"/>
	Cartografia de risco	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação estrutural	Infraestruturas cinzentas	<input checked="" type="checkbox"/>
	Infraestruturas verdes	<input type="checkbox"/>
Opções de adaptação não estrutural	Integração	<input type="checkbox"/>
	Capacitação / sensibilização	<input type="checkbox"/>
	Governança	<input type="checkbox"/>
	Monitorização	<input type="checkbox"/>

Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Setúbal		
Características		
Tipo	Situação	
Plano de Emergência	Em vigor	
Âmbito territorial	Âmbito setorial	
Concelho	Segurança de Pessoas e Bens	
Perigos Climáticos		
Ondas de calor, erosão do solo, tempestades de vento, secas, incêndios florestais, instabilidade de vertentes, cheias e inundações, inundações e galgamentos costeiros, erosão em litorais baixos e arenosos		
Interação com outros instrumentos		
PNPOT, Programas Setoriais, Programas Regionais		
Contributo para a adaptação climática		
Diagnóstico de riscos climáticos	Caracterização climática	<input checked="" type="checkbox"/>
	Cenários climáticos	<input type="checkbox"/>
	Cartografia de risco	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação estrutural	Infraestruturas cinzentas	<input checked="" type="checkbox"/>
	Infraestruturas verdes	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação não estrutural	Integração	<input checked="" type="checkbox"/>
	Capacitação / sensibilização	<input checked="" type="checkbox"/>
	Governança	<input checked="" type="checkbox"/>
	Monitorização	<input checked="" type="checkbox"/>

Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT-AML)		
Características		
Tipo	Situação	
Programa Regional	Em vigor	
Âmbito territorial	Âmbito setorial	
Regional	Ordenamento do Território	
Perigos Climáticos		
Erosão do solo, instabilidade de vertentes, cheias e inundações, erosão em litorais baixos e arenosos		
Interação com outros instrumentos		
PNPOT, Programas Setoriais, Programas Regionais, PMOT		
Contributo para a adaptação climática		
Diagnóstico de riscos climáticos	Caracterização climática	<input type="checkbox"/>
	Cenários climáticos	<input type="checkbox"/>
	Cartografia de risco	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação estrutural	Infraestruturas cinzentas	<input checked="" type="checkbox"/>
	Infraestruturas verdes	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação não estrutural	Integração	<input checked="" type="checkbox"/>
	Capacitação / sensibilização	<input checked="" type="checkbox"/>
	Governança	<input checked="" type="checkbox"/>
	Monitorização	<input checked="" type="checkbox"/>

Plano Setorial da Rede Natura 2000		
Características		
Tipo	Situação	
Programa Setorial	Em vigor	
Âmbito territorial	Âmbito setorial	
Rede Natura (SIC Estuário do Sado, ZPE Estuário do Sado)	Agricultura e florestas, Pescas e aquacultura, Natureza e biodiversidade, Economia, Recursos Hídricos	
Perigos Climáticos		
Incêndios florestais, cheias e inundações, inundações e galgamentos costeiros, erosão em litorais arenosos		
Interação com outros instrumentos		
PNPOT, Programas Setoriais, Programas Regionais, PMOT		
Contributo para a adaptação climática		
Diagnóstico de riscos climáticos	Caracterização climática	<input type="checkbox"/>
	Cenários climáticos	<input type="checkbox"/>
	Cartografia de risco	<input type="checkbox"/>
Opções de adaptação estrutural	Infraestruturas cinzentas	<input checked="" type="checkbox"/>
	Infraestruturas verdes	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação não estrutural	Integração	<input checked="" type="checkbox"/>
	Capacitação / sensibilização	<input checked="" type="checkbox"/>
	Governança	<input checked="" type="checkbox"/>
	Monitorização	<input checked="" type="checkbox"/>

Plano Setorial da Rede Natura 2000		
Características		
Tipo	Situação	
Programa Setorial	Em vigor	
Âmbito territorial	Âmbito setorial	
Rede Natura 2000 (SIC Arrábida / Espichel)	Agricultura e florestas, Pescas e aquacultura, Natureza e biodiversidade, Economia, Recursos Hídricos	
Perigos Climáticos		
Incêndios florestais, cheias e inundações, inundações e galgamentos costeiros, erosão em litorais arenosos		
Interação com outros instrumentos		
PNPOT, Programas Setoriais, Programas Regionais, PMOT		
Contributo para a adaptação climática		
Diagnóstico de riscos climáticos	Caracterização climática	<input type="checkbox"/>
	Cenários climáticos	<input type="checkbox"/>
	Cartografia de risco	<input type="checkbox"/>
Opções de adaptação estrutural	Infraestruturas cinzentas	<input checked="" type="checkbox"/>
	Infraestruturas verdes	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação não estrutural	Integração	<input checked="" type="checkbox"/>
	Capacitação / sensibilização	<input checked="" type="checkbox"/>
	Governança	<input checked="" type="checkbox"/>
	Monitorização	<input checked="" type="checkbox"/>

Plano Setorial da Rede Natura 2000		
Características		
Tipo	Situação	
Programa Setorial	Em vigor	
Âmbito territorial	Âmbito setorial	
Rede Natura 2000 (ZPE Cabo Espichel, ZPE Lagoa Pequena)	Agricultura e florestas, Natureza e biodiversidade, Recursos Hídricos	
Perigos Climáticos		
Cheias e inundações		
Interação com outros instrumentos		
PNPOT, Programas Setoriais, Programas Regionais, PMOT		
Contributo para a adaptação climática		
Diagnóstico de riscos climáticos	Caracterização climática	<input type="checkbox"/>
	Cenários climáticos	<input type="checkbox"/>
	Cartografia de risco	<input type="checkbox"/>
Opções de adaptação estrutural	Infraestruturas cinzentas	<input checked="" type="checkbox"/>
	Infraestruturas verdes	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação não estrutural	Integração	<input checked="" type="checkbox"/>
	Capacitação / sensibilização	<input checked="" type="checkbox"/>
	Governança	<input checked="" type="checkbox"/>
	Monitorização	<input checked="" type="checkbox"/>

Plano Setorial da Rede Natura 2000		
Características		
Tipo	Situação	
Programa Setorial	Em vigor	
Âmbito territorial	Âmbito setorial	
Rede Natura 2000 (ZPE Cabo Espichel, ZPE Lagoa Pequena)	Agricultura e florestas, Natureza e biodiversidade, Recursos Hídricos	
Perigos Climáticos		
Cheias e inundações		
Interação com outros instrumentos		
PNPOT, Programas Setoriais, Programas Regionais, PMOT		
Contributo para a adaptação climática		
Diagnóstico de riscos climáticos	Caracterização climática	<input type="checkbox"/>
	Cenários climáticos	<input type="checkbox"/>
	Cartografia de risco	<input type="checkbox"/>
Opções de adaptação estrutural	Infraestruturas cinzentas	<input checked="" type="checkbox"/>
	Infraestruturas verdes	<input checked="" type="checkbox"/>
Opções de adaptação não estrutural	Integração	<input checked="" type="checkbox"/>
	Capacitação / sensibilização	<input checked="" type="checkbox"/>
	Governança	<input checked="" type="checkbox"/>
	Monitorização	<input checked="" type="checkbox"/>